

# BIBLIOTECA

BSB

DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

2020

## AUTORES

Bruna Larissa Sales Kassaoka  
Carlos Alex Macedo Júnior  
Carlos Eduardo Alves de Paula  
Claudia Aparecida Nóbrega Franco  
Elton Mártires Pinto  
Fernanda Maciel Rufino

Fernando de Jesus Pereira  
Flor de Maria Silvestre  
Graziela Barros Gomes  
Ingrid Torres Schiessl  
Ítalo Barbosa Brasileiro  
Izadora Oliveira Linhares

Louise Rodrigues Burmann Almeida  
Lucas Ângelo da Silveira  
Márcia Rocha de Aguiar  
Milton Shintaku  
Noely Gomes De Lima  
Paloma Carolyn Alves Magalhães

Priscila Rodrigues dos Santos  
Rafael Fernandez Gomes  
Raissa da Veiga de Meneses  
Rosilene Paiva Marinho de Sousa  
Tatyane Guedes Martins da Silva  
Thais Ketlyn da Silva Medeiros





MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS  
Secretaria Nacional da Juventude

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
Instituto Brasileiro de Informação em  
Ciência e Tecnologia

# A Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Milton Shintaku  
Márcia Rocha de Aguiar  
Flor de Maria Silvestre

## **Organizadores**

Bruna Larissa Sales Kassaoka  
Carlos Alex Macedo Júnior  
Carlos Eduardo Alves de Paula  
Claudia Aparecida Nóbrega Franco  
Elton Mártires Pinto  
Fernanda Maciel Rufino  
Fernando de Jesus Pereira  
Flor de Maria Silvestre  
Graziela Barros Gomes  
Ingrid Torres Schiessl  
Ítalo Barbosa Brasileiro  
Izadora Oliveira Linhares

Louise Rodrigues Burmann Almeida  
Lucas Ângelo da Silveira  
Márcia Rocha de Aguiar  
Milton Shintaku  
Noely Gomes De Lima  
Paloma Caroliny Alves Magalhães  
Priscila Rodrigues dos Santos  
Rafael Fernandez Gomes  
Raissa da Veiga de Meneses  
Rosilene Paiva Marinho de Sousa  
Tatyane Guedes Martins da Silva  
Thais Ketlyn da Silva Medeiros

Brasília  
2020

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro  
Presidente da República

Hamilton Mourão  
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Damares Regina Alves  
Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Jailton Almeida do Nascimento  
Chefe de Gabinete

Christiane de Oliveira Souza Zanzoni  
Coordenação-Geral do Gabinete

Tatiana Barbosa de Alvarenga  
Secretária Executiva

Cristiane Rodrigues Britto  
Secretária Nacional de Política para as Mulheres

Angela Vidal Gandra da Silva Martins  
Secretária Nacional da Família

Maurício Jose Silva Cunha  
Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jayana Nicaretta da Silva  
Secretária Nacional da Juventude

Alexandre Magno Fernandes Moreira  
Secretaria Nacional de Proteção Global

Sandra Terena  
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira  
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Antonio Fernandes Toninho Costa  
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Marcos Cesar Pontes  
Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecília Leite Oliveira  
Diretora

Reginaldo de Araújo Silva  
Coordenação de Administração – COADM

Gustavo Saldanha  
Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação – COEPPE

José Luis dos Santos Nascimento  
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – COPAV

Anderson Itaborahy  
Coordenador-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos - CGNP

Bianca Amaro de Melo  
Coordenadora-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados - CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga  
Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Milton Shintaku  
Coordenador de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia – COTEC



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E  
DOS DIREITOS HUMANOS  
Secretaria Nacional da Juventude

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
Instituto Brasileiro de Informação em  
Ciência e Tecnologia

# A Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Milton Shintaku  
Márcia Rocha de Aguiar  
Flor de Maria Silvestre

## **Organizadores**

Bruna Larissa Sales Kassaoka  
Carlos Alex Macedo Júnior  
Carlos Eduardo Alves de Paula  
Claudia Aparecida Nóbrega Franco  
Elton Mártires Pinto  
Fernanda Maciel Rufino  
Fernando de Jesus Pereira  
Flor de Maria Silvestre  
Graziela Barros Gomes  
Ingrid Torres Schiessl  
Ítalo Barbosa Brasileiro  
Izadora Oliveira Linhares

Louise Rodrigues Burmann Almeida  
Lucas Ângelo da Silveira  
Márcia Rocha de Aguiar  
Milton Shintaku  
Noely Gomes De Lima  
Paloma Caroliny Alves Magalhães  
Priscila Rodrigues dos Santos  
Rafael Fernandez Gomes  
Raissa da Veiga de Meneses  
Rosilene Paiva Marinho de Sousa  
Tatyane Guedes Martins da Silva  
Thais Ketlyn da Silva Medeiros

Brasília  
2020

© 2020 Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons - Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total desde que mencionada a fonte.



Impresso no Brasil

#### Revisão Gramatical

Rafael Teixeira de Souza

#### Projeto gráfico e diagramação

Rafael Fernandez Gomes

#### Normalização

Ingrid Torres Schiessl

Jaqueline Rodrigues de Jesus

Raissa da Veiga de Meneses

Priscila Rodrigues dos Santos

*Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)*

*Bibliotecária: Ingrid Schiessl CRB1/3084*

B582 A biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/ Milton Shintaku, Márcia Rocha de Aguiar e Flor de Maria Silvestre (Org.); Bruna Larissa Sales Kassaoka et al. Brasília: Ibict, 2020.

346 p.

ISBN 978-65-88137-25-3

DOI:10.18225/978-65-88137-25-3

Inclui referências bibliográficas.

1. Biblioteca de governo. 2. Sistemas de informação. 3. Biblioteca especializada. 4. Ações sociais. I. Shintaku, Milton (Org.). II. Aguiar, Márcia Rocha de (Org.). III. Silvestre, Flor de Maria (Org.) IV. Título.

CDD 026

CDU 026(036)

#### Como citar

SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (Orgs.). A biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. 346 p. DOI: DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.

Setor de Autarquias Sul (SAUS) Quadra 05 Lote 06, Bloco H – 5º andar. Cep:70.070-912 – Brasília, DF

Telefones: 55 (61) 3217-6360/55/(61)3217-6350

www.ibict.br

---

---

# Lista de Figuras

---

---

|  |     |
|--|-----|
| Figura 2-1 - Ecossistema da Biblioteca   | 48  |
| Figura 3-1 - Módulos do Koha no sistema da Biblioteca do MMFDH                                 | 56  |
| Figura 3-2 - Classes do Marc 21  | 57  |
| Figura 3-3 - Campos Marc 21 no Koha  | 58  |
| Figura 3-4 - Pesquisa via Z39.50   | 59  |
| Figura 3-5 - Registro Juventude, religião e ética sexual<br>(BUSIN, 2008)                      | 62  |
| Figura 5-1 - Organização de comunidades e coleções   | 83  |
| Figura 5-2 - Processos de entrada de documentos nas coleções<br>da Biblioteca Digital do MMFDH | 88  |
| Figura 5-3 - Fluxograma de ingresso de documentos na<br>Biblioteca digital                     | 90  |
| Figura 6-1 - Mudanças na recuperação da informação na BD                                       | 97  |
| Figura 6-2 - Botão de ajuda do metadado <autor>  | 99  |
| Figura 6-3 - Instruções para o preenchimento do metadado<br><palavras-chave>                   | 102 |
| Figura 6-4 - Lista de materiais  | 104 |
| Figura 6-5 - Metadados para preenchimento da data de<br>publicação da obra                     | 104 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 6-6 - Tipos de licenças utilizadas na Biblioteca do MMFDH                  | 109 |
| Figura 6-7 - Lista das comunidades existentes no Dspace                           | 112 |
| Figura 6-8 - Apresentação das fases de mapeamento de documentos                   | 114 |
| Figura 6-9 - Informação sobre as coleções às quais o item participa               | 115 |
| Figura 7-1 - Necessidade do usuário   | 121 |
| Figura 7-2 - Antigo layout da Biblioteca Digital do MMFDH                         | 123 |
| Figura 7-3 - Antigo layout da interface de busca da Biblioteca Digital do MMFDH   | 125 |
| Figura 7-4 - Atual layout de busca avançada Biblioteca Digital do MMFDH           | 126 |
| Figura 7-5 - Atual layout de opções na busca avançada Biblioteca Digital do MMFDH | 127 |
| Figura 7-6 - Atual layout na interface de busca na Biblioteca Digital do MMFDH    | 146 |
| Figura 8-1 - Adaptações relativas à acessibilidade na Biblioteca Digital          | 153 |
| Figura 8-2 - Link com os recursos de acessibilidade                               | 156 |
| Figura 8-3 - Layout da Biblioteca Digital do MMFDH no alto contraste              | 161 |
| Figura 8-4 - Testeira antes das regras de acessibilidade                          | 162 |
| Figura 8-5 - Testeira após a aplicação das regras de acessibilidade               | 162 |
| Figura 8-6 - Antes e depois da mudança dos ícones nas comunidades                 | 163 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 8-7 - Alteração do ícone referente a Comunidade Pessoas com Deficiência  | 163 |
| Figura 8-8 - Comparativo de contraste entre texto e o fundo para acessibilidade   | 164 |
| Figura 8-9 - Percepção do layout da Biblioteca em aplicativos mobile  | 165 |
| Figura 9-1 - Estrutura do Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do MMFDH | 180 |
| Figura 9-2 - Estrutura do Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do MMFDH                      | 184 |
| Figura 9-3 - Identificação do(s) Autor(es)/Detentor(es) e respectiva Obra   | 185 |
| Figura 9-4 - Declaração de Distribuição Não Exclusiva   | 186 |
| Figura 9-5 - Termo de Autorização (assinatura)  | 187 |
| Figura 10-1 - Página da DH NET do MMFDH   | 198 |
| Figura 10-2 - Biblioteca-MMFDH – ASCOM  | 199 |
| Figura 10-3 - Acessibilidade na Biblioteca Virtual do MMFDH   | 200 |
| Figura 10-4 - Campanha para sobre o ISBN na intranet do MMFDH   | 204 |
| Figura 14-1 - Nuvem de palavras dos termos mais usados na indexação   | 244 |

---

---

# Lista de Quadros

---

---

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 - Matriz SWOT – Criação da Biblioteca no MMFDH.           | 42  |
| Quadro 2-1 - Organização dos pesquisadores.                        | 49  |
| Quadro 3-1 - Módulos do Koha e suas especificidades                | 54  |
| Quadro 3-2 - Dados de acesso ao servidor Z39.50 do Koha            | 60  |
| Quadro 4-1 - Meta-termos   | 68  |
| Quadro 4-2 - Especificação dos termos                              | 71  |
| Quadro 5-1 - Formulário da Biblioteca Digital do MMFDH             | 81  |
| Quadro 8-1 - Características dos usuários com deficiência visual   | 154 |
| Quadro 10-1 - Características da Biblioteca especializada do MMFDH | 195 |
| Quadro 10-2 - Formulário de gestão da publicação na Biblioteca     | 205 |
| Quadro 10-3 - Serviços e produtos prestados pela Biblioteca        | 205 |
| Quadro 10-4 - Formulário de gestão da obra da Biblioteca do MMFDH  | 206 |
| Quadro 15-1 - Competências dos Órgãos Específicos Singulares       | 256 |
| Quadro 21-1 - Proposições futuras para a Biblioteca do MMFDH       | 338 |

---

---

# Lista de Tabelas

---

---

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 13-1 - Assuntos principais   | 231 |
| Tabela 13-2 - Tipologia de documento  | 231 |
| Tabela 14-1 - Termos associados à Pessoa Idosa no sistema Koha  | 243 |
| Tabela 14-2 - Tipos de materiais da coleção física da Pessoa Idosa  | 245 |
| Tabela 14-3 - Tipos de recursos na coleção digital da Pessoa Idosa  | 246 |
| Tabela 15-1 - Tabela de Assunto “Mulheres”  | 261 |
| Tabela 15-2 - Tipologia Documental: Mulheres  | 261 |
| Tabela 16-1 - Descritores mais utilizados na coleção de Juventude   | 273 |
| Tabela 16-2 - Tipos de materiais recuperados sobre Políticas Públicas de Juventude e sobre a Juventude Brasileira | 273 |
| Tabela 17-1 - Descritores mais utilizados na coleção de Criança e Adolescente                                     | 290 |
| Tabela 17-2 - Tipos de materiais recuperados sobre Direitos da Criança e sobre proteção integral                  | 290 |
| Tabela 18-1 - Assuntos da pesquisa com o termo “Pessoa com deficiência”   | 305 |
| Tabela 19-1 - Quantitativo de descritores utilizados na coleção de Igualdade Racial                               | 320 |
| Tabela 19-2 - Tipologia Documental  | 320 |

|  |     |
|--|-----|
| Tabela 20-1 - Assunto Proteção Global                | 331 |
| Tabela 20-2 - Tipologia Documental: Direitos Humanos | 331 |

---

---

# Lista de Gráficos

---

---

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 13-1 - Coleção Reconecte   | 232 |
| Gráfico 13-2 - Coleção Famílias Fortes                                       | 232 |
| Gráfico 14-1 - Tipos de materiais da coleção física da Pessoa Idosa          | 245 |
| Gráfico 14-2 - Tipos de recursos na coleção digital da Pessoa Idosa          | 246 |
| Gráfico 15-1 - Coleção Digital Mulher  | 262 |
| Gráfico 16-1 - Quantitativo de itens por coleções                            | 276 |
| Gráfico 16-2 - Quantitativo de itens por subcomunidade                       | 277 |
| Gráfico 17-1 - Quantitativo de tipos de materiais                            | 291 |
| Gráfico 18-1 - Descritores de assunto da comunidade "Pessoa com deficiência" | 307 |
| Gráfico 19-1 - Principais assuntos da coleção digital                        | 321 |
| Gráfico 20-1 - Coleções digitais SNPG  | 332 |

---

---

# Sumário

---

---

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 1.  | Introdução   | 23  |
| 2.  | Contextualização da criação Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos    | 39  |
| 3.  | Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 51  |
| 4.  | Tesouro de Direitos Humanos  | 67  |
| 5.  | Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos                           | 79  |
| 6.  | Organização e representação da informação da Biblioteca Digital                                      | 95  |
| 7.  | Interface da recuperação da informação da Biblioteca Digital do MMFDH                                | 119 |
| 8.  | Acessibilidade da Biblioteca digital   | 151 |
| 9.  | Direitos autorais da Biblioteca Digital  | 171 |
| 10. | Estratégia para atrair os não-usuários internos no Biblioteca do MMFDH                               | 193 |
| 11. | Projeto de apoio à Biblioteca do MMFDH   | 213 |
| 12. | A coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                   | 223 |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 13. | A Secretaria Nacional da Família na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                                      | 225 |
| 14. | Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 237 |
| 15. | A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres na coleção da Biblioteca da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                                    | 251 |
| 16. | A Secretaria Nacional da Juventude na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                                    | 267 |
| 17. | Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos          | 283 |
| 18. | A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos          | 297 |
| 19. | A Secretaria da Igualdade Étnico-Racial na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                               | 313 |
| 20. | A Secretaria Nacional de Proteção Global na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos                              | 325 |
| 21. | Proposições Futuras para a Biblioteca, fundamentadas nas Temáticas das Secretarias do MMFDH   | 337 |
| 22. | Considerações Finais  | 339 |



---

---

# Agradecimentos

---

---

**U**m projeto de pesquisa envolve várias pessoas, algumas na pesquisa e outras no apoio, todas importantes para que os estudos se completem. Nesse sentido, este livro não é apenas o resultado dos nossos esforços, mas de forma indireta de outras pessoas, as quais gostaríamos de agradecer.

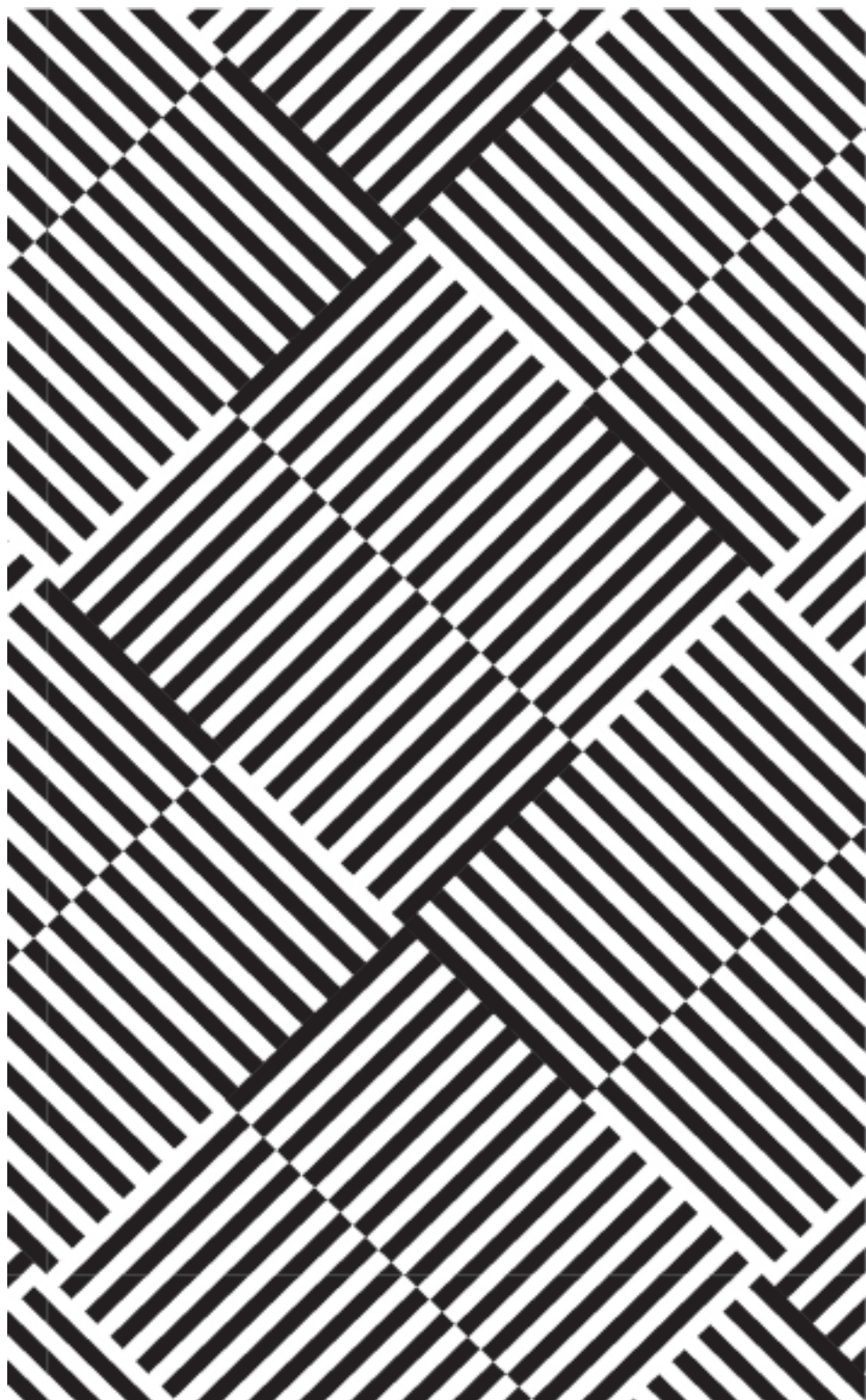
Ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Ministra Damares Regina Alves, ao Gabinete Ministerial por meio da sua Coordenadora-Geral Christiane de Oliveira Souza Zanzoni, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) por meio da Secretária Jayana Nicaretta da Silva e a Biblioteca do MMFDH por meio da sua supervisora Márcia Rocha de Aguiar. A todos os colegas do MMFDH o nosso muito obrigado.

Ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) por meio da sua diretora Cecília Leite de Oliveira; à equipe de apoio ao projeto, por meio da sua coordenadora Valéria Paiva; à Coordenação-Geral de Tecnologias da Informação e Informática, por meio do coordenador-geral Tiago Emmanuel Nunes Braga; e à Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia, por meio de seu coordenador Milton Shintaku. A todos os colegas do Ibict o nosso muito obrigado; à família e amigos dos autores, pela compreensão, companheirismo, carinho e apoio em todos os momentos, sem os quais nada seria possível.

A todos que, diretamente ou indiretamente, colaboraram nesta obra.

Desejamos a todos uma leitura transformadora,

Os autores



---

---

# Recado da Ministra

---

---

**E**m um país com tradição democrática recente, como é o Brasil, a existência de um órgão de caráter nacional voltado para a defesa dos Direitos Humanos é indispensável. Ao assumir o comando do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, em janeiro de 2019, passei a me responsabilizar por pautas fundamentais para a existência da democracia da maneira como a sonhamos.

Não tenho dúvidas que um dos direitos cuja garantia é mais cara para o desenvolvimento de um país é o acesso à informação. Acreditamos que a confiança é essencial para que o pacto firmado entre um povo e os seus governantes sobreviva e que, sem o acesso à informação, essa confiança não é possível.

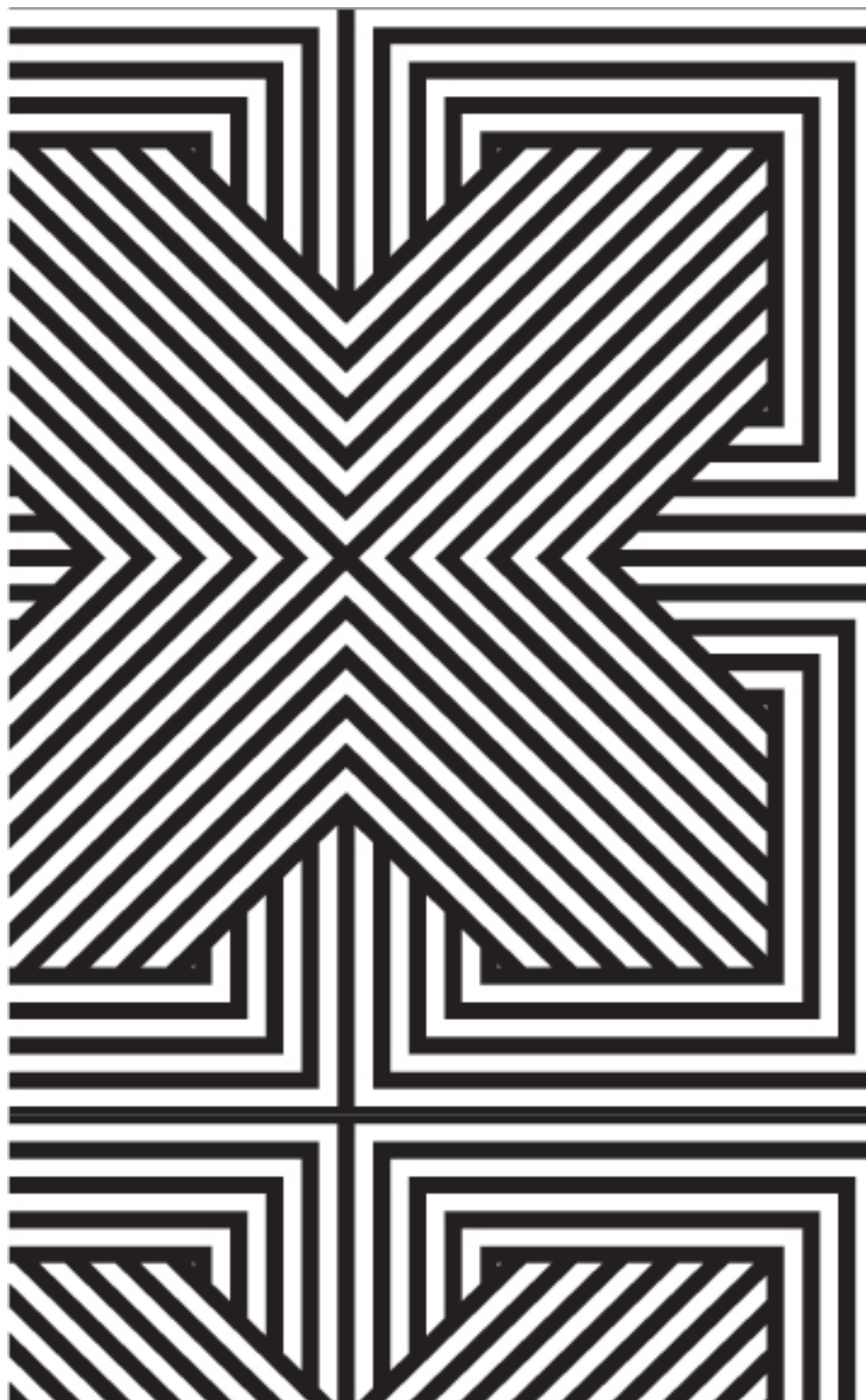
A Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos surge em um contexto de valorização da transparência governamental. Com um acervo físico e digital, ela não somente apresenta uma abordagem moderna à demanda por acesso à informação, como foca nos interesses do usuário, seja ele membro do Governo ou da sociedade civil.

O acesso ao acervo digital da Biblioteca é feito por meio de um portal de busca única, fruto dos esforços para a integração do conhecimento em políticas públicas e em proteção dos direitos humanos. As coleções reunidas ali são dotadas de importância singular para a compreensão da história dos direitos fundamentais no Brasil e passam a ter o seu acesso democratizado.

Acredito que a memória de um povo é fundamental não somente para lembrá-lo de quem ele foi, mas, principalmente, para sinalizar quem ele deseja se tornar. A Biblioteca do MMFDH atua no sentido de construir uma identidade e de manter viva a memória do nosso país por meio da garantia da transparência e do acesso à informação.

Damare Alves

Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



---

---

# Prefácio

---

---

**A** pesar de sua criação recente, em pouco tempo de funcionamento a Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos desempenhou um trabalho significativo na integração do conhecimento em políticas públicas voltadas para a promoção de direitos fundamentais. Além de gerenciar um acervo físico, a Biblioteca implementou um acervo digital acessível à toda população, contribuindo para a implementação de uma gestão mais transparente por meio da promoção do acesso à informação.

Mais do que um repositório de obras, a Biblioteca do MMFDH é parte indispensável do próprio ciclo informacional do órgão, ofertando acesso à memória técnica, apoio na normalização de novas publicações, e, por fim, disponibilização de documentos pela sua Biblioteca Digital. Faz sentido pensar, portanto, em um sistema integrado cuja atuação não se limita à disseminação do conhecimento, mas auxilia, também, na sua produção.

Ao atuar no processo editorial das publicações governamentais e assumir a responsabilidade pela normalização das obras e sua posterior publicação, a Biblioteca do MMFDH assume um papel cada vez mais ativo no atendimento das demandas do Ministério e na implementação de processos pioneiros de gestão, que, futuramente, podem vir a ser implementados em outros órgãos.

Este trabalho se debruça sobre as possibilidades exploradas e sobre os sistemas implementados no âmbito de um projeto firmado entre o Ministério e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Um dos principais objetivos visados foi a criação de um ecossistema de *softwares* integrados que podem ser acessados por uma base única, revolucionando o processo de gerenciamento de acervos e coleções.

Dessa forma, o acervo físico da Biblioteca do MMFDH seria gerenciado por um *software* (Koha), ao passo que o acervo digital seria gerenciado por outro (DSpace). A possibilidade de selecionar sistemas distintos com base na

especialização de cada um e nas demandas da Biblioteca representa um inegável avanço no contexto do gerenciamento de Bibliotecas. Assim, por meio de um ecossistema personalizado, a Biblioteca do Ministério passa não somente a otimizar antigos processos, mas a desempenhar novas funções, como é o caso da editoração.

Ao desenvolver novos métodos e padrões de atuação para atender às demandas do Ministério, a Biblioteca se transforma em um agente indispensável ao órgão, para além da missão de disseminar informação. Ela passa, também, a apoiar as Secretarias em suas publicações, além de se responsabilizar pela Revista Juventude e Políticas Públicas.

A ampliação de funções só se torna possível graças a uma rede de sistemas informatizados, implementados pelo projeto com o Ibict e descritos neste trabalho. O ecossistema desenvolvido é composto pelo Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca Física (Koha), a Biblioteca Digital (DSpace), Tesauros (TemaTres) e o Sistema de Descoberta e Entrega (VuFind).

A importância de registrar os avanços e as conquistas do projeto se resume na possibilidade de implementar sistemas informatizados em outros órgãos, revolucionando a maneira como o Governo Federal gerencia suas Bibliotecas. Ao valorizar os atores e as ferramentas que promovem o direito de acesso à informação, o Ministério passa a promover, também, a transparência dos processos e práticas governamentais.

Christiane de Oliveira Souza Zanzoni

Coordenadora-Geral do Gabinete

---

---

# Apresentação

---

---

**E**ste livro cumpre a importante missão de divulgar o trabalho realizado no âmbito de um projeto de pesquisa firmado entre a Secretaria Nacional da Juventude e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O projeto “Soluções Tecnológicas Integradas para a Gestão do Conhecimento” teve início em 2015 e visava, já na época, criar um ecossistema informatizado capaz de otimizar as práticas de disseminação e publicação a ponto de tornar a Biblioteca uma parte nevrálgica do funcionamento do órgão.

Até então, a memória da SNJ se encontrava fragmentada e de difícil acesso. Com o projeto, organizou-se o acervo físico e digital da Secretaria, além de terem sido implementados protocolos para otimizar o atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI). Todos esses esforços apontavam para uma gestão que valorizasse a transparência governamental e o direito de acesso à informação.

Em 2019, a Secretaria Nacional da Juventude teve o seu organograma institucional reconfigurado, e passou a integrar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A mudança foi fundamental para o avanço do projeto, uma vez que, com o apoio do Ibict, a Biblioteca do MMFDH passou a desenvolver métodos e padrões de atuação para suprir as demandas de atendimento de cada uma das secretarias do Ministério, ampliando seu leque de atuação e diversificando os serviços ofertados.

Inaugurou-se, assim, uma nova maneira de pensar o papel das Bibliotecas dentro de órgãos governamentais. A adoção de *softwares* livres para gerenciar o acervo físico e criar uma Biblioteca digital, acessível a todos os usuários por meio de uma busca única, possibilitou que a Biblioteca do MMFDH aliasse as atividades tradicionais à novas funções, como a participação nos processos editoriais e de publicação de estudos governamentais.

Ao atuar na normalização e na posterior disseminação de uma obra, a Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos passa a se responsabilizar pela produção e pela oferta de acesso, ampliando o alcance e o impacto de suas atividades não somente dentro do órgão, mas da própria sociedade. Sem mais delongas, é com muito orgulho que apresentamos aos leitores uma nova forma de pensar o papel das Bibliotecas a partir da valorização da transparência e do acesso à informação.

Jayana Nicaretta da Silva

Secretária Nacional da Juventude

---

---

# 1. Introdução

---

---

Milton Shintaku

A história da Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), no que se refere aos sistemas informatizados que a compõem, tem início com o Centro de Documentação em Políticas Públicas de Juventude (CeDocPPJ), pertencente à Secretaria Nacional de Juventude, que foi vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) entre 2005 e 2018. Com a mudança ministerial promovida pelo Governo, a SNJ passou a ser vinculada ao MMFDH, e a Biblioteca deste ministério incorporou o CeDocPPJ, incluindo alguns de seus sistemas informatizados.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) nasceu de uma ação interministerial, promovida pela SG/PR envolvendo 19 ministérios, juntamente com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Assim, para atender às necessidades informacionais da SNJ e seus usuários, a secretaria criou o CeDocPPJ, requerendo diversos sistemas informatizados.

Em 2015, a SNJ criou um projeto de pesquisa junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), denominado “Soluções Tecnológicas Integradas para Gestão do Conhecimento”. O propósito deste é criar um modelo de ecossistema de informação para a secretaria por meio do CeDocPPJ. A partir dos resultados iniciais, foi implementado um gerenciador de Biblioteca com o Koha, a Biblioteca Digital com o DSpace e a Revista Juventude e Políticas Públicas com o Open Journal System (OJS).

Com isso, organizou-se o acervo físico e digital da secretaria, além de ter ocorrido a promoção e a disseminação de novos conhecimentos sobre Políticas Públicas de Juventude (PPJ), atendendo em parte à Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei de nº 12.527. Esta foi criada em 18 de novembro de 2011 com a disponibilização dos registros bibliográficos do acervo e a memória técnica da SNJ. Para dar completude ao atendimento da Lei, implementou-se o Portal

de Dados da Juventude, com o *Comprehensive Knowledge Archive Network* (CKAN) e o sistema de arquivo com *Access To Memory* (AToM).

Para integrar todos esses sistemas informatizados, utilizou-se o sistema de descoberta e entrega VuFind, por meio do qual foi criado um portal de busca única. Assim, tem-se um ecossistema integrado por vários sistemas independentes, mas que possibilita uma busca única, facilitando a recuperação de informação pelos usuários da secretaria, incluindo sistemas de Biblioteca e Arquivo, como um centro de informação integrado.

Dois outros sistemas informatizados fazem parte do ecossistema: o Diretório de Pesquisa sobre PPJ e o Participatório. Eles possuem características diferentes dos demais, de modo que o Participatório foi implementado com o Noosferto e possui duas funcionalidades básicas: ser um gestor de conteúdos e de participação social. Quanto ao diretório, trata-se de um sistema que agrega informações sobre os pesquisadores, suas pesquisas e instituições, as quais foram implementadas com o *software* VIVO.

Em 2019, com a reforma ministerial, a SNJ migrou da SG/PR para o recém-criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), com a denominação de Secretaria Nacional da Juventude, mantendo a sigla. O MMFDH foi criado utilizando a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), incluindo a sua Biblioteca, além de haver o acréscimo de outras secretarias. Dessa forma, com a migração da SNJ para o MMFDH, a Biblioteca deste ministério passou a englobar as atividades do CeDocPPJ, incluindo alguns sistemas informatizados.

Nesse contexto, o projeto SNJ e Ibict passou a ser gerido pela equipe da Biblioteca do MMFDH por meio de um aditivo, o qual é fundamentado na adequação do modelo criado pela SNJ para a Biblioteca do ministério. Assim, tematicamente houve uma expansão, visto que o ministério possui várias outras secretarias atendendo a outros temas e requerendo ajustes nos sistemas informatizados.

Como a estrutura do MMFDH é mais completa que a de uma secretaria, sistemas de arquivo e dados de Governo não são atendidos pela Biblioteca, sendo cuidados por outras unidades administrativas do ministério. Da mesma forma, o diretório de pesquisadores é muito restrito a um tema, tendo sido avaliado pela equipe da Biblioteca como difícil de manter e pouco aplicado a todo o ministério e aos temas tratados.

Por fim, os sistemas informatizados que formulam o ecossistema da Biblioteca do MMFDF são o Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca Física (Koha), a Biblioteca Digital (DSpace), Tesouros (*TemaTres*) e o Sistema de Descoberta e Entrega (VuFind). Adicionalmente, a Biblioteca tem se responsabilizado por manter a Revista Juventude e Políticas Públicas como parte das tarefas criadas para apoiar as secretarias na publicação de informação.

## 1.1 SISTEMA GESTOR DE BIBLIOTECA FÍSICA – KOHA

O Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca (SIGB) utilizado na Biblioteca do MMFDH é o Koha, a ferramenta livre mais utilizada no mundo para gerir Bibliotecas, sendo adotado oficialmente em Bibliotecas públicas por países como Turquia e Filipinas. Com isso, a Biblioteca do MMFDH torna-se parte da grande comunidade de usuários Koha, a qual apoia o uso de *softwares* livres, conforme a Instrução Normativa nº 5 (IN05), de 19 de maio de 2008.

O Koha foi desenvolvido em 2000 pela Biblioteca Horowhenua Library Trust, da Nova Zelândia. Seu nome é uma palavra Maori — idioma nativo do país —, que significa “doação” ou “presente”, sendo em muitos casos utilizado como algo precioso que se dá com esperança de reciprocidade. Logo, para seus criadores, o Koha é um presente da Nova Zelândia para o mundo, na esperança de formar a grande comunidade Koha mundial.

No Brasil, porém, o Koha não é muito difundido, devido ao desconhecimento sobre essa ferramenta por parte dos docentes de biblioteconomia, como revelado por Shintaku e Schiessl (2020). Entretanto, gradativamente o interesse pela ferramenta tem crescido, sobretudo pela adoção de algumas Bibliotecas brasileiras. Nesse ponto, cabe destacar o trabalho de divulgação do Koha pelo Ibict, instituto que tem ofertado aos seus usuários um fórum de discussão, páginas Wiki em português, publicações etc.

A primeira experiência nacional do Koha foi descrita por Fernandez (2013), tendo ocorrido nas Bibliotecas públicas da cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Para o autor, o resultado relevante obtido após a adoção do *software* livre era, entre outros motivos, pelo fato de o Koha ser um *software* completo para gestão da Biblioteca, e a economia apresentada por ele não requerer pagamento de licença.

Outra experiência pioneira no uso do Koha no Brasil foi do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, relatada por Figueiredo (2015) e Figueiredo e Torquato (2017), a qual apresenta um histórico da implantação e avaliação do *software* na escola. O destaque, nesse caso, é a flexibilidade do *software* em atender à catalogação de materiais simples e complexos, com tabelas adequadas a cada tipo. Ressalta-se, no entanto, a necessidade da parceria entre as equipes de Biblioteca e informática para se lograr sucesso na sua implementação.

O Ibict também adotou o Koha para gerir sua Biblioteca, como relatado por Assis e Alvares (2014), que apresentam as conformidades do *software* às necessidades da Biblioteca do instituto. A interoperabilidade, com a oferta do protocolo Open Archives Initiative — Protocol Metadata Harvesting (OAI-PMH) —, foi destaque na escolha do Koha pelo Ibict, isto pela necessidade de participar da Rede de Bibliotecas das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Outras Bibliotecas brasileiras usuárias do Koha são a Biblioteca Graciliano Ramos, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Biblioteca do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), a do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), entre outras. Assim, pode-se ressaltar o uso do Koha em Bibliotecas de Governo, institutos de pesquisa, universidades, Bibliotecas públicas e outras instituições, muito pela flexibilidade da ferramenta e pela completude de funcionalidades ofertadas.

No casos da Biblioteca do MMFDH, a implementação do Koha deu-se anteriormente, ainda na Biblioteca da SNJ. Schiessl *et al.* (2017) destacam a sustentabilidade como um dos fatores preponderantes no uso da ferramenta, tendo em vista os cortes orçamentários sofridos pelas Bibliotecas, principalmente as governamentais. Com a integração do CeDocPPj pela Biblioteca do MMFDH, bastou os ajustes do Koha para atender ao ministério e suas novas coleções e especificidades, aproveitando toda a infraestrutura informacional e tecnológica criada.

Nesse contexto, o Koha tem atendido às necessidades da Biblioteca do MMFDH em grande parte, na medida em que nem todos os módulos foram ainda utilizados — como o de aquisição — pelas dificuldades financeiras. Entretanto, foi preciso o desenvolvimento de um Plugin para geração automática da notação Cutter-Sanborn na planilha bibliográfica MARC21 do *software* Koha (BRASILEIRO, 2019). Dessa maneira, a utilização do Koha no MMFDH contribui com a comunidade de usuários.

Por fim, a implantação do Koha na Biblioteca do MMFDH tem se apresentado como bom modelo do uso da ferramenta em Bibliotecas de Governo. Atende aos requisitos propostos pelo IN04, pelo princípio da economia, por não pagar licença, mesmo que requeira suporte constante da equipe de informática, assim como todos os sistemas informatizados. Além disso, revela a conformidade do Koha em Bibliotecas governamentais temáticas. Biblioteca Digital – Dspace.

Quanto ao acervo digital do MMFDH, composto em grande parte por memória técnica, foi empregado o DSpace, originalmente utilizado para repositórios acadêmicos, mas que tem se mostrado apropriado para outras aplicações. Com isso, mostra a adaptabilidade do DSpace para gerenciar conteúdos diversos, ofertando acesso organizado e com representação condizente com tipologias documentais diversas.

O DSpace é um *software* livre, de código aberto, altamente configurável e mantido pela organização sem fins lucrativos DuraSpace. Inicialmente, como relatam Baudoin e Branschofsky (2003), o DSpace era um projeto da Biblioteca do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nascido da necessidade da Biblioteca do MIT em compartilhar a produção científica da instituição entre seus pesquisadores pela coordenação da diretora da Biblioteca Ann J. Wolpert. O DSpace teve início em 2000, com um contrato entre o MIT e os laboratórios do Hewlett — Packard (HP), tendo o seu código liberado para acesso aberto em 2002.

O DSpace é o *software* livre mais utilizado no mundo para a criação de sistemas de informação voltados à disseminação de informação, geralmente acompanhado do conteúdo completo. Nesse sentido, apresenta uma grande quantidade de nomenclaturas, como Acervo, Banco, Biblioteca Digital e Repositório, de modo que a última é a mais utilizada na academia. Já a Biblioteca Digital, por sua vez, tem usos tanto na academia quanto em outras iniciativas.

Analisando o termo “repositório”, vê-se que é formado por *re* (de novo) + *por* (colocar) + *torio* (local), ou seja, local onde se repõe coisas. Tal definição morfológica encontra fundamentos desde o início do movimento de acesso aberto, em que — segundo Harnad *et al.* (2004) — repositórios eram denominados de “via verde” por ter um cópia de artigos publicados em revistas de acesso restrito, dando acesso livre, isto é, luz verde ao acesso. Esse mesmo ponto foi defendido por Weitzel (2009), que considera o repositório como segunda fonte; a primeira é a revista. Björk (2007), por seu lado, considera o repositório como facilitador de acesso, pois possui uma cópia do documento publicado em outro canal.

Biblioteca Digital é um refinamento do termo Biblioteca, mas com aspectos mais complexos, podendo ser considerado como uma resposta à sociedade da informação (STEELE, 1993). Alinhado a esse pensamento, Cunha (1995) defende que a Biblioteca digital é um caminho a ser trilhado, com vistas a ser contextualizado com o momento digital. Sayão (2009), por sua vez, ainda considerava a Biblioteca digital como um conceito em formação, visto que é influenciado pela tecnologia e permanece um sistema relativamente novo, se comparada às Bibliotecas físicas.

Nesse contexto, pode-se defender que, para órgãos de Governo, o termo “Biblioteca digital” se torna mais relevante que repositório, pois o seu acervo é composto por memória técnica, de primeira fonte. Esse aspecto encontra aporte no que Shintaku e Vidotti (2016) apresentam, nas Bibliotecas digitais, como publicadoras de informação, oferecendo acesso amplo à documentação que antes era restrita por questões técnicas.

Assim, justifica-se a denominação da Biblioteca Digital do MMFDH, visto que é um sistema de informação de um órgão do Governo cujo acervo será composto pela memória técnica do ministério, atendendo, em parte, à Lei de Acesso à informação. Como tipificado por Andrade, Shintaku e Barros (2018), entende-se memória técnica como designação composta por termos de referência (consultorias); relatórios de consultorias; atas de reuniões referentes às consultorias; plano de trabalho ou de comunicação; propostas de projetos; memorando de entendimento; acordo; produto de consultorias; editais; projeto executivo; parecer; carta-documento; e termo de cooperação, entre outros, que são considerados como literatura cinzenta, por não terem sido publicados por meios tradicionais ou terem acesso restrito.

Mesmo que o DSpace tenha sido criado para repositórios digitais acadêmicos, tem sido muito utilizado por órgãos de Governo, de modo que a primeira utilização dessa ferramenta fora da academia foi no Brasil, com a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Para Basevi (2005), o DSpace se apresentou adequadamente à criação de Bibliotecas digitais jurídicas, tanto que propôs um consórcio com outras instituições jurídicas.

O DSpace, neste caso, se apresentou adequado, pois possibilita organizar o acervo conforme os temas tratados pelo ministério, refletindo a estrutura das secretarias. Cabe observar que cada ministério trata de grandes temas, os quais são refinados pelas suas secretarias. No caso do MMFDH, além dos temas sobre a Mulher, Família e Direitos Humanos, há temas sobre Juventude, Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial.

Da mesma forma que a possibilidade de customização dos campos de metadados possibilita a criação de coleções por tipo de documentos, o DSpace utiliza,

por padrão, o Dublin Core (DC), podendo ser customizado para usar outro. Mas, como descrito por Macêdo, Shintaku e Brito (2015), o programa adapta-se bem à documentação dos órgãos de Governo, adicionando qualificadores aos elementos já existentes no esquema de metadados.

A implementação da Biblioteca Digital do MMFDH tem sido encaminhada com um modelo estruturado e adequado à publicização do seu acervo, o qual é composto pela memória técnica do ministério. O DSpace se apresenta como a melhor opção para a Biblioteca digital, possibilitando a organização temática conforme a necessidade de disseminação da informação, com uma representação adequada às suas coleções.

## 1.2 TESAuros DO MMFDH – TEMATRES

Como forma de padronizar a terminologia e dar maior entendimento aos temas tratados pelo MMFDH, a sua Biblioteca está criando o Tesaurus do MMFDH, implementado com o *software* livre *TemaTres*. Para tanto, tem utilizado obras do acervo e da Biblioteca digital como corpus para a extração dos termos que irão compor o tesaurus. Com isso, possibilita criar um vocabulário controlado, com os termos autorizados para os sistemas de informação da Biblioteca, tanto para o físico quanto para o digital.

Tesaurus faz parte dos chamados vocabulários controlados, segundo a norma americana ANSI/NISO Z39.19-2003 (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION; AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE, 2010), que o descreve como uma lista estruturada em ordem conhecida de termos, apresentada e identificada por indicadores padronizados de relação. Para a norma ISO-2788-1986, tesaurus é um vocabulário controlado de indexação cujas relações entre conceitos são explícitas. Moreira e Moura (2006) relatam que o tesaurus é uma resposta à necessidade de recuperação da informação, sendo também uma ferramenta de indexação com a flexibilidade necessária para outros usos.

Para o registro dos termos do Tesaurus do MMFDH foi utilizada a ferramenta livre *TemaTres*. Em 2006, Campos *et al.* (2006) já o destacava como *software* livre mais completo para a criação de tesaurus, mesmo com algumas restrições na época. Desde então, como ressalta Ferreyra (2019), o *TemaTres* teve uma grande evolução, sempre voltado às necessidades concretas dos usuários, que são os orientadores no desenvolvimento do projeto *TemaTres*.

Por possuir muitos recursos e pela facilidade de uso, Galdino e Sabbag (2017) indicam o uso do *TemaTres* para ensino e construção de tesaurus. Tal facilidade, no

entanto, não diminui a sua robustez, ofertando funcionalidades diversas na criação de taxonomias e tesouros, assim como para apresentar termos com metadados apropriados. Desse modo, possibilita-se com facilidade o registro de termos de um vocabulário controlado, assim como sua descrição para a criação de tesouros.

A finalidade do tesouros do MMFDH é apoiar a indexação dos registros do Koha e do DSpace, ou seja, no processamento técnico das obras referenciais e digitais. Para tanto, tem produzido estudos de integração entre o *TemaTres* e o Koha e DSpace, destacando as diferenças entre os esquemas de metadados dessas duas ferramentas. O Koha opera com o Marc 21 e o DSpace com o Dublin Core, o que requer formas de integração diferenciadas.

A integração dos registros do *TemaTres* com o DSpace e o Koha trará grandes avanços, na medida em que por meio deles cria-se o vocabulário controlado, utilizando as funcionalidades do *TemaTres* e seus registros como controle de autoridade de assuntos nos outros dois sistemas. Essa complementaridade entre os sistemas apresenta um grande ganho para a Biblioteca, pois oferta aos usuários um tesouro e indexações padronizadas.

No caso do DSpace, o estudo está sendo direcionado ao processo de integração entre os dois sistemas. Diante disso, Ribeiro Segundo *et al.* (2013) verificaram a possibilidade de uso de controle de autoridade, e Shintaku e Bräscher (2007) o uso de vocabulário controlados. Em ambos os casos logrou-se sucesso, o que revela as funcionalidades no apoio à padronização na descrição dos conteúdos hospedados no sistema.

Para o Koha, o controle de autoridade funciona de forma mais complexa. Assim, a opção foi exportar os dados no *TemaTres* em formato Marc e importá-los no Koha. Para tanto, estudos aplicados são necessários, pois, de forma padrão, o *TemaTres* não oferta um exportador de registros em Marc 21. A integração não é automática, mas possibilita criação no *TemaTres* e uso no Koha, mesmo que o processo requeira ação manual.

O Tesouros do MMFDH torna-se mais que um sistema de informação, uma vez que disponibiliza termos relacionados aos temas tratados pelo ministério, funcionando como gerenciador do vocabulário controlado para o gerenciador do acervo físico e da Biblioteca digital. Além disso, contribui com a oferta de informações validadas sob a forma de terminologias padronizadas sobre temas relevantes tratados pelo MMFDH.

### 1.3 SISTEMA DE DESCOBERTA E ENTREGA – VUFIND

Como a Biblioteca do MMFDH gerencia vários sistemas informatizados, ela requer um que agregue todos para formar um ecossistema integrado, acrescido de um portal de busca único. Para tanto, todos os sistemas envolvidos devem disponibilizar metadados a fim de que possam ser coletados, tratados, armazenados, indexados e dispostos para buscar um sistema de descoberta e entrega. Com isso, a Biblioteca do MMFDH oferece mais um sistema informatizado para os seus usuários.

Com a evolução dos sistemas informatizados para as unidades de informação (Bibliotecas, centros de documentação, arquivos, museus, etc), ainda no final do século passado surgiu o movimento dos arquivos abertos (Open Archives). Esse movimento inovou com o processo de interoperabilidade, o qual permite a troca de informação entre sistemas por meio da coleta automática de metadados ou *harvesting*, com uso de protocolos de comunicação.

Esse contexto possibilitou o surgimento dos sistemas de descoberta e entrega que aprimoram o processo de indexação, recuperação e apresentação da informação coletada de outros sistemas. A denominação original em inglês, *web-scale discovery systems*, denota a sua finalidade em possibilitar a agregação de grande quantidade de metadados e ofertar serviços de recuperação e descoberta de informações.

Nesse sentido, com o modelo digital, as Bibliotecas devem gerir grande quantidade de informação. Foster (2018), aliás, aponta a tendência do uso mais frequente desses sistemas nessas unidades de informação. Vaughan (2011), por sua vez, argumenta que os sistemas de descoberta e entrega ofertam serviços informacionais aos acadêmicos de forma mais eficaz e atual. Esses pontos revelam a importância dos sistemas de informação para a Biblioteca com o uso cada vez maior da informação digital.

A ferramenta selecionada para a implementação do Portal de Busca Única do MMFDH foi o VuFind, que foi mantido pela Biblioteca Falvey Memorial Library e desenvolvido na Universidade Villa Nova, Pensilvânia, nos Estados Unidos. O Vufind é um *software* livre, de código aberto, considerado por Emanuel (2011) como a nova geração de sistemas de catálogos bibliográficos.

No MMFDH o VuFind integrará os registros do Koha e Dspace, além de outros, com o objetivo de possibilitar que o usuário tenha acesso às informações referenciais e digitais mantidas pela Biblioteca. No entanto, o Koha e o DSpace

se mantêm independentes com suas interfaces de usuários, de modo que o portal apenas agrega os metadados para facilitar a recuperação de informação em um modelo federado de sistemas.

Por fim, o Portal de busca única da Biblioteca do MMFDH oferta um serviço de informação eficaz e atual, apropriado para unidades de informação que mantêm um acervo físico e investem no acervo digital. Com isso, adota postura de ofertar serviços tradicionais de Biblioteca, adicionando novos serviços e se adequando às necessidades dos usuários.

## 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos tem uma relação direta com a democracia e a atuação do Governo em temas de preocupação atual. Revela a maturidade política do nosso país, visto que muitos países com tradição democrática mais antiga não possuem possui órgãos de Governo que tratam desses temas com status de ministério. Os Direitos Humanos, base da criação do MMFDH, são direitos fundamentais e conquistas da civilização.

A Biblioteca do MMFDH possui um acervo físico, gerenciado pelo Koha, e um acervo digital, gerenciado pelo DSpace. Em ambos os casos, as informações estão disponíveis na Internet para os usuários tanto do próprio ministério como da sociedade em geral, que tenham interesse nos temas atendidos. Por isso mesmo, as informações são padronizadas e podem ser acessadas por um portal de busca única. Esses diferenciais revelam uma Biblioteca estruturada e atual, ofertando serviços aos seus usuários.

Nesse contexto, o fato de o MMFDH ter uma Biblioteca revela a importância da informação para o ministério, bem como o legado das publicações sobre os temas relevantes para o órgão e a preocupação com as novas informações no formato digital. Tal conjuntura apresenta, portanto, aderência à publicação da memória técnica digital no sentido atender à transparência governamental. Enquanto isso, as obras físicas permanecem resguardadas, pois representam o passado e o presente da Biblioteca.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de; SHINTAKU, M.; BARROS, P. P. de. Proposta de elementos de metadados para representação e recuperação de memória técnica: o caso da Rede Ufes-Rio Doce. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 41–58, 2018. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1918/41-58>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ASSIS, T. B. de; ALVARES, L. M. A. de R. A Biblioteca do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a disseminação das atividades em ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 8, n. 1, p. 32–41, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/3024>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BASEVI, T. BDJur Consortium – Juridical Digital Library: implementing DSpace in the Brazilian Judiciary. In: IX ELPUB2005 CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 2005. **Proceedings** [...]. Bélgica: ELPUB, 2005. p. 127–132. Disponível em: <https://elpub.architexturez.net/system/files/pdf/150elpub2005.content.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BAUDOIN, P.; BRANSCHOFKY, M. Implementing an Institutional Repository: The DSpace Experience at MIT. **Science & Technology Libraries**, v. 24, n. 1–2, p. 31–45, 1 jul. 2003. DOI: [https://doi.org/10.1300/J122v24n01\\_04](https://doi.org/10.1300/J122v24n01_04). Acesso em: 15 fev. 2020.

BJÖRK, B. C. A model of scientific communication as a global distributed information system. **Information Research**, v. 12, n. 2, p. 307, 2007. Disponível em: <http://informationr.net/ir/12-2/paper307.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASILEIRO, Í. B. **Plugin para geração automática do Cutter-Sanborn no software Koha**. Brasília: Ibict, 2019. Disponível em: <https://github.com/olatiitalo/cutterPlugin/tree/master>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CAMPOS, M. L. de A.; GOMES, H. E.; MARTINS, A. E.; CAMPOS, M. L. M.; CAMPOS, L. M.; SALES, L. F. Estudo comparativo de softwares de construção de tesauros. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 68–81, abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000100006>. Acesso em: 13 maio 2020.

EMANUEL, J. Usability of the VuFind Next-Generation On-line Catalog. **Information Technology and Libraries**, v. 30, n. 1, p. 44, 1 mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.6017/ital.v30i1.3044>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FERNANDEZ, R. S. O uso de softwares livres na gestão pública de acervos informacionais: o caso do Koha nas Bibliotecas de São Bernardo do Campo. **Informação**

**& Informação**, v. 18, n. 2, p. 231–248, 30 ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2013v18n2p231>. Acesso em: 12 set. 2020.

FERREYRA, D. Prefácio. *In*: SHINTAKU, M. (org.). **Guia do usuário do TemaTres**. Brasília: Ibict, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4199>. Acesso em: 03 jan. 2020.

FIGUEIREDO, M. F. de. Análise do aplicativo Koha no Colégio Pedro II: Um relato de experiência. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 653, 25 set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v13i3.2125>. Acesso em: 30 abr. 2020

FIGUEIREDO, M. F. de; TORQUATO, L. C. B. Cenário pós-implantação do software Koha no Colégio Pedro II. **Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 2, p. 146–158, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/13652>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FOSTER, A. K. Determining librarian research preferences: a comparison survey of web-scale discovery systems and subject databases. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 44, n. 3, p. 330–336, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aca-lib.2018.04.001>. Acesso em: 05 set. 2020.

GALDINO, R.; SABBAG, D. M. A. TemaTres e a construção de tesouros: aspectos de aplicabilidade para o profissional da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2566–2579, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1040>. Acesso em: 13 abr. 2020.

HARNAD, S. *et al.* The access/impact problem and the green and gold roads to open access: an update. **Serials Review**, v. 30, n. 4, p. 310–314, jan. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/00987913.2004.10764930>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MACÊDO, D. J.; SHINTAKU, M.; BRITO, R. F. de. Dublin Core usage for describing documents in Brazilian Government Digital Libraries. *In*: DCMI INTERNATIONAL CONFERENCE ON DUBLIN CORE AND METADATA APPLICATIONS, 2015. **Anais** [...]. São Paulo: [s. n.], 2015. p. 129–135. Disponível em: <https://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3768>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 7, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007757/43a563dfb11108c60a2325841f6175b7/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION; AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. **Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies: an American National Standard.** [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: [https://groups.niso.org/apps/group\\_public/download.php/12591/z39-19-2005r2010.pdf](https://groups.niso.org/apps/group_public/download.php/12591/z39-19-2005r2010.pdf). Acesso em: 03 abr. 2020.

RIBEIRO SEGUNDO, W. *et al.* A implementação de controle de autoridade em sistemas baseados em DSpace. *In: XI CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO*, 2013. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2025>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SAYÃO, L. F. **Afinal, o que é Biblioteca digital? Revista USP**, v. 0, n. 80, p. 6, 1 fev. 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i80p6-17>. Acesso em: 05 set. 2020.

SCHIESSL, I. T.; JESUS, J. R.; SANTOS, P. R. dos; MACÊDO, D. J.; SHINTAKU, M. Implantação do Sistema de Gestão de Biblioteca Koha na Biblioteca de Juventude da SNJ. *In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 27., 2017. **Anais [...]**. Fortaleza: FEBAB, 2017. v. 27, . Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1986>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SHINTAKU, M.; BRÄSCHER, M. Dspace versão 1.4: Uma análise das facilidades relacionadas ao assunto. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS BRASIL*, 2007. **Anais [...]**. São Paulo: SIBDB, 2007. Disponível em: <http://www.Bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=23471>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SHINTAKU, M.; SCHIESSL, I. T. O conhecimento sobre o software Koha no Brasil pelos professores de biblioteconomia de cursos presenciais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020005, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v18i0.8656058>. Acesso em: 13 jun. 2020.

SHINTAKU, M.; VIDOTTI, S. A. B. G. **Bibliotecas e repositórios no processo de publicação digital. Biblos**, v. 30, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5762>. Acesso em: 30 set. 2020.

STEELE, C. Millennial libraries: management changes in an electronic environment. **The Electronic Library**, v. 11, n. 6, p. 393–402, jun. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb045262>. Acesso em: 09 set. 2020.

VAUGHAN, J. Web scale discovery services. *In: ALA TECHSOURCE. **Library Technology Reports***. v. 47, n. 01. Chicago, American Library Association, 2011. Disponível em: <http://site.ebrary.com/id/10469319>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WEITZEL, S. da R. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. *In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2009. **Anais** [...]. João Pessoa: Enancib, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3278/2404>. Acesso em: 14 abr. 2020.

## **SOBRE O AUTOR**



### **Milton Shintaku**

Coordenador do projeto SNJ-IBICT. Mestre e doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), é editor executivo da Revista Juventude e Políticas Públicas e 1º secretário da Associação Brasileira de Editores Científicos, período 2016-2018.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/K4258748Z7>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-6476-4953>

### **Como citar**

SHINTAKU, Milton. Introdução. *In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 23 – 36. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.int

# Seção 1

# Sobre a Biblioteca



---

---

## 2. Contextualização da criação Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Márcia Rocha de Aguiar

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMF-DH) é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos. No ano de 2019 foi estruturada a Biblioteca que reúne publicações bibliográficas de suma importância para a conservação da história dos direitos individuais no Brasil. A Biblioteca possui um acervo único e de importância histórica singular para a compreensão do aprimoramento das ações desenvolvidas em prol dos direitos fundamentais do homem, sobretudo com relação às políticas públicas brasileiras implementadas. Os materiais reunidos pela Biblioteca servem de prova dessa trajetória e são fontes privilegiadas para pesquisas relacionadas à evolução dos direitos humanos, por meio das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

A estruturação do acervo na Biblioteca está diretamente ligada à trajetória da temática dos Direitos Humanos no Brasil. Para entender a complexidade, dificuldade e importância da constituição deste acervo sobre Direitos Humanos é necessário voltar no tempo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada em 1948 e se tornou o marco normativo internacional que estabeleceu a proteção universal dos direitos humanos. O Brasil muito cedo incorporou dispositivos de reconhecimento e proteção aos direitos humanos à sua ordem

jurídica. Porém a 1ª estrutura governamental constituída para cuidar do tema só aconteceu em 1997, com a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) na estrutura regimental do Ministério da Justiça (MJ), a qual em 1999 foi transformada em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), passando a ter assento nas reuniões ministeriais.

Em função do dinamismo na política do país, aconteceram diversas reformas administrativas de 1999 a 2019, como mudanças de vinculação, fusões, incorporações e extinções, o que levou as estruturas das áreas responsáveis pelas temáticas relacionadas a Direitos Humanos a estarem dispostas em diversas configurações. Em alguns momentos, as temáticas dispunham de maior ou menor visibilidade, e até mesmo encontravam-se dispersas na estrutura governamental.

Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Em 2018 o Ministério, com a denominação de Ministério dos Direitos Humanos (MDH), possuía em vários setores de suas secretarias minibiibliotecas com acervos relacionados às respectivas missões desses órgãos, sendo que algumas dessas publicações tinham alto valor no âmbito da informação histórica e memorialística relacionada à aplicação de políticas públicas no Brasil. Algumas obras são únicas no país, ou seja, nenhuma outra instituição as possui em seu acervo.

Como dito anteriormente, a constituição desse acervo disperso dentro do Ministério se deu em razão das variadas reorganizações da estrutura de Governo, o que impediu a criação de base de dados referenciais de materiais bibliográficos acessível em uma rede. Parte das publicações encontravam-se em caixas e armários, sem possibilidade de acesso pelo público-alvo (pesquisadores, organismos nacionais e internacionais, formadores de opinião).

A Seppir, preocupada com a guarda de documentos históricos e a preservação de sua memória institucional, reservou uma sala, próxima ao Gabinete da Secretaria, para reunir materiais ligados à sua história institucional. Esse acervo foi o ponto de partida para a criação da Biblioteca.

Não se sabe ao certo quando essa coleção foi iniciada, mas é importante ressaltar que na realização deste agrupamento pôde-se perceber o cuidado empreendido ao longo dos anos para identificar elementos marcantes em sua trajetória e comprovar sua atuação por meio do conjunto de documentos produzidos pela Seppir, materiais bibliográficos impressos e publicados que se apresentam em suportes de variados formatos, como, por exemplo, livros, folhetos, catálogos, fitas de VHS, CDs, bem como um grande número de publicações bibliográficas sobre igualdade racial com dedicatórias dos autores para as autoridades da Seppir.

Nesse contexto, o comprometimento dos gestores da Seppir com o acondicionamento e conservação demonstra a importância de se promover o registro e a transmissão de conhecimento e experiências desenvolvidas em igualdade racial. De acordo com Morigi e Brentano (2005), o processo de transmissão da cultura de uma sociedade ou de uma geração a outra ocorre através de ferramentas de informação, e a escrita, principalmente a impressa, é a forma de maior difusão.

O acervo da Seppir possui um caráter único em função do seu contexto de desenvolvimento, por isso é insubstituível e fundamental para a história do processo de combate às desigualdades raciais no Brasil. Considerando que as demais Secretarias deste Ministério também possuem materiais que traduzem ideais e valores em defesa da vida humana, foi proposta a criação de uma unidade informacional para abarcar todos os temas relativos ao Ministério. Foi aplicada a metodologia de análise estratégica SWOT com a intenção de avaliar a situação e identificar os pontos fracos e fortes e como eles sofrem influência de cenários externos, tais como oportunidades e ameaças.

## **2.1 ANÁLISE SWOT PARA CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA**

De acordo com Ghazinoory, Abdi e Azadegan-Mehr (2011), a análise SWOT é um instrumento muito utilizado para a avaliação de ambientes internos e externos com o intuito de alcançar uma abordagem sistemática e oferecer um importante apoio para situações de tomada de decisão.

**Quadro 1 - Matriz SWOT – Criação da Biblioteca no MMFDH.**

|                         |   |   |
|-------------------------|---|---|
| <b>Fatores Internos</b> | <b>PONTOS FORTES</b>  | <b>PONTOS FRACOS</b>  |
|                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Necessidade de automatizar o acervo e disponibilizá-lo.</li> <li>✓ Necessidade de criar um Repositório Institucional de acesso aberto.</li> <li>✓ Necessidade de disponibilizar informações sobre a implementação das políticas públicas.</li> <li>✓ Publicações e materiais com alto valor histórico sobre a implementação das políticas públicas.</li> <li>✓ Novas publicações e materiais editados pelo Ministério e suas Secretarias.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acervo disperso em várias localidades.</li> <li>✓ Falta de sistema de informação integrado.</li> <li>✓ Desconhecimento da existência desse acervo pelos interessados.</li> <li>✓ O <i>Link</i> Biblioteca no <i>site</i> do MMFDH é resultado de uma relação de documentos apresentados pela ordem de ingresso na base.</li> <li>✓ Falta de parcerias com instituições e órgãos afins.</li> <li>✓ Desconhecimento da Lei de Depósito Legal (Lei 10.994/2004).</li> <li>✓ Desconhecimento da Lei do Livro, no que se refere à atribuição de nº ISBN e à ficha catalográfica (Lei 10.753/2003).</li> </ul> |
| <b>Fatores Externos</b> | <b>OPORTUNIDADES</b>  | <b>AMEAÇAS</b>  |
|                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Colocar os saberes e conhecimentos sobre a temática de Direitos Humanos a serviço da sociedade.</li> <li>✓ Estabelecer um Sistema Integrado de informação e difusão no campo dos direitos individuais e coletivos.</li> <li>✓ Visibilidade dos resultados das políticas públicas implementadas no âmbito do Ministério e Secretarias.</li> <li>✓ Participar ativamente de comunidades temáticas de Direitos Humanos.</li> <li>✓ Permitir que numa eventual mudança de vinculação o acervo (físico e virtual) acompanhe a temática na nova estrutura governamental.</li> <li>✓ Softwares livres.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mudanças na estrutura do Governo.</li> <li>✓ Ausência de Unidade designada no Regimento Interno a fim de regulamentar o funcionamento da atividade.</li> <li>✓ Perspectiva de sobrecarga ou até descontinuidade de trabalho em razão da ausência de pessoal.</li> <li>✓ Dificuldade para alocar recursos para desenvolvimento das atividades.</li> <li>✓ Google.</li> <li>✓ Concurso para bibliotecário.</li> </ul>  |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

A análise SWOT realizada demonstra que uma das forças do MMFDH é ser uma referência para quem busca informações sobre políticas públicas implementadas no âmbito do Ministério e de suas Secretarias. Porém, seu “*Link* Biblioteca no site do MMFDH” deveria ser mais interativo e intuitivo de forma que o usuário obtenha a informação desejada rapidamente. Os materiais estão distribuídos em 12 classes e é apresentado pela ordem de ingresso na base sem nenhum tipo de busca.

A fraqueza percebida na análise SWOT realizada tem a ver com as terminologias utilizadas para identificação das classes no “*Link* Biblioteca no site do MMFDH”. Alguns dos termos utilizados para denominar classes temáticas não apresentam relações associativas que possibilitam ao interessado em um determinado assunto navegar no site e localizar a informação desejada. Ao facilitar o entendimento sobre as informações oferecidas, haverá maior comunicação entre Ministério e usuário.

O MMFDH é uma instituição pública sujeita a constantes mudanças de estruturas, alterações na forma de gestão, falta de pessoal e recursos. Todas estas variáveis são ameaças à inclusão de uma unidade em seu organograma, que seja responsável pela execução dos serviços de Gestão da Informação.

O mecanismo de busca Google também é visto como uma ameaça, pois oferece informação aos usuários provenientes de várias fontes com rapidez, mas por outro lado apresenta um excesso de informações desorganizadas e fontes sem credibilidade.

Outro fator essencial é que a Biblioteca passe a fazer parte da estrutura regimental do MMFDH, com cargo para bibliotecário. Esse fator é importante, uma vez que será necessário pessoal qualificado para que a Biblioteca melhore seus serviços e produtos existentes e planeje novos, bem como é necessário estabelecer estrutura de gratificação compatível com o mercado, observando-se o equilíbrio interno e externo, com vistas a se constituir fator de atração e retenção de profissional da área de Biblioteconomia.

Uma grande oportunidade é a existência de softwares livres, que podem auxiliar na disponibilização *on-line* do acervo do MMFDH e de publicações eletrônicas. Almeida (2005, p. 3) destaca que o bibliotecário “[...] analisa, de uma perspectiva estratégica, as ameaças e oportunidades do ambiente externo e interno, estará definindo objetivos com mais segurança e tomando decisões que afetarão o futuro dos serviços com maior grau de certeza quanto a atingir aqueles objetivos”. Após a análise, decisões referentes a ações devem ser priorizadas, sendo tomadas pelo MMFDH para estruturação da Biblioteca:

- A adoção de *software* livre e gratuito é uma ação importante, uma vez que a ameaça identificada, “Dificuldade para alocar recursos para desenvolvimento das atividades”, levou a considerar a oportunidade “*softwares* livres”;
- Disponibilizar informações sobre a implementação das políticas públicas em resposta à fraqueza de “Desconhecimento da existência desse acervo pelos interessados”;
- Dotar o MMFDH de rotinas para cumprimento das legislações que tratam do Depósito Legal, atribuição de nº ISBN e elaboração de ficha catalográfica para a produção de material bibliográfico.

## 2.2 AUTOMAÇÃO DA BIBLIOTECA

O primeiro passo com o propósito da estruturação de uma Biblioteca especializada, para disseminação dos conhecimentos gerados no âmbito Ministério, foi procurar identificar um sistema de gestão de Biblioteca que atenda a todas as atividades inerentes ao ambiente da Biblioteca.

Considerando que a definição de um *software* para automação de Bibliotecas é tarefa de certa complexidade, por ser um processo que foge aos padrões habituais das atividades de uma Biblioteca, foram realizadas visitas de prospecção a Bibliotecas localizadas na Esplanada dos Ministérios, dentre elas a da Presidência da República (PR) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), nas quais foi possível conhecer a experiência da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), à época vinculada à Presidência da República (PR), na utilização do Koha, Integrated Library System, ou simplesmente Koha, desenvolvido pela Biblioteca Horowhenua Library Trust da Nova Zelândia e mantido por extensa comunidade internacional de desenvolvedores, que investigam o funcionamento da aplicação e criam novas funcionalidades.

Por meio de contatos realizados com bibliotecárias da SNJ foi possível levantar dados e verificar a satisfação dos profissionais que utilizavam esse *software* de gerenciamento de Bibliotecas totalmente operado via internet, considerado o primeiro sistema completo de gestão de Bibliotecas e centros de documentação em formato de *software* livre e aberto. Dando continuidade ao processo de identificação de um *software*, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) foi consultada e atestou a viabilidade técnica para instalação do Koha do Ministério.

De acordo com as diretrizes do Comitê Técnico de Implementação de *software* livre do Governo Federal (Cisl), optou-se pela instalação do Koha para gerir os processos administrativos da Biblioteca do MMFDH. Justificou-se a escolha por ser um *software* livre, 100% baseado em tecnologias Web e compatível com as principais normas internacionais da área da Biblioteconomia, tais como UNIMARC, MARC21, Z39.50, MARCXML, ISO2709, SRU/SRW, SIP2, RSS etc. Além disso, é disponibilizado gratuitamente e faz parte de uma enorme comunidade de desenvolvimento, o que assegura uma melhoria contínua do produto, tanto em termos de novas funcionalidades como em termos de atualizações de segurança e estabilidade do sistema.

Assim, em 2018 foram mantidos entendimentos com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), vinculado ao Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para a formalização de parceria técnica sem transferência de recursos financeiros, com o objetivo de auxiliar o Ministério na implementação do Koha e capacitação da equipe para utilizá-lo. A minuta do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi negociada entre as duas instituições e as tramitações para a sua assinatura foram concluídas poucos dias antes do fim do governo do ex-presidente Michel Temer, quando considerou-se apropriado aguardar a mudança de Governo para dar prosseguimento às tratativas para o acordo.

Com a reforma ministerial de 2019, empreendida pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) é transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e a Secretaria Nacional de Juventude foi incorporada ao seu organograma.

Considerando o que a SNJ, à época vinculada à presidência da República, tinha firmado um Termo de Execução Descentralizado (TED) para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas integradas para a gestão do conhecimento no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), nas temáticas de Juventude e Participação Social”, que se encontrava em andamento com o Ibict, optou-se pelo aditamento do projeto com a finalidade de estruturar, a partir do desdobramento deste projeto de pesquisa, a Biblioteca para o Ministério com o objetivo de desenvolver um sistema de informação consolidado de conhecimentos proveniente do Ministério e das Secretarias de vinculação.

O termo aditivo foi estabelecido a fim de adaptar o modelo criado para a SNJ, ampliando-o para ser aplicado no MMFDH e suas múltiplas secretarias, dotando-o de sistemas informatizados e serviços de Biblioteca que atendam às necessidades, principalmente de prestar serviços de informação, de disseminar informações de forma padronizada, com elementos editoriais, garantindo maior qualidade à produção e conservação de conteúdo no âmbito ministerial.

## **2.3 TERMO ADITIVO PARA ESTRUTURAÇÃO DA BIBLIOTECA**

O termo aditivo foi estabelecido para a migração e a redefinição do escopo de ação dos *softwares* implementados pelo Ibict no projeto, visto que, até aquele momento, eles tinham como objetivo atender somente à SNJ e, após

a incorporação da Secretaria ao MMFDH, houve aumento de abrangência temática. O modelo de sistema de informação desenhado para a SNJ teve que ser repensado para atender às necessidades de todas as secretarias do MMFDH e foi estabelecido com os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Adaptação do modelo criado para a SNJ, ampliando-o para ser aplicado no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), composto por múltiplas secretarias e organização complexa, de modo a atender o objeto do projeto em sua integralidade.

Objetivos específicos:

Adaptar todos os sistemas implementados do Ibict para o ministério, conforme cronograma de repasse, formando o ambiente para atuação dos ajustes, com repasses de tecnologia programados à equipe de informática, conforme modelo original;

Levantar e implementar de novos sistemas informatizados para atender à Biblioteca do ministério, no sentido de atender ao modelo adaptado ao MMFDH;

Atender a todo o ministério e suas secretarias/serviços de informação, adaptando o modelo original ao novo cenário;

Atender às necessidades informacionais do ministério com um sistema de apoio ao processo editorial.

Em agosto de 2019, a Biblioteca iniciou suas atividades visando a implantação de um sistema de gerenciamento que disponibilizará informações relevantes nas áreas de direitos humanos, facilitando e estimulando o uso e o intercâmbio de informação acerca das temáticas do ministério, contribuindo para a disseminação de conhecimento como uma importante estratégia e dever do Estado brasileiro.

## 2.4 ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

O Koha foi o primeiro sistema implementado pelo MMFDH. A migração envolveu, além do *software*, o aproveitamento de dados coletados até então pela SNJ, no que foram ajustados para atender às características de infraestrutura deste Ministério.

A Biblioteca Digital (DSpace) da SNJ foi o segundo sistema implementado, havendo a necessidade de mudança com relação ao sistema operacional. Antes da migração, o Debian 8 era utilizado, e o MMFDH trabalha com o CentOS (*Community Enterprise Operating System*).

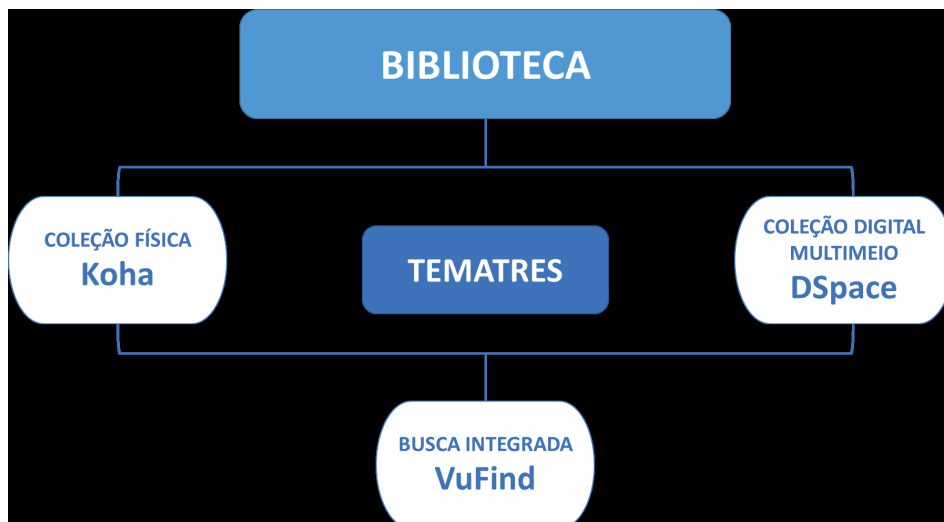
Em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão que em seu art. 63 torna obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por Órgãos de Governo para uso da pessoa com deficiência — garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (BRASIL, 2015), a Biblioteca Digital contou com várias modificações a fim de incorporar tecnologias assistivas.

A Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da SNDPD, órgão integrante do MMFDH que atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência sobre tecnologias assistivas, orientou sobre quais atualizações deveriam ser implementadas, de acordo com os parâmetros da *World Wide Web Consortium* (W3C).

Na sequência foi a vez da migração do sistema TemaTres, tendo como principal finalidade gerir vocabulários controlados via interface web, disponibilizando-o para acesso *on-line*. O TemaTres utilizou termos existentes na base do Koha no intuito de auxiliar na organização e facilitar a recuperação da informação do Tesouro de Direitos Humanos que foi desenvolvido.

E, por fim, o VuFind, que permite a consulta ao mesmo tempo do acervo físico (Koha) e da Biblioteca Digital (DSpace). A seguir, o modelo de integração dos sistemas de gestão utilizando *softwares* livres.

Figura 2-1 - Ecossistema da Biblioteca



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Nesse processo, o ecossistema foi estruturado para a Biblioteca com o Koha, para o gerenciamento do acervo físico; o DSpace, para o acervo digital; o VuFind, para a busca integrada; e o TemaTres, para a padronização da terminologia.

## 2.5 ORGANIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As ações foram executadas por 14 profissionais da área de Biblioteconomia. Uma servidora do MMFDH, com formação em Biblioteconomia, especialização em Inteligência Competitiva e ênfase em gestão do conhecimento, supervisionou o trabalho de 13 bolsistas do Ibict. As atividades da equipe foram divididas em dois grupos, sendo o primeiro ligado ao Koha, VuFind e TemaTres, e o segundo grupo ao DSpace, como apresentado abaixo:

**Quadro 2-1 - Organização dos pesquisadores.**

| <b>Grupo</b> | <b>Atividades</b>  | <b>Equipe do Projeto</b>                                      |
|--------------|--|---|
| <b>A</b>     | Catálogo das obras no sistema de gestão de Biblioteca utilizando o Koha;<br>Documentação de todo o processamento técnico de inclusão do acervo físico (Manual do Koha);<br>Organização do acervo físico no espaço interno da Biblioteca;<br>Definição de termos autorizados para auxiliar o tratamento informacional da produção intelectual MMFDH;<br>Integração do Koha e DSpace, no sentido de criar um portal de busca consolidado;<br>Estabelecimento de procedimentos de editoração. | 1 Doutorando<br>8 Estudantes de Biblioteconomia               |
| <b>B</b>     | Adaptação do DSpace para atender às diretrizes de acessibilidade;<br>Descrição dos recursos digitais no sistema de gerenciamento de acervo digital DSpace;<br>Migração dos recursos digitais para o DSpace;<br>Verificação da qualidade da descrição dos recursos digitais;<br>Documentação para o processamento técnico do acervo digital (Manual do DSpace).   | 1 Doutora<br>1 Mestranda<br>1 Bibliotecária<br>1 Estudante de |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

A Biblioteca contribuirá para a disseminação e o acesso à informação por meio de seus acervos físico e digital aos pesquisadores e profissionais da área, fornecendo, desse modo, subsídios necessários para a formação profissional, desenvolvimento de novas políticas públicas e auxiliando a comunidade científica na difusão do conhecimento através da disponibilização dos materiais elaborados pelo Ministério e por meio de recursos de informações produzidas por outras instituições que abordam a temática dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. de. **Planejamento de Bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 30 jan. 2020.

GHAZINOORY, S.; ABDI, M.; AZADEGAN-MEHR, M. Swot Methodology: a state-of-the-art review for the past, a framework for the future. **Journal of Business Economics and Management**, v. 12, n. 1, p. 24–48, 12 abr. 2011. <https://doi.org/10.3846/16111699.2011.555358>. Acesso em: 01 jan. 2020.

MORIGI, V. J.; BRENTANO, E. **O livro, a construção e a preservação da memória social na era da informação**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/67763>. Acesso em: 21 mar. 2020.

## **SOBRE A AUTORA**



### **Márcia Rocha de Aguiar**

Funcionária da Caixa Econômica Federal (CEF), cedida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Inteligência Competitiva, com ênfase em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5225347321458236>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8202-138X>

### **Como citar**

AGUIAR, Márcia Rocha de. Contextualização da criação Biblioteca do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 39 – 50. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap1

---

---

## 3. Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Elton Mártires Pinto  
Priscila Rodrigues dos Santos  
Ingrid Torres Schiessl

### 3.1 INTRODUÇÃO

Embora a automação de Bibliotecas possa ser pensada desde os estudos de Paul Otlet e Henri La Fontaine, criadores da documentação, é na década de 1960 que se pode melhor visualizá-la. Eyre (1979) salienta que em 1960 as Bibliotecas já utilizavam equipamentos mecânicos para controlar a circulação de periódicos.

Para Ohira (1992), foi a partir de 1980 que no Brasil a automação deixou seu nível embrionário e experimental e aproximou-se do operacional. Na pesquisa de Robredo (1981), Panorama dos planos e projetos de automação das Bibliotecas universitárias brasileiras, é possível observar os processos de automação em Bibliotecas universitárias, o que impulsionou a automação de diversos tipos de Biblioteca em todo o Brasil.

Com o avanço em direção à automação de diversos tipos de Biblioteca, estudos teóricos foram desenvolvidos. Em 1990, o professor Roberto Barsotti define automação de Biblioteca como a automação dos processos técnicos da Biblioteca, isto é, atividades de aquisição, emissão de catálogos e/ou índices e circulação. Para o

autor, a automação é confundida com a criação e exploração de bases de dados contendo o acervo da Biblioteca. Contudo, Barsotti (1990, p. 65) afirma que “são coisas distintas, com enfoques e resultados distintos, envolvendo *softwares* diferentes”.

Em um cenário contemporâneo, a automação de Bibliotecas é visualizada de modo amplo, como defendido por Viana (2016). Para o autor, a automação diz respeito a como a tecnologia é utilizada para realizar serviços básicos, como atendimento ao usuário, recuperação de informações, processos internos, gestão dos funcionários, controle de uso de equipamentos e de acesso a espaços físicos, segurança e transações financeiras.

Sendo assim, para desenvolver produtos e serviços e melhor atender os usuários, as Bibliotecas ao redor do mundo têm recorrido à automação. No Brasil, a Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foco deste capítulo, tem passado pelo processo de automação.

Levando em consideração que o Ministério trabalha com várias temáticas, tais como Criança e Adolescente, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Juventude, Família, Mulher, Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas, o acervo da Biblioteca apresenta uma ampla variedade de materiais sobre os assuntos de interesse do MMFDH, tornando assim o acervo especializado nesses assuntos para atender às demandas informacionais do MMFDH e de suas secretarias, tanto quanto o público em geral que tenha interesse nesses tipos de informações.

Nesse sentido, para a automação da Biblioteca do MMFDH, quatro aspectos foram fundamentais: 1) Encontrar um Sistema de Gestão de Bibliotecas (SIGB) que atendesse às demandas da Biblioteca, Koha; 2) Implementação de uma Biblioteca digital, DSpace; 3) Desenvolvimento de vocabulário controlado, Sistema TemaTres; e 4) Possibilidade de consulta unificada ao acervo físico e digital, VuFind.

Este capítulo se debruça sobre o primeiro aspecto, apresentando o histórico, a implementação e o desenvolvimento do SIGB Koha, implementado na Biblioteca do MMFDH.

### **3.2 O SOFTWARE KOHA E O CONTEXTO E APLICAÇÕES NA BIBLIOTECA DO MMFDH**

Os Sistemas Integrados de Gestão de Bibliotecas, conhecidos como SIGB, são sistemas idealizados e desenvolvidos com vistas à automação de Bibliotecas. É

um sistema informatizado, composto por módulos e que tem como objetivo apoiar todas as atividades desenvolvidas nessas instituições. Embora cada instituição seja singular, o SIGB possui flexibilidade e pode ser implementado em qualquer tipo de Biblioteca. Além disso, tem a capacidade de ajustar-se às necessidades, características e funcionalidades de cada instituição (SCHIESSL *et al.*, 2017).

Nesse sentido, Hawks (1988) destaca a capacidade do SIGB de gerar informações sobre as tarefas informatizadas. Segundo Schiessl *et al.* (2017), tal função é bastante relevante, uma vez que gestores de Bibliotecas e centros de documentação necessitam de informações que caracterizem essas instituições e, conseqüentemente, operem de modo adequado.

No tocante à implementação do SIGB, Farajpahlou (1999) faz quatro recomendações básicas. A primeira diz respeito ao planejamento, isto é, quando se estabelecem todas as etapas que serão desenvolvidas. A segunda enfatiza questões tecnológicas, quando observa-se a flexibilidade do sistema. A terceira está relacionada ao uso do SIGB, que possui natureza intuitiva. E a quarta aponta outras questões que não foram abordadas nas três recomendações anteriores.

Quanto ao uso, um dos aspectos mais relevantes, Schiessl *et al.* (2017) consideram que o SIGB atende a todo o tipo de exigência, bem como é uma ferramenta bastante útil. Ademais, a capacidade de adaptação torna o SIGB atrativo e econômico tanto para organizações públicas como privadas, visto que é capaz de ajustar-se a infinitas funcionalidades.

Desse modo, pensando em questões de automação e economia, Bibliotecas e unidades de informação de todo o mundo têm utilizado *softwares* livres para atender às demandas informacionais dos usuários e gerenciar seus acervos. Para Schiessl, Brasileiro e Macêdo (2019), a escolha do *software* deve seguir alguns critérios, como qualidade do serviço, capacidade de adaptação às necessidades de processamento e circulação e suporte prestado.

Pautado nos critérios supracitados, observa-se que o *software* livre mais utilizado em Bibliotecas e centros de documentação ao redor do mundo é o Koha. Considerado o primeiro sistema completo, o Koha possui 11 módulos, e os registros seguem o padrão Marc 21, bem como oferece catalogação cooperativa via Z39.50.

Além dos módulos na interface administrativa, o Koha oferta a possibilidade do acesso dos usuários ao catálogo por meio da *on-line* Public Access Catalog (OPAC), isto é, o acesso pode ser remoto, realizado independentemente de a Biblioteca estar ou não aberta. O OPAC oferece aos usuários a possibilidade

de fazer buscas no catálogo, realizar reserva de itens, envio de sugestões, autoempréstimo, carrinho e lista e renovação de materiais. Todas essas ações têm como objetivo facilitar a navegação do usuário pelo catálogo proporcionando uma experiência agradável. Ademais, o Koha possui uma enorme comunidade internacional, formada por desenvolvedores, bibliotecários e usuários comuns, proporcionando melhoramento contínuo de suas funcionalidades, segurança e estabilidade do sistema.

### 3.2.1 MÓDULOS DO KOHA

A evolução dos *softwares* para gestão de Bibliotecas ocorreu, basicamente, em quatro gerações: 1) Módulo a módulo, priorizando a catalogação e circulação; 2) Comunicação entre sistemas, possibilitando a importação e exportação de dados; 3) Interface gráfica, apresentando menus, ícones e janelas, além da ampla disponibilidade de relatórios padronizados; e 4) Acesso a múltiplas fontes, utilizando estrutura cliente/servidor (ROWLEY, 2002).

No que diz respeito aos módulos, o SIGB Koha possui 11. Os módulos do Koha contemplam todas as atividades de gestão da Biblioteca do MMFDH. Além disso, há a opção “Sobre o Koha”, que traz informações sobre o servidor, como a versão que é utilizada, licenças, traduções, entre outros. O Quadro 3-1, abaixo, apresenta os módulos, bem como descreve suas funções.

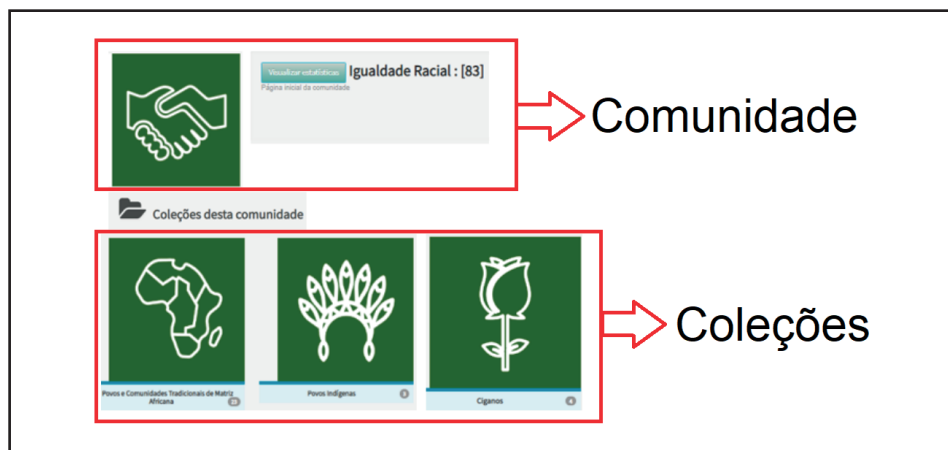
**Quadro 3-1 - Módulos do Koha e suas especificidades**

| MÓDULOS DO KOHA          | ESPECIFICAÇÕES  |
|--------------------------|---|
| <b>MÓDULO CIRCULAÇÃO</b> | É responsável pelo trabalho de atendimento ao público na Biblioteca. Por meio dele, é possível realizar empréstimos, devoluções e reservas dos materiais que compõem o acervo das Bibliotecas. O módulo trabalha de forma integrada com os módulos de Catalogação (base de acervo) e de Usuários (base de usuários), estabelecendo uma relação entre as duas bases de dados. (Fernandez; Murakami, 2015, on-line)                       |
| <b>MÓDULO USUÁRIO</b>    | O módulo de usuário permite gerir, registrar, consultar e editar dados dos usuários que operam o sistema. Assim, podem-se relacionar usuários, suas permissões com os módulos ou tarefas atendidas pelo Koha, gerenciando perfis de usuários relacionados com as atividades. (Schiesl et al., 2017, p. 56)  |
| <b>MÓDULO PESQUISA</b>   | Permite aos funcionários realizar buscas avançadas no acervo de todo o sistema. Ao contrário da interface de usuários, que por padrão apresenta resultados que se encontram apenas na Biblioteca na qual o usuário está inscrito, a pesquisa na interface de funcionários abrange todas as Bibliotecas do sistema, inclusive registros bibliográficos que ainda não contém exemplares cadastrados. (Fernandez; Murakami, 2015, on-line) |

| MÓDULOS DO KOHA             | ESPECIFICAÇÕES   |
|-----------------------------|--|
| <b>MÓDULO LISTAS</b>        | Listas de materiais elaboradas pelos funcionários das Bibliotecas (é possível, por exemplo, criar uma lista dos materiais disponíveis na Biblioteca sobre um determinado tema que está sendo trabalhado). Os funcionários também podem usar as Listas quando desejam fundir dois registros bibliográficos em um só, reunindo também os exemplares dos registros originais. Para utilizar esta ferramenta de união de registros, é preciso adicioná-los a uma lista. (Fernandez; Murakami, 2015, on-line) |
| <b>MÓDULO AUTORIDADES</b>   | Controla a entrada de todos os termos controlados para catalogação. É o caso das informações referentes ao nome dos autores e assuntos. Além dos termos, o catálogo de autoridades pode conter dados adicionais, como remissivas, informações sobre os registros que estão ligados àquele termo etc. (Schiessl et al., 2017, p. 94)  |
| <b>MÓDULO CATALOGAÇÃO</b>   | O grupo de ferramentas do Catálogo oferece ao bibliotecário uma série de funcionalidades úteis na gestão do catálogo [...] possibilitando alterar os itens. Essa funcionalidade flexibiliza o Koha, dando opções de modificar o Catálogo sem o uso das funcionalidades dos outros módulos, de forma mais pontual ou em larga escala. (Schiessl et al., 2017, p. 44)  |
| <b>MÓDULO PERIÓDICOS</b>    | Permite cadastrar os fornecedores de jornais e revistas, controlar a data de chegada dos materiais e sua numeração, podendo até mesmo enviar mensagens de aviso de atraso, automáticas, aos responsáveis pela entrega. Permite gerenciar as assinaturas e os recebimentos de forma centralizada, mesmo que as assinaturas sejam destinadas a várias Bibliotecas que utilizam o mesmo sistema. (Schiessl et al., 2017, p. 102)  |
| <b>MÓDULO AQUISIÇÕES</b>    | Possibilita controlar o processo de compra na Biblioteca, registrando os pedidos e gerenciando o orçamento. Para tanto, é possível cadastrar fornecedores, gerenciar os pedidos, visualizar sugestões de aquisição feitas por funcionários e usuários, a fim de realizar todo o processo de compra. Por esse módulo, também, pode-se registrar quais os livros foram aprovados, reprovados ou estão aguardando análise para aquisição pelas Bibliotecas (Schiessl et al., 2017, p. 110)                  |
| <b>MÓDULO RELATÓRIOS</b>    | Oferece a opção de relatórios definidos e personalizados, ou seja, possibilidade de criar relatórios segundo as necessidades da Biblioteca ou utilizar os já existentes. Tem-se, assim, a flexibilidade necessária aos sistemas atuais, que se adaptam às necessidades das instituições que os abrigam. (Schiessl et al., 2017, p. 124)  |
| <b>MÓDULO FERRAMENTAS</b>   | Agrega ferramentas que auxiliam na gestão de tarefas que facilitam as atividades da Biblioteca, como por exemplo, criar carteirinhas de usuários e etiquetas de lombada, adicionar os dias de funcionamento etc. (Schiessl et al., 2017, p. 38)  |
| <b>MÓDULO ADMINISTRAÇÃO</b> | É a área em que o sistema é adequado às necessidades dos usuários, sendo a parte de maior responsabilidade e, por isso, requerendo permissões especiais. No mesmo módulo se gerencia o sistema, podendo-se adicionar, alterar ou excluir parâmetros que afetam seu funcionamento. (Schiessl et al., 2017, p. 38)   |

Fonte: Schiessl *et al.* (2017); Fernandez, Murakami (2015).

**Figura 3-1 - Módulos do Koha no sistema da Biblioteca do MMFDH**



Fonte: Koha MMFDH (2020).

### 3.2.2 CAMPOS MARC 21 NO KOHA

No Koha, os registros da catalogação seguem o padrão *Machine Readable Cataloging*, mais conhecido como Marc 21, o que permite que a catalogação seja legível por máquina. O Marc 21 é definido pela Divisão de Bibliotecas e Documentação (DBD) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio) como:

[...] um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de Bibliotecas através de programas de computador desenvolvidos especificamente para isto (DBD, 2008, *on-line*).

O Formato Marc é composto por três elementos: estrutura de registro, indicações de conteúdo e conteúdos. A estrutura do registro é uma implementação

dos padrões internacionais ANSI Z39.2<sup>1</sup> e ISO 2709.<sup>2</sup> As indicações de conteúdo, por sua vez, são códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os dados dentro do registro, bem como permitir sua manipulação. E, por fim, os conteúdos são definidos por padrões externos ao formato, tais como: *International Standard Bibliographic Description (ISBD)*, *Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2)*, *Library of Congress Subject Headings (LCSH)* ou outros códigos usados pela instituição criadora do registro (DBD, 2008, *on-line*).

A estrutura do Marc 21 é composta por nove classes, como demonstrado na Figura 3-2, abaixo.

**Figura 3-2 - Classes do Marc 21**

|  |
|--|
| <p><b>0XX</b> – INFORMAÇÕES DE CONTROLE, NÚMEROS, CÓDIGOS.<br/><b>1XX</b> – ENTRADAS PRINCIPAIS.<br/><b>2XX</b> – TÍTULOS, EDIÇÃO, IMPRENTA.<br/><b>3XX</b> – DESCRIÇÃO FÍSICA.<br/><b>4XX</b> – SÉRIES.<br/><b>5XX</b> – NOTAS.<br/><b>6XX</b> – CAMPOS DE ASSUNTOS.<br/><b>7XX</b> – ENTRADAS SEGUNDÁRIAS.<br/><b>8XX</b> – ENTRADAS SECUNDÁRIAS DE SÉRIE.<br/><b>9XX</b> – USO LOCAL.</p> |
|--|

Fonte: Elaboração dos autores baseado em (MARANHÃO; MENDONÇA, 2009, p. 21).

Cada classe comporta informações específicas que visam descrever o documento de maneira exaustiva, proporcionando uma filtragem com qualidade e uma recuperação da informação mais precisa pelo usuário.

---

1 “Este padrão especifica os requisitos para um formato de intercâmbio generalizado que pode ser usado para a comunicação de registros em qualquer mídia” (ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PADRÕES DE INFORMAÇÃO, 2016, *on-line*).

2 “Especifica os requisitos para um formato de intercâmbio generalizado que manterá registros descrevendo todas as formas de material capazes de descrição bibliográfica, bem como outros tipos de registros” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2008, *on-line*).

No Koha, as classes do Marc 21 são apresentadas em nove abas e, dentro de cada aba, há subcampos que são preenchidos pelo bibliotecário durante a catalogação dos materiais. A título de exemplo, a Figura 3-3 apresenta a classe 100, destinada à autoridade, bem como seus subcampos, representados por letras.

**Figura 3-3 - Campos Marc 21 no Koha**

The image shows a screenshot of the Koha MARC 21 interface. At the top, there are nine tabs labeled 0 through 9. Tab 1 is selected. Below the tabs, the interface displays several MARC 21 classes and their subfields:

- Class 100:** Labeled "ENTRADA PRINCIPAL - NOME PESSOAL". It has a subfield 'a' for "Nome pessoal" with a text input field.
- Class 110:** Labeled "ENTRADA PRINCIPAL - ENTIDADE". It has subfields:
  - 'a': "Nome corporativo ou nome da jurisdição" with a text input field.
  - 'b': "Unidade subordinada" with a text input field.
  - 'c': "Local de realização do evento" with a text input field.
  - 'd': "Data de evento ou assinatura de tratado" with a text input field.
  - 'n': "Número da parte/seção/evento" with a text input field.
- Class 111:** Labeled "ENTRADA PRINCIPAL - NOME DE EVENTO".
- Class 130:** Labeled "ENTRADA PRINCIPAL - TÍTULO UNIFORME".

Each class and subfield entry includes a question mark icon, a small square icon, and a red 'x' icon. Some subfields also have a red 'x' icon and a document icon.

Fonte: Koha MMFDH (2020).

Essa divisão do Koha, por abas, facilita o trabalho do bibliotecário durante o processamento de materiais, pois, além de deixar a interface de catalogação limpa, torna mais fácil a revisão do registro, uma vez que o bibliotecário pode retornar à classe e realizar os ajustes necessários.

### 3.2.3 PROTOCOLO Z39.50

O Z39.50 é um protocolo de comunicação desenhado para permitir a pesquisa e a recuperação de informações. Operando sobre a rede Internet, o Z39.50 é baseado em arquitetura cliente/servidor e permite diversas aplicações (MOEN, 1995). Além disso, o protocolo pode ser implementado em qualquer plataforma, o que permite a inter-operacionalização de diferentes sistemas de computação, com diferentes sistemas operacionais, equipamentos e formas de pesquisa (ROSETTO, 1997).

Rosetto (1997) pontua que o Z39.50 é vantajoso para Bibliotecas que desejam uma interface única para o usuário, a fim de realizar pesquisas no catálogo *on-line* e bases de dados referenciais remotas, isto é, uma conexão com múltiplos sistemas de informação, o que permite ao usuário um acesso quase transparente a outro sistema, como apresentado na Figura 3-4, a seguir.

**Figura 3-4 - Pesquisa via Z39.50**

### Pesquisar no Z39.50/SRU

ISBN:

ISSN:

Título:

Autor:

Cabeçalhos de assunto:

Palavra-chave(qualquer):

Número de Chamada da LC:

Nº de controle:

Dewey:

ID padrão:

#### Search targets

✓ Seleccionar tudo | ✕ Limpar tudo

LIBRARY OF CONGRESS SRU

LONDON PUBLIC LIBRARY

UNESP

LIBRARY OF CONGRESS

Fonte: Koha MMFDH (2020).

Além disso, é o Protocolo Z39.50 que permite a catalogação cooperativa. A catalogação cooperativa objetiva evitar o desperdício de tempo e mão de obra no processo de catalogação de materiais, uma vez que um bibliotecário pode exportar para o seu sistema os dados de um item já catalogado por outro bibliotecário/instituição.

O sistema Koha do MMFDH também se apresenta como um servidor Z39.50. Portanto, para ter acesso aos itens catalogados e disponíveis no Koha do MMFDH, é preciso incluir o servidor do Koha na lista de servidores de busca Z39.50. Os dados de acesso são apresentados no Quadro 3-2 a seguir:

**Quadro 3-2 - Dados de acesso ao servidor Z39.50 do Koha**

| Campos              | Dados de acesso |
|---------------------|-----------------|
| Hostname            | 172.16.0.161    |
| Porta               | 9999            |
| Base de dados       | Biblios         |
| Formato de registro | MARC21          |
| Codificação         | Utf8            |

Fonte: Elaboração dos autores.

### 3.2.4 IMPLEMENTAÇÃO DO SIGB KOHA NA BIBLIOTECA DO MMFDH

A escolha e implementação do Koha no MMFDH se deu, em 2018, por meio da verificação de instituições que já utilizavam o *software*, como a Biblioteca da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), na época vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR). Uma série de acontecimentos impactaram as tratativas e, naquele ano, não foi possível a sua instalação no MMFDH.

Com a assinatura do Decreto nº 9.673, de 02 de janeiro de 2019, a SNJ vinculou-se ao MMFDH e, com isso, todos os conhecimentos tecnológicos, informacionais e ferramentas foram transferidas para o ministério. A Biblioteca absorveu o acervo da SNJ juntamente com as tecnologias de gestão da informação.

O processo de absorção dessas tecnologias iniciou-se com o *software* Koha. Por meio de parceria entre o Ibict e o MMFDH se deu a instalação e configuração do *software* Koha em ambiente tecnológico do MMFDH. Após essa etapa, realizou-se a configuração dos parâmetros básicos com a criação da Biblioteca do MMFDH e os tipos de materiais (livros, anais, folhetos, mídias, relatórios, capítulos de livro, estatutos, entre outros). Não houve criação de valores autorizados nessa fase inicial de configuração. Na próxima etapa, criaram-se as categorias de usuários (administrador, Bibliotecas externas ao MMFDH, gestão da Biblioteca e usuários dos serviços), as regras de circulação, os tipos de atributos de usuários — identificadores e categorias estatísticas —, os limites de transferência entre Bibliotecas e os alertas de circulação de itens.

A etapa de configuração do módulo catálogo iniciou-se com a importação das planilhas bibliográficas criadas pelo Cedoc PPJ.<sup>3</sup> Após essa importação, realizou-se a migração do acervo de juventude e de outras temáticas, num total de 880, itens entre livros e periódicos. Para isso, utilizaram-se as funcionalidades Importação de registros bibliográfico e Tratamento Marc para importação, disponíveis no módulo ferramentas. Como mencionado anteriormente, o Koha oferece a catalogação cooperativa. Para isso, foi necessário a preparação da infraestrutura tecnológica, a fim de que o seu catálogo pudesse ser intercambiado e outras Bibliotecas, com o uso do protocolo Z39.50, possam consultar e importar os registros bibliográficos. Tal funcionalidade é encontrada nos parâmetros adicionais, que fica na tela inicial da Administração do Koha. Para a descrição bibliográfica e revisão dos itens migrados as planilhas MARC 21 foram customizadas no Koha, isto é, foram definidos os campos MARC 21 tendo como base as regras de catalogação.

Em parâmetros adicionais, realizou-se a ativação de plugins para apoiar o usuário na pesquisa com o acréscimo da funcionalidade **Você quis dizer**, que oferece outra grafia do termo a ser buscado pelo usuário.

No módulo ferramentas, mais especificamente na funcionalidade **Mensagens e comprovantes**, editaram-se as mensagens/avisos e comprovantes traduzindo os títulos e elaborando os textos para a comunicação automática com os usuários. Na funcionalidade **Gerador de etiquetas** personalizou-se o layout de duas etiquetas para a identificação dos itens no acervo, uma com o código de barras, a qual deverá ser fixada na parte posterior do item, e a outra com notação. Nessa funcionalidade gerenciam-se os lotes de etiquetas e exporta-se na opção de *Portable Document Format* (PDF) para a impressão. Ademais, há também uma etiqueta para ser afixada na parte interna da publicação com o número que dá origem ao código de barras.

Atualmente o acervo do Koha tem 6.085 registros e 6.914 itens catalogados.<sup>4</sup> Já a temática Juventude é uma das maiores coleções do acervo da Biblioteca do MMFDH, que se justifica pelo projeto ter se iniciado pela SNJ. Todo esse material se encontra em diferentes formatos, tais como: livro, folhetos, capítulos de livros, mapas, entre outros. Na Figura 3-5, é possível observar a

---

3 Centro de Documentação em Políticas Públicas para a Juventude (Cedoc/PPJ) era a Biblioteca da Secretaria Nacional de Juventude.

4 O levantamento de registros e itens no Koha foi feito dia 29 de maio de 2020.

apresentação de um registro sobre a temática juventude, inserido no SIGB Koha da Biblioteca do MMFDH.

**Figura 3-5 - Registro Juventude, religião e ética sexual (BUSIN, 2008)**

**Juventude, religião e ética sexual / Valéria Melki Busin. --**  
 Por: Busin, Valéria Melki, 1966.

Tipo de material: Livro

Editora: São Paulo : Católicos pelo Direito de Decidir, 2008

Edição: 1. ed.

Descrição: 78 p. : 21 x 15 cm.

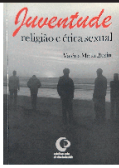
ISBN: 9788567598127.

Assunto(s): RELIGIÃO | SEXUALIDADE

Classificação Decimal de Dewey: 200



I. Sobre o direito de decidir -- II. Sexualidade como direito -- III. Desigualdade de gênero e religião -- IV. Sexualidade e religião -- V. Diversidade sexual e religião -- VI. Estado laico -- VII. Considerações finais -- VIII. Referências bibliográficas -- Anexos : Anexo I. Manifesto Jovens pelo Direito de Decidir -- Anexo II : Coerência -- Anexo III : Manifesto sobre a Campanha de Fraternidade de 2008 -- Anexo IV : Glossário

Visualização MARC: Exibir



**Exemplares** | Descrições | Detalhes de aquisição | Imagens

▼ Ativar filtros | ✓ Selecionar tudo | ✕ Limpar tudo

| Tipo de material   | Localização atual                                       | Biblioteca de origem                                    | Número de chamada | Status     | Último acesso | Código de barras |   |
|--|---|---|-------------------|------------|---------------|------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Livro  | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 200 B979J         | Disponível | 24/04/2020    | MMFDH20040640    |  |

Fonte: Koha MMFDH (2020).

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES FUTURAS

No âmbito do projeto está o desenvolvimento de um aplicativo para smartphones do Koha. Essa inovação é pensada de forma a facilitar o acesso dos usuários ao catálogo *on-line*. Apesar de o Koha ofertar um OPAC responsivo, a construção de um aplicativo melhora a usabilidade, pois a visualização da tela é planejada para as configurações de um smartphone.

Outro desenvolvimento pensado no âmbito do projeto é a integração do Koha com o *software* de Tesouro, o TemaTres, também estudado. Permitir a integração desses dois *softwares* facilita o controle do termos utilizados na indexação do Koha. A descrição completa desse plugin integrador será exposta no capítulo destinado ao Tesouros da Biblioteca.

Outra melhoria a ser desenvolvida é a possibilidade de importação das planilhas MARC21 de autoridade, tendo em vista que essa função já é possível nas planilhas bibliográficas. Porém, tal medida seria paliativa, pois a mudança a ser desenvolvida deve ser a tradução completa das planilhas no arquivo de tradução do *software*. Assim, no momento da instalação do Koha, ao realizar a opção pelo idioma Português (Brasil) as planilhas também estarão traduzidas para essa língua.

Todas as ações realizadas no Koha são guiadas pela Política de Desenvolvimento de Coleções e o Manual do Koha, que visam estabelecer ações padronizadas e critérios para composição e manutenção do acervo físico da Biblioteca, mantendo, dessa maneira, um sistema conforme os objetivos do Ministério e suas secretarias.

Para manter uma padronização e consistência na indexação dos materiais se utiliza um vocabulário controlado, que é uma linguagem documental que normaliza a saída e a entrada de dados no sistema Koha. Tais características propiciam maior eficácia na comunicação entre o sistema de informação e o usuário. O tesouro possui descritores que cobrem todos os temas trabalhados pelo MMFDH e está em constante crescimento, já que não é algo estático, representando, portanto, o acervo da Biblioteca de forma ampla e confiável.

## REFERÊNCIAS

BARSOTTI, R. **A informática na biblioteconomia e na documentação**. São Paulo: Polis; APB, 1990.

EYRE, J. J. O impacto da automação nas Bibliotecas - uma revisão. **Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/138>. Acesso em: 15 maio 2020.

FARAJPAHLOU, A. H. Defining some criteria for the success of automated library systems. **Library Review**, v. 48, n. 4, p. 169–180, jun. 1999. <https://doi.org/10.1108/00242539910276451>.

HAWKS, C. P. Management information gleaned from automated library systems. **Information Technology and Libraries**, v. 7, n. 2, 1988.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 2709 - Informações e documentação - Formato para troca de informações**. 2008.

MARANHÃO, A. M. N.; MENDONÇA, M. de L. dos S. **MARC21: formato bibliográfico**. Rio de Janeiro: Divisão de Bibliotecas e Documentação - PUC-Rio, 2009. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/index.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

MOEN, W. E. **A guide to the ANSI/NISO Z39.50 protocol**: Information retrieval in the information infrastructure. Bethesda: National Information Standards Organizations, 1995.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Z39.2 - Information Interchange Format**. 2016.

OHIRA, M. L. B. Automação de Bibliotecas: utilização do MicroISIS. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 1992. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/436>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROBREDO, J. Panorama dos planos e projetos de automação das Bibliotecas universitárias brasileiras. In: SIMPÓSIO SOBRE AUTOMAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS, 1981. **Anais** [...]. Brasília: CAPES, 1981. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/3491>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROSETTO, M. Uso do Protocolo Z39.50 para recuperação de informação em redes eletrônicas. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 136–139, maio 1997. <https://doi.org/10.1590/S0100-19651997000200004>.

ROWLEY, J. **A Biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SCHIESSL, I. T. *et al.* **Guia do usuário Koha**. Brasília: Ibict, 2017. DOI 10.18225/978-85-7013-123-2. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/js-pui/handle/192/170#openModal>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SCHIESSL, I.; BRASILEIRO, Í. B.; MACÊDO, D. J. KOHA: Sistema de Biblioteca da SNJ. In: SHINTAKU, M.; FAGUNDES DE BRITO, R.; BARCELOS, J. (orgs.). **Soluções Tecnológicas para Gestão do Conhecimento sobre Juventude: um modelo de ecossistema**. 1. ed. [S. l.]: IBICT, 2019. p. 65–76. DOI 10.18225/9788570131621.cap5. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/123456789/1078/2/Solu%C3%A7%C3%B5es%20Tecnol%C3%B3gicas%20para%20Gest%C3%A3o%20do%20Conhecimento%20sobre%20Juventude%20-%20Ebook.pdf#capitulo05>. Acesso em: 24 abr. 2020.

VIANA, M. M. M. Uma breve história da automação de Bibliotecas universitárias no Brasil e algumas perspectivas futuras. **RICI**: R. Ibero-amer. Ci. Inff., v. 9, n. 1, p. 43-86, 2016.

## SOBRE OS AUTORES



### Elton Mártires Pinto

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Bacharel em Biblioteconomia também pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0079746446660087>

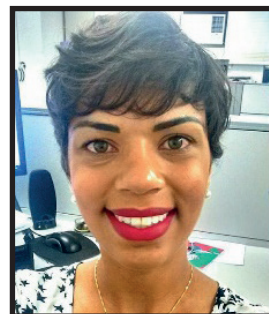
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>

### Priscila Rodrigues dos Santos

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestranda e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Graduanda em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7798081109011224>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-1897-8838>



### Ingrid Torres Schiessl

Assistente de pesquisa no IBICT. Mestranda em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3155894540549262>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5815-2574>

### Como citar

PINTO, Elton Mártires; SANTOS, Priscila Rodrigues dos; SCHIESSL, Ingrid Torres. Sistema integrado de gestão de Biblioteca do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibiect, 2020. p. 51 – 65. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3cap2



---

---

# 4. Tesouro de Direitos Humanos

---

---

Raíssa da Veiga de Menêses  
Ingrid Torres Schiessl  
Ítalo Barbosa Brasileiro

## 4.1 INTRODUÇÃO

A palavra tesouro, do grego *thesauros*, significa “estoque de tesouros”. No século XVI, essa palavra passou a ser sinônimo de dicionário. Em 1852, também com o sentido de dicionário, Peter Mark Roget publicou o *Thesaurus of English Words and Phrases*. Embora essa obra seja um dicionário de sinônimos, ele não reúne os vocábulos pela ordem alfabética, mas os apresenta de acordo com as ideias que exprimem (VICKERY, 1960). No início dos anos 1950, porém, a palavra “thesaurus” era utilizada para designar uma lista de palavras não para indicar vocábulos similares (como o de Roget), mas para restringir o uso a um único descritor, cujo conceito poderia possuir sinônimos (VICKERY, 1960).

A origem do tesouro está estreitamente ligada às demandas informacionais, emergentes das mudanças de contexto político-social, e à evolução tecnológica, observada, sobretudo, nos primórdios da década de 1950 (MENDES; REIS; MACULAN, 2015). Para os autores, a criação de tesouro foi sempre influenciada por questões de cunho histórico, cultural e ideológico.

Segundo a definição apresentada por Shintaku, Fujita e Schiessl (2019), tesouro são vocabulários controlados especializados que visam a especificidade e a exaustividade durante a indexação para obter precisão e revocação na recuperação. Para registro dos termos, selecionou-se o *software* livre TemaTres, classificado pelos desenvolvedores como um servidor de vocabulários controlados. A escolha por essa ferramenta deu-se pela sua facilidade de uso, ter

inúmeros usuários em todos o mundo, pela simplicidade de implementação, flexibilidade de uso, entre outros fatores.

A adoção de tesauro pelas Bibliotecas ocorre porque ele auxilia na descrição de documentos e facilita a recuperação e o acesso às informações. Os tesouros suprimem a ambiguidade da linguagem natural e auxiliam na análise temática da coleção. Nesse sentido, a Biblioteca do MMFDH inicia o desenvolvimento do seu tesauro no âmbito do projeto com o Ibict. O objetivo deste capítulo é descrever as etapas para desenvolvimento do tesauro na Biblioteca.

## 4.2 O TESAURO DA BIBLIOTECA DO MMFDH

A primeira etapa no processo de construção do Tesauro da Biblioteca do MMFDH foi identificar as principais áreas de conhecimento abrangidas pelo acervo da Biblioteca. Essa etapa é necessária de forma a definir os meta-termos do Tesauro. Dentro do TemaTres, os meta-termos são os termos apresentados na tela inicial, sendo empregados para definir as áreas temáticas e as categorias do tesauro.

Diante da abrangência temática do acervo da Biblioteca e das áreas de atuação do MMFDH, os meta-termos definidos foram os seguintes demonstrados no Quadro 4-1:

**Quadro 4-1 - Meta-termos**

<CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE>  
<IGUALDADE RACIAL>  
<MULHERES>  
<OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITOS HUMANOS>  
<PESSOA COM DEFICIÊNCIA>  
<PESSOA IDOSA>  
<VOCABULÁRIO AUXILIAR>  
<ESPECIFICADORES>  
<IDENTIFICADORES>

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Apesar de, dentro do MMFDH, Criança e Adolescente ser tema separado de Juventude, dentro do tesouro foi feita a escolha de colocá-los em uma mesma categoria devido à proximidade temática.

No meta-tema <OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITOS HUMANOS> encontram-se os termos relativos às matérias não pertencentes a nenhum dos outros meta-temas, como, por exemplo, povos indígenas, anistia, lgbt, trabalho escravo, liberdade de religião ou crença, refugiados etc.

Após o início da construção do tesouro, sentiu-se a necessidade da criação do meta-tema <VOCABULÁRIO AUXILIAR>, que engloba termos não pertencentes às outras categorias e, tampouco, relacionados ao tema dos Direitos Humanos. Apesar disso, trata-se de termos necessários à organização e recuperação dos documentos. Como exemplo deles, podemos citar AGRICULTURA, ARTE, CIÊNCIA POLÍTICA, COMUNICAÇÃO, LITERATURA, entre outros.

No meta-tema <ESPECIFICADORES> encontram-se termos que restringem ou especificam um descritor. Estes não devem ser utilizados isoladamente na indexação, e sim em conjunto com um descritor. Os termos pertencentes a essa categoria não possuem nenhum relacionamento com outros do tesouro.

Os <IDENTIFICADORES> são nomes próprios padronizados, como nomes de países, instituições, planos, secretarias etc.

Tendo definido as categorias, a próxima etapa no processo de criação do tesouro é a padronização dos termos. Todo o Tesouro foi desenvolvido de acordo com as diretrizes da norma ISO 25964-1, que trata do desenvolvimento de Tesouro para a Recuperação da Informação. Diante disso, alguns critérios foram adotados:

**1.** Os **descritores** foram inseridos com todos os caracteres em letras maiúsculas. P. ex.:

- **ALFABETIZAÇÃO**
- **COMBATE À VIOLÊNCIA**
- **SEGURIDADE SOCIAL**

2. Os **termos não autorizados** foram inseridos com os caracteres em caixa baixa, de forma a diferenciá-los dos termos autorizados. P. ex.:

- **Autismo USE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**
- **Bolsa família USE PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**
- **Ianomâmis USE YANOMAMIS**

3. Os termos foram inseridos por extenso, seguidos por sua sigla entre parênteses. Foram feitas remissivas para o uso da sigla. P. ex.:

- **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)**
- **FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**

4. Os termos foram escritos na forma **singular**, com exceção dos casos em que a forma usada é somente no plural. P. ex.:

- **BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO e não BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**
- **DIREITOS HUMANOS e não DIREITO HUMANO**

5. Quando necessário, foram inseridos qualificadores entre parêntesis. Os qualificadores foram usados também para determinar a localização geográfica. P. ex.:

- **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (PARAGUAI)**
- **MUSEU DO ÍNDIO (RIO DE JANEIRO)**

Dentro do TemaTres, os termos são apresentados como especificado a seguir no Quadro 4-2:

#### Quadro 4-2 - Especificação dos termos

|                        |
|------------------------|
| TG - Termo Genérico    |
| TE - Termo Específico  |
| TR - Termo Relacionado |
| UP - Usado Para        |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Quando necessário, foram inseridas **notas** nos termos. O TemaTres permite a inserção de seis tipos diferentes de notas, sendo elas: Nota de escopo, Nota do catalogador, Nota histórica, Nota bibliográfica, Nota privada e Nota de definição. No tesauro do MMFDH foram utilizadas as seguintes notas:

- 1. Nota de escopo:** utilizada para explicar o escopo abarcado pelo termo, em especial quando os relacionamentos do termo não forem suficientes para elucidar o escopo daquele item.
- 2. Nota privada:** utilizada caso seja necessária alguma explicação aos editores e administradores do Tesauro a respeito do termo. É uma forma de comunicação entre os indexadores, uma vez que essa nota não é visível ao usuário comum.
- 3. Nota de definição:** utilizada quando é necessária a explicação a respeito do significado daquele termo. É obrigatório inserir a referência bibliográfica utilizada na definição.

Após a definição dos parâmetros iniciais e da padronização dos termos, os termos começaram a ser inseridos. A escolha e a definição dos termos a serem inseridos foram feitas seguindo algumas etapas, apresentadas a seguir:

- 1.** Para o TemaTres, das palavras-chave utilizadas na indexação de todos os registros presentes na Biblioteca Digital da Juventude,<sup>5</sup> a primeira etapa na escolha dos termos foi a migração. A partir dessa migração, cerca de 600 termos foram inseridos no TemaTres. Cada termo proveniente dessa migração precisou ser analisado. Dessa seleção, foram excluídos e/ou modificados:

---

5 Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/>.

- Os termos duplicados;
- Os termos escritos em outro idioma;
- Os termos de assuntos não relevantes à temática do Tesouro;
- Os termos defasados ou não utilizados pela literatura.

Após feita essa primeira análise dos termos provenientes da migração, aqueles que permaneceram no Tesouro foram inseridos em seus Meta-termos correspondentes.

2. Uma vez terminada a análise dos descritores provenientes da Biblioteca Digital da Juventude, passaram a ser analisadas e inseridas as palavras-chave utilizadas na catalogação dos novos itens inseridos no catálogo da Biblioteca do MMFDH.<sup>6</sup> Essa etapa foi feita em parceria com os catalogadores da Biblioteca, uma vez que, a cada novo registro inserido no catálogo da Biblioteca, os catalogadores inseriam as palavras-chave utilizadas neste registro em uma planilha desenvolvida exclusivamente para esse fim. Todas as palavras-chave inseridas nesta planilha foram, então, analisadas e adicionadas ao Tesouro, dentro de seus Meta-termos correspondentes e com seus respectivos relacionamentos.
3. A terceira etapa no processo de selecionar descritores para o Tesouro foi feita por meio da literatura. Para isso, foram extraídos termos de livros disponíveis na Biblioteca do MMFDH. Os livros utilizados tratam dos assuntos abarcados pelo Tesouro, sendo que os principais foram:
  - BRUCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres.**
  - MINISTERIO DE ASUNTOS SOCIALES. INSTITUTO DE LA MUJER. **Tesouro “mujer”.**
  - MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA. **Manual orientador sobre diversidade.**

---

6 Disponível em: <https://Biblioteca.mdh.gov.br/>.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT:** lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.
- SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Diversidade:** eu respeito, e você? População LGBT. Um guia da cidadania no Pará.
- REIS, Toni; HARRAD, David (Orgs.). **Guia agentes da cidadania LGBT:** conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social.

## 4.2.1 PLUGINS DE INTEGRAÇÃO DO TEMATRES COM KOHA

O TemaTres, por ser um repositório de termos contendo o vocabulário de uma determinada área, contém também o conjunto dos termos usados como principais autoridades da área em questão. Portanto, ser capaz de usar os vocabulários do tesauro como autoridades de uma Biblioteca se torna uma grande facilidade no processo de criação de autoridades para a Biblioteca. Para viabilizar a comunicação entre o TemaTres e sistemas de Bibliotecas, o tipo de arquivo MARC é utilizado, que é um formato de arquivo bastante utilizado para exportar/importar acervo entre sistemas de Bibliotecas, incluindo o *software* Koha. Para tornar possível a manipulação de arquivos MARC, foram adicionados dois plugins ao TemaTres, responsáveis pela exportação e importação de termos em formato MARCXML para autoridades.

As funcionalidades adicionadas (importar e exportar MARC do TemaTres) são operadas de formas diferentes. Para realizar a exportação das autoridades do TemaTres para o Koha é necessário navegar até a página de exportação do TemaTres. Nessa página, há um menu *dropdown*, no qual são listados os formatos disponíveis para exportação de termos. Dentre os formatos listados consta a opção Autoridades MARCXML. Ao selecionar essa opção, será gerado um arquivo contendo todos os termos do tesauro, com manutenção de hierarquia por meio de campos do MARC, organizados em formato .xml.

Após o download do arquivo, é preciso efetuar login na interface administrativa do Koha para importar as autoridades. Dentro do Koha, o usuário deve navegar por Mais > Ferramentas > Tratamento MARC para importação. Na página, o usuário deve indicar que o arquivo a ser importado é referente a autoridades, selecionando essa opção no menu *dropdown* referente ao tipo de conteúdo

do arquivo importado. Após concluir o processo, todos os termos existentes no TemaTres serão inseridos no Koha como autoridades, mantendo a relação de hierarquia existente no TemaTres.

Para realizar a importação (nesse caso, importar no TemaTres as autoridades exportadas do Koha), é preciso gerar o MARC de autoridades existentes no Koha. Após logar na interface administrativa do sistema, a exportação pode ser feita na página Exportar dados, localizada em Mais > Ferramentas. A página apresenta duas abas, e a selecionada deve ser exportar registros de autoridades. O formato de arquivo selecionado deve ser xml. Nessa página também é possível filtrar a lista de autoridades a exportar. Após clicar em Exportar registros de autoridades, o arquivo será baixado.

Para importar o arquivo de autoridades gerado pelo Koha é preciso fazer login no TemaTres e acessar a página Menu > Administração > Manutenção da base de dados > Importar. Nessa página, também há um menu *dropdown*, no qual deve ser selecionada a opção MarcXML. Em seguida, deve-se clicar em Browser para procurar o arquivo e clicar em Salvar para realizar o upload. Após esse processo, o TemaTres já terá adicionado à sua base de dados as autoridades exportadas do Koha.

Com a integração, há maior facilidade para manejar as autoridades entre o Koha e o TemaTres. Além disso, a integração também contribui para criar uma relação mais afinada entre o vocabulário específico de um órgão e o conjunto de autoridades de sua Biblioteca.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que após o término do Tesauro seria feita a integração do TemaTres ao Koha (*software* utilizado no catálogo da Biblioteca), tornou-se necessário garantir que as palavras-chave já existentes nos registros do catálogo estivessem, também, presentes no Tesauro. Dessa forma, foi gerado um relatório, no Koha, com todas as palavras-chave vinculadas a algum registro. A partir disso, todas foram analisadas e então inseridas no Tesauro, em seus respectivos meta-termos e com seus relacionamentos. Essa etapa garante que, quando feita a integração entre os sistemas, todos os registros possuam suas palavras-chave padronizadas e inseridas no Tesauro.

Como o Koha antecede o TemaTres, essa etapa foi realizada para evitar o retrabalho dos catalogadores. Pois, caso o TemaTres não considerasse os termos já utilizados para indexar as obras cadastradas, os bibliotecários deveriam editar todos os registros para adequar todos os termos utilizados na indexação.

Procurou-se inserir, no Tesouro, os termos necessários à indexação dos futuros registros e itens da Biblioteca do MMFDH. Apesar disso, novos assuntos podem surgir, bem como a Biblioteca pode passar a ter novas demandas. Diante disso, é importante que o Tesouro seja atualizado com alguma frequência, de forma a garantir que ele continue suprindo as necessidades da Biblioteca em termos de indexação.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de comunicação LGBT**: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Curitiba: Aliança Paranaense pela Cidadania LGBT, [s.d.]. Disponível em: <https://unids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRUCHINI, C.; ARDAILLON, D.; UNBEHAUM, S. G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 1998.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION. **ISO 25964-1**: Information and documentation — Thesauri and interoperability with other vocabularies — part 1: Thesauri for information retrieval. Geneva: ISO, 2011. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/53657.html>. Acesso em: 25 maio 2020.

MENDES, P. R.; REIS, R. M. dos; MACULAN, B. C. M. dos S. Tesouro no acesso à informação: uma retrospectiva. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 49–66, 2015. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/980>. Acesso em: 25 maio 2020.

MINISTÉRIO DE ASUNTOS SOCIALES. INSTITUTO DE LA MUJER. **Tesouro “mujer”**. Caracas: Instituto de la mujer, 2013. Disponível em: <http://www.inmujer.gob.es/CentroDoc/ConsultaOn-line/docs/TesouroMujer.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA. **Manual orientador sobre diversidade**. Brasília: Ministério dos Direitos

Humanos, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy\\_of\\_ManualLGBTDIGITAL.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf). Acesso em: 03 fev. 2019.

REIS, T.; HARRAD, D. (Orgs.). **Guia agentes da cidadania LGBT**: conceitos, contextos, direitos humanos, políticas públicas, advocacy e participação social. Curitiba: Centro Paranaense da Cidadania, 2015. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/MIOLO-Agentes-da-Cidadania-LGBT.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **População LGBT**: um guia da cidadania no Pará: conceitos, direitos humanos, políticas públicas, espaços, conquistas e participação social. Belém: SEJUDH, 2017. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Cartilha%20Diversidade%20-%20SEJUDH%20-%20Estado%20do%20Par%C3%A1.pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

SHINTAKU, M.; FUJITA, M.; SCHIESSL, M. Conceitos gerais. *In*: SHINTAKU, M. (org.). **Guia do usuário do TemaTres**. [S. l.]: Ibict, 2019. p. 21–50. DOI 10.18225/9788570131553.cg. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4199>. Acesso em: 15 maio 2020.

VICKERY, B. C. Thesaurus: a new word in documentation. **Journal of Documentation**, v. 16, n. 4, p. 181-189, 1960. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026286>. Acesso em: 05 maio 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### **Raíssa da Veiga de Meneses**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Bacharel em Biblioteconomia também pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9129910362246718>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2503-9764>

**Ingrid Torres Schiessl**

Assistente de pesquisa no IBICT. Mestranda em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes** :<http://lattes.cnpq.br/3155894540549262>

**Orcid**: <https://orcid.org/0000-0001-5815-2574>

**Ítalo Barbosa Brasileiro**

Assistente de pesquisa no IBICT. Doutorando em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

**Lattes**: <http://lattes.cnpq.br/1132099465602817>

**Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-4298-4920>

**Como citar**

MENÊSES, Raíssa da Veiga de; SCHIESSL, Ingrid Torres; BRASILEIRO, Ítalo Barbosa. Tesouro de direitos humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 67 – 77. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap3



---

---

## 5. Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

---

---

Flor de María Silvestre  
Priscila Rodrigues dos Santos

### 5.1 CARATERÍSTICAS DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MMFDH

A Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (BD-MMFDH) é uma plataforma que usa o *software* Dspace, reúne, preserva e disponibiliza todos os materiais em formato digital, produzidos, editados ou apoiados pelo ministério com o intuito de resgatar o histórico da instituição, assim como também todos os resultados dos trabalhos desenvolvidos, tais como ações, programas, atividades, projetos e de todos os demais conteúdos produzidos, contribuindo para o aumento de sua credibilidade e visibilidade. Além disso, oferta materiais digitais de outras instituições, desde que sejam especificados em seu regime e termos de uso de direitos autorais que possa ser permitida a reprodução do texto e dados de forma integral.

O Dspace é uma ferramenta tecnológica de código aberto, altamente customizável por meio de configurações, sendo um dos *softwares* livres mais utilizados nas instituições para criar seus repositórios (SHINTAKU; VECHIATO, 2018) livre de pagamento de licença, altamente customizável por meio de configurações, de código aberto, sendo um dos *softwares* livres mais utilizados nas instituições para criarem seus repositórios. Entretanto, mesmo com todo o seu uso, ainda há certa carência de documentos científicos que tratem da tecnologia em si, na Ciência da Informação, visto que parte dos estudos neste campo científico aborda os resultados do uso da ferramenta propriamente dita. Assim,

o presente estudo tem por objetivo apresentar um histórico do uso do DSpace no Brasil, com foco na tecnologia. O estudo revelou que tanto as instituições de ensino e pesquisa quanto as não acadêmicas possuem necessidades que transcendem a instalação padrão do DSpace, requerendo extensões das funcionalidades padrão deste *software*, bem como que há pouco compartilhamento dessas funcionalidades estendidas, revelando a necessidade de maior divulgação e interação, principalmente, entre as equipes de tecnologia da informação que atuam no DSpace no Brasil.

,"container-title": "Revista Informação na Sociedade Contemporânea", "issue": "1", "journalAbbreviation": "Rev. Inf. na Soc. Contemp.", "note": "section: Artigos", "title": "Histórico do uso do DSpace no Brasil com foco na tecnologia", "URL": "https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13097", "volume": "2", "author": [{"family": "Shintaku", "given": "Milton"}, {"family": "Vechiato", "given": "Fernando Luiz"}], "accessed": {"date-parts": [{"2020", 7, 7}], "issued": {"date-parts": [{"2018", 6, 6}]}}}, "schema": "https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json" . A plataforma Dspace dá visibilidade e garante a acessibilidade, tendo como natureza preservar os objetos digitais. A recuperação dos trabalhos acontece inicialmente pelas "Comunidades e Coleções". Nas Comunidades, podemos encontrar subcomunidades (coleções) e realizar a recuperação de documentos por meio das opções de data, autor, título e assunto (SOUSA *et al.*, 2010).

O Dspace pode ser definido com um *software* livre projetado para criação de repositórios digitais atendendo funções de armazenamento, gerenciamento, preservação digital e divulgação da produção científica de instituições de ensino e pesquisa, permitindo o auto arquivamento de documentos e a sua marcação com metadados" (SOBRAL; SANTOS, 2017, p. 168).

No Dspace, a organização da informação passa por um processo de submissão preestabelecido, que consiste nas etapas de catalogação, avaliação e revisão dos metadados, sendo todos esses processos autônomos, tendo em vista a avalanche de informações produzidas a cada instante pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Sendo assim, o Dspace torna-se um aliado para o gerenciamento e a preservação de todo tipo de conteúdo em formato digital, e permite a recuperação da informação por parte dos usuários. Para acontecer uma recuperação satisfatória por intermédio do usuário, independentemente de seu grau de instrução, é importante o uso de metadados adequados, de acordo com o perfil do usuário e tipo de Biblioteca, para assim tornar acessível a informação desejada.

## 5.2 METADADOS DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MMFDH

Os metadados são um requisito bastante importante que permite recuperar as informações para satisfazer as necessidades informacionais dos usuários. Bieber (1998) define metadados como aqueles que descrevem informações de um recurso. O termo metadados frequentemente designa dados sobre dados, ou informação sobre informação. O Dublin Core é o formato de metadados padrão dentro da aplicação Dspace, de modo que o conjunto de metadados é composto por 15 elementos básicos, como apresentado na Quadro 5-1.

**Quadro 5-1 - Formulário da Biblioteca Digital do MMFDH**

| <b>NOME</b>                           | <b>EXPLICAÇÃO DO CAMPO (APENAS PARA CONHECIMENTO)</b>   |
|---------------------------------------|---|
| <b>TÍTULO</b>                         | Título dado à obra pelo autor.  |
| <b>AUTOR</b>                          | Nome da(s) pessoa(s), instituição/organização<br>Principal(is) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual. |
| <b>EDITORA</b>                        | Entidade responsável pela publicação/distribuição da obra.  |
| <b>LOCAL</b>                          | Corresponde ao local da publicação.   |
| <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>             | Ano, mês e dia de publicação.   |
| <b>IDENTIFICADOR</b>                  | Corresponde aos identificadores da obra. ISSN, ISBN, ISMN, DOI, IBSN, ISAN  |
| <b>TIPO</b>                           | Corresponde ao tipo de material que está sendo depositado.  |
| <b>IDIOMA</b>                         | Corresponde ao idioma.  |
| <b>NOTAS</b>                          | Corresponde às informações relevantes que não serão inseridas em outros campos.                                       |
| <b>DESCRIÇÃO FÍSICA</b>               | Inserir a descrição física da obra, por exemplo, páginas, tamanho, duração etc.                                       |
| <b>RESUMO</b>                         | Inserir a descrição do conteúdo da obra.  |
| <b>ABSTRACT</b>                       | Corresponde à descrição do conteúdo da obra em outro idioma.  |
| <b>PALAVRA-CHAVE</b>                  | Termos que descrevem o conteúdo/assunto da obra.  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>     | Referências para citar a obra.  |
| <b>PUBLICAÇÃO RELACIONADA</b>         | Corresponde ao URI de outros registros relacionados à obra depositada.  |
| <b>DETENTOR DOS DIREITOS AUTORAIS</b> | Corresponde à pessoa responsável ou gerenciadora dos direitos sobre o objeto digital.                                 |

| <b>NOME</b>  | <b>EXPLICAÇÃO DO CAMPO (APENAS PARA CONHECIMENTO)</b>              |
|--|--|
| <b>REGIME E TERMOS DE USO DE DIREITOS AUTORAIS</b>               | Corresponde ao tipo de licença e suas permissões específicas.      |
| <b>INSTITUIÇÃO DE ORIGEM/DOCUMENTO ORIGINÁRIO/FONTE ORIGINAL</b> | Controle da produção das secretarias em seus diferentes momentos.  |
| <b>CAMPO COMUNIDADE</b>  | A escolha da comunidade é feita a partir do conteúdo do documento. |

Fonte: Autoria própria (2020).

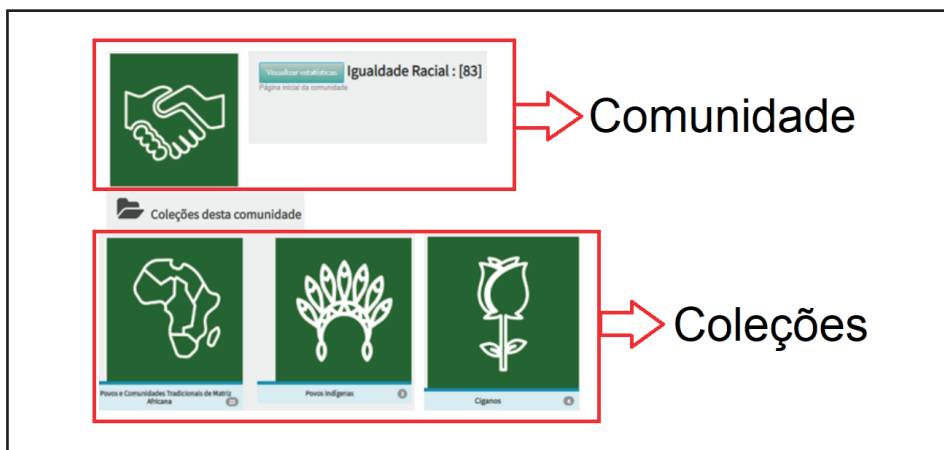
Além dos 15 metadados apresentados, por necessidades da BD-MMFDH foram implantados mais dois metadados, sendo eles: Metadados Instituição de Origem/Documento Originário/Fonte Original e Metadados Comunidade. Ao todo, são 17 metadados relacionados à descrição do material.

### 5.3 COMUNIDADES E COLEÇÕES

A estrutura informacional do Dspace é hierárquica, composta por Comunidades e Coleções; não apenas permite a organização do acervo, como também facilita a recuperação dos documentos depositados. Nesse sentido, utilizamos logotipos<sup>7</sup> para identificar Comunidades e Coleções. A organização da informação nas áreas de atuação da BD-MMFDH segue a estrutura de comunidades sucedidas por coleções, de modo que as comunidades seriam como áreas temáticas, e as coleções, subáreas das temáticas principais. Tal lógica é apresentada na Figura 5-1, em que a comunidade “Igualdade Racial” está organizada pelas coleções Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos indígenas e Ciganos. Uma comunidade pode ter várias coleções dentro dela.

<sup>7</sup> É uma representação visual, composta de símbolos e/ou palavras, que tem como objetivo identificar algo.

**Figura 5-1 - Organização de comunidades e coleções**



Fonte: BD-MMFDH (2020).

Atualmente, o repositório possui 9 comunidades, sendo elas: Criança e adolescente, Direitos humanos, Família, Igualdade racial, Juventude, Mulher, Pessoa com deficiência, Pessoa idosa e Temas gerais.

Abaixo estão listadas as comunidades existentes com suas respectivas coleções:

- **Criança e Adolescente**

- Criança e adolescente

- **Direitos Humanos**

- Acolhe a Vida
- DHTV
- Direitos Humanos
- Prêmios
- LGBTQI+
- Memória e Verdade

- **Família**

- Famílias Fortes
- Reconnecte

- **Igualdade Racial**

- Ações Afirmativas
- Ciganos
- Combate ao Racismo
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR)
- Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- Povos Indígenas
- Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)

- **Juventude**

- Ações Institucionais
- Ações Internacionais
- Ações Nacionais

- **Mulher**

- Mulheres

- **Pessoa com Deficiência**

- Pessoa com Deficiência

- **Pessoa Idosa**

- Pessoa Idosa

- **Temas Gerais**

- Temas Gerais
- Covid-19

As comunidades e coleções são criadas segundo as necessidades e interesses do ministério, como indica, abaixo, o trecho das políticas da BD:

- A BD-MMFDH está organizada em comunidades que representam as temáticas das secretarias do ministério. Tais comunidades estão divididas em coleções que representam subtemas. A BD-MMFDH conta, ainda, com coleções dos programas institucionais.
- A criação e a alteração de comunidades e coleções ocorrerão em consonância com a identificação de documentos, que, por sua temática, precisam estar agrupados ou separadas. Também ocorrerá pela criação de novos programas do ministério (MMFDH, 2020).

## 5.4 TIPOLOGIA DOCUMENTAL

O Dspace foi construído para lidar com qualquer formato de documentos de texto simples, conjuntos de dados e vídeo digital. Como mencionado anteriormente por Sobral e Santos (2017), o Dspace suporta documentos em diferentes formatos, como, por exemplo, PDF, JPEG, Word, entre outros; armazena num único local a produção científica; identifica quais documentos são publicados, em quais versões e quantos downloads foram realizados para cada um; tem um identificador único, chamado *Global Handle Registry* (GHR), para cada documento. A tipologia documental que a BD-MMFDH cobre inclui os seguintes materiais:

### **Publicações oficiais:**

- Relatórios, guias, manuais, livros e outras publicações contendo programas de Governo, avaliação e/ou estatísticas de políticas públicas dos órgãos da administração pública brasileira, a fim de manter informações atualizadas para subsidiar solicitações de dados de usuários internos e externos. Os documentos podem ser oriundos das seguintes instituições:

- Presidência da República;
- Ministérios;
- Tribunais;
- Secretarias;
- Demais publicações oficiais serão submetidas a uma avaliação.

**Publicações técnico-científicas:**

- Teses, dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Iniciação Científica, Graduação, Especialização;
- Artigos completos, publicados em periódicos técnicos científicos;
- Folhetos e folders: documentos que apresentam informações técnicas e sintetizadas sobre instituições/organizações, eventos, campanhas ou até mesmo de projetos;
- Cartazes e banners: documentos de divulgação de campanhas, eventos realizados pelas secretarias do MMFDH, em diferentes formatos, tamanhos e mídias;
- Textos publicados em anais vinculados a um evento específico e apresentações em palestras;
- Documentos didáticos informativos: consultorias, pareceres, notas técnicas apostilas, cartilhas, treinamentos etc.

**Materiais multimeios:**

- CD-ROM, DVD, VHS e fita cassete digitalizados.

**Documentos bidimensionais:**

- Fotografias, quadros, desenhos técnicos.
- De acordo com as políticas da BD, os tipos de documentos inseridos devem corresponder aos seguintes critérios:

- Ter passado por um processo de revisão;
- Ser publicação produzida, editada ou apoiada pelo MMFDH;
- Proceder de outros ministérios ou órgãos públicos;
- Serem recomendados pela Assessoria de Comunicação (Ascom) ou Secretarias Nacionais.

Outros documentos não são do ministério, mas, devido à relevância de seu conteúdo, poderão ser incluídos no Dspace, desde que sejam conferidos os direitos do autor.

A BD-MMFDH aceita documentos técnico-científicos em qualquer idioma, sendo o português, espanhol e inglês os mais representativos.

## 5.5 ADEQUAÇÃO DO ACERVO

As coleções são constituídas por documentos textuais (PDF) e documentos multimeios (vídeos, fotos, áudios, entre outros).

### **Dos formatos aceitos: (pdf, wmv, jpg)**

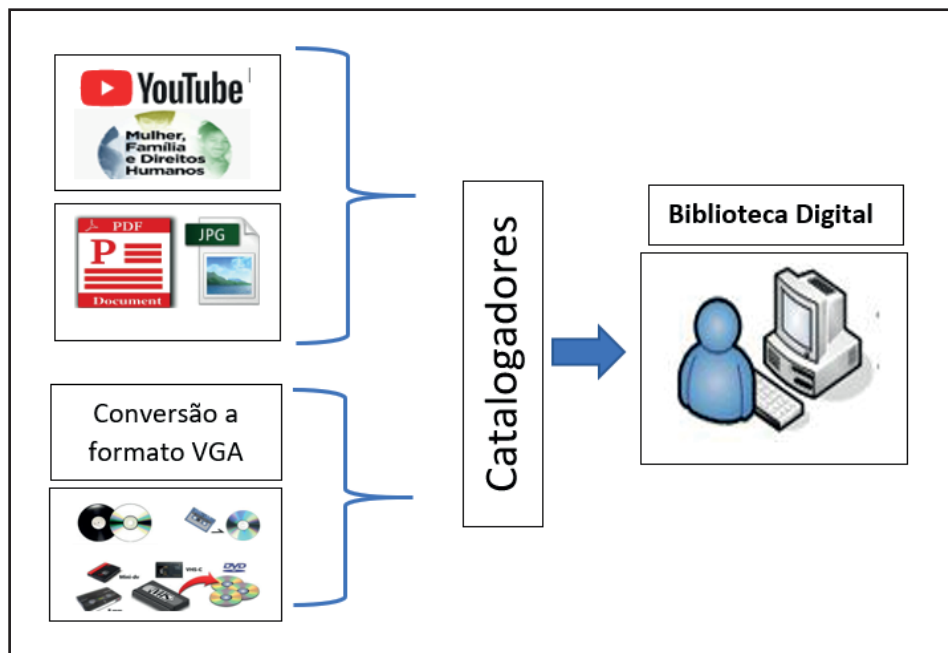
- Documentos de formato digital (pdf);
- Documentos multimeios (vídeos, áudios);
- Fotos, folhetos, avisos (jpg).

Os documentos que formam parte da coleção da BD são os publicados, editados ou apoiados pelo ministério (a memória técnica), os produzidos por outras instituições, públicas ou privadas, e por pesquisadores.

A coleção está constituída por documentos em diferentes formatos (PDF, vídeos, áudios etc.) disponibilizados pelas secretarias e redes sociais oficiais do ministério, como o *YouTube*. Tanto os multimeios quanto os vídeos disponibilizados no referido site passam por etapas. Após uma avaliação da equipe de catalogação, os multimeios em formato físicos passam por um processo

de conversão para formato digital. Já os vídeos do *YouTube* são avaliados conforme o conteúdo (Figura 5-2).

**Figura 5-2 - Processos de entrada de documentos nas coleções da Biblioteca Digital do MMFDH**



Fonte: Os autores (2020).

## 5.6 POLÍTICAS E MANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL

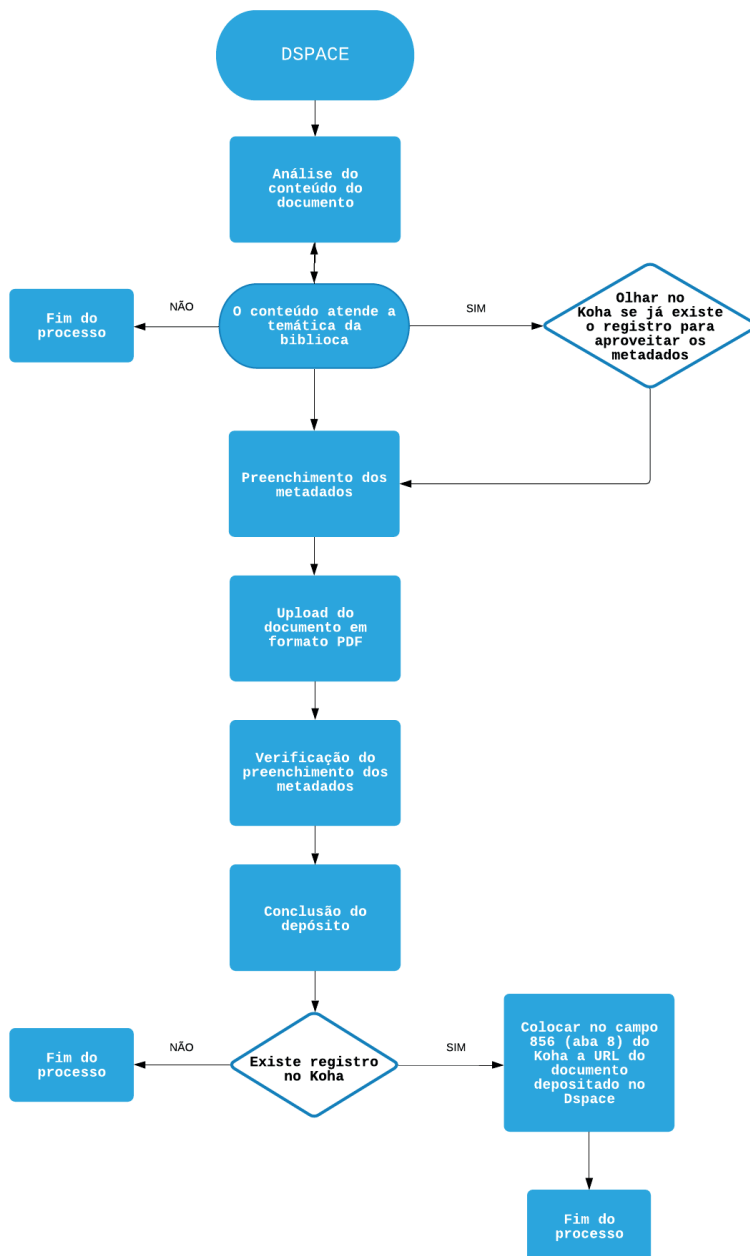
Para manter uma estrutura adequada de apresentação da informação, a BD se utiliza de política de desenvolvimento de coleções, levando em conta a missão, os objetivos do ministério e o perfil do seu público-alvo. As políticas proporcionam diretrizes que devem ser seguidas dentro da BD, tais como: instruções sobre manutenção, atualização, criação e exclusão de comunidades e coleções.

A política garante a normalização das atividades e a disseminação adequada da informação, sem contar que a política é uma ferramenta atemporal, em constante evolução, podendo ser adaptada a diferentes contextos do MMFDH, aos novos perfis de usuários e aos avanços tecnológicos sem causar prejuízos informacionais ao que foi realizado anteriormente.

Juntamente com a política, o manual de ingresso de documentos do Dspace traz um passo a passo de como inserir um documento no sistema, auxiliando o catalogador na hora de ingressar os metadados dos documentos que farão parte das coleções na BD-MMFDH. Assim, por meio de uma explicação simples, propõe-se apresentar de forma estrutural ações administrativas e técnicas de atuação no sistema e gestão documental.

São apresentadas as principais tarefas que o catalogador terá no Dspace, sendo elas: dar acesso de administrador para outros usuários criarem, editarem e excluírem comunidade ou coleções, além de adicionar um documento no sistema, quais campos devem ser preenchidos e como devem ser preenchidos, como colocar mais de um documento em um mesmo registro, e, ainda, como adicionar um registro em mais de uma coleção. Além dessas informações, de maneira didática, o manual abarca o fluxo de ingresso de documentos e explica a forma que o catalogador deve proceder no momento de realizar um depósito de material no Dspace (Figura 5-3).

Figura 5-3 - Fluxograma de ingresso de documentos na Biblioteca digital



Fonte: Autoria própria (2019).

Seguindo esse passo a passo, ao final o catalogador estará apto a incluir materiais de qualquer formato que estejam dentro das temáticas trabalhadas pelo

MMFDH. Garante-se, dessa maneira, uma padronização no preenchimento dos dados de registro e uma recuperação da informação de qualidade, o que contribui para a disseminação do conhecimento.

## 5.7 CONCLUSÕES

Como ferramenta para auxiliar na disseminação da informação, o Dspace se mostra um instrumento muito maleável e de um alcance mais amplo, pois está desenvolvido totalmente sob a web 2.0 e é baseado no formato de metadados Dublin Core.

Os usuários da BD-MMFDH são compostos por servidores do MMFDH e das instituições vinculadas dos núcleos estaduais, ou seja, os cidadãos em geral, alunos universitários e investigadores, os quais procuram informação sobre o tema a nível nacional e internacional. Para atender todos os usuários, a BD passou por uma adaptação de *layout*, tendo as palavras, ícones, e campos de buscas modificados. Assim sendo, além de proporcionar uma visão mais limpa da ferramenta, a adequação desta visa proporcionar uma experiência mais agradável para os usuários com algum tipo de deficiência auditiva ou de visão.

Tendo em vista a possibilidade de ingressar diferentes tipos de materiais na BD, a utilização de manual e políticas explicando como se deve ingressar conteúdos no Dspace garante uma padronização no processo de depósito, certificando a qualidade da informação que vai ser recuperada pelo usuário. Desse modo, a BD-MMFDH oferece informações oportunas e pertinentes para os usuários internos e externos da Biblioteca.

Nesse sentido, a BD do MMFDH cumpre com seu objetivo geral, que é armazenar, preservar e divulgar toda e qualquer produção intelectual do MMFDH, auxiliando na geração de conhecimento acerca das ações de promoção e defesa da igualdade racial, dos direitos da pessoa com deficiência, da pessoa idosa, da mulher, da juventude, da família, da criança e do adolescente, buscando contribuir na disseminação de conhecimento de maneira estratégica e na consolidação dos Direitos Humanos como dever do Estado brasileiro. Além do mais, deve-se cumprir o disposto na Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019, em que a Biblioteca tem de garantir a disseminação do conhecimento por meio da preservação, intercâmbio e acesso ao acervo bibliográfico do ministério.

## REFERÊNCIAS

BIEBER, M. Data Warehousing in Government: data warehousing for a government agency presents unique challenges that must be addressed before the implementation can begin. **DM REVIEW**, n. 35, p. 152–184, 1998. <https://doi.org/10.21747/16463153/35con2>.

BRASIL. Portaria no 3.136, de 26 de dezembro de 2019. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, seq. 1, p. 27, 26 dez. 2019. Disponível em: [http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.136-de-26-de-dezembro-de-2019-\\*-237663194](http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.136-de-26-de-dezembro-de-2019-*-237663194). Acesso em: 26 abr. 2020.

SHINTAKU, M.; VECHIATO, F. L. Histórico do uso do DSpace no Brasil com foco na tecnologia. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 2, n. 1, seq. Artigos, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/13097>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SOBRAL, R. M.; SANTOS, C. A. C. M. dos. Repositórios institucionais digitais de informação científica: implementação com o software Dspace como solução técnica. *prisma.com*: **Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**, n. 35, 2017. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/3516>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SOUSA, D. E. L. de; SILVA, P.; LÍGIA, A.; DIAS, G. A. Caminhos percorridos para a digitalização das dissertações do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba utilizando a plataforma Dspace como repositório digital. **Biblion-line**, v. 6, n. 2, p. 44–55, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/7531>. Acesso em: 7 jul. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### Flor de Maria Silvestre

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Ciências pela Universidade de Brasília. Graduada em Biblioteconomia e y Ciencias de la Información por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Perú. Com estudos de mestrado em Políticas Públicas, com ênfase Crianças e Adolescente pela UNMSM.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0452216683671515>

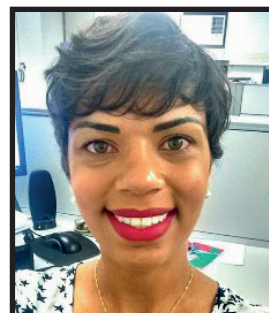
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3095-883X>

### Priscila Rodrigues dos Santos

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestranda e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7798081109011224>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-1897-8838>



### Como citar

SILVESTRE, Flor de Maria; SANTOS, Priscila Rodrigues dos. Biblioteca digital do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 79 – 93. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3. cap4



---

---

# 6. Organização e representação da informação da Biblioteca Digital

---

---

Flor de María Silvestre  
Priscila Rodrigues dos Santos  
Lucas Ângelo da Silveira

## 6.1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos permitem mudanças nos serviços e produtos das Bibliotecas. Tendo isso em vista, no contexto da automação das Bibliotecas, partimos das bases de dados que funcionam em ambientes da Biblioteca, as quais permitem aos usuários consultarem por meio de uma busca, se a Biblioteca possui as informações do seu interesse. Em um segundo momento, foca-se nas bases de dados disponibilizadas nos entornos da internet,<sup>8</sup> local em que qualquer usuário, em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, pode saber se a Biblioteca tem a informação buscada. No entanto, a produção científica acadêmica mudou a forma de se apresentar devido às novas possibilidades proporcionadas pela web 2.0 e suas ferramentas de comunicação, pois agora documentos nascem em formato digital, tendo-se, por isso, a necessidade de disponibilizá-los.

Devido à produção do grande volume de informação, é necessário o uso de ferramentas e critérios para a sua padronização. Assim deu-se o surgimento dos Sistemas de Gestão de Bibliotecas Digitais (SGBD) e repositórios

---

8 Catálogos on-line.

institucionais, que permitem a representação e a recuperação da informação para garantir a interoperabilidade e o acesso aos documentos organizados para uma recuperação de informação eficaz por parte dos usuários.

Como menciona Lancaster (2004), nesses contextos os metadados<sup>9</sup> são padrões importantes na organização e representação da informação para a recuperação desta, pois, à medida que se aumenta a extensão da representação, também se aumenta a recuperação do item. Isto significa que, quanto mais elevado for os números dos metadados, mais chances há de o usuário encontrar o documento desejado, respondendo ao princípio de exaustividade do processo de Representação da Informação (RI). Outro princípio da RI é a especificidade. De acordo com o Lancaster (2004), a especificidade é aquela em que um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que a abranja completamente. Todos os processos antes mencionados permitiram a precisão na recuperação da informação, sendo que o processo de recuperação depende da qualidade do tratamento dado aos documentos relacionados diretamente com os padrões de metadados. Para Alves (2005, p. 115):

[...] metadados são conjuntos de atributos, mais especificamente dados referenciais, que representam o conteúdo informacional de um recurso que pode estar em meio eletrônico ou não. Já os formatos de metadados, também chamados de padrões de metadados, são estruturas padronizadas para a representação do conteúdo informacional que será representado pelo conjunto de dados-atributos (metadados).

O *software* livre DSpace, plataforma utilizada na Biblioteca Digital (BD) do MMFDH, emprega o padrão de metadados Dublin Core (DC) para padronizar as formas de representação e garantir interoperabilidade entre os sistemas, além de permitir a recuperação da informação. DC pode ser definido como um conjunto planejado de elementos de metadados para facilitar a descrição de recursos eletrônicos.

O DSpace, por ser um sistema livre de código aberto, permite a customização dos seus módulos conforme a necessidade que a Biblioteca possa ter. Entre as características do DSpace, sua aplicação é mais leve e, com isso, favorece a estabilidade em seu funcionamento, pois, como menciona (BRANDÃO, 2013), possui aplicações equivalentes aos *softwares* proprietários conhecidos. Essas

---

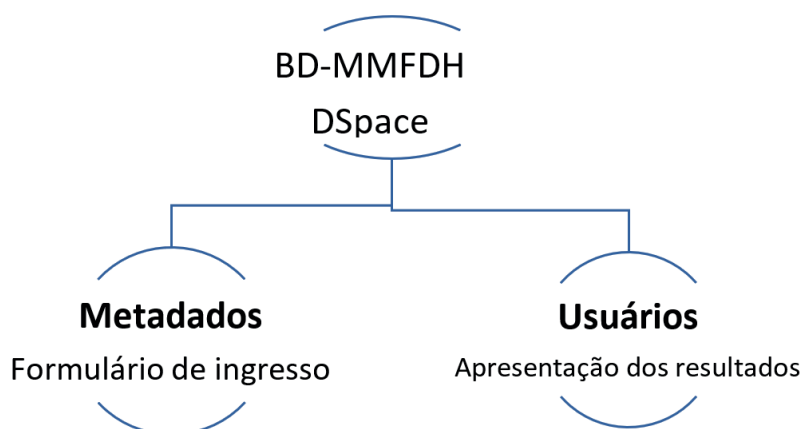
9 Metadados são informações que complementam os dados. Eles simplificam o entendimento das informações dos dados.

características do DSpace permitem a realização de mudanças de acordo com as necessidades da instituição.

Na parte referente ao processo de ingresso de dados ao formulário do DSpace foram identificados alguns metadados que não eram facilmente compreendidos e não permitiam a conclusão do trabalho com eficiência. Indiretamente, foi realizado um teste de usabilidade<sup>10</sup> e levantadas várias questões, com o intuito de reestruturar o formulário para ser compreendido e usado por todas as pessoas em geral. Após a realização do teste, foram solicitadas mudanças na planilha de ingresso, que incluíam colocar menu de ajuda nos metadados, adaptação de alguns metadados e criação de outros. A alteração foi especificada pela equipe de bibliotecários do MMFDH e implementada pela equipe do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) a cargo da Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia (Cotec).

As modificações foram implementadas no *layout*, sendo elas referentes à apresentação dos metadados, à busca facetada e aos filtros para facilitar a visualização dos resultados das buscas dos usuários. Na Figura 6-1, observam-se as mudanças no DSpace em relação à representação da informação e à recuperação dela.

**Figura 6-1 - Mudanças na recuperação da informação na BD**



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

<sup>10</sup> Conforme definido pela Norma ISO 9241-11 (1998), usabilidade é a capacidade de um produto ser usado por usuários específicos a fim de atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto próprio para uso.

Com o intuito de atender às necessidades informacionais dos usuários, bem como de oferecer novas funcionalidades, foram implementadas as mudanças descritas abaixo:

### **6.1.1 METADADOS DE ACORDO AS NECESSIDADES DA BD-MMFDH**

O formulário de ingresso padrão do DSpace apresenta originalmente 15 metadados, tendo sido incluídos mais dois:

- Metadados Instituição de Origem/Documento Originário/Fonte Original;
- Metadados Comunidade.

Além dessas alterações, foram acrescentados botões que, ao serem clicados, levam o usuário a guias para campos específicos com o objetivo de apresentar esclarecimentos sobre a forma de incluir os metadados. Em alguns campos, o conteúdo a ser preenchido é livre, outros se apresentam como menus com múltiplas opções. Vale ressaltar que a opção de incluir quantos conteúdos forem necessários intitula-se campos repetitivos. Na sequência, é apresentado o código-fonte, utilizado nas customizações.

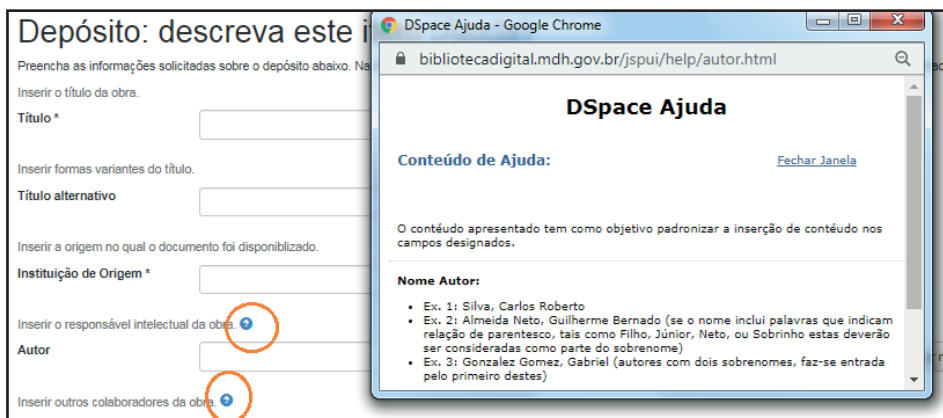
## **6.2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA BD-MMFDH**

As alterações foram adequadas segundo as normas da AACR2, que descrevem as regras para a catalogação de documentos. Cada um dos metadados possui especificadores, símbolos, pontuação e abreviaturas que devem ser muito bem descritos com o intuito de padronização de uma linguagem para interoperabilidade com outros sistemas. Acrescentou-se, então, um menu de ajuda para alguns metadados.

### **6.2.1 METADADO <AUTOR E CONTRIBUIDOR>**

Para este metadado, acrescentou-se o botão de ajuda (?), com instruções dos formatos padrões de preenchimento e dos metadados de autor, como se observa na Figura 6-2.

Figura 6-2 - Botão de ajuda do metadado <autor>



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

As customizações para o menu de ajuda foram implementadas no arquivo `jspui/submit/edit-metadata.jsp` por meio do método `doLanguageTag`. A partir da linha 1515, referente à tag de condição `else`, foi inserido um trecho de código java para filtrar os metadados do autor e do contribuidor, a fim de posteriormente aparecer o menu de ajuda e serem feitos os seus respectivos preenchimentos.

```

if(dcQualifier.equals("Autor"))
{
  <dSPACE:popup page="/help/autor.html"><fmt:message key="jsp.
  help"/></dSPACE:popup>
}
if(dcQualifier.equals("colaborador"))
{
  <dSPACE:popup page="/help/colaborador.html"><fmt:message key="jsp.
  help"/></dSPACE:popup>
}

```

O autor.html e colaborador.html são páginas estáticas localizadas em jspsui/help/. O código para autor.html é apresentado abaixo:

```

<!DOCTYPE html PUBLIC "-//W3C//DTD XHTML 1.0 Transitional//EN"
"http://www.w3.org/TR/xhtml1/DTD/xhtml1-transitional.dtd">
<html>
<head>
<meta http-equiv="Content-Type" content="text/html; charset=UTF-8"/>
<title>DSpace Ajuda</title>
<link rel="stylesheet" href="../styles.css" type="text/css"/>
</head>
<body class="help">
<h2>DSpace Ajuda <br /></h2>
<table>
  <tr>
    <td><h3><a name="contents">Conteúdo de Ajuda:</a></h3></td>
    <td class="rightAlign">
      <a href="#" onclick="window.close()">Fechar Janela</a>
    </td>
  </tr>
</table>
<p>0 conteúdo apresentado tem como objetivo padronizar a inserção
de conteúdo nos campos designados.</p>
<hr />
<p><strong>Nome Autor:</strong></p>
<ul>
  <li>Ex. 1: Silva, Carlos Roberto</li>
  <li>Ex. 2: Almeida Neto, Guilherme Bernardo (se o nome
inclui palavras que indicam relação de parentesco, tais
como Filho, Júnior, Neto, ou Sobrinho estas deverão ser consideradas
como parte do sobrenome)</li>
  <li>Ex. 3: Gonzalez Gomez, Gabriel (autores com dois
sobrenomes, faz-se entrada pelo primeiro destes)</li>
</ul>
<p><strong>Nome Instituição:</strong></p>
<ul>
  <li>Ex. 1: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS</li>
  <li>Ex. 2: Brasil. Ministério da Justiça</li>
  <li>Ex. 3: Brasil. Ministério da Defesa. Secretaria Geral</
li>
</ul>
<hr />
</body>
</html>

```

O código para colaborador.html é apresentado abaixo:

```

<!DOCTYPE html PUBLIC "-//W3C//DTD XHTML 1.0 Transitional//EN"
"http://www.w3.org/TR/xhtml1/DTD/xhtml1-transitional.dtd">
<html>
<head>
<meta http-equiv="Content-Type" content="text/html; charset=UTF-8"/>
<title>DSpace Ajuda</title>
<link rel="stylesheet" href="../styles.css" type="text/css"/>
</head>
<body class="help">
<h2>DSpace Ajuda <br /></h2>
<table>
  <tr>
    <td><h3><a name="contents">Conteúdo de Ajuda:</a></h3></td>
    <td class="rightAlign">
      <a href="#" onclick="window.close()">Fechar Janela</a>
    </td>
  </tr>
</table>
<h5>&nbsp;</h5>
<p>O conteúdo apresentado tem como objetivo padronizar a inserção de
conteúdo nos campos designados.</p>
<hr />
<p><strong>Campo Colaborador:</strong></p>
<ul>
  <li>Transcreva os dados semelhantes ao campo de AUTOR. Após
descrever o nome do contribuidor, coloque entre parênteses o tipo de
colaboração de forma abreviada.</li>
  <li><p><strong>Tipo de colaboradores e suas abreviações:</
strong></p></li>
  <ul><li>Colaborador (Colab.)</li>
    <li>Editor (Ed.)</li>
    <li>Ilustrador (Il.)</li>
    <li>Organizador (Org.)</li>
    <li>Tradutor (Trad.)</li>
    <li>Coordenador (Coord.)</li></ul></ul>
</ul>
  <li>Ex. do campo preenchido: <b>Estela, Flor Maria Silvestre
(Coord.)</b></li>
</ul>
<hr />
</body>
</html>

```

## 6.2.2 METADADOS <PALAVRAS-CHAVE>

O metadado palavras-chave possuía um cabeçalho com texto que não respondia às necessidades da Biblioteca. Por isso, o texto foi alterado para um formato mais didático.

- **Texto antigo:** Inserir palavras-chave que correspondam ao assunto/tema da obra.
- **Texto atual:** Insira as palavras-chave que representam o assunto do item, utilizando a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas. Recomendam-se no mínimo três e no máximo cinco termos. Insira uma palavra-chave por vez e clique em + para inserir a próxima (ex: “Crianças negras”).

A Figura 6-3 mostra como o texto é apresentado logo acima do campo.

**Figura 6-3 - Instruções para o preenchimento do metadado <palavras-chave>**

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O código-fonte para alteração do cabeçalho é feito no `input-forms.xml`, localizado no diretório de instalação `config`. As alterações foram implementadas como segue:

```
<field>
  <dc-schema>dc</dc-schema>
  <dc-element>subject</dc-element>
  <dc-qualifier>keyword</dc-qualifier>
  <repeatable>>true</repeatable>
  <label>Palavra-Chave</label>
  <input-type>onebox</input-type>
  <hint>
```

```
    Insira as palavras-chave que representam o assunto do
    item, utilizando a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas.
    Recomenda-se no mínimo 3 e no máximo 5 termos. Insira uma palavra-
```

```

chave por vez e clique em + para inserir a próxima (ex: “Crianças
negras”).
  </hint>
<required>
Inserir palavras-chaves que correspondam ao assunto/tema da obra.
</required>
</field>

```

Vale ressaltar algumas tags utilizadas acima:

- **Repeatable:** `<repeatable>>true</repeatable>`: significa que o usuário pode inserir mais de uma palavra-chave;
- **Label:** `<label>Palavra-Chave</label>`: texto apresentado em negrito ao usuário no momento da submissão;
- **Required:** `<required> *** </required>` comando informando que o campo é obrigatório, além de apresentar o texto no seu corpo, no momento em que o usuário tentar ir para uma próxima etapa da submissão sem ter preenchido o campo.

### 6.2.3 METADADO <TIPO DE MATERIAIS>

Foram acrescentados outros tipos de materiais à lista já existente para atender os formatos e suporte dos documentos depositados na Biblioteca digital, sendo incluídos os itens: estatuto, cartilha, guia, dossiê, relatório de pesquisa, apresentação, slides, foto e vídeo (Figura 6-4).

Figura 6-4 - Lista de materiais

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

## 6.2.4 METADADO <DATA DE PUBLICAÇÃO>

Esse metadado não permitia a utilização de caracteres alfabéticos, como, por exemplo: "s.a".<sup>11</sup> No processo de catalogação identificaram-se documentos que não possuíam data. Assim, foram acrescentadas as opções sem mês, sem dia e sem ano, para os documentos que não têm essa informação (Figura 6-5).

Figura 6-5 - Metadados para preenchimento da data de publicação da obra

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Para modificar a forma de preenchimento do metadado date foi necessário substituir a implementação default do método doDate no arquivo jspui/submit/edit-metadata.jsp. O código implementado na linguagem java é fornecido abaixo:

<sup>11</sup> É a abreviatura de "sem ano", utilizada para informar que o material não possui, ou não foi possível identificar, o ano de publicação.

```

void doDate(javax.servlet.jsp.JspWriter out, Item item,
    String fieldName, String schema, String element, String qualifier,
    boolean repeatable, boolean required,
    boolean readonly, int fieldCountIncr, String label, PageContext
pageContext, HttpServletRequest request)
    throws java.io.IOException
{
    List<MetadataValue> defaults = ContentServiceFactory.
getInstance().getItemService().getMetadata(item, schema, element,
qualifier, Item.ANY);
    int fieldCount = defaults.size() + fieldCountIncr;
    StringBuffer sb = new StringBuffer();
    org.dspace.content.DCDate dateIssued;
    if (fieldCount == 0)
        fieldCount = 1;
    sb.append("<div class=\"row\"><label class=\"col-md-2\"+
(required?\" label-required:\"") +\">>")
        .append(label)
        .append("</label><div class=\"col-md-10\">");

    for (int i = 0; i < fieldCount; i++)
    {
        if (i < defaults.size())
            dateIssued = new org.dspace.content.DCDate(defaults.
get(i).getValue());
        else
            dateIssued = new org.dspace.content.DCDate("");

        sb.append("<div class=\"row col-md-12\"><div class=\"input-
group col-md-10\"><div class=\"row\">")
            .append("<span class=\"input-group col-md-
4\"><span class=\"input-group-addon\">")
            .append(LocaleSupport.getLocalizedName(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.month"))
            .append("</span><select class=\"form-control\" name=\"")
            .append(fieldName)
            .append("_month");
        if (repeatable)
        {
            sb.append('_').append(i+1);
        }
        if (readonly)
        {
            sb.append("\" readonly=\"readonly\"");
        }
    }
}

```

```

        sb.append("<option value=\"" + i + "\"")
            .append((dateIssued.getMonth() == -1 ? "
selected=\"" + selected + "\" : ""))
            .append(">")
            .append(LocaleSupport.getLocalizedName(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.no_month"))
            .append("</option>");
        for (int j = 1; j < 13; j++)
        {
            sb.append("<option value=\""")
                .append(j)
                .append((dateIssued.getMonth() == j ? "\"
selected=\"" + selected + "\" : "\"") )
                .append(">")
                .append(org.dspace.
content.DCDate.getMonthName(j, I18nUtil.getSupportedLocale(request.
getLocale())))
                .append("</option>");
        }

        sb.append("</select></span>")
            .append("<span class=\"" + inputGroupColMd4 + "\"><span
class=\"" + inputGroupAddon + "\"")
                .append(LocaleSupport.getLocalizedName(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.day"))
                .append("</span><select class=\"" + formControl + "\"
name=\""")
                    .append(fieldName)
                    .append("_day");
                if (repeatable)
                    sb.append("_").append(i+1);
                if (readonly)
                {
                    sb.append("\" readonly=\"" + readonly + "\"");
                }
                sb.append("><option value=\"" + -1 + "\"")
                    .append((dateIssued.getDay() == -1 ? "
selected=\"" + selected + "\" : ""))
                    .append(">")
                    .append("(Sem dia)")
                    .append("</option>");
                for (int j = 1; j < 32; j++)
                {
                    sb.append("<option value=\""")
                        .append(j)
                        .append((dateIssued.getDay() == j ? "\"
selected=\"" + selected + "\" : "\"") )
                        .append(">")
                        .append(j + "\"")

```

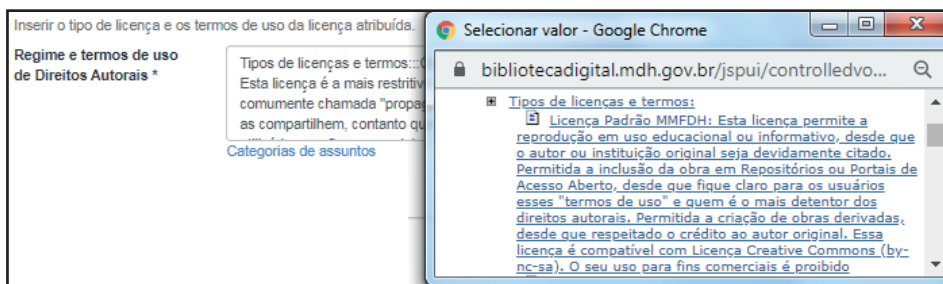
```

        .append("</option>");
    }
    sb.append("</select></span>")
    .append("</span><span class=\"input-group col-md-4\"><span
class=\"input-group-addon\">")
        .append(LocaleSupport.getLocalizedMessage(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.year"))
        .append("</span><select class=\"form-control\"
name=\"")
            .append(fieldName)
            .append("_year");
    if (repeatable)
        sb.append("_").append(i+1);
    if (readonly)
    {
        sb.append("\" readonly=\"readonly\"");
    }
    sb.append("\"><option value=\"-1\"")
        .append(("dateIssued.getYear() == -1 ? \"
selected=\"selected\"\" : \""))
        .append(">")
        .append("(Sem Ano)")
        .append("</option>");
    for (int j = 2020; j >1929; j--)
    {
        sb.append("<option value=\"")
            .append(j)
            .append(("dateIssued.getYear() == j ? \"
selected=\"selected\"\" : \"") )
            .append(">")
            .append(j+"")
            .append("</option>");
    }
    sb.append("</select></span>")
        .append("</div></div>\n");
    if (repeatable && !readonly && i < fieldCount - 1)
    {
        sb.append("<button class=\"btn btn-danger col-md-2\"
name=\"submit_")
            .append(fieldName)
            .append("_remove_")
            .append(i)
            .append("\" value=\"")
            .append(LocaleSupport.getLocalizedMessage(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.button.remove"))
            .append("\"><span class=\"glyphicon glyphicon-trash\"></
span>&nbsp;&nbsp;&nbsp;"+LocaleSupport.getLocalizedMessage(pageContext,
"jsp.submit.edit-metadata.button.remove")+</button>");
    }

```



**Figura 6-6 - Tipos de licenças utilizadas na Biblioteca do MMFDH**



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Para o preenchimento do campo foi implementado o vocabulário controlado no diretório config/controlled-vocabularies/. O arquivo que implementa o vocabulário controlado foi nomeado como assunto.xml, e possui o conteúdo conforme apresentado abaixo:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<node id="assunto" label="Tipos de licenças e termos:">
  <isComposedBy>
    <node id="A." label="Licença Padrão MMFDH: Esta licença
permite a reprodução em uso educacional ou informativo, desde que o
autor ou instituição original seja devidamente citado. Permitida a
inclusão da obra em Repositórios ou Portais de Acesso Aberto, desde
que fique claro para os usuários esses &quot;termos de uso&quot; e quem
é o mais detentor dos direitos autorais. Permitida a criação de obras
derivadas, desde que respeitado o crédito ao autor original. Essa
licença é compatível com Licença Creative Commons (by-nc-sa). O seu
uso para fins comerciais é proibido"/>
    <node id="B." label="Autorização: O autor da obra autorizou
o Ministério da mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) a
disponibilizá-la, em Acesso Aberto, no portal do MMFDH. Atenção: essa
autorização é válida apenas para a obra em seu formato original."/>
    <node id="C." label="Creative Commons-Atribuição (by): Esta
licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem ou criem obras
derivadas, mesmo que para uso com fins comerciais, contanto que seja
dado crédito pela criação original. Esta é a licença menos restritiva
de todas as oferecidas, em termos de quais usos outras pessoas podem
fazer de sua obra. Fonte: http://creativecommons.org.br/aslicencas;"/>
    <node id="D." label="Creative Commons - Uso Não Comercial
(by-nc): Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem
obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins
comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos
```

e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença. Fonte: <http://creativecommons.org.br/as-licencas.>"/>

<node id="E." label="Creative Commons - Compartilhamento pela mesma Licença (by-sa): Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem obras derivadas ainda que para fins comerciais, contanto que o crédito seja atribuído ao autor e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos desta. Dessa forma, as obras derivadas também poderão ser usadas para fins comerciais. Fonte:<http://creativecommons.org.br/as-licencas.>"/>

<node id="F." label="Não a Obras Derivadas (by-nd): Esta licença permite a redistribuição e o uso para fins comerciais e não comerciais, contanto que a obra seja redistribuída sem modificações e completa, e que os créditos sejam atribuídos ao autor. Fonte:<http://creativecommons.org.br/as-licencas.>"/>

<node id="G." label="Creative Commons - Uso Não Comercial - Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa): Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor e licencie as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros podem fazer o download ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na obra original. Toda nova obra feita a partir desta deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais. Fonte:<http://creativecommons.org.br/as-licencas.>"/>

<node id="H." label="Creative Commons - Uso Não Comercial - Não a Obras Derivadas (by-nc-nd): Esta licença é a mais restritiva dentre as nossas seis licenças principais, permitindo redistribuição. Ela é comumente chamada &quot;propaganda grátis&quot; pois permite que outros façam download das obras licenciadas e as compartilhem, contanto que mencionem o autor, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais. Fonte:<http://creativecommons.org.br/as-licencas.>"/>

<node id="I." label="Domínio Público: As obras em domínio público pertencem à comunidade. Todos os cidadãos podem usar sem restrições na forma original ou dela fazendo traduções, arranjos e adaptações."/>

<node id="J." label="Licença aberta, sem especificação de uso."/>

</isComposedBy>

</node>

Posteriormente, é necessário fazer a ligação entre o arquivo implementado com o vocabulário controlado ao metadado no arquivo inputs-form.xml. Tal

ligação é implementada via xml, passando como argumento o nome do vocabulário controlado, conforme apresentado abaixo:

```
<field>
  <dc-schema>dc</dc-schema>
  <dc-element>rights</dc-element>
  <dc-qualifier>license</dc-qualifier>
  <repeatable>>false</repeatable>
  <label> Regime e termos de uso de Direitos Autorais</label>
  <input-type>textarea</input-type>
  <hint>
    Inserir o tipo de licença e os termos de uso da licença
    atribuída.
  </hint>
  <required>Inserir o tipo de licença e os termos de uso da
  licença atribuída</required>
  <vocabulary closed="true">assunto</vocabulary>
</field>
```

## 6.2.6 METADADOS <CAMPO COMUNIDADE>

O acervo possui obras que englobam mais de um assunto em seu conteúdo, podendo fazer parte de mais de uma comunidade. Por esse motivo, foi incluída a função que permite adicionar o material em uma ou mais comunidades/coleções, de acordo com a necessidade para o item que está sendo catalogado no sistema. Exemplo: o conteúdo do livro **Idosos com necessidades especiais** está relacionado tanto à comunidade de “Pessoas Idosas” quanto à comunidade de “Pessoas com Deficiência” (Figura 6-7).

Caso ainda o livro apresentasse um terceiro assunto, que é contemplado pelas temáticas trabalhadas pelo MMFDH, poderia ser incluído nessa terceira comunidade, e assim sucessivamente.

**Figura 6-7 - Lista das comunidades existentes no Dspace**

Inserir a comunidade onde a obra será armazenada.

**Comunidade \***

- juventude
- LGBTQ+
- Memória e Verdade
- Mulher
- Pessoa com Deficiência**
- Pessoa Idosa
- Temas Gerais

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O código-fonte implementa comunidades em uma ou mais comunidades e é realizado no input-forms.xml, como segue:

```

<field>
  <dc-schema>dc</dc-schema>
  <dc-element>comunidade</dc-element>
  <dc-qualifier></dc-qualifier>
  <repeatable>>true</repeatable>
  <label>Comunidade</label>
  <input-type value-pairs-name="common_comunidade">dropdown</
input-type>
  <hint>Caso o item englobe mais de uma temática, selecionar
outras comunidades/coleções.</hint>
  <required>Caso o item englobe mais de uma temática,
selecionar outras comunidades/coleções.</required>
</field>

```

No código acima é realizada a ligação do item a mais de uma comunidade. Todavia, o metadado Comunidade indica em qual/quais comunidade(s) o item será depositado. A utilidade desse campo é a listagem de itens por comunidade na busca facetada, mas sua inclusão não necessariamente incluirá o item na(s) comunidade(s) apontada(s).

Para garantir que o item será depositado em uma comunidade na qual seu conteúdo tem relação com ela, é necessário utilizar o seguinte serviço provido pelo próprio DSpace. Esse processo é dividido em duas fases. A primeira relaciona-se ao depósito do material na comunidade primária, e a segunda, ao mapeamento desse material para as demais comunidades. A seguir, será descrito de forma detalhada os dois processos.

- **Fase 1:** Tomemos a comunidade **Covid-19**, que possui uma coleção do mesmo nome. Será utilizada a coleção Covid-19 para o processo de submissão de um novo item. As etapas são:

1. Selecionar a opção > **Iniciar um novo depósito.**
2. Selecionar a coleção da qual o documento fará parte. Nesse caso, é a coleção Covid-19. A apresentação dessa coleção no menu de seleção será a seguinte: “Temas gerais > Covid-19”.<sup>12</sup>
3. Preencher os campos de descrição do material e concluir o depósito.

Após a conclusão do depósito do material, ele já se encontrará na coleção Covid-19, que faz parte da comunidade Temas gerais para consulta e download pelo usuário.

- **Fase 2:** Para um documento que foi depositado na coleção Covid-19 ser apresentado em outra coleção, o catalogador deve seguir as seguintes ações. Será utilizado um documento real que está depositado nessa coleção. O seu título é **MMFDH pede respeito e solidariedade aos idosos durante a pandemia do novo coronavírus**. É possível perceber, pelo título, que o conteúdo se refere aos idosos. Assim, o documento também deve ser mostrado na coleção Idoso. Para que isso ocorra, é necessário seguir o procedimento abaixo:

1. Ir à coleção a que o documento deve fazer parte.
2. Escolher a opção > **Mapear item.**
3. Digitar o título da obra a ser recuperada pelo sistema e efetuar a busca.
4. Selecionar o item que deverá fazer parte e concluir ação.

A Figura 6-8 mostra o passo a passo feito dentro do sistema.

---

<sup>12</sup> O DSpace segue uma estrutura hierárquica apresentada da seguinte maneira: comunidade > subcomunidade > coleção > item.

Figura 6-8 - Apresentação das fases de mapeamento de documentos

## Etapa 1

## Etapa 2

## Etapa 3

| Data | Primeiro autor  | Título  | Ações     |
|------|---|---|-----------|
| 2020 | Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | MMFDH pede respeito e solidariedade aos idosos durante a pandemia do novo coronavírus             | Adicionar |
| 2020 | Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | MMFDH pede auxílio para monitoramento de abrigos para idosos durante pandemia do novo coronavírus | Adicionar |

## Etapa 4

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Uma vez que o catalogador siga esses passos, o documento vai aparecer em todas as coleções nas quais ele foi mapeado e irá apresentar, também, essa informação no seu registro (Figura 6-9). Esse tipo de procedimento é importante, pois, se o usuário fizer a busca acessando as comunidades/coleções e não pelo menu, ele poderá ter acesso aos mesmos materiais que teria caso fizesse a busca por essa ferramenta.

**Figura 6-9 - Informação sobre as coleções às quais o item participa**

|                           |  |
|---------------------------|--|
| Título:                   | MMFDH pede respeito e solidariedade aos idosos durante a pandemia do novo coronavírus  |
| Título(s) alternativo(s): | Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos pede respeito e solidariedade aos idosos durante a pandemia do novo coronavírus   |
| Autor(es):                | <a href="#">Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</a>  |
| Data do documento:        | 2020   |
| Editor:                   | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).   |
| Resumo:                   | A pedido da Associação Brasileira de Gerontologia, a ministra Damares Alves divulgou um vídeo em que pede para que não sejam propagados "memes" preconceituosos contra idosos sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). |
| Descrição:                | Material completo em <a href="https://bit.ly/2UNTXXI">https://bit.ly/2UNTXXI</a>   |
| URI:                      | <a href="https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/802">https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/802</a>  |
| Aparece nas coleções:     | <a href="#">Covid-19</a><br><a href="#">Pessoa idosa</a>   |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O processo apresentado acima pode ser feito a qualquer momento e para qualquer uma das comunidades/coleções existentes, bastando apenas utilizar a comunidade na qual o item foi inserido inicialmente e mapeá-lo nas demais comunidades em que deseja se compartilhá-lo.

## 6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As customizações desenvolvidas pela equipe técnica do Ibict visam suprir as necessidades da visibilidade de metadados básicos no processamento da informação. Além disso, os metadados apresentam-se com textos de ajuda que permitirão aos catalogadores seguir o preenchimento de dados conforme as instruções, por meio de linguagens normalizadas, com vistas a ser compreensível às pessoas sem experiência no ingresso de dados no DSpace e visando à interoperabilidade.

Outro ponto importante a ser levantado são as possibilidades oferecidas pelo DSpace, o qual, por ser um sistema de código aberto, apresenta-se flexível

em vista das alterações necessárias às demandas da Biblioteca. Os melhoramentos que o sistema vem fazendo refletem-se na baixa taxa de erros na hora do catalogador inserir um material e na experiência positiva do usuário pela ferramenta no instante em que ele faz a busca por algum assunto e/ou documento do seu interesse.

Todas as atividades realizadas no DSpace são guiadas pelo Manual de ingresso de materiais da BD-MMFDH e a Política de Desenvolvimento de Coleções, que estabelecem práticas para uma padronização dos materiais dentro do acervo digital, mantendo assim um sistema alinhado com os objetivos do Ministério e suas secretarias.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. **Organização e representação da informação na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC**: uma análise focada em metadados sob a luz do padrão MTD-BR. 2009. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92184>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRANDÃO, M. A. S. **Usabilidade de software como indicador para a Competência em Informação**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2013. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2013. Disponível em: <http://www.producao.ufrj.br/index.php/en/theses-and-dissertations/doutorado/2013-1/82-73/file>. Acesso em: 02 maio 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 9241-11**: requisitos ergonômicos para o trabalho com dispositivos de interação visual Parte 11: Orientações sobre usabilidade. São Paulo: ABNT, 1998. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=86090>. Acesso em: 22 maio 2020.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

## SOBRE OS AUTORES

---



### Flor de Maria Silvestre

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Ciências pela Universidade de Brasília. Graduada em Biblioteconomia e y Ciencias de la Información por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Perú. Com estudos de mestrado em Políticas Públicas, com ênfase Crianças e Adolescente pela UNMSM.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0452216683671515>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3095-883X>

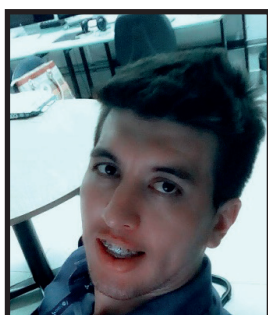
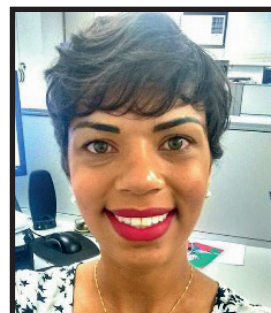
---

### Priscila Rodrigues dos Santos

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestranda e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7798081109011224>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-1897-8838>



### Lucas Ângelo da Silveira

Assistente de pesquisa no IBICT. Doutorando em Informática pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Informática pela Universidade de Brasília e Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9490636632029069>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8107-9659>

---

**Como citar**

SILVESTRE, Flor de Maria; SANTOS, Priscila Rodrigues dos; SILVEIRA, Lucas Ângelo. Organização e representação da informação da Biblioteca Digital. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 95 – 118. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap5

---

---

# 7. Interface da recuperação da informação da Biblioteca Digital do MMFDH

---

---

Flor de María Silvestre  
Márcia Rocha de Aguiar  
Lucas Ângelo da Silveira

## 7.1 INTRODUÇÃO

A estruturação da Biblioteca do MMFDH é o desdobramento de uma exitosa parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). A SNJ, ainda na Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) implementou uma Biblioteca digital para disponibilizar a memória técnica da Secretaria com a denominação de Biblioteca Digital da Juventude (BDJuv).

Esse repositório institucional era mantido pela unidade da SNJ chamada Centro de Documentação em Política Pública de Juventude (CeDocPPJ), que funcionava como unidade de informação da Secretaria, com a oferta de serviços de Biblioteca e arquivo. A Biblioteca Digital da Juventude, com base no *software* DSpace, era um dos sistemas informatizados do CeDocPPJ.

Considera-se, pois, que o DSpace é um dos *softwares* livres mais utilizados nas instituições para criação de seus repositórios e no Brasil também é utilizado nos órgãos do Governo e importantes universidades. Trata-se de uma ferramenta flexível que permite adaptações para diversas finalidades, tanto para repositórios de cunho científico quanto para a disseminação governamental.

Dessa forma, o *software* DSpace foi selecionado para implementação da BD-Juv na SNJ e lançado em abril de 2016.

Em janeiro de 2019, a SNJ passou a integrar a estrutura organizacional do MMFDH. Com essa incorporação, o projeto em andamento entre a SNJ e o Ibict foi transferido para a Biblioteca do MMFDH. Assim, vários sistemas de informação desenvolvidos no âmbito do projeto foram adaptados para o novo contexto ministerial, entre eles o da Biblioteca Digital.

O DSpace, por ser um *software* livre altamente configurável, possui várias opções que lhe permitem ajustar-se às diversas necessidades de uma instituição. Sendo assim, foram promovidas mudanças em seu *layout*. Shintaku e Meirelles (2010) mencionam que uma das decisões do administrador ou da equipe responsável pelo repositório é exatamente decidir qual das interfaces o repositório irá utilizar. Portanto, a escolha é pensada a partir dos usuários e de suas características.

O estudo de usuários passa por todos os processos de organização da informação, visto que o próprio usuário é o beneficiário final. O investimento que se faz nos serviços da Biblioteca não teria sentido se não fossem consideradas as necessidades deles.

As customizações solicitadas surgiram a partir da experiência das catalogadoras como usuárias, visto que como bibliotecárias têm conhecimentos técnicos da biblioteconomia que permitem a apresentação da informação organizada de acordo a linguagem técnica. Já como alunas e usuárias do sistema foi visto a praticidade na obtenção de resposta às necessidades de informação. Ao final, o objetivo principal de todo Sistema de Informação (SI) é a satisfação dos usuários.

Diante disso, a visão do usuário é considerada a base para o planejamento e/ou organização efetiva da Biblioteca, pois só o ponto de vista do bibliotecário e do analista de sistemas não são suficientes para entregarem algo que vá de fato satisfazer as necessidades informacionais do usuário.

**Figura 7-1 - Necessidade do usuário**



Fonte: Adaptado de Cunha; Amaral; Dantas (2015, p. 51).

Na Figura 7-1, observam-se as diferentes ideias que têm os envolvidos no desenvolvimento do sistema, pelo que é importante a participação do beneficiário do sistema desde seu planejamento até o teste de usabilidade.

O DSpace modificou bastante sua interface conforme foi sendo atualizado, como apresentado no site Wiki Ibict.<sup>13</sup> Talvez a maior alteração estrutural efetuada no DSpace tenha ocorrido na versão 1.5, que se manteve na versão 1.6. Foi a possibilidade de utilizar duas interfaces web, a *Java Server Pages User Interface* (JSPUI) e a *EXtended Mark Language User Interface* (XMLUI).

Essa arquitetura do sistema permite que se escolha a interface web entre duas tecnologias distintas, com as vantagens e desvantagens de cada uma. Atualmente, a customização da Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BD-MMFDH) foi desenvolvida na versão 1.5. Segundo Phillips *et al.* (2007, *apud* Shintaku e Meirelles, 2010, p. 28), apesar de os repositórios possuírem sua identidade visual, pode ser necessário uma interface distinta para uma comunidade ou coleção. Nesse caso, os temas podem ser utilizados para particularizar a interface de uma comunidade ou coleção. Entretanto, as páginas continuam com a apresentação padrão do repositório, mudando apenas para a comunidade ou coleção específica.

Por ser um resultado de pesquisa aplicada, a BD-MMFDH conta com o apoio de uma equipe formada por profissionais de informação e informática, com

<sup>13</sup> Disponível em: [http://wiki.ibict.br/index.php/Sobre\\_o\\_DSpace](http://wiki.ibict.br/index.php/Sobre_o_DSpace).

uma coordenação compartilhada entre o Ibict e a Biblioteca do MMFDH. As atividades são desenvolvidas pelos colaboradores do Ibict, mas precisam de validação da Biblioteca do MMFDH.

## 7.2 CUSTOMIZAÇÕES IMPLEMENTADAS NO LAYOUT DA APRESENTAÇÃO

Existem hoje centenas de ferramentas para busca de informações nas páginas *HTML* que existem na Web. Assim, as expectativas dos usuários em relação aos mecanismos de pesquisa são altas, considerando sua familiaridade os sistemas de busca.

O DSpace apresenta o menu clássico da interface, com busca facetada, busca por tipo de documentos e busca por comunidades. Observam-se termos muito técnicos e extensos, como os indicados na Figura 7-2, por meio dos quais foram realizadas as seguintes mudanças:

- Alterou o termo “Busca facetada” por “Navegar” e deslocou do meio da tela para o lado direito, conforme modelo da Figura 7-2. Observa-se que as opções de buscas (autor, ano etc.) apresentam dados que ocupam uma grande parte da tela do computador, motivo pelo qual foi habilitada a opção de ocultar os dados e apresentar só a opção de tipologia de busca;
- No menu navegar acrescentou-se a opção de busca por “Tipo”. Assim, o usuário terá mais opções no resultado de buscas;
- Alterou o termo “Comunidades do DSpace” por “Áreas de Atuação”, considerando que o termo comunidades não é familiar ao usuário.

Figura 7-2 - Antigo layout da Biblioteca Digital do MMFDH

gov.br ACESSO À INFORMAÇÃO PARTICIPE LEGISLAÇÃO ÓRGÃOS DO GOVERNO

MINISTÉRIO DA  
**Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** Acessibilidade A+ A- ALTO CONTRASTE

**Biblioteca digital**

Página inicial Navegar Ajuda Entrar em

1 Busca facetada

Buscar na biblioteca digital

| Autor                                   | Assunto                            | Data de Publicação |
|---|------------------------------------|--------------------|
| Brasil. Secretaria Nacional de Ju... 72 | Políticas públicas de juventude 20 | 2010 - 2020 144    |
| Brasil. Conselho Nacional de Juve... 23 | Condição juvenil 14                | 2000 - 2009 43     |
| Shirafuku, Milton 23                    | Política Nacional de Juventude 11  | 1992 - 1999 2      |
| Waiselfisz, Julio Jacobo 11             | Direitos da juventude 5            |                    |
| Schlessl, Ingrid Torres 8               | Juventude negra 5                  |                    |
| Macedo, Diego José 6                    | Participação juvenil 7             |                    |
| Santos, Priscila Rodrigues dos 6        | Protagonismo juvenil 7             |                    |
| Barcelos, Janinne 5                     | Agricultura familiar 4             |                    |
| Brasil. Presidência da República 5      | Participação social 5              |                    |
| Brasil. Presidência da República... 5   | Desigualdade racial 5              |                    |

próximo >

2 Tipo +

3 Comunidades no dspace  
Clique nas comunidades para ver suas coleções

| Comunidade              |
|-------------------------|
| Criança e Adolescente 1 |
| Direitos Humanos 1      |
| Família 1               |
| Juventude 1             |
| Mulher 1                |
| Pessoa Idosa 1          |
| Temas Gerais 1          |

|                       |                  |         |                  |           |         |
|-----------------------|------------------|---------|------------------|-----------|---------|
| Criança e Adolescente | Direitos Humanos | Família | Igualdade Racial | Juventude | LGBTQI+ |
|-----------------------|------------------|---------|------------------|-----------|---------|

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Alterações de textos de menus ou *labels* no DSpace é algo simples, sobretudo se o usuário já estiver incluído no sistema. O DSpace possui um arquivo de configuração para a maioria dos idiomas. Para o idioma português, o arquivo é denotado *Messages\_pt\_BR\_properties*, e deve ser colocado no diretório *jspui/WEB-INF/classes*. Nesse arquivo, configuram-se as tags utilizadas no DSpace para textos que reflitam a sua natureza. Por exemplo, o *label* **Navegar** é referido no *Messages\_pt\_BR\_properties* como *jsp.search.facet.refine*, o qual é definido como:

```
jsp.search.facet.refine=Navegar
```

Dessa forma, caso deseje alterar o texto apresentado na interface de usuário do DSpace, é necessário modificar ou adicionar a tag com suas respectivas traduções no *Messages\_pt\_BR\_properties*.

### 7.3 CUSTOMIZAÇÕES IMPLEMENTADAS NO LAYOUT DO MÓDULO DE BUSCA DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MMFDH

Outras mudanças foram implementadas com o intuito de apresentar aos usuários uma interface mais amigável, dentre as quais se destacam algumas melhorias nas opções de busca. No antigo *layout*, por sua vez, eram disponibilizadas muitas opções de busca, o que ocasionava dificuldades aos usuários na hora de procurar a informação.

Efetuiu-se a mudança no filtro das buscas, tendo em vista que apresentava muitas opções. Do ponto de vista do bibliotecário, é importante disponibilizar mais opções para o usuário. Porém, o estudo desenvolvido por Estela (2019) indica que as pessoas estão familiarizadas com a interface que o Google apresenta para realizar buscas. Em relação aos catálogos, por exemplo, mencionam que são complicados quando apresentam muitas alternativas de buscas e que eles não usam esses buscadores alternativos. Algumas opções para melhorar essa interface foram sugeridas:

- Permitir a busca por palavras-chave;
- Simplificar o catálogo de buscas (semelhante ao Google);
- Modificar o sistema de busca por filtros;
- Possibilitar maior visibilidade aos resultados de busca.

Observam-se, na Figura 7-3, as opções de buscas e o *layout* da antiga interface da BD-MMFDH.

Figura 7-3 - Antigo layout da interface de busca da Biblioteca Digital do MMFDH

MINISTÉRIO DA  
**Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** Acessibilidade A+ A- ALTO CONTRASTE

**Biblioteca digital de juventude**

Página inicial Navegar Ajudar Entrar em: -

**Página de Busca**

Buscar em: **Todo o repositório**

por  Ir Retornar valores

Adicionar filtros:  
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Título  Adicionar

Resultados/Página 10 Ordenar registros por Relevância Ordenar Descendente

Registro(s) Todos Atualizar

Resultado 1-10 de 125

Anterior 1 2 3 4 ... 13 Próximo

**Busca facetada**

**Autor**

- Brasil. Secretaria Nacional de Ju... 17
- Brasil. Conselho Nacional de Juve... 13
- Waiseifst, Julio Jacobo 7
- Brasil. Presidência da República... 4
- Brasil. Secretaria Nacional de Ju... 4
- Shintaku, Milton 4
- Abramovay, Miriam 3
- Barcelos, Janinne 3
- Brasil. Presidência da República... 3
- Cano, Ignácio (Org.) 3

próximo >

**Conjunto de comunidades:**

Nome da comunidade  
Mulher

**Conjunto de itens:**

| Data do documento | Título   | Autor(es)   |
|-------------------|--|---|
| 2014              | Jovens mulheres e políticas públicas                       | Lobato, Ana Laura (Org.)                                |
| -                 | fag  | <i>ff: ff</i>   |
| 1999              | População jovem no Brasil                                  | Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| 2004              | Caminhos para a vida adulta : as múltiplas trajetórias dos | Comarano, Ana Amélia; Mello, Juliana                    |

**Assunto**

- Políticas públicas de juventude 17
- Condição juvenil 10
- Política Nacional de Juventude 7
- Juventude negra 3

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Conforme Figura 7-3, a apresentação dos resultados de pesquisa na base, observou-se que as opções de “busca avançada” ocupavam grande parte da tela do computador, enquanto os “resultados das buscas” eram apresentados mais ao final da tela. Considerando que nessa etapa o interesse do usuário é a relação dos resultados da busca, optou-se pela ocultação dos filtros da opção de busca. Na Figura 7-3 apresenta-se também o ocultamento da opção de número de registros visualizados, e relevância na apresentação de resultados; observam-se estas mudanças na Figura 7-4.

Por apresentar diferentes possibilidades, o DSpace permite realizar mudanças de acordo com as necessidades da Biblioteca e seu público. Tendo isso como referência, optou-se pela ocultação da opção avançada.

**Figura 7-4 - Atual layout de busca avançada Biblioteca Digital do MMFDH**

**Biblioteca digital**

🏠 Página inicial   Navegar ▾   Ajuda

## Buscar

Buscar em: Na Biblioteca ▾ por  Ir

⚙️ [Clique aqui para opções avançadas de busca e filtros](#)

Anterior **1** 2 3 4 ... 46 Póximo

Resultado 1-10 de 455.

| Data do documento | Titulo                                      | Autor(es)   |
|-------------------|---|---|
| 2012              | <a href="#">Revista Ouvidoria da Mulher</a> | <a href="#">Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres.</a> |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Essa opção permite ao usuário a escolha do tipo de busca, como se apresenta na Figura 7-5. Foi implementada a apresentação da plataforma de busca mais simples, que permitirá ao usuário conforto na hora de realizar a busca. Sendo assim, o ponto 1, indicado na Figura 7-3, foi modificado para o seguinte:

**Figura 7-5 - Atual layout de opções na busca avançada Biblioteca Digital do MMFDH**

**Buscar**

Buscar em: Na Biblioteca por mulher Ir

⚙️ Clique aqui para opções avançadas de busca e filtros

Adicionar filtros: **Permite ocultar as opções de busca avançada**

Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Título Iguais Adicionar

Resultados/Página 10 Ordenar registros por Relevância Ordenar Descendente Registro(s)

Todos Atualizar Exportar metadados

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Na Figura 7-5, foi alterado o arquivo *discovery.jsp*, localizado no diretório *js-pui/search*. As alterações são relacionadas a *javascript*, *css* e *html*, não necessitando alterações do núcleo da aplicação, e conseqüentemente não se precisa recompilar o código fonte do DSpace. O código do *discovery.jsp* é apresentado abaixo:

```

<%@page
    import="org.dspace.core.Utils"%>
<%@page
    import="com.coverity.security.Escape"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.configuration.
DiscoverySearchFilterFacet"%>
<%@page
    import="org.dspace.app.webui.util.UIUtil"%>
<%@page
    import="java.util.HashMap"%>
<%@page
    import="java.util.ArrayList"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.DiscoverFacetField"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.configuration.DiscoverySearchFilter"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.DiscoverFilterQuery"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.DiscoverQuery"%>

```

```

<%@page
    import="org.apache.commons.lang.StringUtils"%>
<%@page
    import="java.util.Map"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.DiscoverResult.FacetResult"%>
<%@page
    import="org.dspace.discovery.DiscoverResult"%>
<%@page
    import="org.dspace.content.DSpaceObject"%>
<%@page
    import="java.util.List"%>
<%@page
    contentType = "text/html;charset=UTF-8" %
        > < % @ taglib uri = "http://java.sun.com/jsp/jstl/fmt"
    prefix = "fmt" %
        > < % @ taglib uri = "http://java.sun.com/jsp/jstl/core"
    prefix = "c" %
        > < % @ taglib uri = "http://www.dspace.org/dspace-tags.
tld" prefix = "dspace" %
        > < % @ page import="java.net.URLEncoder"          %>
<%@page
    import="org.dspace.content.Community"    %>
<%@page
    import="org.dspace.content.Collection"    %>
<%@page
    import="org.dspace.content.Item"         %>
<%@page
    import="org.dspace.sort.SortOption" %>
<%@page
    import="java.util.Enumeration" %>
<%@page
    import="java.util.Set" %>
<%
DSpaceObject scope = (DSpaceObject) request.getAttribute("scope");
String searchScope = scope != null ? scope.getHandle() : "";
List<DSpaceObject> scopes = (List<DSpaceObject>) request.
getAttribute("scopes");
List<String> sortOptions = (List<String>) request.
getAttribute("sortOptions");
String query = (String) request.getAttribute("query");
if (query== null){
    query = "";
}
Boolean error_b = (Boolean) request.getAttribute("search.error");
boolean error = error_b == null ? false : error_b.booleanValue();
DiscoverQuery qArgs = (DiscoverQuery) request.
getAttribute("queryArgs");

```

```

String sortBy = qArgs.getSortField();
String order = qArgs.getSortOrder().toString();
String ascSelected = (SortOption.ASCENDING.equalsIgnoreCase(order) ?
"selected=\"selected\"" : "");
String descSelected = (SortOption.DECENDING.equalsIgnoreCase(order) ?
"selected=\"selected\"" : "");
String httpFilters = "";
String spellCheckQuery = (String) request.getAttribute("spellcheck");
List<DiscoverySearchFilter> availableFilters =
(List<DiscoverySearchFilter>) request.getAttribute("availableFilters");
List<String[]> appliedFilters = (List<String[]>) request.
getAttribute("appliedFilters");
List<String> appliedFilterQueries = (List<String>) request.
getAttribute("appliedFilterQueries");
if (appliedFilters != null && appliedFilters.size () > 0){
    int idx = 1;
    for (String[] filter : appliedFilters) {
        if (filter == null
            || filter[0] == null || filter[0].trim().equals("")
            || filter[2] == null || filter[2].trim().equals("")) {
            idx++;
            continue;
        }
        httpFilters += "&filter_field_" + idx + "=" + URLEncoder.
encode(filter[0], "UTF-8");
        httpFilters += "&filter_type_" + idx + "=" + URLEncoder.
encode(filter[1], "UTF-8");
        httpFilters += "&filter_value_" + idx + "=" + URLEncoder.
encode(filter[2], "UTF-8");
        idx++;
    }
}
int rpp = qArgs.getMaxResults();
int etAl = ((Integer) request.getAttribute("etal")).intValue();
String[] options = new String[]{"equals", "contains", "authority",
"notequals", "notcontains", "notauthority"};
Boolean admin_b = (Boolean) request.getAttribute("admin_button");
boolean admin_button = (admin_b == null ? false : admin_b.
booleanValue());
%>

<c:set var = "dspace.layout.head.last" scope = "request">
<script type = "text/javascript"> var jq = jQuery.noConflict();
jq(document).ready(function() {
jq("#spellCheckQuery").click(function()
{
    jq("#query").val(jq(this).attr('data-spell'));
    jq("#main-query-submit").click();
}
}

```

```

});
jQuery("#filterquery").autocomplete(
{
    source:
        function(request, response) {
            jQuery.ajax(
            {
                url:
                    "<%= request.getContextPath() %>/json/discovery/
autocomplete?query=<%= URLEncoder.encode(query,"UTF - 8")%><%=
httpFilters.replaceAll("&"," & ") %>"
                ,
                dataType:
                    "json",
                cache:
                    false,
                data:
                {
                    auto_idx:
                        jQuery("#filtername").val(),
                    auto_query:
                        request.term,
                    auto_sort: 'count',
                    auto_type:
                        jQuery("#filtertype").val(),
                    location: '<%= searchScope %>'
                }
            },
            success:
                function(data) {
                    response(jQuery.map(data.autocomplete,
function(item) {
                        var tmp_val = item.authorityKey;
                        if (tmp_val == null || tmp_val == '')
                        {
                            tmp_val = item.displayedValue;
                        }
                        return {
                            label:
                                item.displayedValue + " (" + item.
count + ")",
                            value:
                                tmp_val
                        };
                    }));
                }
            }
        });
});

```

```

}
);
function validateFilters() {
    return document.getElementById("filterquery").value.length > 0;
}

function abrefecha(id, id_mais, id_menos) {
    if (jQuery(id).css('display') == 'none')
    {
        jQuery(id).show('fast');
        jQuery(id_mais).css("display", "none");
        jQuery(id_menos).css("display", "block");
    }
    else
    {
        jQuery(id).hide('fast');
        jQuery(id_mais).css("display", "block");
        jQuery(id_menos).css("display", "none");
    }
}

</script>

</c:set>
<dSPACE:layout titlekey = "jsp.search.title">
<h2><fmt:message key = "jsp.search.title"/> </h2>
<div class="discovery-search-form panel panel-default">
    <div class="discovery-query panel-heading">
        <form action = "simple-search" method = "get">
            <label for="tlocation">
                <fmt:message key = "jsp.search.results.searchin" />
            </label>
            <select name= "location" id="tlocation">
                <%if (scope==null)
                {%>
                    <option selected = "selected" value = "/" >
                        <fmt:message key = "jsp.general.genericScope"/>
                    </option>
                <%}
                else{%>
                    <option value="/">
                        <fmt :message key = "jsp.general.
genericScope"/>
                    </option>
                <%}
                for (DSPACEObject dso : scopes)
                {%>
                    <option value = "<%= dso.getHandle() %>" < %= dso.

```

```

getHandle().equals(searchScope) ? "selected=\\"selected\\" : " %>>
    < %= dso.getName() %>
        </option> < %
            }%>
        </select>
        <label for="query"><fmt:message key = "jsp.search.results.
searchfor"/> </label>
        <input type="text" size="55" id="query" name="query"
value="<%= (query==null ? "
    " : Utils.addEntities(query)) %>"/>
        <input type = "submit" id = "main-query-submit" class ="btn
btn-primary"
value = "<fmt:message key="general.go"/>"/>
        <% if (StringUtil.isBlank (spellCheckQuery) ) { %>
            <p class="lead">
                <fmt:message key="jsp.search.didyoumean"><fmt:param
>
                    <a id = "spellCheckQuery" data - spell = "<%=
Utils.addEntities(spellCheckQuery) %>" href = "#" >
                        < %= spellCheckQuery % > < / a >
                    </fmt:param > </ fmt:message> </p>

                < % }%>
                <input type = "hidden" value = "<%= rpp %>" name = "rpp" /
                    > <input
                        type = "hidden" value = "<%= Utils.addEntities(sortedBy) %>"
name = "sort_by" /
                            > <input
                                type = "hidden" value = "<%= Utils.addEntities(order) %>" name
= "order" /
                                    > < %

                    if (appliedFilters.size () > 0 ) { %
                        > <div
                            class="discovery-search-appliedFilters">
                                <span > <fmt
                                    :message key = "jsp.search.filter.applied" / > < / span
                                        > <
                                            % int idx = 1;
                                        for (String[] filter : appliedFilters) {
                                            boolean found = false;
                                            %
                                                > <select
                                                    id = "filter_field_<%=idx %>" name = "filter_field_<%=idx %>"
                                                        > < %
                                                            for (DiscoverySearchFilter searchFilter : availableFilters)
                                                                {
                                                                    String fkey = "jsp.search.filter." + Escape.
uriParam(searchFilter.getIndexFieldName());

```

```

% > <option
    value = "<%= Utils.addEntities(searchFilter.
getIndexFieldName()) %>" < %
    if (searchFilter.getIndexFieldName().equals(filter[0]))
{
    % > selected = "selected" <
        % found = true;
    }
    % >> <fmt
:message key = "<%= fkey %>" / > < / option > < %
}
if (!found) {
    String fkey = "jsp.search.filter." + Escape.
uriParam(filter[0]);
    % > <option
    value = "<%= Utils.addEntities(filter[0]) %>" selected
= "selected" > <fmt
:message key = "<%= fkey %>" / > < / option > < %
}
%
    > < / select
    > <select
    id = "filter_type_<%=idx %>" name = "filter_type_<%=idx %>"
    > < %
    for (String opt : options) {
    String fkey = "jsp.search.filter.op." + Escape.
uriParam(opt);
    % > <option
    value = "<%= Utils.addEntities(opt) %>" <%= opt.
equals(filter[1]) ? " selected=\\"selected\\" " : " " % >> <fmt
:message key = "<%= fkey %>" / > < / option > < %
}
%
    > < / select
    > <input
    type = "text" id = "filter_value_<%=idx %>" name = "filter_
value_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[2]) %>" size =
"45" /
    > <input
    class="btn btn-default" type = "submit" id = "submit_
filter_remove_<%=idx %>" name = "submit_filter_remove_<%=idx %>" value =
"x" /
    > <br /
    > <
    % idx++;
}
%
    > < / div

```

```

    }
  }
  %>
</ form>
<button data-toggle = "collapse" data-target = "#filtros" >
  <i class="fa fa-cog fa-2" aria-hidden = "true" ></i >
  Clique aqui para opções avançadas de busca e filtros
</button>
</div>
<div id = "filtros" class ="collapse">
<% if (availableFilters.size () > 0) { %>
  <div class="discovery-search-filters panel-body">
    <h5 > <fmt:message key = "jsp.search.filter.heading" / > </h5>
    <p class="discovery-search-filters-hint">
    <fmt:message key="jsp.search.filter.hint" /></p>
    <form action = "simple-search" method = "get">
      <input type = "hidden" value = "<%= Utils.
addEntities(searchScope) %>"
      name = "location"/>
      <input type = "hidden" value = "<%= Utils.
addEntities(query) %>"
      name = "query" />
      < % if (appliedFilterQueries.size() > 0) {
        int idx = 1;
        for (String[] filter : appliedFilters) {
          boolean found = false;%>
          <input type = "hidden" id = "filter_field_<%=idx %>"
name = "filter_field_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[0])
%>"/>
          <input type = "hidden" id = "filter_type_<%=idx %>"
name = "filter_type_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[1])
%>" />
          <input type = "hidden" id = "filter_
value_<%=idx %>" name = "filter_value_<%=idx %>" value = "<%= Utils.
addEntities(filter[2]) %>" />
          <% idx++;
        }
      } %>
      <select id = "filtername" name = "filtername">
      < %
        for (DiscoverySearchFilter searchFilter :
availableFilters) {
          String fkey = "jsp.search.filter." + Escape.
uriParam(searchFilter.getIndexFieldName());
          % > <option value = "<%= Utils.
addEntities(searchFilter.getIndexFieldName()) %>" >
          <fmt:message key = "<%= fkey %>" / > < / option >
        < %
      } %>
    } %>
  } %>

```

```

</select>
<select id = "filtertype" name = "filtertype">
  < % for (String opt : options) {
      String fkey = "jsp.search.filter.op." + Escape.
uriParam(opt);
      % > <optionvalue = "<%= Utils.addEntities(opt) %>"
  >
      <fmt:message key = "<%= fkey %>" / > < /
option >
      < %}%>
  </select>
  <input type = "text" id = "filterquery" name = "filterquery"
size = "45" required = "required" />
  <input type = "hidden" value = "<%= rpp %>" name = "rpp"/>
  <input type = "hidden" value = "<%= Utils.
addEntities(sortedBy) %>" name = "sort_by" /> <input
type = "hidden" value = "<%= Utils.addEntities(order) %>" name
= "order"/>
  <input class="btn btn-default" type = "submit" value =
"<fmt:message key="jsp.search.filter.add
"/>" onclick = "return validateFilters()" />
</form>
</div>
< % }%>
<div class ="discovery-pagination-controls panel-footer">
<form action = "simple-search" method = "get">
<input type = "hidden" value = "<%= Utils.addEntities(searchScope)
%>" name= "location" />
<input type = "hidden" value = "<%= Utils.addEntities(query) %>"
name = "query"/>
< %if (appliedFilterQueries.size ()> 0 ) {
  int idx = 1;
  for (String[] filter : appliedFilters) {
    boolean found = false;
    %>
    <input type = "hidden" id = "filter_field_<%=idx %>" name =
"filter_field_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[0]) %>" />
    <input type ="hidden" id = "filter_type_<%=idx %>" name =
"filter_type_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[1]) %>"
/>"
    <input type = "hidden" id = "filter_value_<%=idx %>" name =
"filter_value_<%=idx %>" value = "<%= Utils.addEntities(filter[2]) %>"
/>
    <% idx++;
  }
}%>
<label for="rpp"><fmt:message key = "search.results.perpage" / > <
/ label>

```

```

<select name = "rpp" id = "rpp">
  < % for (int i = 5; i <= 100 ; i += 5)
  {
    String selected = (i == rpp ? "selected=\"selected\"" : "");
    %>
    <option value = "<%= i %>" <%= selected % >> <%= i % > < /
option>
  < %
  }
  %>
</select>
&nbsp; ;
|&nbsp; ;
<%if (sortOptions.size () > 0)
  {%>
    <label for = "sort_by" > <fmt {
      }:message key = "search.results.sort-by" / > < / label>
    <select name = "sort_by" id = "sort_by">
      <option value = "score" > <fmt:message key = "search.sort-
by.relevance" / >
      </option>
      < %
      for (String sortBy : sortOptions) {
        String selected = (sortBy.equals(sortedBy) ?
"selected=\"selected\"" : "");
        String mKey = "search.sort-by." + Utils.
addEntities(sortBy);
        % > <option value = "<%= Utils.addEntities(sortBy) %>"
< %= selected % >> <fmt
          :message key = "<%= mKey %>" / > < / option > < %
        }
      %>
    </select>
  < %
  }
  %>
  <label for="order"><fmt :message key = "search.results.order"/> </
label>
  <select name = "order" id = "order">
    <option value="ASC"< %= ascSelected % >> <fmt:message key =
"search.order.asc" / >
    < / option>
    <option value = "DESC" < %= descSelected % >>
      <fmt :message key = "search.order.desc" / >
    </option>
  </select>
  <label for="etal">
    <fmt:message key = "search.results.etal" / >

```

```

</label>
<select name= "etal" id = "etal"> <% String unlimitedSelect =
"";
if (etal< 1)
{
    unlimitedSelect = "selected=\"selected\"";
}
%>
<option value = "0" < %= unlimitedSelect % >>
    <fmt:message key = "browse.full.etal.unlimited" / >
</option>
<% boolean insertedCurrent = false;
for (int i = 0; i <= 50 ; i += 5)
{
    if (i == 0) {
        String sel = (i + 1 == etal ? "selected=\"selected\"" :
""");
        % > <option
        value = "1" < %= sel % >> 1 < / option > < %
    }
    if (i > etal && !insertedCurrent && etal > 1) {
        % > <option
        value = "<%= etal %>" selected = "selected" > < %= etal %
> < / option > <
        % insertedCurrent = true;
    }
    String selected = (i == etal ? "selected=\"selected\"" : "");
    if (i != 0 && i != etal) {
        %>
        <option value = "<%= i %>" < %= selected % >> < %= i % > <
/ option>
        < %
    }
}
%>
</select>
<input class="btn btn-default" type = "submit" name = "submit_
search" value = "<fmt:message key="
search.update" />" />
<%
if (admin_button)
{%>
    <input type = "submit" class="btn btn-default" name =
"submit_export_metadata" value = "<fmt:message key="jsp.general.
metadataexport.button
"/>" /><%
}
%>

```

```

</form>
</div>
  </div>
</div>
<%
DiscoverResult qResults = (DiscoverResult) request.
getAttribute("queryresults");
  List<Item> items = (List<Item>) request.getAttribute("items");
  List<Community> communities = (List<Community>) request.
getAttribute("communities");
  List<Collection> collections = (List<Collection>) request.
getAttribute("collections");
if( error)
{
  %><p align = "center" class="submitFormWarn">
    <fmt:message key="jsp.search.error.discovery" />
  </p><%
}
else if( qResults != null && qResults.getTotalSearchResults () == 0 )
{
  %> <p align = "center" > <fmt :message key = "jsp.search.general.
noresults" / > </p>< %
}
else if( qResults!= null)
{
  long pageTotal = ((Long) request.getAttribute("pagetotal")).
longValue();
  long pageCurrent = ((Long) request.getAttribute("pagecurrent")).
longValue();
  long pageLast = ((Long) request.getAttribute("pagelast")).
longValue();
  long pageFirst = ((Long) request.getAttribute("pagefirst")).
longValue();
  String baseURL = request.getContextPath()
    + (!searchScope.equals("") ? "/handle/" + searchScope
: "")
    + "/simple-search?query="
    + URLEncoder.encode(query, "UTF-8")
    + httpFilters
    + "&sort_by=" + sortedBy
    + "&order=" + order
    + "&rpp=" + rpp
    + "&etal=" + etAl
    + "&start=";
  String nextURL = baseURL;
  String firstURL = baseURL;
  String lastURL = baseURL;
  String prevURL = baseURL + (pageCurrent - 2) * qResults.

```

```

getMaxResults();
    nextURL = nextURL + (pageCurrent) * qResults.getMaxResults();
    firstURL = firstURL + "0";
    lastURL = lastURL + (pageTotal - 1) * qResults.getMaxResults();
    %>
    <div class="discovery-result-pagination row container">
    <%
        long lastHint = qResults.getStart() + qResults.getMaxResults() <=
qResults.getTotalSearchResults()
            ? qResults.getStart() + qResults.getMaxResults() :
qResults.getTotalSearchResults();
    %>
    <ul class="pagination pull-right">
    <%
        if (pageFirst != pageCurrent) {
            % > <li> <a href = "<%= prevURL %>" > <fmt
:message key = "jsp.search.general.previous" / > < / a > <
/ li > < %
        } else {
            % >
            <li class="disabled">
                <span >
                    <fmt :message key = "jsp.search.general.previous"
/ >
                </span >
            </li > < %
        }
        if (pageFirst != 1) {
            % > <li> <a href = "<%= firstURL %>" > 1 < / a > < / li
>
            <li class="disabled"><span >...</span > < / li > < %
        }
        for (long q = pageFirst; q <= pageLast; q++) {
            String myLink = "<li><a href=\"
                + baseURL;
            if (q == pageCurrent) {
                myLink = "<li class=\"active\"><span>\" + q + "</
span></li>\";
            } else {
                myLink = myLink
                    + (q - 1) * qResults.getMaxResults()
                    + "\">\"
                    + q
                    + "</a></li>\";
            }
        }
    %
        > < %= myLink %
        > < %

```

```

    }

    if (pageTotal > pageLast) {
        % > <li
            class="disabled"><span >...</span > < / li > <li> < a href
= "<%= lastURL %>" > < %= pageTotal % > < / a > < / li > < %
        }
        if (pageTotal > pageCurrent) {
            % > <li> < a href = "<%= nextURL %>" > <fmt
: message key = "jsp.search.general.next" / > < / a > < /
li > < %
        } else {
            % > <li
            class="disabled"><span > <fmt
: message key = "jsp.search.general.next" / > < / span > <
/ li > < %
        }
        %
            > < / ul>
    </div>
    <div class="discovery-result-results">
    <% if (communities.size() > 0) { %>
        <div class="panel panel-info">
        <div class="panel-heading">
            <fmt:message key="jsp.search.results.comhits"/>
        </div>
        <dspace:communitylist communities = "<%= communities
%>"/>
        </div>
    < % } %>
    < % if (collections.size() > 0) { %>
        <div class="panel panel-info">
        <div class="panel-heading">
            <fmt:message key="jsp.search.results.
colhits"/>
        </div>
        <dspace:collectionlist collections = "<%=
collections %>"/>
        </div>
    < % } %>
    < % if (items.size() > 0) { %>
        <div class="panel panel-info">
        <div class="panel-heading"><fmt:
message key="jsp.search.results.results">
        <fmt:param > < %= qResults.getStart() + 1 % > < /
fmt:param
            > <fmt:param > < %= lastHint % > < / fmt:param

```

```

    > <fmt:param > <%= qResults.
getTotalSearchResults() % > < / fmt:param
    > <fmt:param > <%= (float) qResults.getSearchTime()
/ 1000 % > < / fmt:param
    > < / fmt:message > < / div>
    <dspace :itemlist items = "<%= items %>"
authorLimit = "<%= etAl %>"/>
    < / div>
    < % } %>
    < / div>

    <% if ((communities.size() + collections.size() +
items.size()) > 10) { %
    > < % --show again the navigation info/links-- %
    > <div
class="discovery-result-pagination row container">
<div class="alert alert-info"><fmt:
message key="jsp.search.results.results">
<fmt:param > <%= qResults.getStart() + 1 % > < /
fmt:param
    > <fmt:param > <%= lastHint % > < / fmt:param
    > <fmt:param > <%= qResults.
getTotalSearchResults() % > < / fmt:param
    > <fmt:param > <%= (float) qResults.getSearchTime()
/ 1000 % > < / fmt:param
    > < / fmt:message > < / div
    > <ul class="pagination pull-right">
    <%
    if (pageFirst != pageCurrent) {
    % > <li> < a href = "<%= prevURL %>" > <fmt
:message key = "jsp.search.general.previous" /
> < / a > < / li > < %
    } else {
    % > <li class="disabled"><span > <fmt
:message key = "jsp.search.general.
previous" / > < / span > < / li > < %
    }
    if (pageFirst != 1) {
    % > <li> < a href = "<%= firstURL %>" > 1 < /
a > < / li > <li
class="disabled"><span >...</span > < / li > <
%
    }
    for (long q = pageFirst; q <= pageLast; q++) {
    String myLink = "<li><a href=\"\"
+ baseURL;
    if (q == pageCurrent) {
    myLink = "<li class=\"active\"><span>\" + q +

```

```

"</span></li>";
        } else {
            myLink = myLink
                + (q - 1) * qResults.getMaxResults()
                + "\">"
                + q
                + "</a></li>";
        }
        %
        > <%= myLink %
        > < %

    }

    if (pageTotal > pageLast) {
        % > <li
            class="disabled"><span >...</span > < / li >
<li> < a href = "<%= lastURL %>" > <%= pageTotal % > < / a > < / li >
< %

    }

    if (pageTotal > pageCurrent) {
        % > <li < a href = "<%= nextURL %>" > <fmt
            :message key = "jsp.search.general.next" / > <
/ a > < / li > < %

    } else {
        % > <li class="disabled"><span > <fmt
            :message key = "jsp.search.general.next" / > < / span
> < / li > < %
    }
    %

    > < / ul>

</div>

< % } %>
< % }%>
<dspace:sidebar>
<% boolean brefine = false; List<DiscoverySearchFilterFacet>
facetsConf = (List<DiscoverySearchFilterFacet>) request.
getAttribute("facetsConfig");
    Map<String, Boolean> showFacets = new HashMap<String, Boolean>();
for (DiscoverySearchFilterFacet facetConf : facetsConf)
{   if (qResults != null) {
        String f = facetConf.getIndexFieldName();
        List<FacetResult> facet = qResults.getFacetResult(f);
        if (facet.size() == 0) {
            facet = qResults.getFacetResult(f + ".year");
            if (facet.size() == 0) {
                showFacets.put(f, false);
                continue;

```

```

    }
    boolean showFacet = false;
    for (FacetResult fvalue : facet) {
        if (!appliedFilterQueries.contains(f + "::" + fvalue.
getFilterType() + ":" + fvalue.getAsFilterQuery())) {
            showFacet = true;
            break;
        }
    }
    showFacets.put(f, showFacet);
    brefine = brefine || showFacet;
}
}
if (brefine) {%>
    <h3 class="facets"><fmt:message
key="jsp.search.facet.refine" /></h3>
    <div id = "facets" class="facetsBox">
    <%
    for (DiscoverySearchFilterFacet facetConf : facetsConf) {
        String f = facetConf.getIndexFieldName();
        if (!showFacets.get(f)) {
            continue;
        }
        List<FacetResult> facet = qResults.getFacetResult(f);
        if (facet.size() == 0) {
            facet = qResults.getFacetResult(f + ".year");
        }
        int limit = facetConf.getFacetLimit() + 1;

        String fkey = "jsp.search.facet.refine." + f;
        % > <div id = "facet_<%= f %>" class="panel panel-
success">
            <a href = "javaScript:abrefecha('#facet_<%= f%>
div#af', '#mais_<%= f%>', '#menos_<%= f%>')">
                <div id = "abrefecha">
                    <h3>
                    < i class="fa fa-<%= f%> pull-left text-center"></
i>
                    <span class="facetName"><fmt:
message key="<%= fkey%>" />
                    </span>
                    <span id = "mais_<%= f%>" class="facetName" style =
"float: right;padding-right: 5%;display: block;" > +< / span>
                    <span id = "menos_<%= f%>" class="facetName" style
= "float: right;padding-right: 5%;display: none;" > -< / span
                    > < / h3>
                < / div>

```

```

</a>
<div id = "af" style = "display: none;">
  <ul class="list-group"><%
    int idx = 1;
    int currFp = UIUtil.getIntParameter(request, f
+ "_page");
    if (currFp < 0) {
      currFp = 0;
    }
    for (FacetResult fvalue : facet) {
      if (idx != limit && !appliedFilterQueries.
contains(f + "::" + fvalue.getFilterType() + "::" + fvalue.
getAsFilterQuery())) {
        % > <li class="list-group-item"><span
class="badge"><%= fvalue.getCount() % > < / span > <a
href = "<%= request.
getContextPath()
+ (!searchScope.equals("") ?
"/handle/" + searchScope : "")
+ "/simple-search?query="
+ URLEncoder.encode(query,
"UTF-8")
+ "&sort_by=" + sortedBy
+ "&order=" + order
+ "&rpp=" + rpp
+ httpFilters
+ "&etal=" + etAl
+ "&filtername=" +
URLEncoder.encode(f, "UTF-8")
+ "&filterquery=" +
URLEncoder.encode(fvalue.getAsFilterQuery(), "UTF-8")
+ "&filtertype=" +
URLEncoder.encode(fvalue.getFilterType(), "UTF-8") % >"
title = "<fmt:message key="jsp.
search.facet.narrow"><fmt:param><%=fvalue.getDisplayedValue() %></
fmt:param></fmt:message>">
        <%= StringUtils.abbreviate(fvalue.
getDisplayedValue(), 36) % > < / a > < / li > <
        % idx++;
      }
      if (idx > limit) {
        break;
      }
    }
  }
  if (currFp > 0 || idx == limit) {
    % > <li class="list-group-item"><span style =
"visibility: hidden;" >.</span
    > < % if (currFp > 0) { %

```

```

> <a
      class="pull-left" href ="<%= request.
getContextPath()
+ (!searchScope.equals("") ? "/handle/" + searchScope
: "")
+ "/simple-search?query="
+ URLEncoder.encode(query, "UTF-8")
+ "&sort_by=" + sortedBy
+ "&order=" + order
+ "&rpp=" + rpp
+ httpFilters
+ "&etal=" + etAl
+ "&" + f + "_page=" + (currFp - 1) %
> "><fmt:message key="jsp.search.facet.refine.previous
  "/></a>
<% } %
      > < % if (idx == limit) { %
      > <a
          href ="<%= request.getContextPath()
+ (!searchScope.equals("") ? "/handle/" + searchScope
: "")
+ "/simple-search?query="
+ URLEncoder.encode(query, "UTF-8")
+ "&sort_by=" + sortedBy
+ "&order=" + order
+ "&rpp=" + rpp
+ httpFilters
+ "&etal=" + etAl
+ "&" + f + "_page=" + (currFp + 1)
% > "><span class="pull - right"><fmt:message key="jsp.search.facet.
refine.next
  "/></span></a>
<%
}
% > < / li > < %
}
% > < / ul > < / div>
</div > < %
}
%>
< / div>
< % }
%>
</dSPACE:sidebar>
</dSPACE:layout>

```

Na Figura 7-6, observam-se as mudanças no novo *layout* referentes aos resultados da busca avançada da BD-MMFDH, que também foi modificado no código apresentado em *discovery.jsp*.

**Figura 7-6 - Atual layout na interface de busca na Biblioteca Digital do MMFDH**

The screenshot shows the search interface of the Digital Library of MMFDH. At the top, there is a navigation bar with 'Página inicial', 'Navegar', and 'Ajuda' on the left, and 'Entrar em:' on the right. The main content area is divided into 'Buscar' (Search) and 'Navegar' (Navigate) sections.

The 'Buscar' section contains a search bar with the text 'Buscar em: Na Biblioteca' and 'por mulher'. Below the search bar, there are options to 'Adicionar filtros' and 'Adicionar'. The search results are displayed in a table with columns for 'Data do documento', 'Titulo', and 'Autor(es)'. The results show two entries: one from 2012 titled 'Revista Ouidória da Mulher' and another from 2020 titled 'Mulheres na Covid-19'.

The 'Navegar' section on the right contains several filters: 'Autor', 'Assunto', 'Data de Publicação', 'Comunidade', and 'Tipo', each with a plus sign to expand the options.

| Data do documento | Titulo                     | Autor(es)   |
|-------------------|----------------------------|---|
| 2012              | Revista Ouidória da Mulher | Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres. |
| 2020              | Mulheres na Covid-19       | Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos    |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

## 7.4 CONCLUSÕES

A equipe da BD-MMFDH, ciente da importância de apresentar uma plataforma amigável para os usuários em parceria com o Ibict e a equipe da Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia (Cotec), customizou a interface do DSpace para ser mais fácil de utilizar. A esse respeito, Kafure e Cunha (2006) mencionam que o analista da informação e o profissional da informação devem trabalhar em conjunto no desenvolvimento do sistema, tendo em conta a objetividade do sistema e a subjetividade dos usuários, considerando que eles são os usuários finais dos sistemas.

Em conformidade com as melhores práticas de programação, as customizações foram realizadas utilizando padrões de *layout* responsivo com as

tecnologias *css3*, *html5* e *bootstrap*. Por meio da estilização implementada na Biblioteca, a interface de usuário encontra-se disponível para acesso em desktop, tablet e smartphone, fornecendo uma experiência semelhante, sem que haja prejuízo na compreensão do conteúdo apresentado.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, M. B. da; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

ESTELA, F. de M. S. **Não-usuário de Bibliotecas universitárias**: um estudo de caso na Universidade de Brasília (UnB). 2019. 172 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35317>. Acesso em: 21 maio 2020.

KAFURE, I.; CUNHA, M. B. da. Usabilidade em ferramentas tecnológicas para o acesso à informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 273-282, 2006. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/483>. Acesso em: 15 mar. 2020.

PHILLIPS, S. *et al.* **Manakin Developer's Guide**: the second version of the DSpace XML UI Project. College Station, TX: Digital Initiatives, Research, and Technology, Texas A&M University Library, 2006. Disponível em: <http://oacs.shh.fi/publications/Model35explanation2.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>. Acesso em: 20 jan. 2020.

## SOBRE OS AUTORES

---



### Flor de Maria Silvestre

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Ciências pela Universidade de Brasília. Graduada em Biblioteconomia e y Ciencias de la Información por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Perú. Com estudos de mestrado em Políticas Públicas, com ênfase Crianças e Adolescente pela UNMSM.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0452216683671515>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3095-883X>

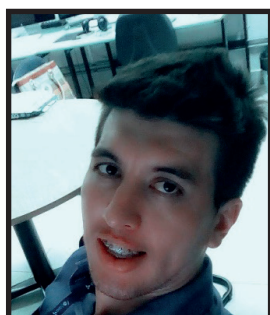
---

### Márcia Rocha de Aguiar

Funcionária da Caixa Econômica Federal (CEF), cedida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Inteligência Competitiva, com ênfase em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5225347321458236>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8202-138X>



### Lucas Ângelo da Silveira

Assistente de pesquisa no IBICT. Doutorando em Informática pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Informática pela Universidade de Brasília e Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás.

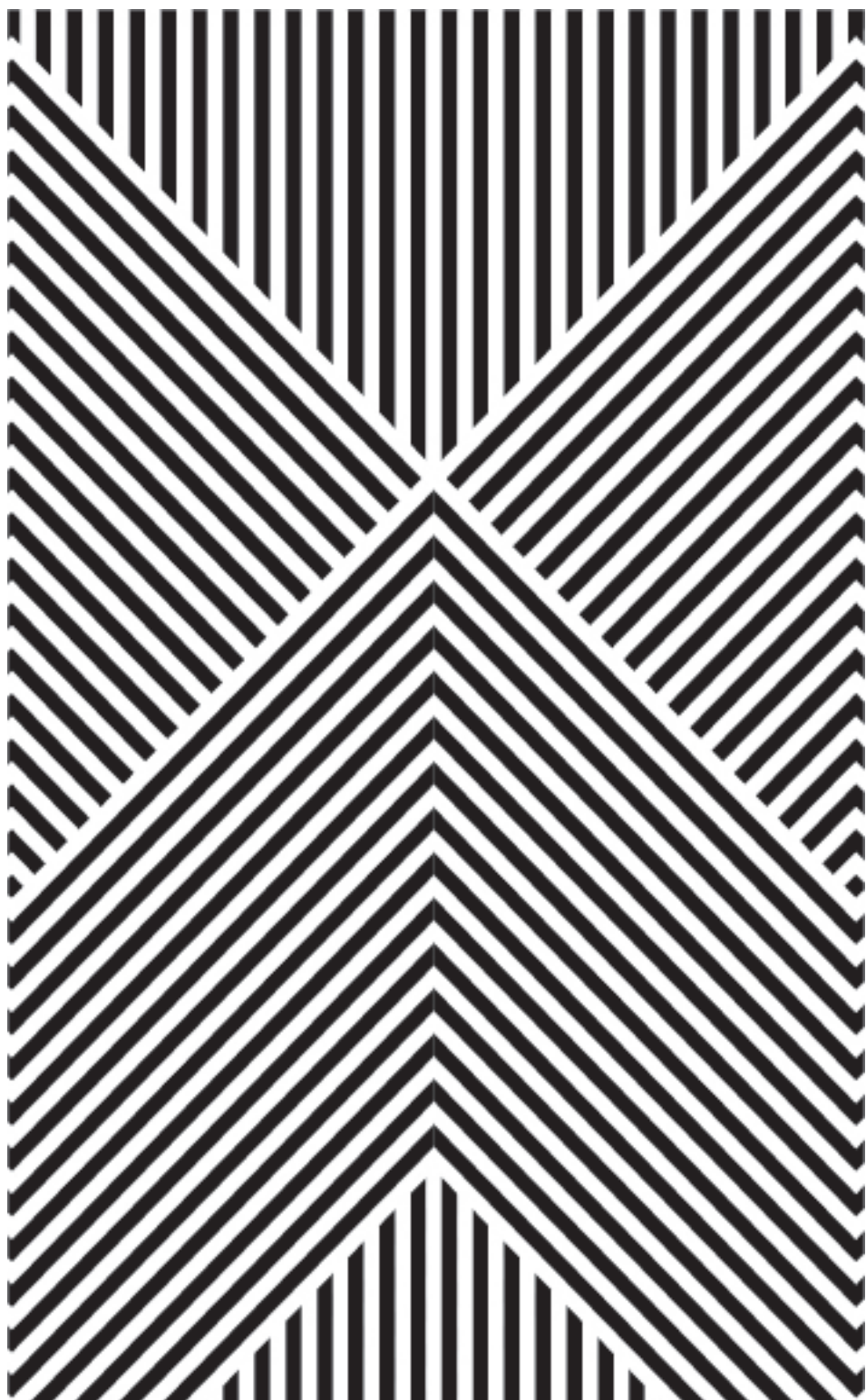
**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9490636632029069>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8107-9659>

---

**Como citar**

SILVESTRE, Flor de Maria; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVEIRA, Lucas Ângelo. Interface da recuperação da informação da Biblioteca Digital do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 119 – 149. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap6



---

---

# 8. Acessibilidade da Biblioteca digital

---

---

Rodrigo Abreu de Freitas Machado  
Rafael Fernandez Gomes  
Lucas Ângelo da Siveira  
Flor de María Silvestre  
Márcia Rocha de Aguiar

## 8.1 INTRODUÇÃO

Atualmente existe a preocupação de diversas instituições em oferecer serviços e produtos acessíveis a todas as pessoas. Como não poderia deixar de ser, as Bibliotecas estão se adaptando para cumprir com a sua missão de disseminar a informação a fim de suprir as necessidades informacionais de seus usuários, independentemente da condição física, sensorial, intelectual ou mental do usuário, permitindo assim, a esses indivíduos, o direito de exercer com autonomia a sua cidadania. Frente a essa realidade, o profissional bibliotecário e as Bibliotecas têm que desenvolver competências e ter conhecimentos básicos sobre a temática, como menciona Malheiros (2019), com o intuito de que as informações sejam disponibilizadas para cada usuário de modo adequado às suas necessidades, uma postura diferente e uma mudança de atitude em relação à diversidade de usuários que a Biblioteca deve atender.

Sabe-se que, historicamente, não se adotou no Brasil a prática de considerar as demandas desse público no planejamento da oferta de serviços nos diferentes setores, inclusive nas Bibliotecas, que são ambientes estratégicos para contribuir na mudança da sociedade.

Entendendo que o tema da acessibilidade é de fundamental importância e ciente de que a pessoa com deficiência encontra diversas barreiras para ter acesso à informação, e que essas barreiras interagem diretamente com a sua condição, a equipe responsável pelo desenvolvimento da Biblioteca Digital

do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BD-MMFDH) buscou orientações a fim de atender às necessidades específicas do usuário com deficiência, de acordo com:

- Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527, de 2011), que regulamenta a disponibilização dos conteúdos financiados com dinheiro público, para que sejam compartilhados de forma livre para toda a comunidade;
- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto no 6.949, de 2009, por meio da qual o País se compromete a tomar medidas apropriadas para promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive a *Internet* (Artigo 9. 2. g);
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146, de 2015), que indica, no seu Art. 63, que é obrigatória a acessibilidade nos sítios da *internet* mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de Governo para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso a informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente;
- Portaria MPOG no 3, de 7 de maio de 2007, que institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) é marco normativo que tem influenciado a construção de políticas, programas e projetos relacionados à acessibilidade cultural e, mais especificamente, à acessibilidade em Bibliotecas. Com isso, a Biblioteca *on-line* desponta como aliada, oferecendo recursos de acessibilidade e melhor interação com a tecnologia assistiva. Como exemplo, citamos as pessoas com deficiência visual e com baixa visão, que passaram a contar com a compatibilidade da ferramenta de leitura de tela.

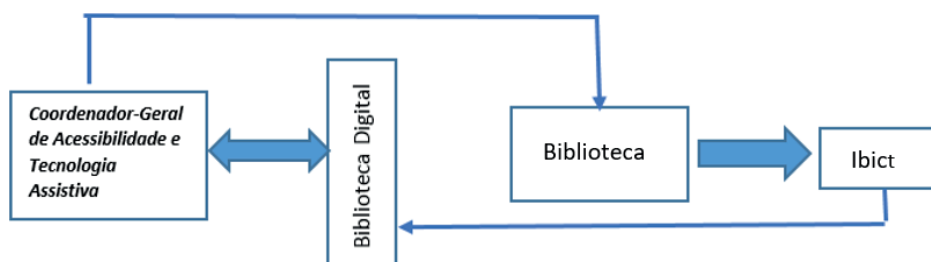
A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) é um órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ao qual compete coordenar e supervisionar ações relativas à acessibilidade e à promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Na sua estrutura encontra-se a Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva (CGATA), que identifica e propõe ações para eliminação das barreiras na informação e nas comunicações, inclusive aos seus sistemas e

tecnologias, orientando e monitorando o desenvolvimento de normas e diretrizes para acessibilidade e tecnologia assistiva.

Diante de um ambiente baseado em informações textuais e visuais, as pessoas com deficiência deparam-se com um lapso entre informação disponível e informação acessível. A fim de ser um instrumento de democratização da informação, a Biblioteca buscou desenvolver um trabalho em parceria com a CGATA, que orientou na definição de critérios, parâmetros técnicos e condições de acessibilidade para a implantação da Biblioteca Digital.

A equipe do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) implementou as adaptações de acessibilidade no DSpace, *software* livre, com o objetivo de tornar a navegabilidade mais fácil e atrativa, contribuindo para garantir o direito das pessoas com deficiência a terem acesso ao conhecimento e à informação, utilizando a tecnologia a seu favor.

**Figura 8-1 - Adaptações relativas à acessibilidade na Biblioteca Digital**



Fonte: Elaboração pelos autores (2020).

A Figura 8-1 apresenta o processo de desenvolvimento das adaptações relativas à acessibilidade da Biblioteca Digital do MMFDH.

Nas primeiras adaptações realizadas pelo Ibict no *software* da BD foram implementados os seguintes recursos de acessibilidade:

- Auto Contraste;
- Aumento da fonte;
- Teclas de atalho.

As demais adaptações seguiram parâmetros da *World Wide Web Consortium* (W3C)<sup>14</sup> e foram validadas pela equipe da CGATA, que auxiliaram nos ajustes com a finalidade de aumentar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual à BD-MMFDH, por meio de computador e celular.

## 8.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Ao elaborar estratégias a fim de criar melhores condições de acesso para as pessoas com deficiência, a Biblioteca estabeleceu que os trabalhos seriam priorizados, inicialmente, para compatibilizar o portal à tecnologia assistiva utilizada por pessoas com deficiência visual, tendo em vista este ser o público que mais encontra barreiras nos ambientes digitais.

Pode-se dividir a deficiência visual em dois grupos, com características e necessidades diferentes: pessoas que apresentam baixa visão e pessoas cegas, como pode-se verificar na Quadro 8-1.

**Quadro 8-1 - Características dos usuários com deficiência visual**

| <b>Usuários com deficiência visual</b>                          | <b>Características</b>   | <b>Formas de acesso à informação</b>   |
|---|--|--|
| Pessoas cegas, com pouco resíduo de visão ou baixa visão severa | Adquirem informações, principalmente, pela audição ou pelo tato.   | As informações podem ser disponibilizadas em Braille, em alto relevo, em impressões 3D etc.<br>No meio digital, a informação pode ser adaptada à leitura do programa de voz e em áudio, por meio de gravações, a depender do contexto. |
| Pessoas com baixa visão ou visão subnormal                      | A pessoa que tem sua função visual comprometida, mas que usa ou é potencialmente capaz de usar a visão para executar certas tarefas. | A ampliação da fonte é usada para a informação impressa e em meio digital, em que é também utilizado o contraste.  |

Fonte: Adaptado de Malheiros (2019).

14 O W3C é um consórcio internacional composto por organizações filiadas, o qual possui uma equipe em tempo integral, de modo que entidade e público trabalham juntos para desenvolver padrões para a web.

Diante dessa realidade, a BD-MMFDH adotou alguns padrões de acessibilidade no intuito de promover o acesso à informação, tendo como foco o entorno digital, que favorece uma aproximação da Biblioteca do MMFDH com os usuários com deficiência visual. A respeito disso, Malheiros (2019, p. 128) menciona o seguinte:

A Biblioteca traz nessa tarefa uma grande responsabilidade social traduzida na autonomia resultante desse trabalho, pois o acesso a informações de qualidade ocasiona socialização, melhoria na autoestima e outras vantagens percebidas pelos usuários. A Biblioteca pode tornar-se uma aliada importante no seu processo de inclusão social.

Em face do apresentado, a equipe do Ibict trouxe algumas ferramentas para dar acessibilidade à BD-MMFDH, descritas mais à frente.

### 8.3 CRITÉRIOS BÁSICOS DE ACESSIBILIDADE DA BD-MMFDH

De acordo com as observações e análises da equipe da SNDPD, foram realizadas mudanças no contraste e tamanho das letras. O alto contraste é uma opção para pessoas com médio ou grande déficit visual, pois deixa o fundo da página preto, o conteúdo textual em letra branca e o *link* de acessos na cor amarela. A opção de aumentar o tamanho das letras, quando acionada com uma única possibilidade de aumento, mostra-se suficientemente grande para inúmeras pessoas com déficit visual limitado. Foram incluídos ícones na parte superior da página da Biblioteca digital para mostrar o texto em tamanho aumentado (ícone +A) ou decrementado (ícone A-), além do ícone de alteração de contraste.

Para acoplar as funções de acessibilidade na Biblioteca Digital foi necessário implementar customizações no *front-end* do DSpace, inicialmente para inserção dos botões de Acessibilidade, A+, A- e ALTO CONTRASTE. Além disso, foi necessário customizar o arquivo *header-default.jsp*, localizado em `jspui/layout/`. O conteúdo implementado é apresentado abaixo:

```

<div class="col-md-4 text-right">
  <ul class="acessibilidade">
    <li>
      <a href="<%= request.getContextPath() %>/acessibilidade/
index.html" alt="recursos de acessibilidade">
        Acessibilidade
      </a>
    </li>
    <li>
      <a href="#aumentarFonte" id="increase-font" alt="Aumentar o
tamanho das letras">
        A +
      </a>
    </li>
    <li>
      <a href="#diminuirFonte" id="decrease-font" alt="Diminuir o
tamanho das letras">
        A -
      </a>
    </li>
    <li>
      <a href="#altocontraste" id="altocontraste" accesskey="3"
onclick="window.toggleContrast()" onkeydown="window.toggleContra$
      <i class="fa fa-adjust" aria-hidden="true" ></
i>
      ALTO CONTRASTE
    </a>
    </li>
  </ul>
</div>

```

**Figura 8-2 - Link com os recursos de acessibilidade**



Fonte: Captura de tela (2020).

A Figura 8-2 - *Link* com os recursos de acessibilidade mostra o *link* contendo os recursos de acessibilidade inseridos na Biblioteca Digital após as customizações apresentadas acima. É possível observar que foram necessários apenas *css* e *html*. Todavia, para que o recurso funcione, é preciso inserir código

*javascript*, a fim de que o conteúdo seja dinâmico e proceda conforme o desejado. Novamente no arquivo *header-default.jsp*, adicione a função *javascript*:

```
<script type="text/javascript">
    window.onload = function() {
        var elementBody = document.querySelector('body');
        var elementBtnIncreaseFont = document.
getElementById('increase-font');
        var elementBtnDecreaseFont = document.
getElementById('decrease-font');
        var fontSize = 150;
        var increaseDecrease = 10;
        elementBtnIncreaseFont.addEventListener('click',
function(event) {
            fontSize = fontSize + increaseDecrease;
            elementBody.style.fontSize = fontSize + '%';
        });
        elementBtnDecreaseFont.addEventListener('click',
function(event) {
            fontSize = fontSize - increaseDecrease;
            elementBody.style.fontSize = fontSize + '%';
        });
    }
}
```

Com as customizações apresentadas, a Biblioteca Digital disponibiliza o serviço de aumentar e diminuir a fonte do conteúdo textual.

O ALTO CONTRASTE envolve um nível a mais de complexidade, visto que é preciso implementar uma folha de estilo específica. Tal folha foi implementada seguindo as normas da *World Wide Web Consortium (W3C)* e colocada no diretório *jspui/static/css*. A folha com nome *contrast.css* possui o seguinte conteúdo:

```
.contrast,
.contrast nav,
.contrast div,
.contrast li,
```

```
.contrast ol,  
.contrast header,  
.contrast footer,  
.contrast section,  
.contrast main,  
.contrast aside,  
.contrast article {  
    background: black !important;  
    color: white !important;  
}  
.contrast h1,  
.contrast h2,  
.contrast h3,  
.contrast h4,  
.contrast h5,  
.contrast h6,  
.contrast p,  
.contrast label,  
.contrast strong,  
.contrast em,  
.contrast cite,  
.contrast q,  
.contrast i,  
.contrast b,  
.contrast u,  
.contrast span {  
    color: white !important;  
}  
.contrast a,  
.contrast col-md-4 col-sm-12{  
    color: yellow !important;  
    background-color: black !important;  
}  
.contrast button,  
.contrast input[type=button],  
.contrast input[type=reset],  
.contrast input[type=submit] {  
    background: black !important;  
    color: yellow !important;  
    border: none !important;  
}  
.contrast input[type=text],  
.contrast input[type=password],  
.contrast input[type=url],  
.contrast input[type=search],  
.contrast input[type=email],  
.contrast input[type=tel],  
.contrast input[type=date],
```

```
.contrast input[type=month],
.contrast input[type=week],
.contrast input[type=datetime],
.contrast input[type=datetime-local],
.contrast textarea,
.contrast input[type=number] {
    background: black !important;
    border: 1px solid white !important;
    color: white !important;
}
.contrast img.on-contrast-force-gray {
    filter: grayscale(100%) contrast(120%);
}
.contrast img.on-contrast-force-white {
    filter: brightness(0) invert(1);
}
```

De forma resumida, o arquivo `contrast.css` aplica estilo para cada tag *html* conforme recomendações de acessibilidade providas pelo W3C. Para o DSpace reconhecer a folha de estilo, é preciso informar o caminho de acesso no cabeçalho das chamadas das folhas *css* no arquivo `header-default.js`:

```
<link rel="stylesheet" href="%= request.getContextPath() %>/static/
css/contrast.css" type="text/css" />
```

Com a folha de estilo `contrast.css` implementada e sua ligação no DSpace, deve ser utilizado o *javascript* para controlar as chamadas da folha de estilo sempre que o botão de ALTO CONTRASTE for clicado. O arquivo contendo o *javascript*, chamado `contrast.class.jsp`, é armazenado no diretório `jspui/static/js` e possui o seguinte conteúdo:

```
(function () {
    var Contrast = {
        storage: 'contrastState',
        cssClass: 'contrast',
```

```

currentState: null,
contador: 0,
check: checkContrast,
getState: getContrastState,
setState: setContrastState,
toggle: toggleContrast,
updateView: updateViewContrast
};
window.toggleContrast = function () { Contrast.toggle(); };
Contrast.check();
function checkContrast() {
    this.updateView();
}
function getContrastState() {
    return localStorage.getItem(this.storage) === 'true';
}
function setContrastState(state) {
    localStorage.setItem(this.storage, ' ' + state);
    this.currentState = state;
    this.contador += 1;
    this.updateView();
}
function updateViewContrast() {
    var body = document.body;
    if (this.currentState === null)
        {
            this.currentState = this.getState();
        }
    if (this.currentState || this.contador==1)
        {
            body.classList.add(this.cssClass);
        }
    else if(this.currentState!=null && this.contador>0)
        {
            body.classList.remove(this.cssClass);
        }
    }
    function toggleContrast() {
        this.setState(!this.currentState);
    }
}
})();

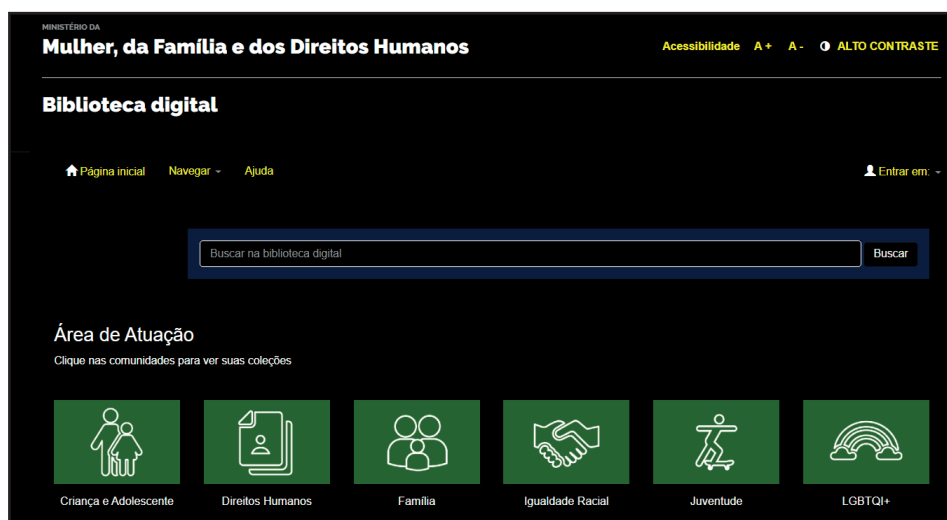
```

O código *javascript*, acima, é usado para controlar as chamadas de renderizações da folha de estilo *contrast.css*. O processo consiste em — ao capturar um clique no botão AUTO CONTRASTE — verificar se os recursos implementados

para acessibilidade estão sendo usados. Se sim, o *javascript* carrega o estilo padrão (que se refere ao estilo adotado quando se carrega a página pela primeira vez); do contrário, o *javascript* faz o carregamento da folha *contrast.css*. O caminho inverso também é válido, ou seja, se o estilo em *contrast.css* estiver carregado, ao clicar no botão o estilo padrão será renderizado. A Figura 8-3 apresenta o cenário no qual o botão de ALTO CONTRASTE é clicado.

No *link* "Acessibilidade", o usuário é direcionado para uma página sobre os recursos de acessibilidade e orientações gerais, com o objetivo de facilitar sua navegação. Apresenta-se uma lista de ferramentas, acessórios, aplicativos, com detalhes de onde se pode obtê-las, como instalá-las e utilizá-las. Disponibilizaram-se as seguintes informações: teclas de atalho, tamanho do texto, ferramentas úteis nos navegadores, leitores de tela (DOSVOX, NVDA, Orca, VoiceOver), mouse controlado por movimentos da cabeça (eViCam, HeadMouse), reconhecimento de fala (Dictanote, Demo note, Speechnotes) e tradução automática de conteúdos de Língua Portuguesa para Libras e/ou para legendas em Língua Portuguesa (VLibras, Hand Talk, Transcriber para o WhatsApp). Constituem-se recursos disponibilizados para serem consultados por qualquer usuário.

**Figura 8-3 - Layout da Biblioteca Digital do MMFDH no alto contraste**



Fonte: Captura de tela (2020).<sup>15</sup>

15 Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/#altocontraste>.

## 8.4 AS CORES ADEQUADAS PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO

### 8.4.1 TESTEIRA E ÍCONES

A testeira (Figura 8-4) foi modificada por dois motivos muito importantes na questão de acessibilidade:

- A testeira era composta por uma imagem, texto e fundo coloridos. Essa figura, quando redimensionada para dispositivos móveis ou telas menores, tem seu texto redimensionado, tornando a leitura difícil para pessoas com baixa visão;
- A ausência de contraste entre o texto e o fundo, agravado por se utilizar de uma fotografia de fundo com um gradiente por cima, tornava mais difícil a visualização do conteúdo.

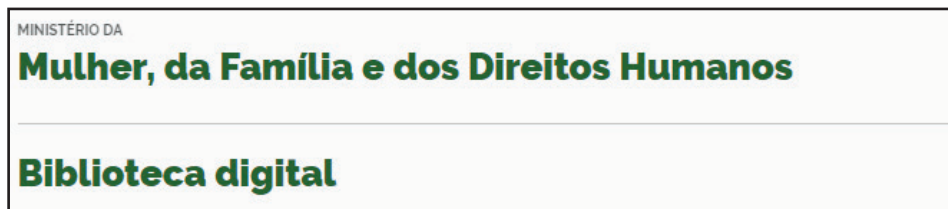
**Figura 8-4 - Testeira antes das regras de acessibilidade**



Fonte: Captura de tela (2020).

A testeira foi modificada para um fundo branco chapado/sólido com letras verdes. Esses ajustes atendem às normas de acessibilidade relacionadas ao contraste e ao redimensionamento. A nova testeira é apresentada na Figura 8-5.

**Figura 8-5 - Testeira após a aplicação das regras de acessibilidade**



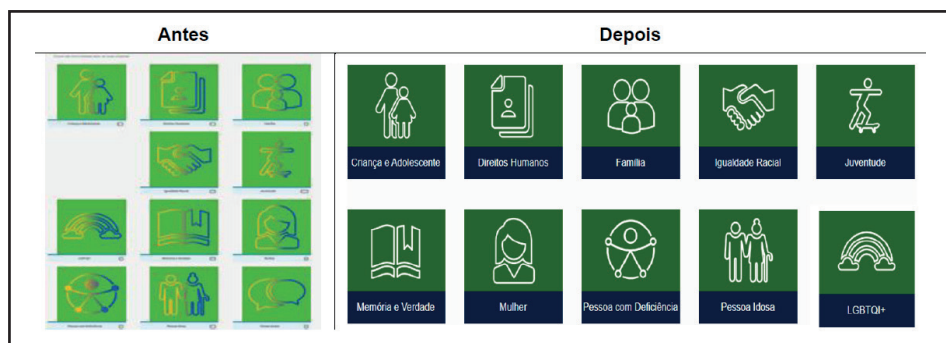
Fonte: Captura de tela (2020).

Os ícones da Biblioteca Digital foram desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do MMFDH, seguindo os padrões de acessibilidade. Os critérios estabelecidos foram:

- Não utilizar gradiente nas linhas dos ícones;
- Escurecer um pouco o tom de verde e deixar as linhas dos ícones brancas;
- Não utilizar qualquer tipo de gradiente ou degradê;
- Sempre utilizar cores bem escuras combinadas, quando necessário, com branco.

A Figura 8-6 apresenta o antes e depois da mudança nos ícones das comunidades.

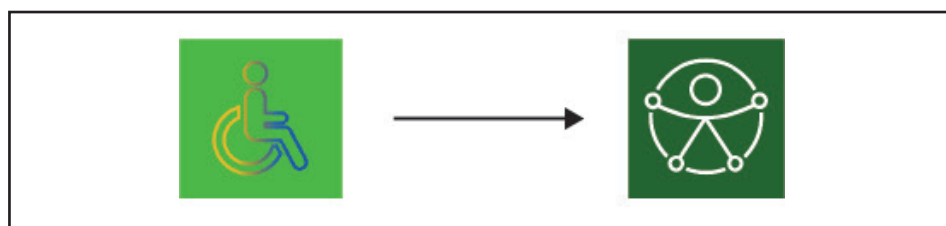
**Figura 8-6 - Antes e depois da mudança dos ícones nas comunidades**



Fonte: Elaboração pelos autores (2020).

Assim como as cores, os ícones foram alterados para melhor atender às necessidades das pessoas com deficiência, de acordo ao indicado pela CGATA. Um exemplo dessa alteração no ícone pode ser visualizado na comunidade Pessoas com Deficiência, na Figura 8-7.

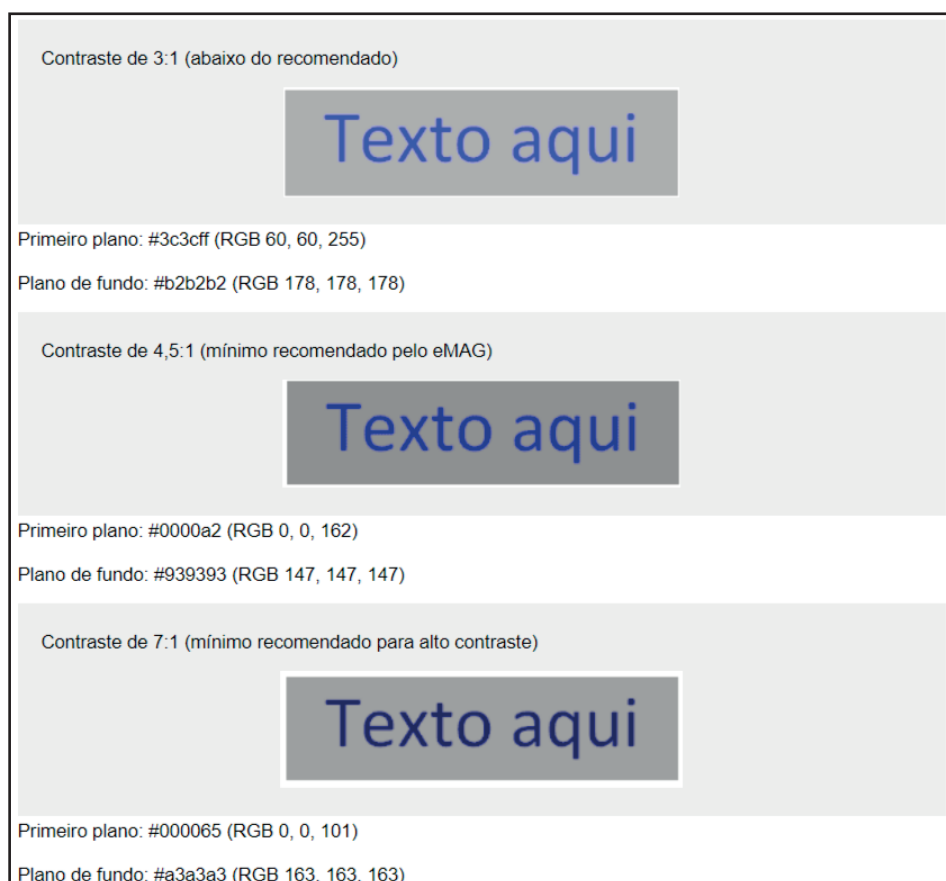
**Figura 8-7 - Alteração do ícone referente a Comunidade Pessoas com Deficiência**



Fonte: Captura de tela (2020).

A cor utilizada nos ícones buscou atender a dois requisitos: o contraste necessário para atender a bons padrões de acessibilidade e a preferência pela utilização da cor verde pelo demandante. Como observado na Figura 8-8, o contraste que se buscou atingir foi o de 7:1, o que é melhor do que o recomendado pelo Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMag) utilizado pelo Governo Federal em portais governamentais (BRASIL, 2014). Dessa maneira, com o contraste, pretendeu-se abarcar o maior número de normas de acessibilidade possíveis.

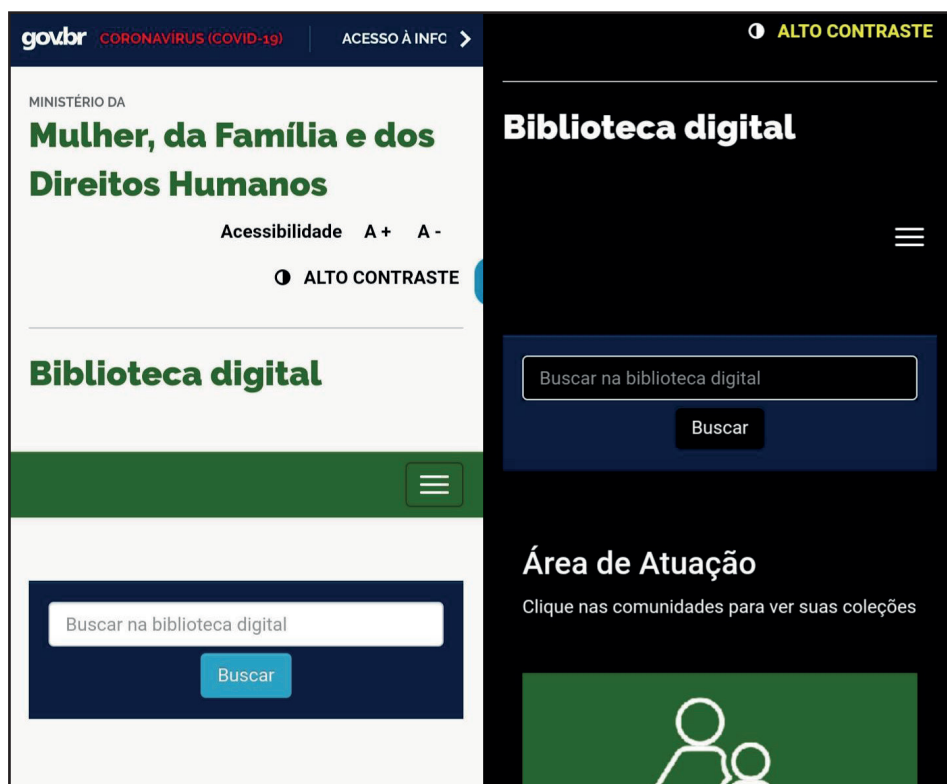
**Figura 8-8 - Comparativo de contraste entre texto e o fundo para acessibilidade**



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

A Figura 8-9 mostra o *layout* da Biblioteca Digital do MMFDH em aplicativos *mobile*, tanto utilizando a folha de estilo padrão (à esquerda) quanto a folha para alto contraste (à direita).

Figura 8-9 - Percepção do layout da Biblioteca em aplicativos mobile



Fonte: Captura de tela (2020).

Como se pode observar nas imagens, o texto da testeira, os botões de acessibilidade, a barra do menu, o campo de busca e os ícones das comunidades se adaptam automaticamente ao redimensionamento adequado para dispositivos móveis. As recomendações de contraste e tamanho de fonte passam a ser acessadas logo abaixo do título, nos botões A+, A- e ALTO CONTRASTE.

Na tela da direita, podemos ver o alto contraste habilitado, facilitando a leitura por pessoas de baixa visão. Assim como na tela do computador, o funcionamento do recurso de alto contraste se manteve, perfeitamente, habilitando o fundo na cor preta e com as letras e botões na cor branca. Dessa forma, dispositivos com telas monocromáticas, muito utilizados por pessoas com baixa visão, podem exibir melhor o conteúdo, tornando-o acessível.

## 8.5 CONCLUSÕES

A inserção das tecnologias da informação e comunicação na rotina de Bibliotecas e centros de informação, além de otimizar processos, instituiu uma nova dinâmica na produção, organização e distribuição de produtos e serviços informacionais em ambientes web. Mas essas mudanças não contaram com recursos de acessibilidade. É importante que esses produtos da Biblioteca permitam a sua consulta, acesso ou uso em um contexto inclusivo, ou seja, em que não seja necessário separar pessoas com ou sem deficiência para o acesso a esses novos produtos e serviços de Gestão da Informação.

Assim sendo, a Biblioteca Digital do MMFDH implementou alguns recursos, que permitirão às pessoas com deficiência visual ter acesso às memórias técnicas do Ministério. Para Oliveira, Alves e Maia (2013, p. 2), “[...] implica efetivamente em prestar um serviço informacional a alguém, sem restrição de cor, raça, status social, possíveis limitações, entre outros, pois a informação é um direito de qualquer cidadão que dela procura e/ou necessita”. Nesse sentido, procuramos contribuir na inclusão.

Com alterações na estrutura, no código, no *design* e na funcionalidade, foi possível dotar a Biblioteca Digital de melhor integração com os recursos de tecnologia assistiva utilizados por pessoas com deficiência visual, o que permitirá o atendimento de usuários com e sem deficiência.

A temática da acessibilidade deve ser mantida como eixo estratégico da Biblioteca Digital com vistas a propiciar um melhor atendimento à demanda e cumprir as exigências da legislação nacional, reconhecendo a importância do atendimento da pessoa com deficiência como um direito fundamental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 25 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011** [Lei de Acesso à Informação]. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o,

no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015** [Estatuto da Pessoa com Deficiência]. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria no 3, de 7 de maio de 2007. Institucionaliza o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - S I S P. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. 87, p. 103, 8 maio 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)**. Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/Governodigital/pt-br/acessibilidade-digital/modelo-de-acessibilidade>.

MALHEIROS, T. M. de C. **Produtos e serviços de informação para pessoas com deficiência visual**. 2019. 561 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34969>.

OLIVEIRA, M. A. D. de; ALVES, M. V.; MAIA, M. A. Q. A função social do profissional da informação numa Biblioteca inclusiva. **Anais do CBBB**, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. v. 25, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1600>.

W3C BRAZIL OFFICE. **Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0**. trad. Everaldo Bechara. [S. l.]: W3C, 2014. Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/WCAG20-pt-br-20141024/>.

## SOBRE OS AUTORES

---



### Rodrigo Abreu de Freitas Machado

Servidor público, é arquiteto e urbanista formado pela Universidade de Brasília. Atua com o tema da acessibilidade desde 2010. Iniciou esse trabalho na Infraero, onde atuou, durante 3 anos, como instrutor do curso de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em vários aeroportos da rede. Em 2013, foi convidado a trabalhar na Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, onde ocupa o cargo de Coordenador-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva desde 2015.

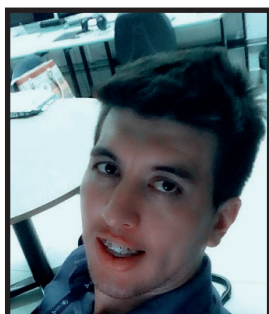
**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3422173421738513>

---

### Rafael Fernandez Gomes

Assistente de pesquisa no IBICT. Bacharel em Design Industrial em 2015 pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8615505661527221>



### Lucas Ângelo da Silveira

Assistente de pesquisa no IBICT. Doutorando em Informática pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Informática pela Universidade de Brasília e Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9490636632029069>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8107-9659>

---

---

**Flor de Maria Silvestre**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências pela Universidade de Brasília. Graduada em Biblioteconomia e y Ciencias de la Información por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Perú. Com estudos de mestrado em Políticas Públicas, com ênfase Crianças e Adolescente pela UNMSM.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0452216683671515>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3095-883X>

---

**Márcia Rocha de Aguiar**

Funcionária da Caixa Econômica Federal (CEF), cedida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Inteligência Competitiva, com ênfase em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5225347321458236>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8202-138X>

---

**Como citar**

MACHADO, Rodrigo Abreu de Freitas; GOMES, Rafael Fernandez; SILVEIRA, Lucas Ângelo; SILVESTRE, Flor de Maria; AGUIAR, Márcia Rocha de. Acessibilidade da Biblioteca Digital. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 151 – 169. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap7



---

# 9. Direitos autorais da Biblioteca Digital

---

Rosilene Paiva Marinho de Sousa  
Márcia Rocha de Aguiar

## 9.1 INTRODUÇÃO

A maneira como as sociedades se organizam está diretamente relacionada às necessidades de efetivar escolhas. Os reflexos dessas escolhas estão intrinsecamente relacionados à busca, acesso e uso de informações, que irão auxiliar nos processos de tomada de decisões. Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação têm contribuído para o aumento da produção de conteúdos disponíveis. Entretanto, nem sempre as informações disponibilizadas são direcionadas para as necessidades específicas dos usuários, pois suas propriedades e comportamento variam de acordo com o contexto envolvido, bem como ao domínio sobre o assunto. Para que a informação possa alcançar sua amplitude, deve ser considerada adequada no contexto específico da necessidade do usuário.

Nesse contexto, as Bibliotecas digitais apresentam papel relevante, por serem consideradas instrumentos, para o acesso aberto à informação de qualidade, permitindo a livre circulação de bens culturais e contribuindo para a garantia de direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos, tais como a promoção da dignidade da pessoa humana e o acesso à informação e à cultura, na construção de uma democracia participativa, obviamente considerando as eventuais restrições legais.

A livre circulação de produção intelectual depende da observância de aspectos que envolvem as garantias e limitações do acesso à informação e a proteção aos direitos autorais previstos no âmbito constitucional e infraconstitucional. Logo, as Bibliotecas digitais necessitam desenvolver políticas autorais necessárias à promoção do registro, acesso e compartilhamento de material, que

visem à disponibilização de conjuntos de dados e informações, de modo a proporcionar à sociedade o amplo uso, reúso, transformação, distribuição, redistribuição, compilação, extração, cópia, difusão, modificação e/ou adaptação dos dados e informações de forma gratuita.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por escopo apresentar o processo de elaboração da política autoral da Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BD-MMFDH). Para isso, analisa aspectos da legislação autoral, tais como autoria, natureza jurídica, obras protegidas ou não, e as respectivas limitações ao direito do autor, bem como os aspectos que envolvem a transferência dos direitos do autor no âmbito da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais – LDA). Explicita os fundamentos da política autoral, sendo esta constituída pelo Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção intelectual para a BD-MMFDH, bem como o Termo de Autorização. Nesse sentido, descreve como se constitui os referidos termos, considerando as produções intelectuais que sejam criadas pelos servidores do MMFDH e das Secretarias Nacionais, decorrentes de suas respectivas atividades, bem como a produção intelectual gerada por parceiros, consultores ou terceiros, de forma direta e indireta, com vínculos estabelecidos para execução de atividades específicas.

A importância desse trabalho está em oferecer uma visão sobre a constituição de uma política autoral para Bibliotecas digitais que adotam uma política de acesso aberto, visando demonstrar o alinhamento com as normas vigentes no nível constitucional e infraconstitucional, para uma adequada proteção, a partir do modelo desenvolvido para a BD-MMFDH.

## 9.2 OS DIREITOS AUTORAIS NO ORDENAMENTO PÁTRIO

Os direitos autorais têm por objetivo tutelar as relações jurídicas decorrentes das criações do intelecto humano e encontram-se positivados na Constituição Federal entre os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII. Os referidos incisos consistem em determinar o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução de suas obras, além de assegurar o direito à participação individual em obras coletivas, bem como o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras (BRASIL, 1988, *on-line*). O direito autoral, no âmbito infraconstitucional, está regulado pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais (BRASIL, 1998), compreendendo os direitos do autor e os que lhes são conexos.

O direito do autor é uma espécie do Direito Autoral que constitui, por definição do artigo nº 11 da LDA, “[...] pessoa física criadora de obra literária, artística e científica” (BRASIL, 1998, *on-line*). Para Fragoso (2009, p. 185), o autor pode ser definido como “[...] agregador ao real de coisas nascidas de seu espírito, é criador de obra intelectual, aquele que, por mecanismos de elaboração intelectual, idealiza e torna objetiva a sua idealização, transmutada, assim, em obra”.

Importante destacar que, para Foucault (2009, p. 297):

[...] o que especifica um autor é justamente a capacidade de remanejar, de reorientar esse campo epistemológico ou esse plano discursivo, que são fórmulas suas. De fato, só existe autor quando se sai do anonimato, porque se reorientam os campos epistemológicos, porque se cria um novo campo discursivo, que modifica, que transforma radicalmente o precedente.

Assim, ao realizar uma criação intelectual, o autor enfatiza o vínculo que constitui com a obra, de modo que esse trabalho em conjunto se manifesta por meio de expressões que o individualizam, podendo ser identificadas a partir de elementos ligados à sua personalidade. Nesse contexto, percebe-se que a criação autoral consiste numa forma de expressão, ou seja, em como ela se exterioriza, distinguindo-se de seu suporte, uma vez que, segundo Branco (2011, p. 39), “[...] A doutrina usualmente chama a obra intelectual de *corpus mysticum*, enquanto que ao bem físico se costuma atribuir a denominação de *corpus mechanicum*. Dessa forma, a LDA visa a proteger a obra intelectual, não seu suporte”.

A obra é objeto do direito do autor, vindo a constituir-se, segundo exposto no artigo 7º da LDA, “[...] obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (BRASIL, 1998, *on-line*). Os incisos de I a XIII, do referido artigo da LDA (BRASIL, 1998, *on-line*), especificam as obras consideradas protegidas:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Por estabelecer direitos de natureza moral e patrimonial ao autor, os direitos autorais apresentam natureza jurídica dualista. Os direitos morais e patrimoniais do autor, por sua vez, encontram-se previstos no artigo nº 22 da LDA, o qual estabelece que “[...] pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou” (BRASIL, 1998, *on-line*). Os direitos morais são reconhecidos como inerentes à pessoa humana, inalienáveis e irrenunciáveis, e compreendem os direitos especificados no artigo 24 da referida lei, ao determinar o direito de:

- I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;
- II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;
- III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado (BRASIL, 1998, on-line).

Percebe-se que esses direitos podem ser agrupados em quatro categorias, quais sejam, os direitos de paternidade sobre a obra (incisos I e II), que envolvem os direitos de reivindicar a autoria da obra, assim como ter nome, pseudônimo ou sinal indicado como autor; de comunicação e ineditismo (incisos III), que consiste na divulgação pública da obra e conservação da obra inédita; integridade e modificação da obra, em que o autor pode opor-se a qualquer alteração ou modificação que possa afetar sua reputação e honra (incisos IV e V); e o acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem (inciso VII).

Já o direito patrimonial está previsto no artigo 28, constituindo o direito exclusivo do autor de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica. As formas de utilização estão previstas no artigo nº 29 e dependem de autorização prévia e expressa do autor:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a edição;

III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

IV - a tradução para qualquer idioma;

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica.

[...]

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas (BRASIL, 1998, *on-line*).

Para a política autoral, uma das questões mais relevantes envolve a transferência dos direitos patrimoniais do autor a terceiros. A previsão do artigo nº 49 da LDA determina que essa transferência pode ocorrer por meio de licenciamento, cessão e concessão de direitos, ou por meios diversos, admitidos em direito. A interpretação desse artigo exige cuidado, uma vez que não há uma distinção clara entre as modalidades de transferência. Em relação à cessão, Sousa e Garcia (2015, p. 39) esclarecem que “[...] é caracterizada pelo aspecto de definitividade e de exclusividade patrimonial do autor que ocorre com todos os atributos ínsitos à propriedade, ou seja, o de fruir, utilizar e dispor, desde que observadas limitações de uso previstas na lei”. Isso significa que a cessão apresenta características específicas e transfere os direitos patrimoniais do autor, parcial ou totalmente, podendo ocorrer de forma escrita. No mesmo sentido, a Fundação Getúlio Vargas (2011, p. 56) esclarece que:

No caso da cessão, estamos tratando de uma transferência da titularidade da obra intelectual a um terceiro. Ou seja, o titular transfere parcial ou integralmente seus direitos autorais. O autor que assim proceda deixará de ser titular dos direitos transferidos, apesar de não poder deixar de ser autor (pois este é um direito perene e intransferível). [...]Por fim, a concessão, mencionada no caput do art. 49, ocupa um lugar curioso. Entendendo que a licença é uma autorização de uso e a cessão uma transferência de titularidade de

direito, a concessão não encontra lugar nas definições doutrinárias. Na verdade, a LDA também não esclarece o que pode vir a ser concessão, o que prejudica o uso dessa modalidade contratual na prática.

Desse modo, no que se refere à concessão, sua aplicação se torna mais difícil, uma vez que a LDA não esclarece o que pode vir a ser concessão. Já em relação à licença, por analogia, considera a sua previsão na lei de propriedade industrial. Como principal diferença da concessão, diz respeito ao critério da temporalidade, por constituir-se uma autorização de uso por tempo determinado, sem que haja qualquer transferência de titularidade dos direitos patrimoniais, mas apenas direito de uso, podendo não exigir a forma escrita, salvo os contratos de edição, podendo se dar a título gratuito ou oneroso. Nesse contexto, a Fundação Getúlio Vargas (2011, p. 56) esclarece que as licenças como autorizações concedidas para terceiros utilizarem obra do titular “[...] Podem ser celebradas a título gratuito (sem remuneração) ou oneroso (com remuneração) e podem ser conferidas com ou sem cláusula de exclusividade, sendo esta obrigatória por lei apenas no caso dos contratos de edição”.

Importante também considerar os casos em que não se constituem ofensas aos direitos autorais, previstos no artigo nº 46 da LDA. A análise desse artigo, juntamente com os direitos patrimoniais, as limitações e usos livres previstos no artigo 8º da referida lei, contribuem para a definição sobre o alcance da transferência dos direitos patrimoniais. Nesse sentido, não constituem ofensa aos direitos autorais a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro; a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim de ser atingido, indicando-se o nome do autor e a origem da obra; o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou, entre outros. Quanto aos usos livres, o artigo 8º da LDA determina que não constituem objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei, as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais; os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios; os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções; os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais; as informações de uso comum, tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas; os nomes e títulos isolados; e o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras (BRASIL, 1998, *on-line*).

Assim, observando os aspectos mais relevantes sobre a Lei dos Direitos Autorais para desenvolvimento de uma política autoral para a BD-MMFDH, analisa-se como se encontram constituídos os termos que a compõem.

## **9.3 POLÍTICA AUTORAL DA BIBLIOTECA DIGITAL DO MMFDH**

Nesta seção serão apresentados os fundamentos da política autoral da BD-MMFDH, bem como a descrição sobre como se constitui o Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH (BRASIL, 2020a) e o Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual da referida Biblioteca (BRASIL, 2020b), considerando as produções intelectuais criadas pelos servidores do MMFDH e das Secretarias Nacionais, decorrentes de suas respectivas atividades, bem como a produção intelectual feita por parceiros, consultores ou terceiros, de forma direta e indireta, com vínculos estabelecidos para execução de atividades específicas.

### **9.3.1 FUNDAMENTOS DA POLÍTICA AUTORAL**

A necessidade de atribuir uma fundamentação à construção de uma política autoral está na imprescindibilidade de consolidação desta. Tal consolidação deve se fundar em bases legais que garantam sua eficiência, de forma a torná-la ausente de possíveis vícios e garantir ao atendimento da oportunidade e a necessidade que a consubstancia. Nesse contexto, a política autoral tem por fundamento aspectos que envolvem a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Direitos Autorais, bem como o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (IBICT, 2016), baseada na Declaração de Berlim. Além disso, torna-se indispensável a observância de outras normas, tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018), Governo Digital, o Decreto que institui a política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2016), Portarias e Instruções Normativas que regulamentam os repositórios nas instituições públicas de ensino superior.

A observância dessas normas tem em vista a necessidade de harmonizar e fortalecer a política autoral visando atender às constantes transformações advindas das tecnologias da informação e comunicação e suas regulamentações, enfatizando aspectos interdisciplinares que estão envolvidos na aplicação das referidas normas. Desse modo, considera-se que a política autoral desenvolvida

atende à autonomia contratual prevista no Código Civil, na garantia da boa-fé, da probidade, da função social do contrato e da garantia da transparência e veracidade da referida política.

No que se refere à Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), assegura-se o direito fundamental de acesso à informação e sua execução em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com diretrizes como respeito à publicidade, tendo em vista tornar o sigilo uma exceção à regra do acesso; a transparência ativa, utilização das tecnologias da informação para tornar pública a informação por iniciativa própria; fomentar a cultura da transparência na administração pública, bem como o desenvolvimento do controle social (BRASIL, 2011).

Em relação aos dados abertos, a LAI expõe que os órgãos e entidades públicas devem promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, em local de fácil acesso, utilizando todos os meios e instrumentos legítimos, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da *Internet* (BRASIL, 2011). Por dados abertos pode-se compreender a “[...] publicação e disseminação das informações do setor público na Web, compartilhadas em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade” (W3C, 2019, *on-line*).

Nesse contexto, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (BRASIL, 2016), respaldado nos termos da Declaração de Berlim, também constitui fundamento da política autoral, uma vez que seu objetivo constitui o apoio ao acesso livre à informação, no atendimento de dois requisitos, quais sejam, a concessão a todos os usuários o direito gratuito, irrevogável e irrestrito ao acesso da produção intelectual, bem como a autorização para cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública da mesma.

No que se refere à Lei de Direitos Autorais, como visto, os fundamentos para a política autoral, em boa medida, estão especificamente na garantia dos direitos do autor; na regulamentação da atribuição de autoria, com base na sua natureza jurídica dualista que envolve tanto direitos fundamentais extrapatrimoniais (direito moral do autor) como o direito patrimonial sobre sua produção, considerando os princípios que a regem; seja em relação à proteção de direitos sob as obras, considerando suas limitações; bem como os aspectos que regulam as transferências de titularidade dos referidos direitos.

Evidencia-se que esse conjunto de regramentos fortalece a política autoral de acesso aberto, permitindo estabelecer as condições necessárias de política autoral para que os titulares de produção intelectual possam utilizar os recursos disponíveis pela BD-MMFDH, bem como obter o direito de depositar e dar acesso aos dados e informações produzidas, e ainda, garantir a todos os usuários interessados a utilização de todo material disponibilizado pela BD-MMFDH.

Assim, propicia-se a garantia do desenvolvimento culturalmente sustentável por meio da preservação de bens culturais para as futuras gerações, bem como a continuidade das instituições públicas por meio da manutenção da memória institucional para a construção da identidade social. Ademais, permite a disponibilização de informação de qualidade, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento das instituições, confiança na gestão pública e promoção da cidadania.

### 9.3.2 TERMO DE REPASSE DE DIREITOS PATRIMONIAIS PARA DEPÓSITO E DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

Buscando estabelecer uma conexão com os fundamentos constituídos para a política autoral, o Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH (BRASIL, 2020a) encontra-se estruturado conforme exposto na Figura 9-1:

**Figura 9-1 - Estrutura do Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do MMFDH**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O Termo de Repasse apresenta como objetivos estabelecer as condições necessárias da política autoral, para que os titulares de produção técnica possam utilizar os recursos disponíveis pela referida Biblioteca, bem como obter o direito de depositar e dar acesso aos dados e informações produzidas. Além disso, garante a todos os usuários interessados a utilização de todo o material disponibilizado pela BD-MMFDH.

De acordo com esses objetivos, são considerados titulares de produção intelectual os servidores do MMFDH e das Secretarias Nacionais, decorrentes de suas respectivas atividades, bem como a produção intelectual gerada por parceiros, consultores ou terceiros, de forma direta e indireta, com vínculos estabelecidos para a execução de atividades específicas. Para efeitos do Termo de Repasse em comento, a produção intelectual constitui a memória técnica composta, em sua maioria, por documentos técnicos produzidos pelos respectivos servidores do MMFDH e das Secretarias Nacionais, ou terceiros vinculados.

Ainda constituem **objetivos** do referido Termo promover o registro, acesso e compartilhamento da produção intelectual brasileira pela BD-MMFDH, por meio da disponibilização de conjuntos de dados e informações em formato aberto e por período indeterminado, de modo a proporcionar à sociedade o amplo uso, reúso, transformação, distribuição, redistribuição, compilação, extração, cópia, difusão, modificação e/ou adaptação dos dados e informações de forma gratuita; evidenciar ao máximo o uso da produção intelectual, para fins de pesquisa, bem como dar visibilidade à produção dos autores que submeterão sua produção na referida Biblioteca; manter a livre circulação de bens culturais, indispensáveis ao desenvolvimento científico e artístico; promover uma gestão transparente da informação digital visando fomentar o desenvolvimento da cultura e a transparência na administração pública, de modo a propiciar amplo acesso e divulgação da informação; reafirmar a legitimidade das instituições governamentais, por meio do respeito ao princípio da autodeterminação informativa, tendo em vista não apenas a simples permissão ou não do titular da produção técnica, mas a permissão de utilização da referida produção em fases sucessivas do processo de tratamento e utilização de sua própria informação por terceiros; contribuir para preservação e armazenamento da memória institucional, bem como oportunizar o acesso por meio de política nacional de acesso à informação, respeitando a legislação vigente.

O Termo de Repasse também apresenta a definição de conceitos previstos na LDA a serem considerados, quais sejam (BRASIL, 1998, *on-line*):

- Publicação – o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;
- Autor – pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, sendo titular originário, o autor de obra intelectual. Também considera-se titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua;
- Obra coletiva – criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma. Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva;
- A Coautoria – é atribuída àqueles que têm nome, pseudônimo ou sinal convencional utilizado. Quando a obra feita em regime de coautoria não for divisível, nenhum dos coautores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas. Havendo divergência, os coautores decidirão por maioria;
- Editor – corresponde à pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;
- Obra póstuma – a que se publica após a morte do autor.

O referido Termo de Repasse também especifica as **atribuições de autoria** e as **condições** a que o titular (autor/detentor) dos direitos patrimoniais deve tomar total e irrestrito conhecimento. Quanto à atribuição de autoria, especifica as características do Termo de Autorização, que será tratado, especificamente, na próxima seção. No que se refere às **condições**, implicam na **transmissão dos direitos patrimoniais do autor**, que consistem na utilização de obra, no Brasil e no exterior, por quaisquer modalidades existentes, pela BD-MMFDH, além das formas de utilização dos direitos patrimoniais dispostas e previstas no artigo nº 29 da LDA, tais como: a reprodução parcial ou integral; a edição;

a adaptação; a tradução para qualquer idioma sem alteração do conteúdo; a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra; a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário; a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero; bem como quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, incluindo o direito de preferência sobre estas, além da utilização direta ou indireta da produção técnica dos servidores.

Além disso, nas condições, os autores/detentores declaram à BD-MMFDH que transmitem o direito, de forma gratuita, irrevogável e irrestrita de acesso à produção intelectual depositada, atestando a originalidade da produção intelectual, e que a mesma não contém qualquer informação confidencial sua ou de terceiros, bem como a qualidade do conteúdo de sua autoria, em que o envio dela não infringe direitos autorais de nenhuma outra pessoa ou instituição. Também faz referência ao caso de produção gerada a partir de obtenção de financiamento por meio de recursos públicos para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse caso, segundo apresentado no Termo, o autor/detentor deve indicar a informação referente à agência de fomento que financiou a produção a ser depositada.

Esclarece também que, nos casos em que a produção intelectual a ser depositada contenha material em que o autor/detentor não possui direitos autorais, exige-se a obtenção pelo autor/detentor da permissão irrestrita do proprietário dos direitos autorais para conceder à BD-MMFDH os direitos exigidos pelo Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual, constando que esse material, de propriedade de terceiros, está apto a ser disseminado sem quaisquer transtornos atuais ou futuros.

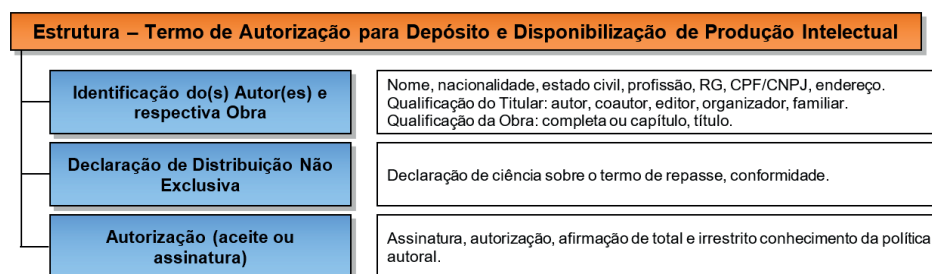
Quanto aos **procedimentos para assinatura do termo de autorização**, o Termo de Repasse deixa claro que o(s) autor(es)/detentor(es) deve(m) preencher e assinar o Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH em todas as páginas, e posteriormente encaminhar, juntamente com o arquivo da produção intelectual, para o responsável pela BD-MMFDH, a fim de digitalizar e depositar. Esclarece também que, quando a produção intelectual envolver autoria/detenção de mais

de um autor/detentor, ao menos um deles deve preencher e assinar o Termo de Autorização, devendo nesse caso ocorrer o depósito do referido termo juntamente com a produção intelectual. A assinatura do Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH corresponde à total e irrestrita aceitação dos requisitos descritos e adotados pela referida Biblioteca.

### 9.3.3 TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO E DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUÇÃO INTELECTUAL

Conforme exposto no próprio Termo de Repasse, o Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH (BRASIL, 2020b) constitui documento único de preenchimento obrigatório, compreendendo três partes, a saber: **Identificação do(s) Autor(es)/Detentor(es) e respectiva Obra; Declaração de Distribuição Não Exclusiva e Termo de Autorização**, devendo ser devidamente assinado e também depositado durante o processo de depósito da produção intelectual, conforme pode ser visualizado na Figura 9-2:

**Figura 9-2 - Estrutura do Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do MMFDH**



Fonte: Elaboração dos autores (2020)

A primeira parte do termo trata especificamente da **Identificação do(s) Autor(es)/Detentor(es) e respectiva Obra**, a qual deve conter dados correspondentes à qualificação para uso exclusivo do depósito da produção intelectual, bem como no preenchimento dos metadados. Seu preenchimento constitui consentimento por meio de manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o(s) titular(es) concorda(m) com o tratamento de seus dados pessoais, para os fins descritos no Termo de Autorização e no Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), conforme pode ser visualizado na Figura 9-3:

**Figura 9-3 - Identificação do(s) Autor(es)/Detentor(es) e respectiva Obra**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO E DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUÇÃO INTELLECTUAL PARA A BIBLIOTECA DIGITAL DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**

O presente termo deve ser preenchido e assinado em todas as páginas, devendo ser posteriormente digitalizado e depositado juntamente com o arquivo da produção intelectual, no formato e condições especificadas no Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual.

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo do autor/detentor) \_\_\_\_\_,  
 nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_,  
 profissão \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ  
 nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado  
 \_\_\_\_\_, Na qualidade de:

Único Autor, Titular de Direitos Autorais  
 Autor em Obra Coletiva  
 Editor Titular de Direitos Autorais de Obra Completa  
 Editor Titular de Direitos Autorais de Capítulo  
 Familiar de Autor Falecido. Nome do autor: \_\_\_\_\_

Organizador de Obra, Titular de Direitos Autorais  
 Promotor de Eventos, Titular de Direitos Autorais de anais de eventos

De Obra Completa ou Capítulo:    Obra Completa    Capítulo  
 Obra Intitulada: \_\_\_\_\_

Fonte: Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2020).

A segunda parte do Termo de Autorização constitui-se da **Declaração de Distribuição Não Exclusiva**, em que conste no **Termo de Autorização, ratifica a aceitação do presente Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual** adotado pela BD-MMFDH para amplo compartilhamento das publicações, o acesso irrestrito a qualquer usuário, armazenamento, preservação a longo prazo e interoperabilidade entre sistemas de acesso aberto.

Concordar com o **exposto na Declaração de Distribuição Não Exclusiva**, criada pelo(s) autor(es)/detentor(es), implica na sua confirmação de transferência

da titularidade, por meio de transmissão total e definitiva em tempo indeterminado, de seus direitos patrimoniais para o representante legal da BD-MM-FDH. A referida transmissão compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei. Nesse contexto, a Declaração de Distribuição Não Exclusiva pode ser visualizada na Figura 9-4:

**Figura 9-4 - Declaração de Distribuição Não Exclusiva**

Venho por meio deste termo, **Declarar** que:

Sou autor/detentor dos direitos autorais da produção intelectual especificada;

Declaro que Li em sua totalidade o **Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual** adotado pela Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, e que Tomei total conhecimento do mesmo em todas as suas condições;

Declaro também que estou de acordo, de forma total e irrestrita, com as condições previstas pelo referido Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual, a mim apresentado, para depósito de produção intelectual em repositórios/bibliotecas digitais permitindo que a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos tenha o direito de dar acesso à referida produção intelectual;

Declaro ter ciência de que este termo de autorização implica na concordância de transferência da titularidade, por meio de transmissão total e definitiva dos direitos patrimoniais do autor, por tempo indeterminado, para a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, conforme consta no Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual.

Fonte: Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2020).

A terceira parte constitui a própria autorização (aceite, assinatura) do **Termo de Autorização**. Isto compõe o aceite do referido termo, o qual ocorre com a assinatura do titular/detentor. Nesse contexto, fica claro no Termo de Repasse que, ao aceitá-lo, o autor/detentor autoriza a publicação, depósito, compartilhamento e utilização na íntegra ou em parte da sua produção intelectual pela BD-MM-FDH, de forma gratuita, por tempo indeterminado e nas condições descritas no mesmo, em conformidade com os termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos Direitos Autorais), e o Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual, do qual o autor/detentor afirma ter tomado total e irrestrito conhecimento. Desse modo, o Termo de Autorização constitui o aceite/assinatura, conforme apresentado na Figura 9-5:

**Figura 9-5 - Termo de Autorização (assinatura)**

Nestes termos, **autorizo** a publicação, depósito, compartilhamento e utilização na íntegra ou em parte, da produção de minha autoria/detenção, acima especificada, de forma gratuita, por tempo indeterminado e pelas condições por mim declaradas, nos termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei dos Direitos Autorais) e do Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o qual afirmo ter tomado total e irrestrito conhecimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Fonte: Termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2020).

É relevante destacar que o Termo de Autorização em análise demonstra a necessidade de alinhamento com as condições do Termo de Repasse, uma vez que a atribuição de autoria, a declaração não exclusiva e a autorização (aceite) — procedimento para assinatura do termo de autorização — estão previstas no Termo de Repasse.

O termo de autorização torna-se importante porque firma o compromisso com a transmissão dos direitos patrimoniais do autor para a BD-MMFDH. Ainda faz-se necessário esclarecer que a Lei de Direitos Autorais não protege todas as criações, de modo que nem todas as produções intelectuais necessitam de autorização, como os casos previstos no artigo 8º da LDA, e nos casos de limitações aos direitos autorais, já discutidos anteriormente.

## 9.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política autoral desenvolvida para a BD-MMFDH está inserida no contexto de uma política de gestão mais ampla da referida Biblioteca.

O Termo de Repasse de Direitos Patrimoniais para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH foi estruturado, especificamente, de forma que sua abrangência possa conter os aspectos mais importantes da política autoral, tais como fundamentos, objetivos atribuição de autoria,

condições para transmissão de direitos patrimoniais dos titulares e procedimentos adotados para a assinatura do termo de autorização.

No referido Termo de Repasse são expostos os direitos e garantias específicas dos titulares em face da transmissão de seus direitos patrimoniais, cabendo destacar que se consideram titulares os servidores do MMFDH e das secretarias nacionais, bem como parceiros, consultores ou terceiros, que de forma direta e indireta executam atividades específicas. As produções intelectuais consistem nas documentações técnicas por estes produzidas, que serão depositadas, utilizadas e compartilhadas por intermédio da BD-MMFDH.

Já o termo de Autorização para Depósito e Disponibilização de Produção Intelectual para a BD-MMFDH é um documento que acompanha o respectivo Termo de Repasse para efetivação da concordância das condições estabelecidas neste último. O Termo de Autorização constitui documento único estruturado na Identificação do(s) Autor(es)/Detentor(es) e respectiva Obra. Já com a Declaração de Distribuição Não Exclusiva e o Termo de Autorização (aceite ou assinatura) firma-se o compromisso estabelecido entre titulares e a referida Biblioteca.

Ambos os termos foram estruturados de forma a atender normas legais que os fundamentam, tais como a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Direitos Autorais, a Lei Geral de Proteção de Dados, entre outras que garantem a observância dos avanços tecnológicos e conduzem a possíveis adequações futuras.

Diante do exposto, os termos cumprem os objetivos propostos tendo em vista atender às condições estabelecidas, para que a BD-MMFDH, por meio de seu representante legal, realize o depósito, compartilhamento, utilização total ou parcial da produção intelectual, adotando a forma gratuita, por período indeterminado, e nas condições descritas na política autoral.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, S. **O domínio público no direito autoral brasileiro**: uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011,

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Ibict lança manifesto de acesso aberto a dados da pesquisa brasileira para Ciência Cidadã**. 2016.

Disponível em: <http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/478-ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada>. Acesso em: 14 maio 2020

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. 1998b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm). Acesso em: 23 maio. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em: 26 maio 2020.

FOUCAULT, M. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**: Estética - literatura e pintura, música e cinema. v. III, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Ditos-e-escritos-III-Est%C3%A9tica.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

FRAGOSO, J. H. R. **Direito Autoral**: da antiguidade à *Internet*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Direitos autorais em reforma**. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Centro de Tecnologia e Sociedade. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2011.

SOUSA, R. P. M. de; GARCIA, J. C. R. Cessão de Direitos Autorais em Periódicos Científicos Brasileiros. *In*: DIAS, G. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. **Informação, Direito Autoral e Plágio**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

WORLD WIDE WEB (W3C). **Dados Abertos Governamentais**. 2019. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/dados-abertos-governamentais.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### Rosilene Paiva Marinho de Sousa

Advogada. Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pesquisas nas áreas de Direito e Tecnologia (ênfase em Direito Empresarial, Propriedade Intelectual, Aspectos Jurídicos da Informação e Proteção de Dados).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4465533418771961>

### Márcia Rocha de Aguiar

Funcionária da Caixa Econômica Federal (CEF), cedida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Inteligência Competitiva, com ênfase em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

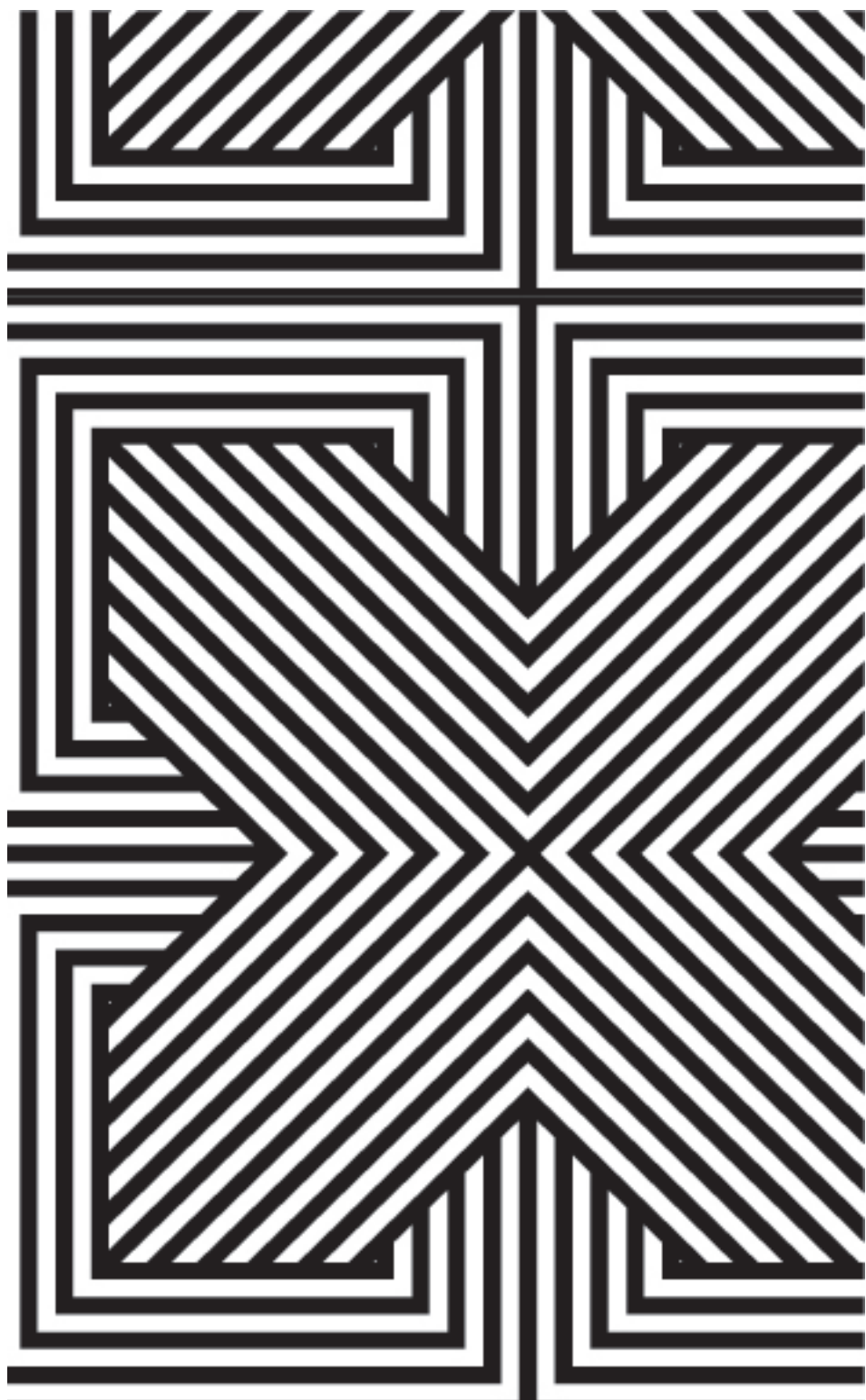
**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5225347321458236>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8202-138X>



**Como citar**

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; AGUIAR, Márcia Rocha de. Direitos autorais da Bibliotecas Digital. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 171 – 191. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap8



---

---

# 10. Estratégia para atrair os não-usuários internos no Biblioteca do MMFDH

---

---

Flor de María Silvestre  
Márcia Rocha de Aguiar

## 10.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No regimento interno do MMFDH, o conjunto de atividades de Gestão da Informação são elencadas como serviços ligados à Coordenação-Geral do Gabinete da Ministra. Segundo Oliveira (2013, p. 84), “organização da empresa é a ordenação e o agrupamento de atividades e recursos, visando ao alcance de objetivos e resultados estabelecidos”.

A estrutura é a forma pela qual se dispõem todos os elementos de uma organização em relação às suas atribuições, responsabilidades e relacionamentos. A falta de visibilidade e conhecimento da importância dos processos de Gestão da Informação no MMFDH se refletem por meio da ausência de uma unidade dentro do organograma do Ministério.

A Biblioteca tem como objetivo assegurar que a informação seja administrada de forma efetiva e eficiente, auxiliando as áreas do Ministério no desenvolvimento de suas atribuições, assim como na organização e na disponibilização da memória técnica do mesmo para a população em geral.

O gerenciamento da informação, segundo Davenport (1997), é um conjunto estruturado de atividades que espelha a forma pela qual uma organização captura, distribui e usa informação e conhecimento. A fim de dar visibilidade aos processos de Gestão da Informação, a responsável pela execução dos serviços de GI passou a promover reuniões com pontos focais das áreas do Ministério para apresentação das funcionalidades, das soluções tecnológicas

disponíveis e levantamentos de novas necessidades de informação, sob a ótica da Gestão da Informação. Cabe ressaltar as competências de gerenciamento de projeto, pois, como menciona Rubi, Euclides e Santos (2006) Rubi, Euclides e Santos (2006), “[...] isso requer profissionais cada vez mais qualificados, com habilidades para tomar decisões, para trabalhar em equipe, em rede, em parceria, compartilhando informações e contribuindo ativamente para o aumento do fluxo e da disseminação de informações”.

Para dar visibilidade à Biblioteca, uma das principais estratégias foi procurar espaços de diálogo com o intuito de apresentar os serviços e os produtos aos servidores do Ministério, os quais são denominados de usuários internos, posto que desconhecem os serviços e produtos da Biblioteca e nunca frequentaram seu espaço.

## 10.2 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA DO MMFDH

A fim de conceber uma estratégia de *marketing* para a promoção de produtos e serviços são necessários dois requisitos: 1) identificar o objetivo da Biblioteca que responderá a demanda; e 2) identificar os usuários e não usuários que ela irá atender.

No que se refere ao primeiro requisito, a divisão clássica de tipos de Biblioteca é constituída por: nacionais, públicas, especializadas, universitárias, escolares e comunitárias. O tipo de uma Biblioteca é definido por sua vinculação institucional, pela comunidade que atende e pelas funções e serviços ofertados.

Por vinculação institucional entende-se que uma estrutura organizacional está subordinada a uma Biblioteca, por exemplo, órgãos públicos (vínculo municipal, estadual ou federal), instituições de pesquisas, empresas e associações. Estes podem ser públicos, privados, particulares ou até mantidos pela comunidade local, sem vínculo direto com uma instituição. Por função de uma Biblioteca entende-se:

| <b>Função</b>      | <b>Características</b>  |
|--------------------|---|
| <b>Preservação</b> | Guarda de livros, documentos, memórias, preservação do conhecimento     |
| <b>Circulação</b>  | Destinadas a consultas e a empréstimos de obras, com espaço para estudo |

E, finalmente, os serviços prestados pela Biblioteca podem ser gratuitos ou pagos, como, por exemplo, conservação da memória, pesquisa, consultas, empréstimos de obras, empréstimo entre Bibliotecas, normalização bibliográfica (ABNT), disseminação seletiva da informação (DSI), elaboração de fichas cartográficas, execução das atribuições previstas pelas Lei de Depósito Legal e pela Lei do Livro, comutação bibliográfica, doação de material bibliográfico, orientações de pesquisa, consulta a bancos de dados e base de dados de pesquisa, acesso à *internet*, preparação de referência bibliográfica, ações de incentivo à leitura e programação cultural.

A Biblioteca do MMFDH é definida como Biblioteca Especializada em Direitos, tendo vista as suas características descritas no Quadro 10-1.

**Quadro 10-1 - Características da Biblioteca especializada do MMFDH**

| <b>Atributos</b>  | <b>Características</b>   |
|-------------------|--|
| <b>Vinculação</b> | Órgão público federal (MMFDH).   |
| <b>Comunidade</b> | Usuários interessados em Direitos Humanos (nacionais e internacionais), pesquisadores, comunidade acadêmica, servidores e gestores públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e colaboradores do MMFDH.  |
| <b>Função</b>     | Preservação e atuação com foco no acesso e disseminação do conhecimento produzido no âmbito do MMFDH.  |
| <b>Serviços</b>   | Oferece serviços especializados, tais como: conservação da memória institucional do MMFDH, disseminação seletiva da informação (DSI), normalização bibliográfica (ABNT), elaboração de fichas cartográficas, execução das atribuições previstas pela Lei de Depósito Legal e pela Lei do Livro, doação de material bibliográfico, pesquisa, consultas, empréstimos de obras, empréstimo entre Bibliotecas. |

Fonte: Elaboração as autores (2020).

A Biblioteca especializada do MMFDH tem o objetivo de promover o acesso à memória técnica do Ministério, assim como a gestão da informação e a disseminação do conhecimento sobre Direitos Humanos por meio da organização, armazenamento e disseminação do conhecimento do MMFDH como resultado de suas Políticas Públicas.

A segunda característica a ser considerada no planejamento de um plano estratégico é relacionado à comunidade de usuários que utilizará os serviços. Por comunidade entende-se qual público (geral ou específico) fará uso de seus produtos e serviços, como infantil, estudantes, pesquisadores, pessoa com deficiência, territórios (bairro, cidade), funcionários e agrupamento de pessoas

voltadas a um campo específico do conhecimento. O público-alvo da Biblioteca do MMFDH serão os secretários nacionais, servidores públicos, organismos internacionais, comunidade acadêmica, pesquisadores e demais interessados.

### 10.3 NÃO USUÁRIOS DE BIBLIOTECAS

Via de regra, os usuários das Bibliotecas se categorizam como reais e potenciais. Os reais são aqueles que utilizam frequentemente os serviços da Biblioteca, e os usuários potenciais são os que deveriam usar os serviços da Biblioteca e não o fazem. Essa é a categorização mais usada. Por seu lado, o **Manual de estudo de usuários da informação** (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015) descreve uma variedade de tipologias, como: usuários de acordo ao perfil, nível de formação, segundo as gerações, entre outras tipologias.

Os não usuários de Bibliotecas são indivíduos que não estão cientes dos serviços, não têm acesso a eles, não sabem usá-los, não têm confiança neles, aqueles que não sabem que precisam de informação, aqueles que tiveram experiências negativas, ou seja, são aqueles que “não estão fazendo uso dos serviços físicos ou virtuais da Biblioteca”. Tedd e Large (2005, p. 192) definem os não-usuários como “as pessoas que não fazem uso de qualquer serviço existente e fornecido pela Biblioteca e unidades de informações dentro de uma organização”.

A partir das tipologias de não usuários e razões de não uso das Bibliotecas apresentados por autores como (Aina (1984), D’Elia, (1980), Katz (2002); Madden, (2008), Mccarthy (1994), Sridhar (1994), Suaiden (1995) e tendo em consideração as características dos não usuários, Estela (2019) apresenta quatro tipologias de não usuários, a saber: a) não usuário por desconhecimento, b) não usuários por conveniência ou não usuários milênios, c) não usuários involuntários, d) não usuários por experiência negativa.

Considerando que a Biblioteca do MMFDH encontra-se em processo de construção, o seu público-alvo é constituído por uma grande maioria de potenciais usuários que desconhecem a sua existência. Estela (2019) os define como aqueles que nunca foram à Biblioteca, não conhecem os serviços e produtos e não sabem se esse recurso poderá servir para satisfazer as suas necessidades de informação.

Nesse contexto surge a pergunta: “Como se aproximar de um indivíduo que não conhece e não utiliza os serviços de uma Biblioteca?”.

Por consequência, devido ao fato de não a conhecer e não utilizá-la, esse indivíduo é um não usuário. Como será possível que este conheça e utilize os serviços disponibilizados pela Biblioteca?

Nesse sentido, é necessário refazer a pergunta sobre esse usuário potencial: “Como se aproximar de um não usuário e suscitar o seu interesse em conhecer e utilizar os serviços de uma Biblioteca?”. É possível utilizar algum tipo de estratégia para atrair o não usuário a conhecer e, conseqüentemente, utilizar os serviços da Biblioteca? Quais estratégias empregar para suscitar o seu interesse?

Na definição das estratégias para atrair os não usuários foram identificados dois tipos: a) não usuários internos, que pertencem ao quadro do Ministério; e b) não usuários externos ao Ministério.

## **10.4 ESTRATÉGIAS PARA ATRAIR OS NÃO USUÁRIOS INTERNOS**

A proposta de aproximação dos não usuários do Ministério surgiu da necessidade de estabelecer estratégias para difundir os serviços oferecidos pela Biblioteca do MMFDH. O processo de GI inclui várias etapas que se desdobram em diferentes serviços, dependendo do tipo de informação e quem a utiliza. Assim, as estratégias para atrair os não usuários foram divididas em: a) estratégias de aproximação a não usuários internos; e b) estratégias de aproximação a não usuários externos. Para o presente texto, descreveremos as estratégias adotadas no intuito de dar visibilidade à Biblioteca para os não usuários internos.

As estratégias descritas adotadas foram executadas com as áreas e as secretarias nacionais com o objetivo de oferecer apoio para suas necessidades ligadas à Gestão da Informação.

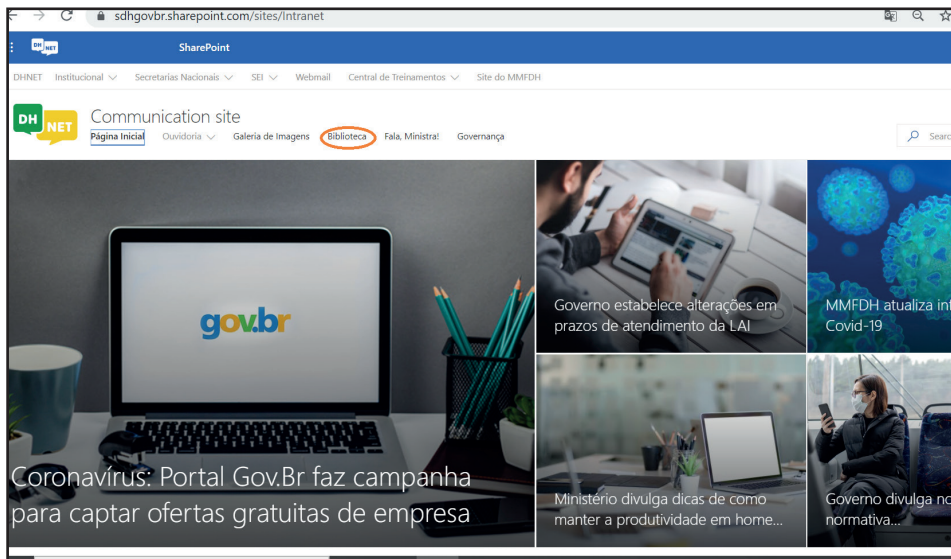
## 10.4.1 ESTRATÉGIAS – COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

**Intranet** - A comunicação organizacional abrange todas as formas de comunicação utilizadas pela organização para relacionar-se e interagir com seus colaboradores e público externo. No MMFDH a Assessoria de Comunicação (ASCOM) é a responsável pelas atividades de *marketing* corporativo, propaganda corporativa, comunicação interna e externa, enfim, as atividades de comunicação voltadas fundamentalmente para os públicos ou segmentos com os quais o Ministério se relaciona.

Para dar visibilidade às atividades de gerenciamento da informação disponibilizadas pela Biblioteca aos não usuários internos, a Assessoria de Comunicação foi acionada a fim de difundir os produtos e serviços pela intranet DH NET.

A DH NET funciona como um canal interativo e dinâmico de comunicação entre as diversas áreas do MMFDH. Sendo assim, a ASCOM criou um *link* para a Biblioteca na parte superior da página-mestre, onde as informações veiculadas pela Biblioteca serão armazenadas após divulgação no jornal mural.

**Figura 10-1 - Página da DH NET do MMFDH**

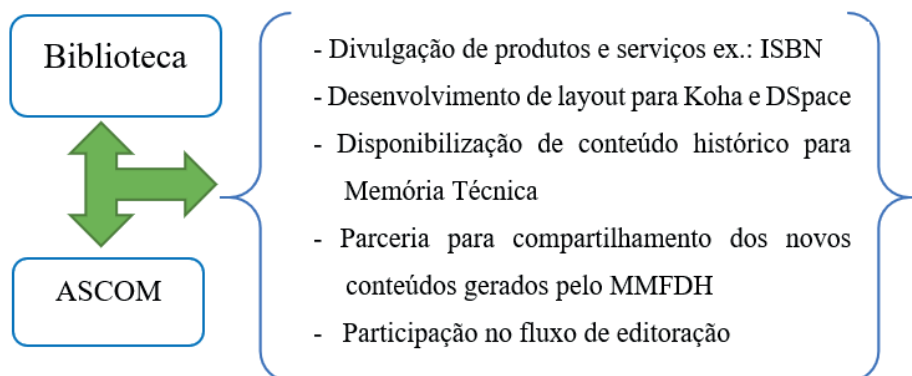


Fonte: <https://sdhgovbr.sharepoint.com/sites/Intranet>.

A ASCOM e a Biblioteca estão trabalhando, em conjunto, no desenvolvimento de *layout* para os sistemas de gestão da informação, divulgação dos serviços da Biblioteca, editoração de publicações e disponibilização de conteúdo sobre

a memória técnica do Ministério para a Biblioteca Digital. A primeira ação da ASCOM foi a divulgação dos serviços de atribuição de número de ISBN e confecção de ficha catalográfica para as publicações institucionais do Ministério, em cumprimento à Lei de Livro nº 10.753, de 2003.

**Figura 10-2 - Biblioteca-MMFDH – ASCOM**



Fonte: Elaboração das autores (2020).

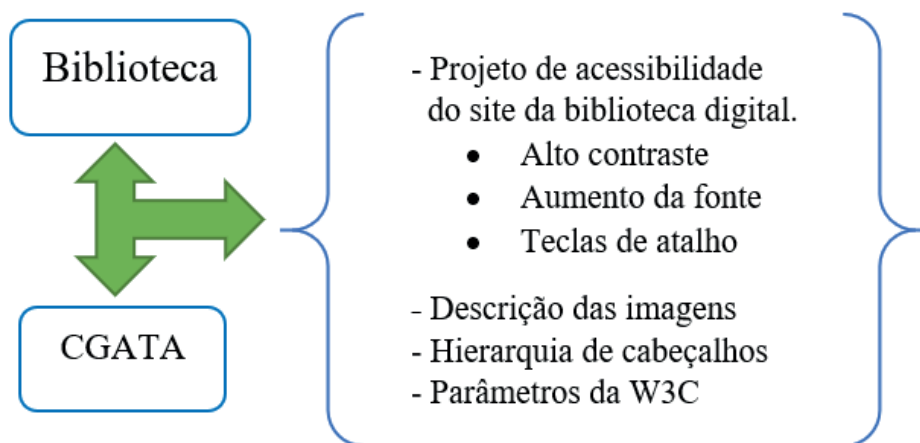
**Acessibilidade** – Entendendo que o tema de acessibilidade é de fundamental importância e ciente de que a pessoa com deficiência é um não usuário de muitas Bibliotecas convencionais, além de encontrar diversas barreiras para ter acesso à informação — inclusive a gerada sobre a sua condição —, a Biblioteca Digital do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (BD-MMFDH) teve a preocupação de se inserir no universo da acessibilidade com o objetivo de se adaptar para atender a esse tipo de usuário.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) é um órgão integrante do MMFDH e participa do esforço do Governo Federal para promover e ampliar oportunidades de inclusão social por meio da Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva (CGATA). A Coordenação-geral identifica e propõe ações para eliminação das barreiras na informação e nas comunicações, inclusive aos sistemas e tecnologias, orientando e monitorando o desenvolvimento de normas e diretrizes para acessibilidade e tecnologia assistiva.

A Lei Brasileira de Inclusão (no 13.146, de 6 de julho de 2015), que em seu Art. 63 torna obrigatória a acessibilidade nos sítios da *Internet* mantidos por órgãos de Governo para uso da pessoa com deficiência, também garante

acesso às informações disponíveis conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

**Figura 10-3 - Acessibilidade na Biblioteca Virtual do MMFDH**



Fonte: Elaboração das autores (2020).

Com orientação da CGATA, a Biblioteca Digital (BD) do MMFDH passou a contar com o *design* inclusivo, como observado na Figura 10-3. Foram implementadas adaptações de acessibilidade ao *software* com o objetivo de tornar a navegabilidade mais fácil e atrativa, garantindo, assim, o direito das pessoas com deficiência a ter acesso ao conhecimento de forma mais prática e simples, utilizando a tecnologia a seu favor, de modo a usufruir do acervo da BD como qualquer outra pessoa.

## 10.4.2 ESTRATÉGIAS – REUNIÕES TEMÁTICAS

Considerando que a Biblioteca foi estruturada com a finalidade de oferecer serviços de informação, foram realizadas reuniões com representantes de todas as secretarias nacionais e áreas de apoio de gestão do MMFDH. Os encontros tiveram como objetivo garantir que as ações de construção da Biblioteca viessem a refletir os verdadeiros parâmetros e necessidades do Ministério, formando, assim, uma base para a realização das novas iniciativas com eficiência.

Os pontos focais de cada uma das áreas do MMFDH receberam in loco as bibliotecárias que:

- Apresentaram as funcionalidades das soluções tecnológicas implementadas na Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e migradas para compor a Biblioteca;
- Levantaram insumos com o intuito de identificar novas necessidades e expectativas de informação, sob a ótica da Gestão da Informação (GI);
- Prestaram orientações sobre retenção e armazenamento do conhecimento, especificando quais são os conhecimentos que o MMFDH necessita organizar e incluir na Biblioteca Digital;
- Orientaram os servidores a como fazer o melhor uso dos recursos informacionais disponíveis em seus ambientes de trabalho. Um exemplo disso é o apoio à Secretaria Nacional Global (SNG) na utilização do *software* Open Journal Systems (OJS) para editoração da Revista de Direitos Humanos;
- Esclareceram sobre a relação entre a Biblioteca e demais áreas do Ministério, procurando reforçar o trabalho em rede e o fluxo de conhecimento, como, por exemplo, a parceria com a CGATA, que orientou no desenvolvimento do *design* inclusivo da Biblioteca Virtual;
- Instruíram sobre o cumprimento do art. 6º da Lei no 10.753, de 31 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro e o estabelecimento de fluxo para que a Biblioteca efetue solicitação de nº ISBN e elaboração de ficha catalográfica para as novas publicações do Ministério e secretarias de vinculação;
- Orientaram sobre a normalização de publicações seguindo as normas da ABNT e de outras entidades, bem como o estabelecimento de fluxo para que a Biblioteca efetue normalização das novas publicações do Ministério e secretarias de vinculação;
- Deram esclarecimentos sobre o cumprimento das Leis no 10.994, de 14 de dezembro 2004, e no 12.192, de 14 de janeiro 2010, referentes ao depósito legal e estabelecimento de fluxo para que a Biblioteca o efetue.

Procurando cada vez mais posicionar-se como uma Biblioteca especializada e, assim, entrar em contato com os não usuários internos, na seção a seguir a Biblioteca apresenta as soluções de gestão da informação disponibilizadas.

### 10.4.3 DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE EDITORAÇÃO

O processo de editoração é composto de etapas que vão desde a produção intelectual da elaboração um manuscrito (texto original) até a publicação do livro/periódico/cartilha, impressa ou digital, por meio de procedimentos editoriais, envolvendo fases sequenciais que apresentam algumas variações que dependem do tipo de material e da finalidade deste.

A Biblioteca irá colaborar com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e com a área responsável pelo material a ser editorado com os seguintes serviços.

- **Atribuição de ISBN**

Para livro e/ou coleção será efetuada a solicitação à Câmara do Livro de número de ISBN,<sup>16</sup> em cumprimento ao art. 6º da Lei nº 10.753, de 31/10/2003, que institui a Política Nacional do Livro.<sup>17</sup> Cada edição de uma publicação recebe número único, bem como para cada uma de suas formas de publicação, por exemplo, edição impressa, edição virtual ou em cd-rom etc.

- **Atribuição de ISSN**

Para publicação seriada (revista, jornal etc.) é providenciado, junto ao Ibict, o número de ISSN.<sup>18</sup> É necessário proceder à indexação da publicação seriada logo após a edição do primeiro número, que permanecerá o mesmo para todos as edições do mesmo periódico, em cada um de seus suportes. Exemplo prático disso é um periódico editado em suporte impresso que recebe um número de ISSN. Caso venha editar uma versão virtual da mesma publicação, a ela será atribuído um novo número de ISSN para versão virtual.

---

16 O International Standard Book Number (ISBN) é o identificador internacional de um livro. Com ele, a publicação é identificada segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição. Isto facilita a busca, a atualização bibliográfica, a recuperação e a transmissão de dados em sistemas automatizados.

17 Art. 6º Na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação. Parágrafo único. O número referido no caput deste artigo constará da quarta capa do livro impresso.

18 O International Standard Serial Number (ISSN), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número se torna único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído.

- **Ficha catalográfica**

Elaboração de ficha catalográfica para livros e/ou coleções em cumprimento à Lei nº 10.753, de 31/10/2003, seguindo os padrões da AACR2.<sup>19</sup>

- **Normalização de publicações**

A Biblioteca, seguindo as normas da ABNT e de outras entidades, efetua normalização de publicações produzidas no âmbito do Ministério.

- **Depósito Legal**

Para livro e/ou coleção publicado, em suporte físico, no âmbito do Ministério e suas secretárias, um exemplar é encaminhado para a Biblioteca Nacional em cumprimento às Leis nº 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010, referentes ao depósito legal. O depósito legal tem por objetivo assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional. A Biblioteca Nacional só aceita o depósito de publicação a que tenha sido atribuído um número de ISBN.

---

19 O Código de Catalogação Anglo-Americano (em inglês: Anglo-American Cataloguing Rules) - 2ª edição (CCAA2, ou AACR2 a partir da sigla em inglês) é um compêndio de regras com vistas à criação de descrições bibliográficas para a escolha, a construção e a atribuição dos pontos de acesso (cabeçalhos) representando pessoas, localizações geográficas e entidades coletivas, além de títulos uniformes representando obras e expressões.

**Figura 10-4 - Campanha para sobre o ISBN na intranet do MMFDH**

The image shows a screenshot of a SharePoint intranet page for the MMFDH. At the top left, there is a logo for 'DH NET' and the text 'Communication site'. Below this, there is a navigation menu with links for 'Página Inicial', 'Quê é isto?', 'Galeria de Imagens', 'Biblioteca', 'Fala, Ministro!', and 'Governança'. A search icon is visible on the right. Below the navigation, there is a 'Send by email' button. The main content area features a large banner image of an open book on top of a stack of closed books. Below the image, the text reads 'Você conhece a biblioteca do MMFDH?' followed by a link 'Saiba mais ->'. Below this, there is a section titled 'BIBLIOTECA' with a description: 'A Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) atua na disseminação de conhecimento nas temáticas relacionadas aos direitos individuais e coletivos como estratégia de consolidação dos Direitos Humanos como dever do Estado brasileiro. Tem como objetivo:' followed by a bulleted list of objectives: 'Promover o acesso e a disponibilização de dados e informações relevantes na área de Direitos Humanos.' and 'Facilitar e estimular o uso e a permuta de informações acerca das temáticas do Ministério.' Below the list, there is a paragraph: 'Concentrando a produção institucional do MMFDH e obras especializadas em assuntos como: promoção e defesa da mulher, da família, da igualdade racial, da pessoa com deficiência, da pessoa idosa, da criança e adolescente, da juventude e da promoção dos direitos humanos.' At the bottom of the page, there is a large graphic with the text 'Agência Brasileira do ISBN', the ISBN number '978-65-81067-01-4', a barcode, and the text 'Publicações do MMFDH terão registro junto à Biblioteca Nacional pelo número de I'.

Fonte: [https://sdhgovbr.sharepoint.com/sites/Intranet/SitePages/Biblioteca\(1\).aspx](https://sdhgovbr.sharepoint.com/sites/Intranet/SitePages/Biblioteca(1).aspx).

## ● DOI

Para publicação seriada, a Biblioteca auxilia na criação e atribuição de identificadores digitais (DOI).<sup>20</sup> Eles são aplicados a qualquer forma de propriedade intelectual (livros, capítulos de livros, periódicos, artigos, periódicos, vídeos, imagens e *softwares*); oferecem infraestrutura para ligar os usuários aos conteúdos, gerenciando a comunicação entre eles. O DOI não substitui ISBN e ISSN, e com ele é possível buscar informações e serviços associados a determinado material. A partir do DOI de um livro, é possível recuperar os

<sup>20</sup> O Digital Object Identifier (DOI) faz parte de um sistema que oferece identificadores digitais para objetos que permitem a identificação inequívoca e persistente de qualquer tipo de entidade (física, digital ou abstrata) no ambiente da internet.

metadados atualizados, como sua localização na *internet*, seus autores ou quantidade de publicações que fazem referência à entidade associada ao DOI.

O acervo histórico preservado e disponibilizado, quando tratado adequadamente, é fonte para o desenvolvimento de projetos, serviços e produtos variados, dando apoio às ações institucionais. Dessa forma, foi estabelecido um controle de gestão da obra integrante da memória institucional a fim de acompanhar a execução de todos os desdobramentos necessários para sua editoração, conservação, guarda e disseminação da memória técnica.

**Quadro 10-2 - Formulário de gestão da publicação na Biblioteca**

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>DATA DE SOLICITAÇÃO (AAAA/MM/DD):</b> | 2019/09/02   |  |
| <b>SECRETARIA/COORDENAÇÃO:</b>           | Secretaria Nacional.....                                   |   |
| <b>NOME DO SOLICITANTE:</b>              | Fulano de tal  |   |
| <b>E-MAIL/RAMAL:</b>                     |  |   |
| <b>TÍTULO DA OBRA:</b>                   | Cultura, Terra e Resistência: saberes dos quilombos do sul |   |
| <b>ISBN:</b>                             | 9786581067014  |   |
| <b>ISBN-E:</b>                           | 9786581067007  |   |

Fonte: Elaboração das autores (2020)

**Quadro 10-3 - Serviços e produtos prestados pela Biblioteca**

| <b>Serviços e produtos prestados pela Biblioteca<br/>(Marque um X nos serviços/produtos realizados pelo Ciap)</b> |                      |            |            |
|---|----------------------|------------|------------|
| <b>Atividade</b>  | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
| <b>Ficha catalográfica</b>  |                      |            | <b>X</b>   |
| <b>Normalização</b>   |                      |            | <b>X</b>   |
| <b>Solicitação do ISBN</b>  |                      | <b>X</b>   |            |
| <b>Solicitação de ISBN-e</b>  |                      | <b>X</b>   |            |
| <b>Levantamento bibliográfico</b>   |                      |            | <b>X</b>   |

**Quadro 10-4 - Formulário de gestão da obra da Biblioteca do MMFDH**

| Gestão da obra<br>(Marque um X quando a atividade for realizada) |         |  |     |     |
|--|---------|--|-----|-----|
| Atividade  |         | NÃO SE APLICA  | SIM | NÃO |
| SUPORTE  | FÍSICO  | Catalogado no sistema  |     | X   |
|  |         | Disseminado  |     |     |
|  |         | Enviado para Depósito Legal  |     |     |
|  |         | Ofício de encaminhamento do depósito legal:  |     |     |
|  |         | Quantidade recebida:   |     |     |
|  |         | Enviado para as Bibliotecas:   |     |     |
|  | DIGITAL | Depositado na Biblioteca Digital   |     | X   |
|  |         | Formato recebido (PDF, doc., ppt., jpg., mp3. avi): PDF  |     |     |
|  |         | Formato depositado: PDF  |     |     |
|  |         | Endereço eletrônico: <a href="https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/753">https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/753</a> |     |     |

O objetivo do formulário **Tratamento da Memória Técnica** é acompanhar as atividades relacionadas à gestão técnica das publicações bibliográficas produzidas pelo Ministério ou oriundas de parcerias e convênios, buscando garantir que a produção intelectual seja preservada.

Para a efetiva conservação da produção intelectual do MMFDH, divulgada por meio de publicação bibliográfica, devem ser cumpridas — por bibliotecários e funcionários responsáveis pela gestão administrativa da área demandante — as seguintes determinações:

- Elaboração de Catalográfica;
- Normalização;
- Atribuição de ISBN ou ISSN;
- Levantamento Bibliográfico (quando solicitado);
- Inclusão no acervo físico - Koha (formato físico);
- Inclusão na Biblioteca Virtual - DSpace (formato eletrônico);

- Envio de publicação para depósito legal na Biblioteca Nacional (formato físico);
- Disseminação para Bibliotecas de relacionamento (formato físico).

### ● **Qualis Capes**

Quanto a publicações seriadas, a Biblioteca fornece orientação para busca da classificação Qualis Capes. A classificação é definida como um sistema de periódicos em cada área do conhecimento, desenvolvido e coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nela é atribuída uma posição dos periódicos no *ranking* que determina seu prestígio e influência à quantidade e qualidade dos trabalhos submetidos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, a saber: A1 (mais elevado); A2; B1; B2; B3; B4; B5; C.

### ● **DSI**

A Disseminação Seletiva da Informação (DSI) tem o objetivo de auxiliar na divulgação da produção editorial realizada no âmbito do MMFDH, com vistas a proporcionar à sociedade brasileira acesso dos produtos editoriais que subsidiem efetivamente gestores, servidores, pesquisadores, estudantes, sociedade civil e demais interessados em Direitos Humanos. Ocorrem também alianças com universidades e instituições afins no sentido de disponibilizar publicações editadas sobre a implementação de políticas públicas produzidas no âmbito do MMFDH.

### ● **OJS**

O *software* está instalado no ambiente tecnológico do Ministério e é utilizado para a criação de portais de periódicos. Na sua instalação, podem-se criar várias revistas totalmente independentes. Ademais, a Biblioteca oferece consultoria para as SNs no intuito de utilizar OJS para produção de revistas virtuais. Além desses serviços, a Biblioteca disponibiliza empréstimo domiciliar para os usuários internos e externos. Possui computadores com acesso à *internet* para consulta ao catálogo do acervo da Biblioteca, baias para estudo individual e mesa para estudo em grupo.

## 10.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias de *marketing* podem aproximar a Biblioteca dos não usuários, o que possibilita atingir os objetivos principais de qualquer uma, a prestação de serviços e a disseminação do conhecimento. Assim, a Biblioteca do Ministério atua como disseminadora de conhecimentos provenientes do MMFDDH, prestador de serviços e fornecedor de soluções de Gestão da Informação para as equipes do Ministério. Por esse motivo, é necessário planejamento, avaliação de suas atividades e ações de *marketing* para que os potenciais usuários venham a ter acesso aos serviços ofertados. As estratégias internas mostram-se como uma ferramenta útil, tendo em vista que a grande maioria dos usuários reais e não usuários não têm conhecimento da existência da Biblioteca. E, como sua criação é recente, recentemente passaram a ter acesso aos produtos e serviços oferecidos por ela.

Os serviços prestados pelas Unidades de Informação em geral mudaram com o avanço da tecnologia e as mídias sociais, que proporcionam outras formas de aprender a lidar com a informação. Temos uma nova geração de usuários que não compartilha as tendências tradicionais de Bibliotecas estáticas, as quais se limitam a um espaço físico e com serviços básicos, em muito dos casos. A esse respeito também dispomos das sugestões de Silvestre (2019), que menciona a importância de repensar o enfoque de estudo de usuários que tradicionalmente desenvolvem as Bibliotecas, não só porque o avanço tecnológico está criando novos perfis de usuários, mas também porque o estudo de usuários é pensado em alguém que já usa os nossos serviços. Sendo assim, as estratégias internas, como as parcerias e a difusão dos serviços pela internet, permitiram a visibilidade da Biblioteca para os não usuários internos, que agora são os nossos usuários reais.

Nesse contexto, a Biblioteca surge como uma prestadora de serviços em Gestão de Informação, capaz de oferecer serviços específicos que possam atender às necessidades de servidores do Ministério, desde o processo de preparação, de editoração, de publicação até a disseminação do conhecimento produzido no âmbito do MMFDDH.

## REFERÊNCIAS

AINA, S. A. Stimulating the non-user. *In*: VAN DERBANN, A.; WINTERS, A. A. (orgs.). **The use of information in a changing world**. FID Publication. Nova Iorque: Elsevier, 1984. v. 631, p. 57–63.

BRASIL. **Lei no 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm).

BRASIL. **Lei no 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 70, 15 dez. 2004. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10994&ano=2004&ato=003cXUE5UeRpWTc7c>.

BRASIL. **Lei no 12.192, de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Diário Oficial da União, p. 1, 15 jan. 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12192&ano=2010&ato=731ITSU1keVpWT0bf>.

BRASIL. **Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015** [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência]. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).

CUNHA, M. B. da; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015. 448p. São Paulo: Atlas, 2015.

DAVENPORT, T. H. **Information Ecology**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

ESTELA, F. de M. S. **Não-usuário de Bibliotecas universitárias: um estudo de caso na Universidade de Brasília**. 2019. 172 f. f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GEORGE D'ELIA. The Development and Testing of a Conceptual Model of Public Library User Behavior. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v. 50, n. 4, p. 410–430, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4307272>. Acesso em: 7 jul. 2020.

KATZ, W. A. **Introduction to reference work: v. II: reference services and reference processes**. 8th ed. Boston: McGraw-Hill, 2002.

MADDEN, M. Lifestyles of library users and nonusers. **Occasional papers**, n. 137, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/3950>. Acesso em: 7 jul. 2020.

MCCARTHY, G. Getting to Know Your Non-Users. **Library Management**, v. 15, n. 4, p. 30–34, jun. 1994. DOI 10.1108/01435129410060338. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01435129410060338/full/html>. Acesso em: 7 jul. 2020.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RUBI, M. P.; EUCLIDES, M. L.; SANTOS, J. C. dos. Profissional da informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 16, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/443>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SRIDHAR, M. S. Non-users and non-use of libraries. **Library Science With a Slant to Documentation and Information Studies**, v. 31, n. 3, p. 115–128, 1994. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/9375/>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SUAIDEN, E. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TEDD, L. A.; LARGE, J. A. **Digital libraries: principles and practice in a global environment**. München: Saur, 2005.

## SOBRE OS AUTORES



### **Márcia Rocha de Aguiar**

Funcionária da Caixa Econômica Federal (CEF), cedida ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-graduada em Inteligência Competitiva, com ênfase em Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5225347321458236>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8202-138X>

### **Flor de Maria Silvestre**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências pela Universidade de Brasília. Graduada em Biblioteconomía e y Ciencias de la Información por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) – Perú. Com estudos de mestrado em Políticas Públicas, com ênfase Crianças e Adolescente pela UNMSM.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0452216683671515>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-3095-883X>



### **Como citar**

SILVESTRE, Flor de Maria; AGUIAR, Márcia Rocha de. Estratégia para atrair os não-usuários internos no Biblioteca do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 193 – 211. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap9



---

# 11. Projeto de apoio à Biblioteca do MMFDH

---

Claudia Aparecida Nóbrega Franco  
Paloma Caroliny Alves Magalhães

## 11.1 INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT)

O entendimento sobre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) pode ser feito de inúmeras formas, pela sua história de mais de 60 anos, pelos seus feitos, projetos e programas, que o colocam entre os institutos de pesquisa mais representativos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC). Outra abordagem pode ser feita pelos termos que formam o seu nome, que o definem de forma sintética como um Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Um nome formado por três termos, repletos de significados, que podem ser traduzidos pela sua história e feitos.

**Instituto** – Personalidade jurídica criada por meio do decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 27 de fevereiro de 1954, inicialmente denominado como Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com as finalidades de promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre Bibliotecas e centros de documentação no âmbito nacional e internacional; e incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores. Sua denominação atual, Ibict, foi determinada pela Resolução Executiva do CNPq nº 20/76, que também marca sua consolidação com órgão executor de informação daquele Conselho. Foi definido como Instituição Científica e Tecnológica, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

**Brasileiro** – Termo que explicita a sua abrangência nacional, fruto do ambicioso projeto de criação do primeiro órgão federal de coordenação das atividades de coleta e disseminação da produção científica do Brasil. A sua atuação, no entanto, transcende as fronteiras do país, na medida em que é o representante nacional em muitas iniciativas. Assim, atua e representa o Brasil, sendo a mais completa representação do termo Instituto Brasileiro.

**Informação em Ciência e Tecnologia** – A transferência de tecnologias da informação é a ação mais associada ao Ibict, tanto no Brasil quanto no exterior. Esse reconhecimento é resultado da gestão do grande volume de teses e dissertações, apoio na editoração de revistas eletrônicas e nos repositórios de documentos digitais. Como exemplo de produtos reconhecidos internacionalmente temos a edição da revista *Ciência da Informação*, a mais antiga revista da área da Ciência da Informação ainda vigente, e a publicação da *Classificação Decimal Universal (CDU)*, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No campo dos serviços, o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), o programa *Avaliação do Ciclo de Vida (ACV)* e o Sistema de Informação em Tecnologia Industrial Básica (INFOTIB), com foco no setor industrial e empresarial. Entre projetos internacionais destacam-se o Bureau Brasileiro para Ampliação da Cooperação Internacional com a União Europeia (B.Bice), que apoia as atividades de cooperação internacional em CT&I entre o Brasil e a União Europeia (UE). O B.Bice tem papel de difundir informações, identificar mecanismos financeiros de apoio e auxiliar na busca de parceiros brasileiros e europeus para a elaboração de propostas em conjunto.

O Ibict tem por missão promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de Informação Científica e Tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico. Destaca-se em ações e projetos de acesso aberto aos dados científicos, ciente de que a informação é a base do desenvolvimento da humanidade. Assim, desenvolve pesquisas teóricas e aplicadas, além de manter o curso de pós-graduação em *Ciência da Informação* mais antigo do Brasil, com reconhecimento na comunidade informacional.

De forma simplista, o Ibict é um unidade de pesquisa vinculada ao MCTIC, voltada aos estudos relacionados à informação e à formação de pesquisadores na mesma área. Para tanto, desenvolve pesquisas teóricas e aplicadas, voltadas a resolver problemas relacionados à organização, representação, recuperação, tratamento, geração e análise da informação por meio de projetos e programas de pesquisas.

## 11.2 FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP)

A Fundação do Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) surgiu com a personalidade jurídica de entidade de direito privado em 1975, dentro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Criada com a finalidade de realizar a gestão de projetos de educação, pesquisa e extensão tanto dessa instituição de ensino quanto de outros centros de pesquisa, hoje oficialmente reconhecida como entidade de utilidade pública, atua na gestão administrativo-financeira dos projetos, viabilizando iniciativas da UFMG e de outras instituições apoiadas.

Como exemplos de sua atuação como fundação de apoio das mais importantes instituições de ensino e pesquisa, temos trabalhos com a Universidade Federal do ABC (UFABC), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Estudos Avançados da Aeronáutica (IEAv), o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), do Observatório Nacional (ON), o Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), o Instituto de Pesquisa do Exército, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Marinha do Brasil, e, em especial, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A Fundação oferece serviços exclusivos, como: elaboração das propostas, captação de recursos, compras, importações, contratação de pessoal, assessoria jurídica, prestação de contas, gestão de concursos, entre outros. Com isso, torna-se um parceiro em projetos de pesquisa para vários institutos, universidades e organizações, pela sua flexibilidade e solidez administrativa, contábil e jurídica.

## 11.3 A LEGISLAÇÃO QUE ENVOLVE ESSAS DUAS ENTIDADES E SUA CRONOLOGIA:

Com o objetivo de amenizar a necessidade de financiamento tanto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), foi editada a **Lei nº 8.958/1994**, que estabeleceu a possibilidade da celebração convênios e contratos, com fundações instituídas a fim de apoiar projetos de ensino, pesquisa e extensão, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Com o advento da Lei, as universidades começaram a fomentar a criação de fundações de apoio a elas vinculadas, desde que com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Essas fundações, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial alcançam uma gestão eficiente, além de captar recursos das mais variadas fontes. As fundações de apoio necessitam de prévio credenciamento nos Ministérios da Educação e Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, regulamentado na **Portaria Interministerial MEC/MCT nº 3.185/2004**.

Por sua vez, a **Lei nº 10.973/2004** define Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. É facultado à ICT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas.

Para regulamentar a Lei nº 8.958/1994, veio o **Decreto nº 7.423/2010**, que expandiu a possibilidade de uma fundação de apoio, registrada e credenciada, apoiar IFES e demais ICTs distintas da entidade a que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula.

Em face dessa nova possibilidade, foi publicada a **Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191/2012**, para normatizar os pedidos de autorização a fim de que as fundações de apoio possam subsidiar a entidades diversas das que a elas estão vinculadas.

A Lei nº 8.958/1994 recebe mais um aperfeiçoamento com a publicação da **Lei nº 12.863/2013**, em especial na concessão de bolsas por IFES ou ICTs, como pelas próprias fundações de apoio. Estabelece também que na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos provenientes do poder público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo de cada nível de Governo. Tal regulamento é apresentado pelo **Decreto nº 8.241/2014**, dispondo sobre contratações cujos recursos sejam ou não provenientes do Poder Público, desde que tenham por objeto o apoio às IFES e às demais ICT nos projetos, com possibilidade de contratação direta.

Em 2016 diversas leis são aprimoradas com a edição da **Lei nº 13.243/2016**, em especial a Lei nº 10.973/2004, no tocante a medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e nos critérios de atuação dos quatro entes federativos.

A mais nova regulamentação das leis anteriores veio no **Decreto nº 9.283/2018**, que além de estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, deu especial atenção estímulo à construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação.

## 11.4 RELACIONAMENTO IBICT – FUNDEP

Conforme Portaria Conjunta MEC/MCTI, nº 59, de 22 de outubro de 2013, que autoriza a Fundep para atuar como fundação de apoio ao IBICT, por um ano, a partir da ata do órgão colegiado superior do Instituto manifestando concordância com a solicitação de autorização. Começa assim uma parceria sólida, que já dura sete anos, conforme a Portaria Conjunta MEC/MCTIC, nº 48 de abril de 2020.

O contrato entre essas duas instituições é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois a fundação, por meio de sua estrutura operacional, executa as despesas discriminadas no plano de aplicação, com agilidade e dentro dos preceitos legais, garantindo, assim, que os pesquisadores, analistas e técnicos se dediquem à execução física dos projetos.

O Ibiict conta com uma equipe na Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (COPAV) para acompanhar a execução dos projetos de pesquisa com Fundação de Apoio. Dentre as atividades realizadas pela equipe, pode-se destacar o apoio ao coordenador do projeto, bem como à sua equipe, com o acompanhamento rotineiro do fluxo de caixa, entregas de relatórios, solicitações de contratações, aquisição de passagens e diárias, aquisição de material de consumo, entre outros.

Cabe à Fundação de Apoio atender às demandas de acordo com o Plano de Trabalho Simplificado e o Plano de Aplicação, seguindo as regras de contratação, sujeitando-se às normas de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as compras e contratações de Serviço de Terceiros Pessoa Física e Jurídica,

e pagamento de diárias, conforme a Tabela – Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País – Anexo I do DECRETO Nº 5.992, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006. Com relação ao pagamento das bolsas de pesquisa, o critério se dá conforme Anexo I da Portaria nº 61 de 03 de novembro de 2014.

## 11.5 PROJETO IBICT/SNJ

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) com a finalidade de promover pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, que lhe servissem de base para elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Juventude (PPJ), além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil. A magnitude dos objetivos gerou importantes realizações, refletida, ao longo dos anos, em grande quantidade de documentação técnica e seus registros jurídico-administrativos nos mais variados suportes documentais.

Em 2014, a quantidade de informação orgânica e a necessidade de disponibilização desse bem público para a sociedade resultou em um projeto com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a fim de desenvolver estudos sobre a implementação de ferramentas livres para gestão da informação. Para se ter uma noção da dimensão desse projeto, basta olhar um de seus objetivos: implementar sistemas de informação como resultados de pesquisa, baseado na adoção de ferramentas livres e melhores práticas no uso delas por meio do desenvolvimento de modelos.

A materialização do projeto aconteceu em 2015, via Termo de Execução Descentralizada (TED), com um tempo estimado de quatro anos. Entre outros resultados, o projeto estruturou o Centro de Documentação em Políticas Públicas de Juventude (CeDocPPJ) e implementou oito sistemas informatizados a fim de atender às necessidades da secretaria na gestão da informação. Com isso, a secretaria atendeu em muitos quesitos questões relacionadas à Lei de Acesso à Informação (LAI) e aos Dados Abertos de Governo.

Com as mudanças governamentais ocorridas em 2015, destacando a mudança da SNJ da Presidência da República para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), o projeto precisou ser ajustado, diante de um novo cenário, com novos desafios. A maior mudança ocorreu com a integração do

CeDocPPJ pela Biblioteca do MMFDH, apresentando uma grande expansão temática. Esse incremento inesperado no tamanho do projeto foi solucionado com muito trabalho e formalizado com a assinatura de mais um termo aditivo ao TED.

Nesse caminho, os desafios continuam. A pandemia do novo coronavírus, além das mortes lamentáveis, impôs uma desaceleração na economia e na execução de projetos. A retomada das atividades, em todos os níveis, exigirá readequação do que foi, antes, pactuado. Assim, outro aditamento do projeto foi requerido, de forma a poder atender a todos os objetivos pactuados, visto que algumas atividades de pesquisa foram comprometidas por necessitarem ser executadas de forma presencial.

## 11.6 RESULTADOS

Um projeto de pesquisa aplicado tem como resultado, em sua grande maioria, produtos que melhoram a qualidade de vida, além de novos conhecimentos. Nesse sentido, o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas Integradas para a Gestão do Conhecimento no Âmbito da Secretaria Nacional de Juventude conseguiu criar e implementar os sistemas requeridos e migrá-los do Ibict para o MMFDH, mesmo com as mudanças administrativas na SNJ. Além disso, foram gerados vários documentos que resultaram em publicações de artigos, livros etc.

Sistemas que apoiaram a SNJ atendem às mudanças impostas pelo uso cada vez maior da tecnologia no Governo, como a Biblioteca Digital (BD), que atende em grande parte a LAI, juntamente com o Repositório de Documentos Arquivístico, implementado com o *Access To Memory* (AToM). Assim, os documentos técnicos de cunho bibliográfico e arquivísticos de acesso público ficaram acessíveis, dando maior transparência à administração da SNJ.

Nesse mesmo caminho, o Portal de Dados de Juventude atendeu plenamente aos requisitos do Plano de Dados Abertos do Governo, relacionado às premissas da política brasileira de dados abertos de Governo. Logo, a SNJ tornou-se precursora dos dados abertos na Presidência da República e a primeira secretaria da PR a ter implementado os dados abertos, estando ligada ao Portal de Dados Abertos de Governo. Com a mudança para o MMFDH, o portal de dados de juventude passa a ser de responsabilidade do ministério.

Quanto ao conhecimento técnico e científico, o projeto publicou diversos livros e artigos, apresentando os resultados dos estudos, dos quais destaca-se a obra “Soluções Tecnológicas para Gestão do Conhecimento sobre Juventude: um Modelo de Ecossistema”, que descreve todos os sistemas informatizados implementados como solução para gestão da informação na SNJ. Com isso, registra para a disseminação parte dos resultados de pesquisa, centrados ainda no CeDocPPJ. Todas as obras resultantes do projeto estão disponíveis *on-line* na Biblioteca Digital do MMFDH, seguindo o preceito da democratização da informação.

## **SOBRE OS AUTORES**

---



### **Claudia Aparecida Nóbrega Franco**

Possui graduação em Gestão Pública pelo Centro Universitário - UDF (2013) e Pós-Graduação Lato Sensu Controladoria e Finanças Públicas (Faculdade Unyleya). Atualmente é Analista de Gestão de Projetos na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), atuando na Gerência de Projetos com Fundação de Apoio do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3970635722200561>

---

### **Paloma Caroliny Alves Magalhães**

Graduação em andamento em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente é Auxiliar de Projetos da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa. Tem experiência na área administrativa.



**Como citar**

FRANCO, Claudia Aparecida Nóbrega; MAGALHÃES, Paloma Carolyn Alves. Projeto de apoio à Biblioteca do MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 213 – 221. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap10

# Seção 2

# Sobre as Coleções

---

---

## 12. A coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

**N**esta segunda parte do livro, apresentamos uma descrição detalhada da coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e as temáticas das secretarias. A Biblioteca nasceu da reunião e organização dos acervos bibliográficos dos órgãos que deram origem ao MMFDH. A concepção das coleções da Biblioteca tem uma relação direta com a democracia e a atuação do Governo em relação aos direitos fundamentais e individuais.

A Biblioteca possui um acervo físico, gerenciado pelo *software* Koha, e um acervo digital, gerenciado pelo *software* DSpace. Em ambos os casos, as informações estão disponíveis na Internet para os usuários tanto do próprio ministério como da sociedade em geral, que tenham interesse nas temáticas.

Devido ao grande volume de informações dispersas no ministério foi desenvolvida uma política para a formação e desenvolvimento de coleções. Como o processo de desenvolvimento de coleções é cíclico e não pode ser considerado isoladamente, mas como parte integrante de um todo, o seu escopo conta com diretrizes que visam estabelecer e delimitar ações e critérios para a tomada de decisão na atualização dos acervos, levando em conta os objetivos da MMFDH, bem como os serviços de informação que se pretende oferecer e o perfil de seus usuários reais e potenciais.

Enquanto disseminadora de informação, a Biblioteca tem por missão preservar os registros dos conhecimentos gerados no âmbito do ministério e das

secretarias nacionais vinculadas e, como serviço ao público, disponibilizar seu acervo para servidores, comunidade acadêmica, organismos internacionais, pesquisadores e demais interessados. O objetivo dos capítulos que integram a segunda parte deste livro é mostrar a relevância das coleções da Biblioteca MMFDH. Para tanto, categorizamos as coleções pelas temáticas atribuídas a cada uma das oito secretarias nacionais que compõem o Ministério.

Por se tratar de uma Biblioteca especializada, todas as necessidades e objetivos foram delimitados de forma clara na política de desenvolvimento de coleções. Assim sendo, cada documento disponível em cada um dos acervos atende a uma série de critérios estabelecidos pela política. Para melhor entendimento, a descrição das coleções está estruturada da seguinte maneira: primeiramente, na Introdução é feita uma contextualização, ou seja, uma descrição da temática. Em seguida, a apresenta-se a Secretaria Nacional, responsável pela temática. Na sequência, a coleção (física e digital) é caracterizada com informações sobre sua composição, os objetivos e a metodologia adotada para sua constituição. Posteriormente é apresentado um relato de como o Tesouro está auxiliando nos processos de indexação e recuperação da informação, entre outras informações.

Márcia Rocha de Aguiar

Gestora da Biblioteca do MMFDH

#### **Como citar**

AGUIAR, Márcia Rocha de. A coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 223 – 224. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.apresentacao.seçao2

---

---

# 13. A Secretaria Nacional da Família na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Elton Mártires Pinto  
Carlos Alex Macedo Junior  
Thais Ketlyn da Silva Medeiros  
Dulce Maria Baptista

## 13.1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, o significado do termo “família” tem passado por diversas mudanças. Quanto ao seu conceito, o Dicionário Michaelis (2019) descreve-o como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco e que vivem sob o mesmo teto; o conjunto de ascendentes e descendentes de uma linhagem; pessoas do mesmo sangue ligadas por parentesco; pessoas não do mesmo sangue, mas que são ligadas por casamento, filiação ou adoção; e pessoas unidas por convicções ou origens em comum.

O tema família foi adicionado recentemente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A Secretaria Nacional da Família (SNF) foi criada em 2019 com a finalidade de promover a projeção social e econômica da família, promover o equilíbrio família-trabalho, cultivar a solidariedade intergeracional familiar e elaborar, consolidar e executar Políticas Nacionais de Família (BRASIL, 2020a).

Além da Secretaria Nacional da Família, o MMFDH possui outras sete secretarias que atuam no âmbito dos direitos humanos. Dentre as competências do Ministério e das Secretarias destacam-se a divulgação dos trabalhos desenvolvidos; a disseminação de documentos que fundamentam decisões tomadas pelo órgão; disseminação de informações sobre as temáticas abordadas pelas Secretarias. Nesse sentido, a Biblioteca é o órgão responsável pela coleta, guarda, preservação, organização, processamento e, principalmente, disseminação dos conteúdos produzidos e relacionados às temáticas das Secretarias do Ministério.

Portanto, este capítulo tem como objetivo abordar a Secretaria Nacional da Família na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Para tal, discute, brevemente, o conceito de família; descreve a SNF e seus projetos; bem como apresenta as coleções desenvolvidas pela Biblioteca do MMFDH que abarcam a temática.

## 13.2 SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA

Com a revogação do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, a Secretaria Nacional da Família (SNF) passou a ser um órgão integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, atuando na articulação de todos os projetos e programas destinados às famílias brasileiras em âmbito federal (BRASIL, 2019).

A SNF é composta pela Diretoria de formação, desenvolvimento e fortalecimento da família; Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família; e Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar. A essas diretorias compete:

Assistir o Ministro de Estado nas questões relativas à formação, fortalecimento e promoção da família; formular políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção e defesa da família; coordenar e propor ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família; articular ações intersetoriais, interinstitucionais, interfederativas e internacionais para fortalecimento da família; promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do Governo; gerir convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres relativos à família; coordenar e articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, bem como com outras secretarias do Ministério para: suporte à formação e desenvolvimento da

família; fortalecimento dos vínculos familiares; projeção econômica e social da família; promoção do equilíbrio entre trabalho e família; realização de projetos especiais e desafios relativos ao desenvolvimento da família; e fomento a políticas de igualdade no combate à discriminação à família; coordenar e monitorar a implementação e o aperfeiçoamento dos planos nacionais e setoriais voltados à família; interagir com os conselhos do Ministério que se relacionam com o tema da família; promover e articular a implementação de políticas, programas, ações e serviços referentes à família por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas; coordenar o desenho e a implementação de políticas familiares transversais; propor e incentivar a conscientização pública acerca do papel social da família; produzir e disseminar informações para a formação, de maneira responsável, da família; [...] promover e articular a formação e a capacitação de agentes públicos nos três níveis de Governo em políticas familiares; propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos temas de sua competência; desenhar, monitorar e avaliar políticas públicas familiares; observar e promover a efetivação dos direitos humanos concernentes à família; apoiar, em articulação com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Marco Legal da Primeira Infância; e apoiar, no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos familiares, os programas da Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2020b, *on-line*).

Compete, portanto, à SNF a implementação de projetos com vistas à conscientização e valorização da vida, do equilíbrio familiar e da projeção social e econômica. O equilíbrio familiar, por exemplo, diz respeito à forma como as entidades encontram estabilidade entre o trabalho, o meio social e a gestão familiar. Há projetos já implementados e projetos que estão em processo de estudo/orçamento para que se alcance o maior número de famílias (BRASIL, 2020b).

Esses projetos têm como público-alvo pais, crianças, adolescentes, avós e educadores. O objetivo dos projetos é levar benefícios a todas as famílias de forma individual, isto é, observando que em cada ambiente há necessidades específicas, tais como acesso à informação, saneamento básico, planejamento familiar, gravidez precoce, abandono parental, entre outros.

Além disso, a SNF possui publicações que destacam como os projetos devem ser implementados em diferentes estados. Quatro projetos desenvolvidos pela SNF merecem destaque nesta publicação: o Observatório Nacional da Família (ONF); a Campanha Acolha a Vida; o Programa Reconecte; e o Projeto Famílias Fortes (PFF).

O ONF busca incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à família, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à temática. Os principais objetivos do Observatório Nacional da Família são:

Produzir conhecimento científico sobre família, sendo polo dinamizador de uma rede de investigadores nacionais e internacionais que se dedicam à investigação científica neste domínio, nas suas mais diversas vertentes temáticas; Sistematizar dados e informação validada sobre a família e diversas problemáticas da vida social, a nível nacional e internacional criando e difundindo indicadores primários e secundários que sinalizem e retratem os desafios que se colocam à família no Brasil contemporâneo; Monitorar políticas públicas, programas e ações promovidos pela sociedade civil no domínio da família, através de estudos, relatórios e pareceres de experts ou que resultem de solicitações realizadas por agentes e instituições políticas, bem como por organizações cívicas e não governamentais; Divulgar produção científica sobre família para públicos mais vastos através de plataformas diversificadas; e Intervir nos grandes debates públicos sobre questões relativas à família (BRASIL, 2020c, *on-line*).

Assim, o Observatório Nacional da Família concentra seus esforços tanto no campo teórico como no prático. No campo teórico, o ONF preocupa-se com o desenvolvimento e disseminação do conhecimento científico; e no campo prático, por outro lado, desenvolve políticas, programas e ações promovidas pela sociedade civil.

A campanha Acolha a Vida, por sua vez, tem o intuito de prevenir a automutilação e o suicídio de crianças, jovens e adultos. A automutilação e o suicídio podem, de modo geral, estar associados a uma dor relacionada ao ambiente familiar e afetivo e, por esse motivo, a SNF entende a importância de disponibilizar ações afetivas que auxiliem as famílias brasileiras no fortalecimento dos vínculos familiares e no desenvolvimento da saúde emocional (BRASIL, 2020d).

Dados da OMS (2017, *apud* BRASIL, 2020d) demonstram que, no Brasil, há entre cinco e nove mortes por suicídio a cada 100 mil habitantes. O suicídio representa 1,4% de todas as mortes no mundo. Nesse sentido, a campanha Acolha a Vida surge como uma resposta às “Metas Nacionais Prioritárias” relativas à “Agenda de 100 dias de Governo”, lançada pelo Governo Federal em 23 de janeiro de 2019, na qual a vigésima meta é a criação de uma Campanha Nacional de Prevenção ao Suicídio e à Automutilação (BRASIL, 2020d).

Já o programa Reconecte nasce com o intuito de reconectar as famílias e os relacionamentos sociais a partir do uso da tecnologia. Para tal, o programa propõe uma série de projetos em diversos eixos, com o fim de promover ações que vão desde a educação em aspectos da dignidade humana até a reeducação tecnológica. O Reconecte tem como principais objetivos:

Esclarecer a respeito do uso inadequado da tecnologia, assim como seus efeitos a curto, médio e longo prazo para a saúde mental; Informar sobre mecanismos de alerta, controle e regulação comportamental na família e sociedade; Abordar questões do apoio dos recursos tecnológicos em questões de educação e entretenimento saudável; Capacitar pais, professores, profissionais de saúde e a sociedade como um todo a respeito das melhores formas de utilização da tecnologia; Fomentar o uso dos recursos tecnológicos sob a ótica de uma responsabilidade social; Informar sobre os perigos da internet, apontando mecanismos de proteção de uso; Fomentar a tomada de consciência e uma melhor percepção da importância da família como o elemento gerador e protetor da saúde mental individual e social, através da regulação e da supervisão parental (BRASIL, 2020e, *on-line*).

Sendo assim, o Reconecte busca estruturar, a partir do Governo Federal, uma série de projetos que forneçam às famílias e à população geral o amplo acesso ao conhecimento científico, bem como o uso de recursos tecnológicos abordando aspectos sociais, educacionais e de saúde (BRASIL, 2020e).

Por fim, o projeto Famílias Fortes é uma ferramenta de fortalecimento de vínculos como caminho para a prevenção de comportamentos que possam gerar prejuízo social, físico ou emocional às famílias. O PFF é executado por meio de sete encontros semanais, viabilizados por facilitadores, para famílias com filhos com idade entre dez e 14 anos para promover o bem-estar, fortalecer processos de proteção e contribuir com a resiliência familiar (BRASIL, 2020f).

Entre os objetivos específicos do programa estão ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de comunicação e relacionamento, mostrar aos pais a importância de apoiar os filhos, ensinar os filhos a lidar com o estresse e a pressão dos amigos e promover uma expectativa de futuro aos jovens. De acordo com a metodologia, que tem eficácia comprovada por estudos realizados por pesquisadores de Iowa, nos Estados Unidos, a relação positiva entre familiares cria condições favoráveis para o bom desenvolvimento dos filhos e tende a afastá-los de condutas de risco (BRASIL, 2020g, *on-line*).

O PFF é, portanto, uma metodologia para o fortalecimento de vínculos familiares e desenvolvimento de habilidades parentais, sociais, emocionais e cognitivas.

## 13.3 COLEÇÃO TEMÁTICA

### 13.3.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

A Biblioteca do MMFDH utiliza um tesauro, isto é, um vocabulário de termos autorizados, para a indexação de materiais no sistema. O tesauro leva em consideração as temáticas desenvolvidas pelas secretarias do MMFDH; no âmbito da SNF foram recuperados, em 17/05/2020,<sup>21</sup> 40 descritores associados à temática. Os descritores mais utilizados são:

- Família (17);
- Política social (15);
- Famílias Rurais (10);
- Renda Familiar (12).

Além de otimizar a indexação de materiais no sistema, o tesauro contribui para a revocação<sup>22</sup> dos itens no Koha, tornando-se essencial para a recuperação da informação.

### 13.3.2 COLEÇÃO FÍSICA

A coleção física da Biblioteca do MMFDH é composta por materiais de interesse de todas as Secretarias. Na coleção física de família, pesquisando pelos descritores mais utilizados na indexação foram recuperados, em 17/05/2020, 348 itens, como descrito na Tabela 13-1, abaixo.

---

21 Durante o período de escrita deste capítulo o tesauro estava em processo de desenvolvimento e implementação.

22 Revocação na recuperação de informação é a fração dos documentos que são relevantes para a consulta e que são recuperados com êxito.

**Tabela 13-1 -Assuntos principais**

| <b>Assuntos principais</b> | <b>Quantidade</b> |
|----------------------------|-------------------|
| Família                    | 115               |
| Famílias rurais            | 2                 |
| Renda familiar             | 6                 |
| Política social            | 225               |
| <b>Total</b>               | <b>348</b>        |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

No tocante à tipologia de documento que engloba a Secretaria Nacional da Família, a Biblioteca do MMFDH concentra três tipos de material: livros, folhetos e periódicos, como descrito na Tabela 13-2, a seguir.

**Tabela 13-2 - Tipologia de documento**

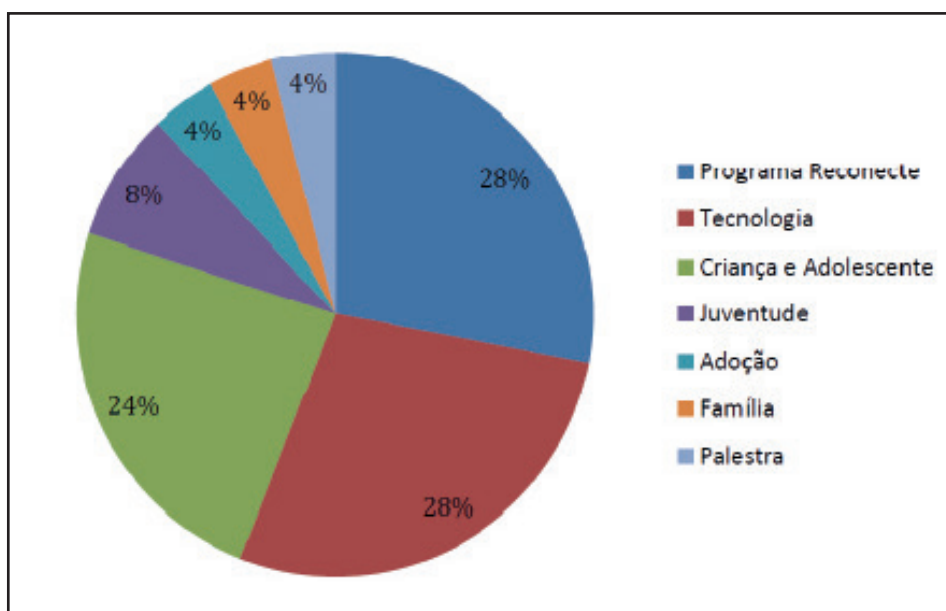
| <b>Descritor</b> | <b>Livro</b> | <b>Folheto</b> | <b>Periódico</b> | <b>Total por tipologia</b> |
|------------------|--------------|----------------|------------------|----------------------------|
| Família          | 99           | 11             | 5                | <b>115</b>                 |
| Famílias rurais  | 2            | 0              | 0                | <b>2</b>                   |
| Renda familiar   | 5            | 1              | 0                | <b>6</b>                   |
| Política social  | 207          | 12             | 7                | <b>226</b>                 |
| <b>Total</b>     | <b>313</b>   | <b>24</b>      | <b>12</b>        | <b>349</b>                 |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

### 13.3.3 COLEÇÃO DIGITAL

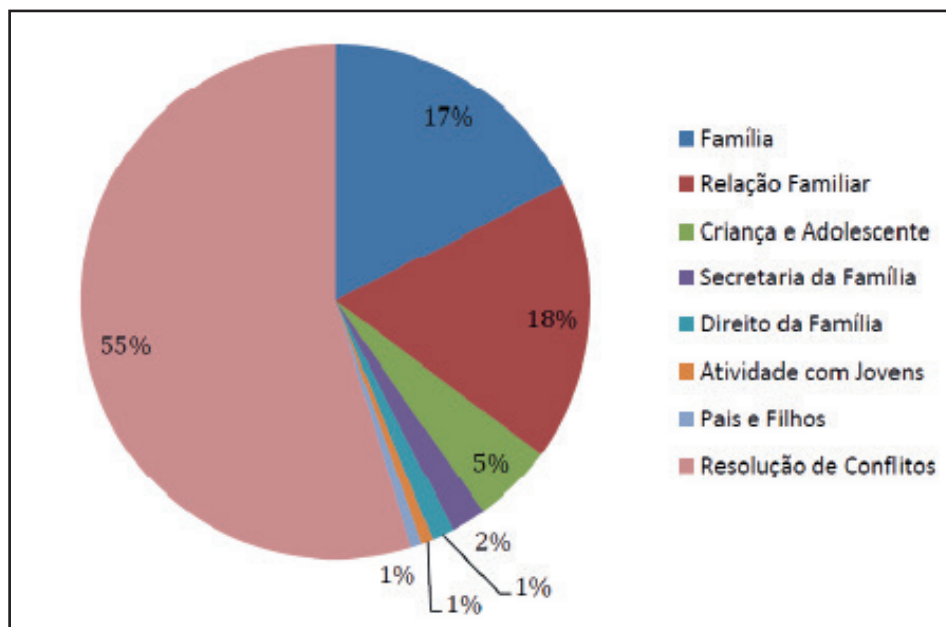
Além da coleção física, a Biblioteca do MMFDH possui também acervo digital, dividido por coleções. Consoante à temática família, as coleções se desenvolveram a partir da campanha Acolha a Vida, do projeto Famílias Fortes e do programa Reconecte. Os termos mais utilizados para descrever os itens inseridos na coleção são família, adoção, relação familiar e criança e adolescente, como é possível observar nos gráficos a seguir.

Gráfico 13-1 - Coleção Reconecte



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Gráfico 13-2 - Coleção Famílias Fortes



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Além das coleções digitais, o *YouTube* é utilizado como plataforma de disseminação da informação pelo MMFDH. O canal “Mulher, Família e Direitos Humanos”, disponível em <https://www.youtube.com/user/DHumanosBrasil>, possui mais de três mil inscritos e 169 vídeos que contabilizavam mais de três milhões de visualizações até maio de 2020. Ressalta-se que o foco da plataforma é promover o acesso fácil e rápido das informações para a sociedade.

### 13.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem atuado no Brasil por meio de oito secretarias. Entre elas, a Secretaria Nacional da Família, por meio de campanhas, projetos e programas, tem concentrado seus esforços no desenvolvimento, equilíbrio e fortalecimento dos núcleos familiares brasileiros.

As campanhas, projetos e programas desenvolvidos pela SNF têm o objetivo de disseminar informações sobre família, relações familiares, prevenção ao suicídio de crianças e adolescentes, fortalecimento familiar, entre outros. Além disso, a Biblioteca do MMFDH é uma ferramenta essencial para disseminação de informações sobre as temáticas, bem como prestação de serviços à SNF e ao MMFDH.

Para tal, entre outros serviços, a Biblioteca coleta, organiza, processa, guarda e compartilha materiais, o que compõe sua coleção física e digital. As coleções da Biblioteca do MMFDH servem como um aporte para os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Nacional da Família. Ademais, todos os materiais produzidos pelas campanhas, projetos e programas desenvolvidos pela SNF estão disponíveis na Biblioteca Digital do MMFDH.

Por fim, as coleções física e digital da Biblioteca do MMFDH, bem como o canal do *YouTube* do Ministério, contribuem para que todos os tipos de família tenham acesso à informação, democratizando o acesso ao conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Família**: Institucional, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/institucional>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Competências**, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/competencias>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Observatório Nacional da Família**, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/observatorio>. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Digital. **Acolha a vida**, 2020d. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/477>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Digital. **Reconecte**, 2020e. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/471>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Digital. **Projeto famílias fortes**, 2020f. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/926>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **MMFDH disponibiliza conteúdo do programa Famílias Fortes nas redes sociais**, 2020g. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/abril/mmfdh-disponibiliza-conteudo-do-programa-familias-fortes-nas-redes-sociais>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 470**, de 2013. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4590857&disposition=inline>. Acesso em: 8 abr. 2020.

FAMÍLIA. In: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=A124>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SANTOS, Rosemeire. **Família, proteção social e trabalho social com a minha, a sua e a nossa família**. 2016. 176 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17773>. Acesso em: 10 abr. 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**



### **Elton Mártires Pinto**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Bacharel em Biblioteconomia também pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0079746446660087>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>

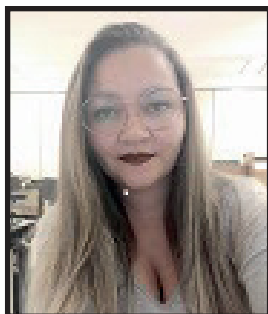
### **Carlos Alex Macedo Junior**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0330829271973510>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0048-1839>



**Thais Ketlyn da Silva Medeiros**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1805330196178578>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4884-4029>

**Como citar**

PINTO, Elton Mártires; MACEDO JUNIOR, Carlos Alex; MEDEIROS, Thais Ketlyn da Silva; BAPTISTA, Dulce Maria. A Secretaria Nacional da Família na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos SNF/MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 225 – 236. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap1.seçao2

---

---

# 14. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Fernando de Jesus Pereira  
Dulce Maria Baptista

## 14.1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade alcançada por países desenvolvidos e em desenvolvimento, cuja diferença está no suporte econômico e político para atender às necessidades das pessoas mais velhas. No Brasil, o fenômeno inicia-se nas décadas de 1940 e 1960, com o declínio da taxa de mortalidade e fecundidade, efeito da transição epidemiológica, respectivamente (KALACHE; VERA; RAMOS, 1987; NASRI, 2008).

O grupo de pessoas acima de 65 anos cresceu de 3,5% em 1970 para 5,5% em 2000, e a projeção para 2050 corresponde a 19% da população brasileira, como efeito da rápida urbanização que alterou a estrutura trabalhista, o custo de vida e a incorporação da mulher no mercado de trabalho, modificando a estrutura familiar e afetando o cuidado do idoso mais dependente (NASRI, 2008, p. 5).

Apesar da família ser o elo mais próximo do idoso, a Lei nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, destaca que não é obrigação só da família promover e garantir os direitos da pessoa idosa, mas também da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar a efetivação dos direitos fundamentais à pessoa idosa (BRASIL, 2017).

Na esfera do Poder Público, o órgão de competência para garantir e prover o bem-estar social do idoso é a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) como órgão específico singular. Já a Biblioteca é de responsabilidade do Gabinete do Ministério, sendo um órgão de assistência direta e imediata (BRASIL, 2019c).

De acordo com o regimento interno, os atributos da Biblioteca estão direcionados ao acervo bibliográfico do MMFDH para disseminar a informação pertinente aos assuntos do órgão, promover o intercâmbio de informações, preservar e disseminar a informação para instituições nacionais e estrangeiras (BRASIL, 2019d).

Desse modo, pensa-se no desenvolvimento da coleção da Biblioteca, alinhado às temáticas das Secretarias. Logo, este capítulo tem como objetivo descrever a atual situação da coleção sobre Pessoa Idosa na Biblioteca do MMFDH para suporte informacional do Ministério e população em geral.

## 14.2 PESSOA IDOSA

No Brasil, o critério para considerar a pessoa idosa é baseado na idade cronológica do indivíduo, sendo apresentado na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, as quais consideram idosa a pessoa que atinge a idade igual ou superior a 60 anos.

Notari e Fragoso (2011) indicam que, na década de 1970, chama-se a atenção para as necessidades de proteger os direitos e bem-estar das pessoas de idade, iniciando as discussões sobre o envelhecimento com a I Conferência Internacional sobre Envelhecimento em 1972, a qual resultou no primeiro instrumento internacional intitulado Plano de Ação de Viena sobre Envelhecimento, levantando questões sobre nutrição, moradia, meio ambiente, família e bem-estar social.

Em 1990 reconhece-se o fenômeno do envelhecimento da população mundial e a necessidade de formular a proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas, instituindo a **Carta de Princípios para Pessoas idosas** em 1991, com quatro eixos de ação, sendo eles: independência, participação, cuidados especiais e dignidade.

Na II Conferência, em Madri, origina-se a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional de Madri sobre Envelhecimento, com atenção aos países em desenvolvimento, foco nos temas centrais aos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas idosas, e a eliminação de todas as formas de violência e discriminação contra esse segmento populacional. Em 2010, o Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas apresenta um estudo que aponta a necessidade de uma convenção internacional específica para os direitos das pessoas idosas (NOTARI; FRAGOSO, 2011, p. 264-266).

Silva (2007 *apud* NOTARI; FRAGOSO, 2011) faz alguns apontamentos em relação ao Plano de Viena, argumentando que os programas para a juventude eram vistos como investimento, enquanto os programas para pessoas idosas eram entendidos como gastos. E, sobre Plano de Madri, ressalta que compreende não os direitos da pessoa idosa, mas sim os direitos de envelhecer, de manter-se vivo, à integração e à independência, o direito a padrões de mercado, ao consumo, trabalho e outros direitos anteriormente usufruídos.

No Brasil, a preocupação do Governo com a parcela da população idosa ganha força depois da Assembleia de Viena em 1982, mas apenas em 1994 lançou-se a Política Nacional do Idoso. E, após a elaboração do Plano de Ação Internacional de Madri em 2002, surge o Estatuto do Idoso em 2003. A fim de assegurar financeiramente os projetos e ações para a defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa, institui-se o Fundo Nacional do Idoso em 2010 (NOTARI; FRAGOSO, 2011, p. 267-268).

A Política Nacional do Idoso, correspondente à Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. E, para garantir a execução da política, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura à pessoa idosa o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, e indica os benefícios e garantias específicos para o grupo (BRASIL, 2017).

No entanto, apesar da existência do Estatuto, Martins (2008) indica que, por meio de entrevistas em Núcleos de Convivência de Idosos no Município de São Paulo, apenas metade dos idosos conhece seus direitos, principalmente sobre a gratuidade no transporte e atendimento prioritário. A maioria ouviu falar do Estatuto, mas menos da metade havia lido o documento na íntegra ou parte dele. Com tal pesquisa, pode-se dizer que as ações para promover e defender os direitos da pessoa idosa alcançaram conquistas que devem ser comemoradas, mas há um longo caminho a ser percorrido.

### **14.3 SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**

A Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) é um órgão específico singular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ao qual compete, de acordo com o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, assistir o Ministro de Estado nas questões relativas aos direitos da pessoa idosa, incluindo coordenar, monitorar, avaliar e acompanhar ações de fortalecimento da Política Nacional do Idoso (PNI). As medidas, acordos e convênios de promoção, garantia e defesa da pessoa idosa, e desenvolver, implantar, monitorar e avaliar programas e projetos voltados à promoção e defesa dos direitos desse segmento populacional, bem como formular, apoiar, articular e avaliar políticas públicas de promoção dos direitos dos idosos, com base na perspectiva da família e vínculos familiares e na solidariedade intergeracional (BRASIL, 2019c).

Já Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) é um órgão superior de natureza e deliberação colegiada, permanente, paritária e deliberativa, integrante da estrutura regimental do MMFDH, cabendo-lhe elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional do Idoso, prestar assessoramento aos conselhos locais da pessoa idosa, apoiar a promoção de campanhas educativas sobre os direitos do idoso, realizar pesquisas e estudos sobre a situação do idoso no Brasil e manifestar sobre questões demandadas pelo MMFDH ou pela SNDPI (BRASIL, 2019a).

Dado que a SNDPI coordena, monitora e avalia ações e programas, vale apresentar o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável, instituído pelo Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019, cujo objetivo é proporcionar a inclusão digital e social da pessoa idosa para a participação em atividades de

saúde, tecnologia digital, educação e mobilidade física (BRASIL, 2019b). Mais especificamente, cada item do programa tem seu objetivo, como:

**Tecnologia:** promover a inclusão tecnológica e contribuição a todas as áreas da vida, como acesso de forma segura às redes sociais, aos caixas eletrônicos da rede bancária, totens de aeroportos, sistema eletrônico de catraca no transporte público, entre outros;

**Educação:** dirigida com foco na pessoa idosa para qualificar sua convivência familiar e comunitária, como alfabetização para a pessoa idosa, favorecendo os aspectos biológicos, psíquicos, cognitivos, físicos e sociais; educação financeira, proporcionando à pessoa idosa a capacidade para gerir seus recursos financeiros com responsabilidade, e compreensão das consequências do excesso de ofertas de crédito disponibilizadas pelas instituições financeiras;

**Saúde:** disseminar informações, conhecimentos, mediante palestras, debates e campanhas (relacionada a nutrição, prevenção de doenças crônicas, entre outras), na perspectiva do processo de envelhecimento, com ênfase na prevenção, como instrumentos alternativos para evitar cuidados paliativos;

**Mobilidade física:** disponibilizar à pessoa idosa prática de atividades físicas no cotidiano e lazer; atividades recreativas, com o objetivo de propiciar um envelhecer com bem-estar físico e psicossocial. (BRASIL, 2019e, p. 5).

A função da SNDPI em relação ao Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável é monitorar a execução do programa, o cadastramento e os Estados e Municípios contemplados com o programa.

## 14.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

A Biblioteca do MMFDH está em processo de estruturação. Possui sistemas informatizados para gestão do acervo físico e digital, pessoal qualificado para o processamento técnico e elaboração das políticas e diretrizes da Biblioteca.

Atualmente, o acervo físico é composto de exemplares dos títulos publicados pelo MMFDH, e suas secretarias de vinculação e de obras são doadas à Biblioteca após a avaliação da pertinência do conteúdo a temática. Sendo assim, a evolução e o desenvolvimento da coleção sobre Pessoa Idosa está se dando como anti-gamente, quando as Bibliotecas acumulavam e armazenavam toda a produção

editorial (WEITZEL, 2012 p. 180), com a diferença de que a Biblioteca do MMFDH atua ativamente no processo de disseminação do conhecimento produzido pelo Ministério sobre políticas públicas voltadas para Direitos Humanos.

Guinchat e Menou (1994, p. 45) consideram que uma coleção é o agrupamento de documentos que podem ter a mesma forma, objetivo e tema, mas com o conteúdo diferenciado. Em relação ao conteúdo, este pode ser avaliado a partir do

[...] assunto tratado, da forma de apresentação, da exaustividade, da acessibilidade, do nível científico, do grau de originalidade e de novidade, da idade das informações, em função da data de publicação do documento, e ainda do fato de o documento ter, em parte, ou essencialmente, dados numéricos. [...] um documento pode não trazer nenhuma informação nova, mas ser apresentado de forma mais clara e mais acessível a determinado público. Um documento antigo pode ter seu conteúdo completamente desatualizado, mas ser um testemunho importante de sua época. (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 46-47).

Com isso, justifica-se o armazenamento dos itens doados à Biblioteca do MMFDH sobre a temática da Pessoa Idosa. Para recuperar os itens da coleção referente ao assunto, pode ser utilizado o vocabulário controlado para buscar os itens nos sistemas informatizados.

### 14.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

Segundo Lancaster (2004), o vocabulário controlado é uma lista de termos autorizados que serve para o indexador atribuir os termos ao documento, com o objetivo de controlar sinônimos, diferenciar homógrafos, reunir ou ligar termos, cujos significados apresentam uma relação mais estreita. O autor indica que os principais tipos de vocabulários controlados são esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros.

Na Biblioteca do MMFDH são utilizados a Classificação Decimal de Dewey (CDD) como esquema de classificação, o Tesouro do MMFDH<sup>23</sup> — originado do Tesouro da Juventude — e o Controle de Autoridades do sistema Koha.<sup>24</sup>

---

23 Disponível em: <https://tesaurosjuventude.mdh.gov.br/vocab/index.php>. Acesso em: 22 maio 2020.

24 Disponível em: <https://Biblioteca.mdh.gov.br/cgi-bin/koha/opac-authorities-home.pl>. Acesso em: 22 maio 2020.

O desenvolvimento do tesouro envolve toda a equipe da Biblioteca, com a contribuição da sugestão de termos numa planilha eletrônica compartilhada, indicando o termo a ser utilizado e sua fonte. Após a sugestão, o termo é submetido à análise de uma especialista em tesouros, que controla a inclusão dos termos e suas relações no *software TemaTres*.

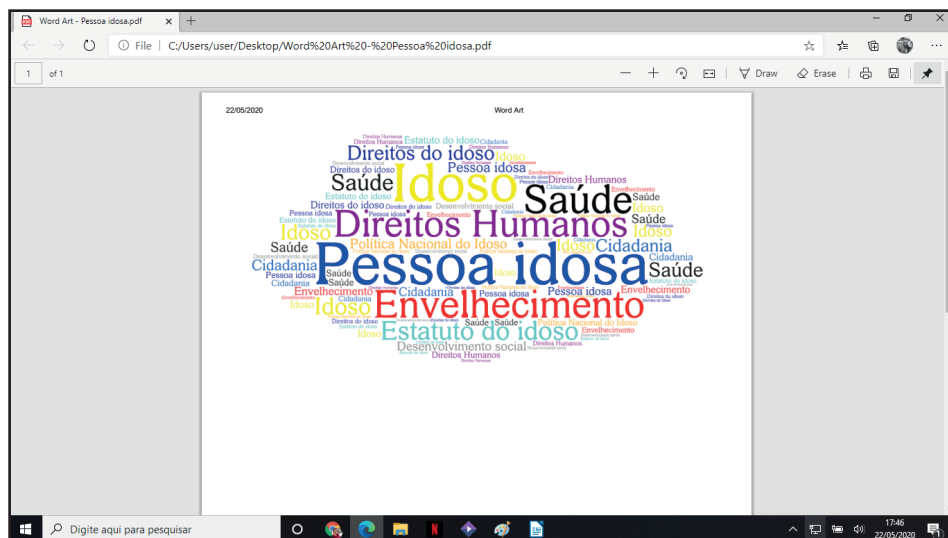
Em relação à Pessoa Idosa, o Tesouro do MMFDH apresenta os termos: discriminação, expectativa de vida, idoso, necessidades básicas do ser humano e seguridade social. No controle de assunto do sistema Koha, a partir da busca por **Palavras-chave e utilizando a expressão idoso OR idosa**, é possível visualizar na campo de refinamento os termos associados à Pessoa Idosa. A seguir, são apresentados a tabela com os 10 termos mais utilizados na indexação de assunto na coleção de Pessoa Idosa no sistema Koha e a nuvem de palavras.

**Tabela 14-1 - Termos associados à Pessoa Idosa no sistema Koha**

| Posição | Termo                      | Frequência de uso |
|---------|----------------------------|-------------------|
| 1       | Pessoa idosa               | 47                |
| 2       | Direitos Humanos           | 28                |
| 3       | Envelhecimento             | 26                |
| 4       | Idoso                      | 29                |
| 5       | Estatuto do Idoso          | 9                 |
| 6       | Direitos do idoso          | 8                 |
| 7       | Política Nacional do Idoso | 8                 |
| 8       | Saúde                      | 7                 |
| 9       | Cidadania                  | 5                 |
| 10      | Desenvolvimento social     | 5                 |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Figura 14-1 - Nuvem de palavras dos termos mais usados na indexação



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

## 14.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

Recentemente, a Biblioteca deu início à inclusão de publicações em seu acervo sobre a temática Pessoa Idosa, tendo em vista que em vários setores do MMFDH existem coleções com materiais relacionados às respectivas missões e, gradativamente, os materiais estão sendo tratados e incluídos no acervo da Biblioteca.

A quantidade de itens sobre Pessoa Idosa pode ser indicada a partir da busca por **Palavra-chave, com a expressão idoso OR idosa**. Assim, o sistema indica todos os registros que possuem o termo idoso ou idosa nos campos dos registros, sendo no título, no assunto, no resumo e nota de conteúdo. Como resultado, indicam-se 117 itens,<sup>25</sup> que são agendas, anais de conferências e seminários, relatórios e livros sobre o perfil, características e indicadores da pessoa idosa, guias de serviços e atenção à pessoa idosa.

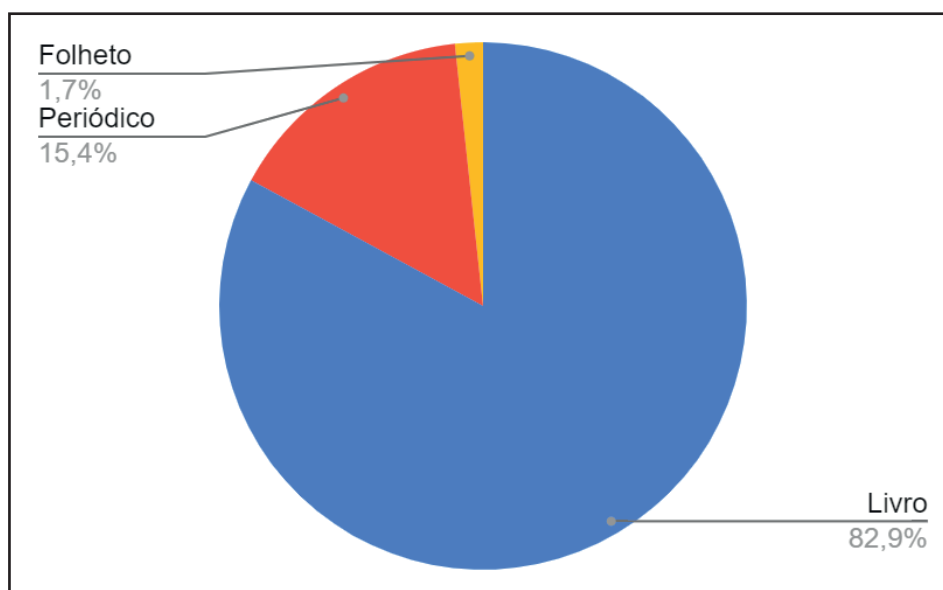
Para visualizar a proporção da coleção sobre pessoa idosa por tipo de material, são apresentados a tabela e o gráfico a seguir.

<sup>25</sup> Busca realizada no dia 22 de maio de 2020.

**Tabela 14-2 - Tipos de materiais da coleção física da Pessoa Idosa**

| <b>Tipo de material</b> | <b>Quantidade</b> | <b>Porcentagem</b> |
|-------------------------|-------------------|--------------------|
| Livro                   | 97                | 82,91%             |
| Periódico               | 18                | 15,38%             |
| Folheto                 | 2                 | 1,71%              |
| <b>Total</b>            | <b>117</b>        | <b>100,00%</b>     |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

**Gráfico 14-1 - Tipos de materiais da coleção física da Pessoa Idosa**

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

### 14.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

Segundo Cunha (2008), a Biblioteca digital tem um potencial informacional que dificilmente será alcançado por Bibliotecas tradicionais, isto é, Bibliotecas físicas, devido à informação ser entregue diretamente na mesa do usuário e estar disponível para acesso a qualquer momento. Além disso, é possível submeter outros formatos de documento e há a facilidade de criar coleções digitais com coleções temáticas, como é o caso Biblioteca Digital do MMFDH, que possui as comunidades temáticas e, dentro delas, as coleções.

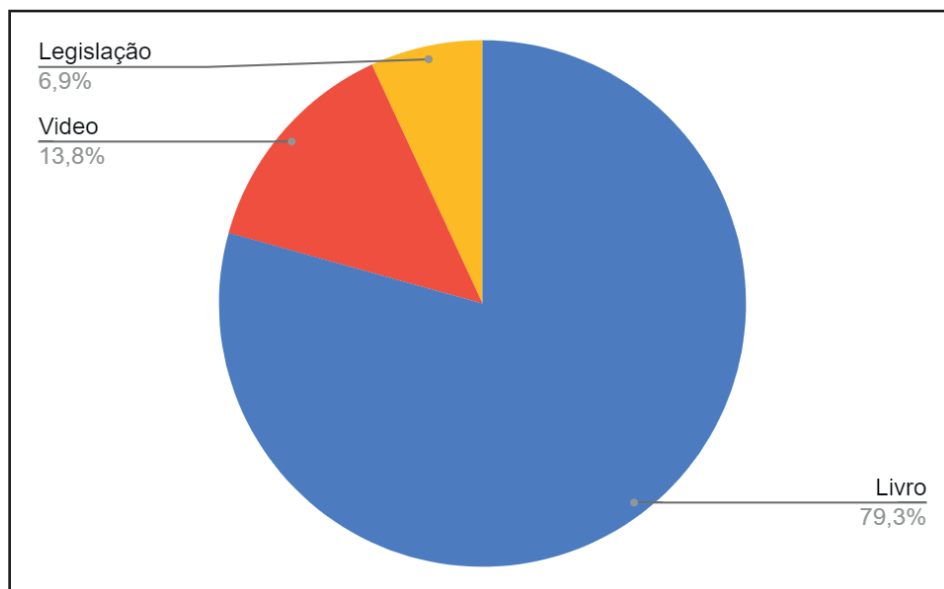
Referente à pessoa idosa, a Biblioteca Digital do MMFDH possui a comunidade Pessoa Idosa com a coleção Pessoa Idosa, a qual apresenta 29 itens<sup>26</sup>, sendo livros, vídeos e legislação. Para dimensionar a coleção digital, são apresentados a tabela e o gráfico a seguir.

**Tabela 14-3 - Tipos de recursos na coleção digital da Pessoa Idosa**

| Tipo de material | Quantidade | Porcentagem    |
|------------------|------------|----------------|
| Livro            | 23         | 79,31%         |
| Vídeo            | 4          | 13,79%         |
| Legislação       | 2          | 6,90%          |
| <b>Total</b>     | <b>29</b>  | <b>100,00%</b> |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

**Gráfico 14-2 - Tipos de recursos na coleção digital da Pessoa Idosa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

26 Quantitativo referente ao dia 22 de maio de 2020.

## 14.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas as funções que competem à SNPDI, ressaltando o gerenciamento e o apoio a projetos e ações, vale pensar no conteúdo dos recursos informacionais que são necessários à Secretaria e aos parceiros de projetos e ações. A troca de informações entre a Biblioteca, a SNPDI e os parceiros, tem como finalidade identificar as necessidades informacionais de cada grupo e guiar nas atividades, produtos e serviços da Biblioteca para garantir a eficiência no suporte informacional.

A respeito do vocabulário controlado, sobre a temática da pessoa idosa, este se encontra em construção na estrutura do tesouro. Mas, na coleção física, o controle de autoridades do sistema Koha ajuda na identificação dos termos utilizados e sua frequência de uso, enquanto a CDD organiza e agrupa os itens no acervo físico. E, em relação à coleção digital, o fato de agrupar as obras por coleção gera o índice de assunto já voltado para a coleção, indicando os termos nela presentes e sua frequência.

Contudo, pode-se dizer que a temática da pessoa idosa na Biblioteca do MM-FDH está em desenvolvimento, tanto nas coleções quanto no tesouro. Dado que a maioria dos itens são doações e obras elaboradas pelo Ministério, vale investir na compra de obras de referência, que possuem prestígio nacional e internacional, obras com conteúdo atualizado e recente, além das obras que são necessárias para a SNPDI exercer suas atribuições, como obras de gestão e administração de projetos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019**. Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável. Brasília: Presidência da República, 2019b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10133.htm). Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília: Presidência

da República, 2019c. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10174.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10174.htm). Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9893.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9893.htm). Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Portaria nº 3.136, de 26 de dezembro de 2019. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, seq. 1, ed. extra, n. 250-B, p. 3-35, 27 de dezembro de 2019d. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/755>. Acesso em: 6 maio 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. **Programa Viver**: envelhecimento ativo e saudável. Brasília: MMFDH, 2019e. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/339>. Acesso em: 22 maio 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das Bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5592>. Acesso em: 7 maio 2020.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1994. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1007>. Acesso em: 6 maio 2020.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 200-210, 1987. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101987000300005>. Acesso em: 4 maio 2020.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos, 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MARTINS, Maristela Santini. **Conhecimento de idosos sobre seus direitos**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/D.7.2008.tde-05052009-104744>. Acesso em: 4 maio 2020.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil: demografia e epidemiologia do envelhecimento. **Einstein**, São Paulo, v. 6, supl. 1, p. S4-S6, 2008. Disponível em: <http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

NOTARI, Maria Helena de Aguiar; FRAGOSO, Maria Helena J. M. de Macedo. A inserção do Brasil na política internacional de direitos humanos da pessoa idosa. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 259-276, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000100013>. Acesso em: 6 maio 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez., 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-37862012000300003>. Acesso em: 24 abr. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### Fernando de Jesus Pereira

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/5676432086598287>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0001-5587-4619>

### Profa. Dulce Maria Baptista

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no Dicionário de Escritores de Brasília.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>



### Como citar

PEREIRA, Fernando de Jesus; BAPTISTA, Dulce Maria. Pessoa idosa na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 237 – 250. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap2.secao2

---

---

# 15. A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres na coleção da Biblioteca da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Elton Mártires Pinto  
Bruna Larissa Sales de Lima  
Dulce Maria Baptista

## 15.1 INTRODUÇÃO

Desde 1980 os movimentos de mulheres têm articulado mudanças nas políticas para mulheres no Brasil. Esses movimentos impulsionaram discussões e criação de políticas públicas para as mulheres, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) (2003), atual Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) (2020); a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, convocada pelo Governo Federal (2004); a criação da Lei Maria da Penha (2006); e o estabelecimento da Coordenação Geral da Diversidade (2012).

Atualmente a SNPM está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e tem atuado a partir de três departamentos: Departamento de Políticas para as Mulheres e Relações Sociais (DPMRS); Departamento de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (DEV); e Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher (DPDM). Então, neste momento, a SNPM tem concentrado seus esforços em promover a igualdade

e equidade de gênero, bem como coibir a violência contra a mulher por meio de programas, projetos e campanhas da Secretaria.

Além disso, a SNPM, ao enfatizar a promoção da dignidade das mulheres, preocupa-se com a democratização do acesso à informação, isto é, procura estabelecer acesso aos produtos das políticas públicas às mulheres. Neste cenário, a Biblioteca do MMFDH é responsável pela coleta, seleção, processamento, armazenamento e compartilhamento das informações produzidas, discutidas e indicadas pela SNPM. Desse modo, este capítulo apresenta a coleção temática da SNPM na Biblioteca do MMFDH, perpassando o vocabulário controlado para descrição dos materiais, o acervo físico e a coleção digital, bem como discorre sobre as políticas públicas para as mulheres no Brasil e os trabalhos desenvolvidos atualmente pela SNPM.

## 15.2 POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Durante muito tempo o papel das mulheres na sociedade esteve atrelado a atividades domésticas; o do homem, por outro lado, era responsável por um núcleo familiar sustentado a partir de seu trabalho. Porém, nas últimas quatro décadas as discussões acerca das desigualdades entre homens e mulheres ganharam maior ênfase e, conseqüentemente, políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de assegurar os direitos das mulheres.

Os movimentos em prol dos direitos das mulheres tiveram papel fundamental durante as décadas de 1980 e 1990, pois foi nessa época que o debate sobre os direitos das mulheres passou, sobretudo, a tocar na questão do gênero. Esses movimentos articularam e propuseram políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social, entre outros (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Como mencionado anteriormente, em 2003, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio, foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), fundada com a missão de erradicar todas as formas de desigualdade que atingem as mulheres, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2003a). No entanto, Pontes e Damasceno (2017) atentam que a Lei nº 10.683 foi alterada pela Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a competência da SNPM e a transforma em Ministério.

Em 2004, o Governo Federal, sob a coordenação da até então SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), convocou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A convocação teve o objetivo de mobilizar mulheres de todo o país para discussão de políticas públicas e diretrizes, que posteriormente culminaram no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PONTES; DAMASCENO, 2017).

Em 2006, a Lei nº 11.340, de 22 de setembro de 2006, conhecida mundialmente como Lei Maria da Penha, instaurou no cenário político e jurídico mecanismos para prevenir e coibir a violência contra as mulheres no Brasil. A Lei nº 11.340/2006:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

Em 2012 foi criada a Coordenação Geral de Diversidade, passo que na visão de Pontes e Damasceno (2017) reafirmou o compromisso da Secretaria com a promoção de políticas para mulheres negras, indígenas, lésbicas, idosas e com deficiência, garantindo políticas que contemplassem diferenças e especificidades de todas as mulheres. Nesse sentido, as autoras ressaltam ainda a Proposta de Emenda à Constituição nº 487 (PEC das domésticas), que foi aprovada em Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013. A Emenda Constitucional nº 72/2013 “Altera a redação do parágrafo único do art. nº 7 da Constituição Federal (CF) para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais”.

Atualmente, a SNPM do MMFDH tem atuado na formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para as mulheres, como destacado a seguir.

## 15.3 SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) foi criada por meio da Medida Provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003, e convertida, posteriormente, na Lei nº 10.683, de 20 de maio de 2003 (BRASIL, 2003a, b). Conforme descrito no art. nº 22 da Lei nº 10.683/2003, as competências previstas para a SNPM incluem:

Assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do Governo Federal e demais esferas de Governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias (BRASIL, 2003a).

Nesse sentido, cabe à SNPM a formulação, coordenação e articulação de políticas públicas que visem à dignidade de todas as mulheres do Brasil. Para tal, a Secretaria está estruturada em três departamentos: Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais (DPMRS); Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (DEV); e Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher (DPDM).

Ao Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais compete:

I - promover diretrizes sobre condições de trabalho digno e oportunidades de projeção econômica e social para as mulheres, levando em consideração suas diferenças e necessidades específicas; II - formular políticas e desenvolver, implementar, apoiar, monitorar e avaliar ações para as mulheres nas áreas de trabalho e projeção econômica, de forma direta ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; III - planejar, coordenar e avaliar iniciativas de conciliação trabalho-família, que favoreçam um modelo de corresponsabilidade nas relações familiares; IV - promover diretrizes referentes à contribuição da mulher no desenvolvimento da sociedade, com

respeito à sua dignidade e às especificidades de suas realidades interpessoal, familiar e social; V - desenvolver, apoiar e disseminar estudos, projetos e pesquisas para subsidiar as definições de políticas para as mulheres e a sua participação social; e VI - formular políticas e desenvolver, implementar, apoiar, monitorar e avaliar ações referentes à contribuição social da mulher (BRASIL, 2019, *on-line*).

Quanto ao Departamento de Enfrentamento à Violência contra a Mulher compete:

I - promover diretrizes de combate e prevenção de todas as formas de violência contra a mulher, com vistas a criar condições de paz nas relações interpessoais e sociais, defendendo a dignidade, a vida e a liberdade da mulher; II - aprimorar, formular, desenvolver, implementar, apoiar, monitorar e avaliar políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com vistas à prevenção, ao combate à violência, à assistência e à garantia de direitos àquelas em situação de violência; III - efetivar iniciativas destinadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, de forma direta ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes federativos, ou organizações não governamentais; IV - coordenar e monitorar os contratos, os convênios, os acordos, os ajustes ou os instrumentos congêneres relacionados com o Programa Mulher Viver sem Violência; V - planejar, coordenar e avaliar as atividades das Casas da Mulher Brasileira; VI - coordenar, de modo articulado com os demais órgãos dos Poderes Públicos estadual, distrital e municipal, a formulação de conteúdos programáticos, normas técnico-gereciais, métodos e instrumentos que orientem a criação e o fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres e de conselhos estaduais, distrital e municipais de direitos da mulher; VII - articular-se com os demais órgãos dos Poderes Públicos estadual, distrital e municipal na promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres; e VIII - promover e articular a formação e a capacitação de agentes públicos nos três níveis de Governo em políticas sobre as mulheres (BRASIL, 2019, *on-line*).

Já ao Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher compete:

I - promover diretrizes e defender cada mulher no exercício de sua dignidade humana, a fim de que sejam respeitadas as suas dimensões individual, familiar e social, que considerem as mulheres em sua integralidade; II - promover diretrizes e defender os direitos das mulheres para ampará-las no exercício de sua maternidade, desde a gestação até o cuidado com os filhos; III - formular e articular políticas para as mulheres na área

materno-infantil, em atenção integral aos estágios de gravidez, parto, puerpério da mulher e na realidade de cuidados dos primeiros anos de vida dos filhos, e na colaboração da garantia do direito das crianças ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis; IV - promover diretrizes e defender as diversas realidades e desafios socioculturais das mulheres, com respeito à dignidade da mulher; V - desenvolver, implementar, monitorar e avaliar, em articulação com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, programas e políticas públicas referentes às mulheres quilombolas e de comunidades tradicionais, sem prejuízo a outras realidades socioculturais; e VI - formular e articular políticas em atenção aos desafios sociais específicos à realidade feminina, em especial às mulheres em situações de privação de liberdade, de rua, itinerância e abandono familiar, sem prejuízo a qualquer outra forma de vulnerabilidade social (BRASIL, 2019, *on-line*).

Além do DPMRS, DEV e DPDM, há também os órgãos específicos singulares, explicitados na seção II do Regimento Interno do MMFDH. Os órgãos e suas competências estão transcritos no Quadro 15-1, a seguir.

#### Quadro 15-1 - Competências dos Órgãos Específicos Singulares

|  |   |
|--|---|
| Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SAE   | I - desenvolver, apoiar e disseminar estudos, projetos e pesquisas sobre temáticas de gênero, trabalho e autonomia das mulheres, para subsidiar definições de políticas para as mulheres e sua participação social; II - formular políticas e desenvolver, implementar, apoiar, monitorar e avaliar programas e projetos para as mulheres nas áreas de trabalho e autonomia econômica, diretamente ou em parceria com organismos governamentais e não governamentais; III - apoiar os eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres relativos aos temas de competência da Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; IV - coordenar as atividades do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo - CGUT; e V - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Ministra de Estado Chefe. |
| Secretaria Adjunta de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres | I - assessorar a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; II - realizar o planejamento da gestão interna da SAE; III - elaborar fluxos e rotinas de trabalho da SAE; IV - realizar articulação política e administrativa da SAE; V - decidir sobre a execução orçamentária da SAE; VI - acompanhar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos assuntos concernentes à SAE; VII - elaborar e acompanhar os acordos de cooperação firmados pela SAE; VIII - articular e acompanhar a execução de projetos junto aos Estados e Municípios; IX - acompanhar os processos de licitação relativos à SAE em andamento; XI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres.                                      |

|   |   |
|---|---|
| <p>Coordenação-Geral de Autonomia Econômica das Mulheres</p>            | <p>I - assessorar a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; II - formular políticas, desenvolver e implementar programas e ações de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, geração de renda e empreendedorismo; III - colaborar para a articulação com os demais entes do Governo Federal para a formulação e a implementação de políticas relacionadas à autonomia econômica de mulheres; IV - coordenar o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; V - acompanhar a execução do objeto conveniado e verificar a regular aplicação das parcelas de recursos nos convênios celebrados pela SAE; VI - formular, desenvolver e acompanhar políticas voltadas à ampliação de direitos sociais ligados à autonomia econômica das mulheres; e VII - colaborar para a formulação e acompanhamento de ações do legislativo e do judiciário no âmbito dos direitos sociais diretamente ligados à autonomia econômica das mulheres. VI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres.</p> |
| <p>Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas</p>                         | <p>I - assessorar a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; II - desenvolver estudos, projetos e pesquisas sobre temáticas de gênero, trabalho e autonomia das mulheres; III - apoiar a coordenação das atividades do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo - CGUT; IV - elaborar proposta de edital e normativas internas para a celebração de convênios relativos à promoção de autonomia econômica das mulheres; V - coordenar as atividades de seleção, análise e gestão de convênios, acordos e instrumentos similares; VI - analisar, do ponto de vista do cumprimento do objeto, a prestação de contas dos convênios celebrados pela SAE; VII - articular e acompanhar a execução de projetos da SAE junto aos Estados e Municípios; e VIII - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres.</p>  |
| <p>Coordenação-Geral de Direitos do Trabalho das Mulheres</p>           | <p>I - assessorar a Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres; II - formular, desenvolver e acompanhar políticas voltadas à ampliação de direitos trabalhistas das mulheres; III - colaborar para a formulação e acompanhamento de direitos trabalhistas das mulheres no Governo Federal em parceria com outros órgãos e ministérios; IV - monitorar, acompanhar e fiscalizar os convênios, inclusive a regular aplicação das parcelas de recursos, assim como avaliar os seus resultados; V - colaborar para a formulação e acompanhamentos de ações do legislativo e do judiciário no âmbito dos direitos trabalhistas das mulheres; e VI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres.</p>   |
| <p>Coordenação de Apoio à Autonomia Econômica das Mulheres</p>          | <p>I - apoiar o desenvolvimento e o acompanhamento de políticas e programas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, geração de renda e empreendedorismo; II - apoiar a formulação de ações de políticas de ampliação de direitos sociais que estejam diretamente ligadas à autonomia econômica das mulheres; III - monitorar, acompanhar e fiscalizar os convênios, inclusive a regular aplicação das parcelas de recursos, assim como avaliar os seus resultados; e IV - apoiar as atividades gerais da SAE.</p>   |
| <p>Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – SEV</p> | <p>I - formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres que visem à prevenção, combate à violência, assistência e garantia de direitos àquelas em situação de violência; II - desenvolver, implementar, monitorar e avaliar programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da federação ou organizações não governamentais; III - planejar, coordenar e avaliar as atividades da central de atendimento à mulher; IV - executar e monitorar o Programa Mulher: viver sem Violência; e IV - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Ministra de Estado Chefe.</p>  |

|  |  |
|--|--|
| Secretaria Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres | I - realizar o planejamento da gestão interna da SEV; II - elaborar fluxos e rotinas de trabalho da Secretaria; III - realizar articulação política e administrativa da Secretaria; IV - decidir sobre a execução orçamentária da Secretaria; V - acompanhar e monitorar o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; VI - elaborar e acompanhar os Acordos de Cooperação firmados pela Secretaria; VII - articular e acompanhar a execução de projetos junto aos Estados e Municípios; VIII - acompanhar os processos das licitações em andamento; IX - compilar os dados sobre violência contra as mulheres; e X - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.   |
| Diretoria do Programa “Mulher: Viver sem Violência”                | I - elaborar o Planejamento do Programa Mulher: Viver sem Violência; II - dirigir, orientar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos parceiros das ações do Programa; III - coordenar a execução do Programa; IV - supervisionar a execução orçamentária do Programa; V - exercer funções gerencial, operacional e de articulação com parceiros; VI - dirigir os processos de contratações e repasses de recursos vinculados ao Programa; VII - exercer outras atribuições vinculadas ao Programa, delegadas pela Secretária de Enfrentamento à Violência; VIII - representar a Secretaria no tocante ao Programa Mulher Viver sem violência; e IX - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.   |
| Coordenação da Central de Atendimento à Mulher                     | I - coordenar a manutenção e funcionamento e aprimoramento da central; II - acompanhar o funcionamento do Sistema Integrado de Atendimento à Mulher e propor o seu aperfeiçoamento; III - elaborar, implementar e monitorar as diretrizes temáticas e de procedimentos para a realização do atendimento pela Central; IV - elaborar e implementar o programa de qualificação permanente da equipe da Central; avaliar o rendimento e aperfeiçoamento da equipe de atendimento da Central; V - elaborar material e articular com parceiros a realização de cursos de aprimoramento para as diferentes equipes da Central; VI - subsidiar a produção e análise dos dados, informações e indicadores sobre violência contra a mulher a partir do registro do atendimento prestado pela Central; VII - articular com parceiros a definição, desenvolvimento e pactuação de protocolos sobre o atendimentos e encaminhamentos da Central; VIII - gerir os Contratos, licitações, termos de referência e fiscalizações referentes à operação da Central; IX - subsidiar a Secretária nas decisões referentes à Central; X - representar a Secretaria no tocante ao atendimento prestado por meio da Central; e XI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. |
| Conselho Nacional da Mulher  | Cabe exercer as competências estabelecidas na Lei n.º 7.353, de 29 de agosto de 1985, e no Decreto n.º 6.412, de 25 de março de 2008.  |

Fonte: Adaptado do Regimento Interno do MMFDH (2019b, on-line).

A SNPM é também responsável por gerenciar os Organismos de Políticas para Mulheres (OPM). Os OPM<sup>27</sup> são responsáveis pela execução das políticas públicas que objetivam garantir direitos, promover equidade e igualdade de gênero e incorporar as mulheres como indivíduos políticos. Desse modo, a institucionalização dos OPM deve considerar as demandas sociais e políticas das mulheres em áreas como educação, trabalho, saúde, enfrentamento à

27 Os OPM estão nos três níveis: Municipal, Estadual e Federal.

violência, segurança pública, participação política e desenvolvimento econômico (BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Ademais, a SNPM colabora com programas que objetivam combater a violência contra a mulher. Em 2013, a Secretaria lançou o Programa<sup>28</sup> **Mulher, Viver sem Violência**, visando integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação de atendimentos especializados na esfera da saúde, da justiça, da segurança pública e da promoção de autonomia financeira.

Em 2016, por sua vez, a SNPM apoia o **Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência (PPA 2016-2019)**,<sup>29</sup> que promove, a partir do objetivo 0931:

[...] autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país (BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2020, on-line).

Ainda no tocante ao combate da violência contra a mulher, o objetivo 0998 do PPA 2016-2019 é a ampliação da Central de Atendimento à Mulher (180). É um serviço 24h de utilidade pública gratuito e confidencial, oferecido pela Secretaria Nacional de Políticas e que tem como objetivo receber denúncias de violência, bem como orientar mulheres sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário (BRASIL, 2020).

---

28 A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013 Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013.

29 Os objetivos do Programa 2016 estão disponíveis em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/acoes-e-programas/portaria-monitoramento-ppa-2016-2019-anexos-i-viii.pdf>.

## 15.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

### 15.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

O tesauro<sup>30</sup> utilizado na Biblioteca do MMFDH possui como meta-termos “Criança e Adolescente, Juventude, Idosos, Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Mulheres, Família e Direitos Humanos”. No âmbito da SNPM foram recuperados, em 23/05/2020, 59 descritores associados à temática “Mulheres”. Até esse período, os termos mais utilizados são:

- Mulheres (342);
- Mulher (91);
- Mulheres na política (83);
- Direitos Sexuais e Reprodutivos (59);
- Mercado de Trabalho (54);
- Crime sexual (45);
- Aborto (44);

### 15.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

A Biblioteca do MMFDH é uma fonte informacional que apoia o desenvolvimento das atividades das Secretarias e do Ministério. Para tal, a Biblioteca coleta, seleciona, organiza, processa e compartilha registros informacionais sobre as temáticas Criança e Adolescente, Juventude, Idosos, Pessoa com Deficiência, Igualdade Racial, Mulheres, Família e Direitos Humanos. Em 23/05/2020, ao pesquisar na coleção de Políticas para as Mulheres pelos descritores mais utilizados na indexação, foram recuperados 3101 documentos, como demonstrado na Tabela 15-1, abaixo.

---

30 Durante o período de escrita deste capítulo o tesauro estava em processo de desenvolvimento e implementação.

**Tabela 15-1 - Tabela de Assunto “Mulheres”**

| <b>Descritores principais</b>   | <b>Quantidade</b> |
|---------------------------------|-------------------|
| Mulher                          | 1629              |
| Mulheres                        | 848               |
| Mercado de Trabalho             | 317               |
| Mulheres na Política            | 124               |
| Crime Sexual                    | 72                |
| Direitos Sexuais e Reprodutivos | 64                |
| Aborto                          | 47                |
| <b>Total</b>                    | <b>3101</b>       |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

No tocante à tipologia documental, o descritor “Mulheres” recuperou até 23/05/2020 materiais em formato livro, periódico, folheto e referência, totalizando 848 itens, como representado na Tabela 15-2, a seguir.

**Tabela 15-2 - Tipologia Documental: Mulheres**

| <b>Tipo de documento</b> | <b>Quantidade</b> |
|--------------------------|-------------------|
| Livro                    | 614               |
| Periódico                | 138               |
| Folheto                  | 104               |
| Referência               | 1                 |
| <b>Total</b>             | <b>848</b>        |

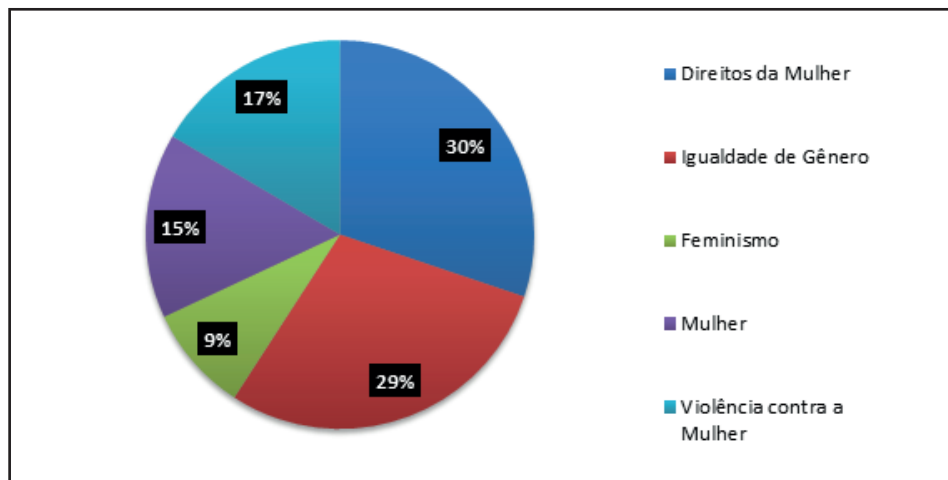
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

### 15.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

A Biblioteca digital é uma importante ferramenta para a disseminação da informação, uma vez que possibilita o acesso aos recursos de modo remoto. A Biblioteca digital do MMFDH tem atuado no desenvolvimento de coleções no tocante às temáticas do Ministério. No caso da SNPM, a coleção da Biblioteca tem perpassado tópicos relacionados à igualdade de gênero, saúde da mulher,

enfrentamento à violência contra a mulher, entre outros, como apresentado no Gráfico 15-1, abaixo.

**Gráfico 15-1 - Coleção Digital Mulher**



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Levando em consideração o vocabulário controlado, o acervo físico e a coleção digital concernente à SNPM, ou seja, à temática mulher, é possível observar que embora a Biblioteca do MMFDH seja recente e esteja em processo de estruturação, a instituição já tem contribuído em importante escala para a disseminação de informações que são produto de políticas públicas, bem como tem apoiado a SNPM no desenvolvimento de suas atividades.

## 15.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o MMFDH tem atuado nas temáticas de gênero, família, criança e adolescente, juventude, idosos, pessoas com deficiência, igualdade racial, família e direitos humanos. No tocante à temática gênero, a SNPM tem trabalhado em direção à articulação de políticas públicas que abarquem todas as mulheres brasileiras.

A articulação de políticas públicas tem ocorrido principalmente por meio de campanhas, projetos e programas. Desse modo, para disseminar informações sobre a temática, bem como democratizar o acesso ao conhecimento,

a Biblioteca do MMFDH tem desenvolvido coleções físicas e digitais fundamentadas na SNPM.

Sendo assim, a Biblioteca tem desenhado e implementado o tesauro com termos descritores que abrangem toda a coleção, assim como coletado, selecionado, processado, armazenado e disponibilizado materiais produzidos e indicados pela SNPM, convertendo-se não somente em recurso informacional, mas também em prestadora de apoio institucional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto no 8.086, de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. Edição Extra, 30 ago. 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8086.htm). Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Decreto no 9.673, de 2 de janeiro 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. Edição Extra 1-C, 2 jan. 2019a. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633641](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633641). Acesso em: 1 jul. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional no 72, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. 63, p. 6, 3 abr. 2013. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. 102, p. 2-9, 29 maio 2003a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seq. 1, n. 151, p. 4, 8 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Medida Provisória no 103, de 1º de janeiro de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seq. 1, 1 jan. 2003b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas\\_2003/103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Portaria no 3.136, de 26 de dezembro de 2019. Aprova o Regimento Interno do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, seq. 1, p. 27, 26 dez. 2019b. Disponível em: [http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.136-de-26-de-dezembro-de-2019-\\*-237663194](http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.136-de-26-de-dezembro-de-2019-*-237663194). Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Organismos de políticas para as mulheres. 2020. Disponível em: <http://www.naosecale.ms.gov.br/organismos-de-politicas-para-mulheres/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Programa 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/Acesso/acoes-e-programas/portaria-monitoramento-ppa-2016-2019-anexos-i-viii.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca Digital. 2020. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. O que é a Central de atendimento à Mulher - Ligue 180? 2020. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. [Institucional]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Programas e ações da SPM. [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/acoes-e-programas/programas-e-acoes-da-spm>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PONTES, D.; DAMASCENO, P. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2017. Disponível em: [http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593\\_ARQUIVO\\_artigomundodasmulheres.pdf](http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498660593_ARQUIVO_artigomundodasmulheres.pdf). Acesso em: 1 jul. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### **Elton Mártires Pinto**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Bacharel em Biblioteconomia também pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0079746446660087>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>

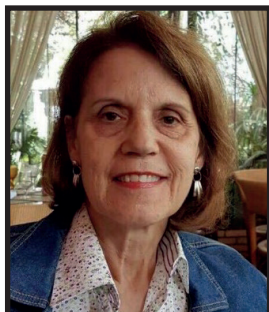
### **Bruna Larissa Sales de Lima**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/3184960829364559>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0002-3392-6921>



**Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no *Dicionário de Escritores de Brasília*.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>

**Como citar**

LIMA, Bruna Larissa Sales de; PINTO, Elton Mártires, BAPTISTA, Dulce Maria. Pessoa idosa na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 251 – 266. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap3.secao2

---

---

# 16. A Secretaria Nacional da Juventude na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Priscila Rodrigues dos Santos  
Tatyane Guedes Martins da Silva  
Noely Gomes de Lima  
Dulce Maria Baptista

## 16.1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1990 surgiram as primeiras políticas públicas orientadas para os jovens, introduzindo assim um olhar sobre esse público e a necessidade de compreender os seus aspectos e particularidades (MOREIRA; ROSÁRIO; SANTOS, 2011). A juventude não possui um único conceito, como levantado por Dayrell (2002). Não se pode falar de juventude, mas sim de juventudes, pois aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos fazem com que em cada lugar haja um tipo de juventude. De uma forma mais ampla, juventude é

[...] o período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2004, p. 23).

Em âmbito nacional, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH) é responsável pela articulação interministerial e intersetorial nessa temática, contribuindo na promoção e desenvolvimento de políticas públicas para a juventude. Entre as suas secretarias, encontra-se a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), criada em 2005 por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho. A SNJ tem como objetivo “[...] promover pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, além de elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Juventude” (BRASIL, 2019, *on-line*).

Tanto o Ministério quanto a SNJ produzem e disponibilizam informações sobre temas relacionados aos jovens com objetivo de tornar acessível o conhecimento para toda a sociedade, independentemente da finalidade do seu uso. Sendo assim, a Biblioteca é um mediador entre a informação e o usuário, tornando-se um local de organização, preservação e disseminação dos conteúdos elaborados pelo MMFDH e suas secretarias.

Em vista disso, este capítulo abordará brevemente o conceito de juventude, tratará sobre a secretaria que atua na temática de juventude no MMFDH e apresentará o trabalho da Biblioteca em relação ao tratamento das informações relacionadas à temática no Ministério.

## 16.2 JUVENTUDE

Em 2017, dados estatísticos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a população de jovens brasileiros é de aproximadamente 51 milhões de pessoas com a idade entre 15 e 29 anos. Além disso, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Seminário Juventude Brasileira: Novos Desafios às Políticas Públicas, realizado no ano de 2016, apresentou dados levantados pelo pesquisador Enid Rocha sobre a juventude brasileira:

Em 2013, os jovens de 12 a 18 anos incompletos correspondiam a 21 milhões de pessoas no Brasil, cerca de 11% da população, com concentração na região Sudeste, 38,7%, seguida da região Nordeste, 30,4%. A maior parte dos jovens são negros (64,87%), 58% mulheres e a imensa maioria (83,5%) é pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a 1 salário mínimo (IPEA, 2016, *on-line*).

Conforme os dados apresentados, a juventude representa uma parcela significativa da população brasileira. Muitos autores, como Dadoun (1998), Abramovay (2005), León (2005), Savagem (2009) e Kehl (2004) discutem o conceito de juventude e suas peculiaridades, que são ressignificadas conforme o contexto histórico vivenciado.

Para Dayrell, Gomes e Leão (2005, p. 1), um dos conceitos mais conhecidos sobre a juventude é “[...] a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um ‘vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente”. Corroborando essa ideia, Abramo (2008, p. 110) trata a juventude na sociedade moderna como “[...] um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social”.

No documento **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**, elaborado pelo Conselho Nacional de Juventude em (2006), jovem é definido como sendo “[...] o cidadão ou cidadã, com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos” (BRASIL, 2006, p. 5).

Entretanto, como salienta Silva e Silva (2011), mesmo que o termo juventude englobe pessoas de mesma faixa etária, os jovens possuem características distintas, pertencentes ao contexto em que vivem. Atualmente, o uso da expressão “juventudes”, no plural, demonstra as várias dimensões em que o jovem está inserido, tais como o local de moradia, a cor da pele, o gênero, a classe social, entre outros (RIBEIRO, LÂNES; CARRANO, 2005).

Tendo em vista a complexidade do tema, o Ministério, por meio da SNJ, entende o conceito de juventude de maneira plural, buscando atender todos os jovens sem distinção de raça, cultura, gênero ou classe social.

## 16.3 SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE

Desde 2 de janeiro de 2019, através do Decreto nº 9.673, a SNJ está diretamente ligada ao MMFDH, atuando em todas as questões voltadas aos jovens.

Em parceria com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)<sup>31</sup> e apoiado pelo Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve),<sup>32</sup> a SNJ vem desenvolvendo trabalhos voltados a políticas públicas para a juventude e programas a favor da juventude brasileira, assim como a representatividade juvenil. A Secretaria também é responsável por pesquisas relacionadas aos jovens no Brasil e, por meio dessas pesquisas, desenvolve diagnósticos que ajudarão na construção de Políticas Nacionais.

Essas ações realizadas pela Secretaria visam, principalmente, fornecer condições igualitárias aos jovens brasileiros. Assim, seus principais programas incluem disponibilização e acesso à tecnologia, educação, cultura e lazer. O Programa Estação Juventude 2.0, por exemplo, busca divulgar para os jovens de 15 a 29 anos “[...] as possibilidades de fortalecimento de seus direitos em sua região. É também um espaço onde o jovem pode se capacitar e obter informações atualizadas sobre políticas públicas e programas voltados para a juventude” (BRASIL, 2020, *on-line*). O Programa Estação Juventude 2.0 também atua em questões relacionadas ao empreendedorismo, saúde e educação dos jovens.

Outro programa importante, executado pela SNJ, é o Projeto Espaço 4.0, que trata basicamente da possibilidade de jovens, principalmente de baixa renda, terem acesso a novas tecnologias, incentivando capacitação técnica e desenvolvimento tecnológico no país. Conta não só com materiais, mas também com todo o ambiente adequado para a realização de tais atividades.

Os conteúdos e materiais em formato físico e/ou digital que são produzidos pelos programas, projetos e ações institucionais da Secretaria encontram-se organizados no acervo da Biblioteca do MMFDH. O acesso ao material pode ser feito na própria Biblioteca ou virtualmente, por meio da Biblioteca Digital (BD),<sup>33</sup> por qualquer pessoa que tenha interesse na temática.

---

31 Foi criado em 2005 pela mesma lei que instituiu a SNJ.

32 Tem o objetivo de manter as ações e políticas públicas em favor da juventude a um âmbito nacional. O Sistema contempla áreas como a participação social, principalmente de jovens, para a criação, disseminação, avaliação e controle de políticas públicas para a juventude.

33 Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/>.

## 16.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

A Biblioteca MMFDH, como ambiente de organização, preservação e disseminação da informação, disponibiliza para o seu público interno e externo acervo físico e digital com conteúdos elaborados pelo MMFDH e suas secretarias. Tanto o acervo físico como o digital e o tesouro seguem critérios previamente estabelecidos pela Biblioteca do MMFDH, por meio de políticas de desenvolvimento de coleções e manuais com instruções de preenchimento dos metadados. Essas ações são realizadas com o objetivo de padronizar os registros da informação e possibilitar uma recuperação com qualidade dos conteúdos pelos usuários, trazendo assim efetividade na prestação de serviços pela Biblioteca e proporcionando uma melhoria contínua em suas atividades informacionais. Nesse tópico serão apresentados o tesouro da Biblioteca e o acervo físico e digital, que contemplam coleções especializadas na área da juventude.

### 16.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

Sales e Café (2009) definem tesouro como:

[..] vocabulários controlados formados por termos-descritores semanticamente relacionados, e atuam como instrumentos de controle terminológico. Os tesouros podem estar estruturados hierarquicamente (gênero-espécie e todo-parte) e associativamente (aproximação semântica), e são utilizados principalmente para indexar e recuperar informações por meio de seu conteúdo.

O Tesouro de Juventude<sup>34</sup> é uma ferramenta para pesquisas que permite a consulta de termos que são utilizados para descrever conteúdos disponíveis no acervo da Biblioteca do MMFDH. O tesouro tem como finalidade descrever um documento de forma concisa e com a especificidade necessária que proporcione uma recuperação eficaz e eficiente para o usuário. Além disso, apresenta dinamicidade de descritores que cobrem de forma extensiva e adequada os perfis temáticos das coleções disponíveis na Biblioteca MMFDH.

O tesouro apresenta 876 termos que estão no singular, são organizados em ordem alfabética e possuem relação hierárquica, ou seja, reúnem conceitos que têm características comuns, além de níveis de generalidade e especificidade entre si.

---

34 Disponível em: <https://tesaurosjuventude.mdh.gov.br/vocab/index.php>.

A seguir, serão apresentados oito exemplos de descritores gerais que representam a coleção de juventude.

- Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens
- Combate à violência
- Condição juvenil
- Educação
- Juventude brasileira, africana, argentina...
- Necessidades básicas
- Políticas públicas
- Seguridade social

O Tesouro da Juventude controla sinônimos e termos não autorizados e auxilia para a padronização dos assuntos do documento. Assim, o usuário pode recuperar todos os documentos que tratam sobre juventude, tanto na coleção física, que utiliza o sistema Koha, quanto na coleção digital que usa o DSpace.

## 16.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

A Biblioteca do MMFDH disponibiliza, por meio do *software* livre Koha, a coleção física sobre a juventude com conteúdos que dizem respeito à educação, trabalho, proteção à juventude, aspectos psicológicos, diversidade sexual, aspectos raciais, direito juvenis, condições sociais, políticas públicas, educação sexual, jovens no esporte, drogas, juventude rural, combate à violência, serviço social e saúde.

O acervo físico é composto por livros, periódicos, folhetos e outros materiais. A coleção da juventude é multidisciplinar, pois abarca assuntos de diversas áreas para subsidiar os trabalhos do Ministério e dos demais servidores ligados à temática, com a profundidade e a atualidade necessárias, em razão da diversidade e da complexidade do tema.

A SNJ é autora e organizadora de materiais que se referem à juventude, e a Biblioteca do MMFDH é responsável pela preservação da memória editorial

MMFDH, sendo a guardiã de exemplares dos títulos publicados na secretaria em versão impressa ou digital. Ao realizar buscas pelos termos<sup>35</sup> “SNJ” e “Secretaria Nacional de Juventude” obteve-se a recuperação de 52 resultados publicados de elaboração da Secretaria. Além disso, os assuntos mais recorrentes na produção intelectual sobre a juventude são “políticas públicas” e “juventude brasileira”. Ao realizar a busca refinada por “assunto exato”, foi obtido o seguinte resultado:

**Tabela 16-1 - Descritores mais utilizados na coleção de Juventude**

| <b>Assuntos principais</b>      | <b>Física</b> |
|---------------------------------|---------------|
| Políticas públicas de juventude | 123           |
| Juventude brasileira            | 55            |
| <b>Total de descritores</b>     | <b>178</b>    |

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

O número total de itens recuperados que tratam sobre políticas públicas de juventude e a juventude brasileira foi de 178 itens. Dentre esses 178 itens, foi possível notar que 165 possuem seus conteúdos registrados em livros, 11 em folhetos e dois em periódicos.

**Tabela 16-2 - Tipos de materiais recuperados sobre Políticas Públicas de Juventude e sobre a Juventude Brasileira**

| <b>Tipo de material</b> | <b>Física</b> |
|-------------------------|---------------|
| Livro                   | 165           |
| Periódico               | 2             |
| Folheto                 | 11            |
| <b>Total</b>            | <b>178</b>    |

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

35 A busca pelos termos foi realizada no dia 28 de abril de 2020.

### 16.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

A Biblioteca Digital MMFDH (BD-MMFDH) é uma plataforma de pesquisa gerenciada pelo DSpace que compartilha informações e divulga a produção bibliográfica de assuntos referente à mulher, família, pessoa com deficiência, igualdade racial, idoso, criança e adolescente e direitos humanos. Os temas estão divididos em onze coleções. Cada coleção possui sua própria página de entrada; com isso, o usuário pode ter acesso a informações, notícias e *links* que refletem os interesses de determinada coleção. A coleção com conteúdos sobre a juventude encontra-se na Comunidade Juventude. Segundo a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do MMFDH (BRASIL, 2020, p. 8), essa coleção:

[...] reúne, preserva e disponibiliza a produção intelectual da SNJ, além de resgatar o histórico da Instituição, com todos os resultados dos trabalhos desenvolvidos, ações, atividades, projetos e de todo o conteúdo produzido, contribuindo para o aumento de sua credibilidade e visibilidade. Inclui e disponibiliza documentos oficiais e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionadas à juventude. Como também das publicações editadas, por outros organismos internacionais que fazem parte do Sistema ONU e da Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ).

A comunidade Juventude está dividida em três subcomunidades. Tratam-se de ações institucionais, ações internacionais e ações nacionais que têm como público os jovens. Essas subcomunidades e suas coleções são divididas da seguinte forma:

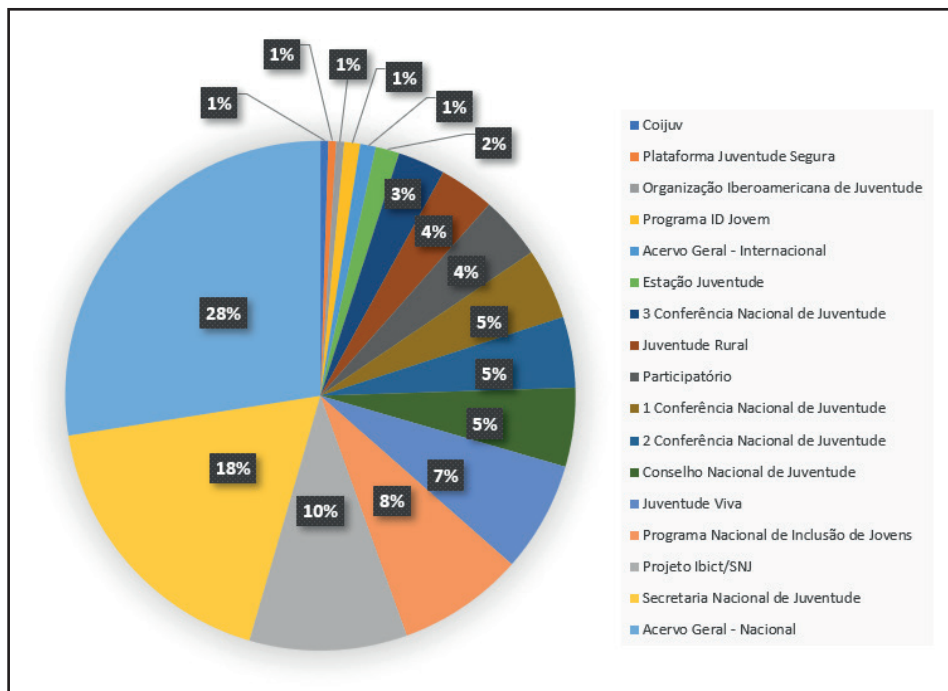
- **Ações institucionais**

- 1ª Conferência Nacional de Juventude
- 2ª Conferência Nacional de Juventude
- 3ª Conferência Nacional de Juventude
- Coijuv
- Conselho Nacional de Juventude
- Estação Juventude

- Juventude Rural
- Juventude Viva
- Participatório
- Plataforma Juventude Segura
- Programa ID Jovem
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- Projeto Ibict/SNJ
- Secretaria Nacional de Juventude
- **Ações internacionais**
  - Acervo Geral – Internacional
  - Organização Iberoamericana de Juventude
- **Ações Nacionais**
  - Acervo Geral – Nacional

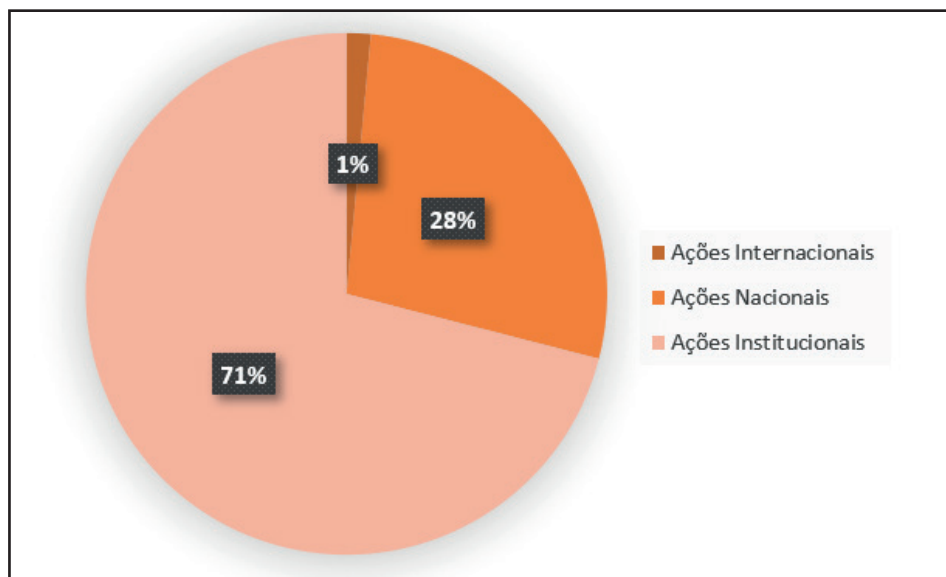
As coleções que apresentam maior quantidade de itens são “Acervo geral”, com 28%, seguida da “Secretaria Nacional da Juventude”, com 18%.

**Gráfico 16-1 - Quantitativo de itens por coleções**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Já entre as subcomunidades, como apresentado no Gráfico 16-2, a que contém maior quantitativo de itens depositados, até agora, é a Ações Institucionais, com 71%. Essa subcomunidade engloba todas as ações, projetos e políticas desenvolvidas pela a SNJ.

**Gráfico 16-2 - Quantitativo de itens por subcomunidade**

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Assim, a coleção digital possui um conjunto de materiais muito vasto disponibilizado para a sociedade, procurando sempre atender às necessidades e demandas informacionais do público interessado em temas relacionados aos jovens.

## 16.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, é notável a importância que a Biblioteca MMFDH apresenta no Ministério e na SNJ, pois é um ambiente de coleta, organização e distribuição da informação, e, conseqüentemente, um ambiente que fomenta a geração de conhecimento. A coleção física, digital e o tesouro especializado sobre jovens disponibiliza informações atuais, históricas e relevantes que servem de base para estudos sobre esse grupo da sociedade. Além da coleção disponibilizada, a Biblioteca MMFDH pode contribuir com o manuseio de técnicas de busca, por meio da rede de computadores e demais tecnologias eletrônicas na disseminação da informação. Assim, os serviços oferecidos estimulam a criatividade e a inovação, contribuindo para a criação de ações, programas e políticas públicas para os jovens.

A disseminação correta da informação relacionada à juventude contribui, de forma positiva, para a criação de futuras políticas, normas e ações para

juventude, sem contar que o uso de ferramentas que viabilizam a melhoria dos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca permite um alcance maior da disseminação do conhecimento, com um olhar centrado nas necessidades informacionais do usuário.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005. p. 19-35.

ABRAMOVAY, Miriam. **Programa de prevenção à violência nas escolas**: violência nas escolas. Brasília: Flacso, 2005. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agência IBGE notícias. **PNAD Contínua 2017**: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 13 abr. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Quem são os jovens brasileiros?** 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27857](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27857). Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS. **Quem é quem**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/quemequem>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS. **Institucional**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/juventude-1/institucional>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS. Biblioteca. **Política de desenvolvimento de acervo**. Brasília: MMFDH, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS. Conselho Nacional de juventude. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAMÍLIA, DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional de Juventude. **A Juventude brasileira no contexto atual e no cenário futuro**. Brasília: Ipê Comunicação, 2010. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/67>. Acesso em: 12 abr. 2020.

DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma; LEÃO, Geraldo. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Preliminar dos grupos de diálogos. Belo Horizonte: Instituto Pólis, 2005.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. *In*: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. *In*: FREITAS, Maria Virgínia de (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005. p. 9-18.

MOREIRA, Jacqueline Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano; SANTOS, Alessandro Pereira. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 457-464, out./dez. 2011. Disponível em:

[https://scholar.google.com/scholar\\_url?url=https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/3945234.pdf&hl=pt=-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd0=&d-13215977599549976627&ei=OPCqXruUM4jMmAHmrY3lAg&scisig=AAGB-fm1iW7fT92x2GUHgETgzYqu7LJAukQ](https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/3945234.pdf&hl=pt=-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd0=&d-13215977599549976627&ei=OPCqXruUM4jMmAHmrY3lAg&scisig=AAGB-fm1iW7fT92x2GUHgETgzYqu7LJAukQ). Acesso em: 26 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, 2005. Disponível em: <https://www.polis.org.br/uploads/1413/1413.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

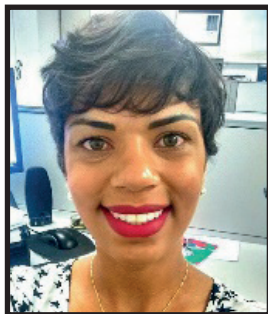
SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362009000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000100008). Acesso em: 27 abr. 2020.

SAVAGEM, Jon. **A criação da Juventude**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **Entenda a SNJ**: Secretaria Nacional da Juventude. 2019. Disponível em: <http://ubes.org.br/2019/secretaria-nacional-de-juventude/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### **Priscila Rodrigues dos Santos**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestranda e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7798081109011224>

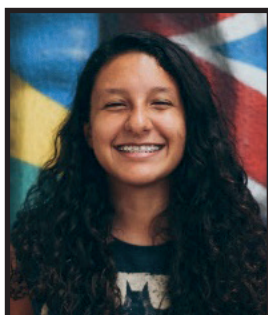
**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-1897-8838>

### **Tatyane Guedes Martins da Silva**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/7310861285054095>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0002-1743-0467>



### **Noely Gomes de Lima**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/2112471655834407>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0003-3644-2743>

---

**Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no *Dicionário de Escritores de Brasília*.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>

---

**Como citar**

SANTOS, Priscila Rodrigues dos; SILVA, Tatyane Guedes Martins da; LIMA, Noely Gomes de; BAPTISTA, Dulce Maria. Juventude na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 267 – 282. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap4.secao2

---

---

# 17. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Tatyane Guedes Martins da Silva  
Priscila Rodrigues dos Santos  
Louise Rodrigues Burmann Almeida  
Dulce Maria Baptista

## 17.1 INTRODUÇÃO

Perez e Passone (2010) apontam que determinados estudos realizados sobre as políticas públicas para crianças e adolescentes salientam que, antes da década de 1990, essas políticas eram inexistentes, não havendo um sistema efetivo de proteção social “devido à insuficiência do atendimento diante do abismo sociocultural e econômico existente na sociedade”. A partir da década de 1990, no entanto, surgiram as primeiras iniciativas efetivas de políticas sociais de atendimento à criança e adolescente. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proporcionou um conjunto de direitos sociais, civis e de proteção para esse grupo de pessoas. O ECA tem papel importante na vida desses menores:

Atualmente, o ECA demanda do Estado brasileiro e da sociedade política e civil esforços e continuidade nas ações visando, por um lado, à formulação,

implementação, monitoramento e controle social de políticas constitucionais e estatutárias e por outro, ações mobilizadoras e societais capazes de ressignificar a concepção arcaica de infância e juventude presente no imaginário social da população (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 650).

O Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos (MMFDH) é atuante nessa temática, contribuindo na promoção e desenvolvimento de políticas públicas para crianças e adolescentes. Entre as suas secretarias, encontra-se a Secretaria Nacional de Direito da Criança e do Adolescente (SNDCA). A SNDCA possui um papel importante na vida das crianças e adolescentes brasileiros. Segundo o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, a secretaria destina-se a:

Formular, coordenar, acompanhar e avaliar políticas e diretrizes para implementação e articulação das ações governamentais e das medidas referentes à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para a prevenção, a conciliação de conflitos e o enfrentamento a todas as formas de violação desses direitos (BRASIL, 2019, *on-line*).

Tanto o Ministério quanto a SNDCA produzem e disponibilizam informações sobre temas relacionados às crianças e adolescentes com objetivo de tornar acessível o conhecimento para toda a sociedade, independentemente da finalidade do seu uso. Sendo assim, a Biblioteca é o mediador entre a informação e o usuário, tornando-se um local de organização, preservação e disseminação dos conteúdos elaborados pelo MMFDH e suas secretarias.

Em vista disso, neste capítulo serão tratados brevemente os conceitos de criança e adolescente, apresentando-se a secretaria que atua sobre as crianças e adolescentes no MMFDH, bem como o trabalho da Biblioteca em relação ao tratamento das informações relacionadas à temática no Ministério.

## 17.2 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 foi contabilizado o número aproximado de 57,6 milhões de crianças e adolescentes. No Brasil, o direito da criança e do adolescente está garantido na Carta Magna de 1998 no artigo nº 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Conforme os dados apresentados, nota-se que crianças e adolescentes representam uma boa parcela da população brasileira. No artigo nº 2 do ECA, Lei nº 8.069/90, criança é considerada como tal até doze anos de idade, e adolescente possui a faixa etária entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990)

Nesse sentido, Fonseca *et al.* (2013, p. 259) salientam que:

a adolescência é uma fase marcada por grandes descobertas e instabilidade emocional, período no qual é consubstanciada a personalidade. Essa fase não pode ser reduzida a uma simples faixa etária, pois trata-se da transformação para a vida adulta e, portanto, de fase de decisões biológicas, sociais e, principalmente, psicológicas para toda a vida.

Embora sejam notáveis os progressos em relação aos direitos dos menores de idade, os avanços ainda não são realidade para muitas crianças e adolescentes, principalmente dos grupos que vivem em periferias. Alguns dados atuais permitem observar a dificuldade de garantir tais direitos.

o levantamento, feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, mostra que 18 milhões de meninas e meninos, ou seja, 34,3% do total, são afetados pela pobreza monetária, vivem com menos de R\$ 346 per capita por mês na zona urbana e R\$ 269 na zona rural. Desse, 6 milhões, o equivalente a 11,2%, têm privação apenas de renda. Já os outros 12 milhões, ou 23,1%, além de viverem com renda insuficiente, têm um ou mais direitos negados (TOKARNIA, 2018, *on-line*).

Como visto na pesquisa realizada, no Brasil a realidade de muitas crianças e adolescentes é bem delicada, pois muitas sofrem com a pobreza extrema, a desnutrição e a violência.

Tendo em vista a complexidade do tema, o Ministério, por meio da SIND-CA, entende a importância de estudos, criação de políticas públicas, ações e programas que tratem das diversas questões sobre os menores de idade. Ressalta-se também a preocupação da Biblioteca MMFDH em conservar e

disseminar informações que a SNDCA produz, buscando disponibilizar em seu acervo coleções sobre os direitos da criança e do adolescente e os graves problemas que eles ainda vêm enfrentando.

## **17.3 SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

A SNDCA é vinculada ao MMFDH por meio do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, e se divide estruturalmente em duas diretorias: Diretoria de Promoção e Fortalecimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e Diretoria de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente. Também é vinculada com a secretaria executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A Secretaria tem como dever garantir políticas públicas que impulsionam os direitos da criança e do adolescente. Desse modo, para atingir os objetivos de promoção, defesa e proteção, a secretaria executa ações e programas institucionais que estão de acordo com as diversas particularidades encontradas no que diz respeito ao público-alvo. A seguir, serão apresentados dois programas principais e uma ação.

Primeira Infância: segundo a legislação sobre a Primeira Infância,<sup>36</sup> todas as crianças de até seis anos de idade têm seus direitos preservados, reconhecendo que os primeiros anos de vida são responsáveis pelo desenvolvimento neurológico, cognitivo, psicomotor e emocional das crianças. A SDNCA tem como principais metas superar a segmentação das ações, por meio do incentivo da efetivação das políticas e estratégicas intersetoriais, ou seja, promover a articulação entre setores para fortalecimento e a implementação de políticas públicas para crianças de até seis anos.

Crianças e Adolescentes Desaparecidos: com o objetivo de aprimorar as políticas de prevenção e a resposta do desaparecimento de crianças no Brasil, a SNDCA tem um acordo de cooperação com o Centro Internacional para

---

36 Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016.

Crianças Desaparecidas e Exploradas (ICMEC).<sup>37</sup> A secretaria tem como um dos seus principais objetivos o fortalecimento das ações do Brasil relacionadas ao desaparecimento de crianças e adolescentes, além da ampliação da divulgação da Lei nº 11.259 de 30 de dezembro de 2005, conhecida como “Lei da Busca Imediata”.<sup>38</sup>

Em nível Federal, Municipal e Distrital, a Agenda de Convergência<sup>39</sup> é umas das ações propostas por agentes do Governo e das entidades não governamentais que estão diretamente relacionados às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade advindas de eventos, obras e empreendimentos que no cotidiano poderiam prejudicá-las de alguma forma, a exemplo do trabalho infantil e da exploração sexual. Nesse sentido, a Agenda de Convergência busca detectar as ameaças encontradas nesses locais, para que haja a prevenção e o controle elaborados e debatidos por cooperações interinstitucionais em prol do desenvolvimento social e econômico de ambas as partes.

A Secretaria, além de tornar suas publicações disponíveis nos canais oficiais do Ministério, conta ainda com a parceria da Biblioteca do MMFDH, a qual oferece ao público em geral acesso a uma gama de conteúdos sobre assuntos relacionados à Criança e ao Adolescente, sendo que o material é disponibilizado fisicamente tanto na Biblioteca do MMFDH quanto na Biblioteca Digital (BD),<sup>40</sup> onde é possível ao usuário navegar por diferentes assuntos.

## 17.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

Como ambiente de organização, preservação e disseminação da informação, a Biblioteca MMFDH disponibiliza para o seu público interno e externo acervo físico e digital com conteúdos elaborados pelo MMFDH e suas secretarias.

---

37 ICMEC é uma organização não governamental de abrangência internacional destinada à proteção da criança contra o desaparecimento, sequestro internacional, subtração parental e violência sexual.

38 A Lei da Busca Imediata estabelece que a criança ou o adolescente que estiver desaparecido e a polícia tomar conhecimento do fato, esta deverá começar as investigações de procura imediatamente, excluindo a espera de 24 horas.

39 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/agenda-de-convergencia>.

40 Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/password-login>.

Tanto o acervo físico como o acervo digital e o tesauro seguem critérios previamente estabelecidos pela Biblioteca do MMFDH, por meio de políticas de desenvolvimento de coleções e manuais com instruções de preenchimento dos metadados. Essas ações são realizadas com o objetivo de padronizar os registros da informação e possibilitar uma recuperação com qualidade dos conteúdos pelos usuários, trazendo assim efetividade na prestação de serviços pela Biblioteca e proporcionando uma melhoria contínua em suas atividades informacionais. Nesse tópico, serão apresentados o tesauro da Biblioteca e o acervo físico e digital, que contemplam coleções especializadas na área da criança e do adolescente.

### 17.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

O tesauro possui uma lista de descritores que descrevem um documento de forma concisa e com a especificidade necessária. A fim de melhorar a padronização na indexação de assuntos, a Biblioteca MMFDH possui o Tesauro de Juventude.<sup>41</sup> O tesauro é uma ferramenta para pesquisas que permite a consulta de termos que são utilizados para descrever conteúdos disponíveis no acervo da Biblioteca MMFDH. Apresenta 876 termos que estão no singular, são organizados em ordem alfabética e possuem relação hierárquica, ou seja, reúnem conceitos que têm características comuns e relações de generalidade e especificidade entre si. Além disso, o tesauro tem como objetivo controlar sinônimos e termos não autorizados, auxiliando na padronização dos assuntos do documento, pois assim o usuário pode recuperar todos os documentos de uma determinada temática.

No Tesauros de Juventude existem descritores próprios para descrever conteúdos sobre crianças e adolescentes. A seguir serão apresentados oito exemplos de descritores gerais disponíveis:

- Acesso à educação
- Adolescência
- Bem-estar infantil
- Alfabetização

---

41 Disponível em: <https://tesaurosjuventude.mdh.gov.br/vocab/index.php>.

- Criança
- Atenção primária à saúde
- Combate à violência
- Educação

Esses descritores são exemplos de termos utilizados para a representação do conteúdo de documento sobre assuntos relativos a crianças e adolescentes.

## 17.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

A Biblioteca MMDH possui um acervo físico com várias coleções que é gerenciado pelo *software* livre Koha, inclusive sobre criança e adolescente. A coleção é multidisciplinar, pois abarca assuntos de diversas áreas, pretendendo-se alcançar uma maior extensão sobre os conteúdos relacionados a essa temática. Encontram-se conteúdos sobre o acesso à educação, acolhimento em família, adolescência, assistência a menores, atendimento psicossocial, *bullying*, combate à violência, crime contra criança, crianças deficientes, crime sexual, direitos da criança, discriminação, ECA, livros ilustrados para crianças, crianças desaparecidas, pobreza, proteção à criança, saúde pública para crianças e adolescentes, tráfico de crianças, entre outros. Além disso, o acervo físico também disponibiliza vários tipos de suportes de materiais, como: livros, periódicos, folhetos, CDs, entre outros.

A SNDCA é autora e organizadora de materiais que se referem à criança e adolescente, e a Biblioteca MMFDH preserva e disponibiliza uma coleção com temas que são produzidos por essa secretaria. Ao realizar buscas<sup>42</sup> no catálogo *on-line* da Biblioteca pelos termos “Secretaria Nacional da Criança e Adolescente” e “Criança e adolescente”, foram contabilizados 55 itens de autoria da SNDCA. Notou-se dois assuntos que são bem recorrentes quando se trata de crianças e adolescentes: “Estatuto da Criança e do Adolescente” e “Direitos da criança”. Ao realizar a busca refinada por “assunto exato” dos dois descritores no catálogo *on-line* da Biblioteca, foi obtido o seguinte resultado:

---

42 A busca pelos termos foi realizada no dia 29 de abril de 2020.

**Tabela 17-1 - Descritores mais utilizados na coleção de Criança e Adolescente**

| <b>Assuntos principais</b>           | <b>Física</b> |
|--------------------------------------|---------------|
| Estatuto da Criança e do Adolescente | 60            |
| Direito da criança                   | 55            |
| <b>Total de descritores</b>          | <b>115</b>    |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O número recuperado de itens que tratam sobre direitos da criança e a proteção integral foi de 115 itens. Dentre esses 115 itens foi possível notar que 109 possuem seus conteúdos registrados em livros, quatro em folhetos e dois em periódicos.

**Tabela 17-2 - Tipos de materiais recuperados sobre Direitos da Criança e sobre proteção integral**

| <b>Tipo de material</b> | <b>Biblioteca Física</b> |
|-------------------------|--------------------------|
| Livro                   | 109                      |
| Periódico               | 2                        |
| Folheto                 | 4                        |
| <b>Total</b>            | <b>115</b>               |

Fonte: Elaborado pelos autores. (2020)

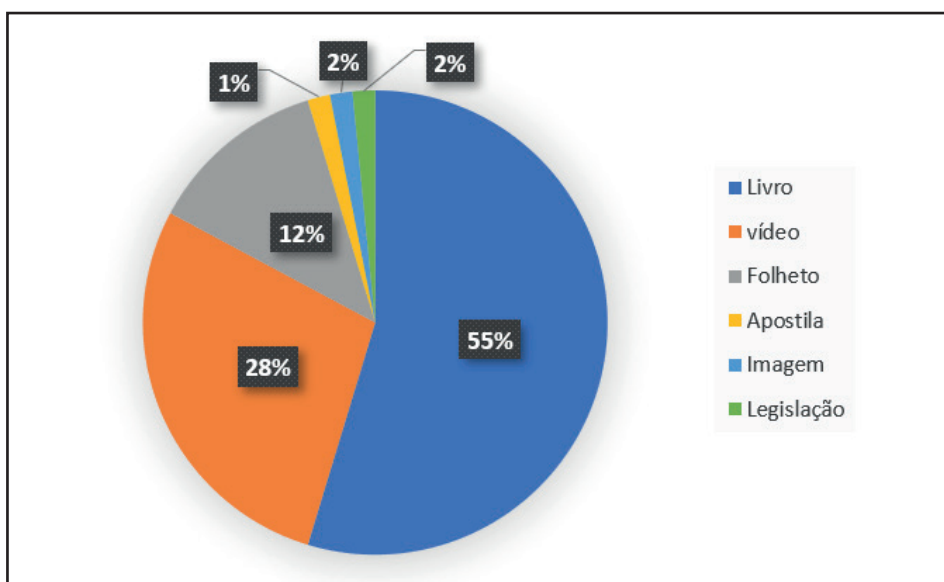
### 17.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

A Biblioteca Digital MMFDH (BD-MMFDH) tem como objetivo dar transparência e, por meio das comunidades, oferece um sistema de pesquisa que compartilha informações e divulga a produção bibliográfica de assuntos referentes à mulher, família e direitos humanos. Os temas estão divididos em onze coleções. Cada coleção possui sua própria página de entrada e, com isso, o usuário pode ter acesso às informações, notícias e *links* que refletem os interesses de determinada coleção. A Comunidade Criança e Adolescente disponibiliza conteúdos referentes a esse grupo de pessoas. De acordo com a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do MMFDH, essa coleção:

[...] reúne, preserva e disponibiliza a produção intelectual da SNCDA, além de trazer informações sobre normas e políticas públicas elaboradas para assegurar a plenitude das condições indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças e adolescentes, abarca outros assuntos relacionados ao tema. (BRASIL, 2020b)

Atualmente, a Comunidade Criança e Adolescente possui uma coleção que tem seu mesmo nome. A coleção dispõe 64 itens<sup>43</sup> para consulta e download. Desse material, a maior quantidade é de livros, com 55%, seguido por vídeos, com 28%, como pode ser observado no Gráfico 17-1, abaixo.

**Gráfico 17-1 - Quantitativo de tipos de materiais**



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Dessa forma, a coleção sobre criança e adolescente na BD procura oferecer informações relevantes aos usuários que buscam conhecimento sobre o tema, com objetivo de contribuir com a disseminação da informação.

43 A busca pelos termos foi realizada no dia 30 de abril de 2020.

## 17.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca MMFDH é um ambiente de coleta, organização, distribuição da informação e, conseqüentemente, de geração de conhecimento. O seu acervo é especializado em questões da mulher, família e direitos humanos. Além disso, trata-se de uma prestadora de serviços de secretarias presentes no Ministério e do próprio MMFDH. A coleção física e digital relacionada à criança e adolescente abarca temas importantes sobre os direitos, normas e políticas públicas que existem sobre esse grupo. A disponibilização da coleção com o propósito de adquirir conhecimento é de grande relevância para estudos e inovação. Ademais, a Biblioteca dispõe de manuseio de técnicas de busca, por meio de redes de computadores e outras tecnologias eletrônicas, oferecendo ao usuário a informação adequada, de acordo com sua necessidade informacional.

A equipe técnica da Biblioteca MMFDH é responsável por manter esses documentos armazenados, catalogados, indexados, preservados e organizados, de forma acessível e correta, a fim de que as informações sobre o público sejam utilizadas com o objetivo de criar futuras políticas, normas e ações para as crianças e adolescentes. Tanto por meio físico como digital, a informação encontra-se disponível para o usuário real e para o virtual, visando a satisfação do usuário e o atendimento das suas necessidades informacionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10174.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10174.htm). Acesso em: 13 abr. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005**. 2005. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.259-2005?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.259-2005?OpenDocument). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). **Agenda de convergência**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/agenda-de-convergencia>. Acesso em: 13 abr. 2020.

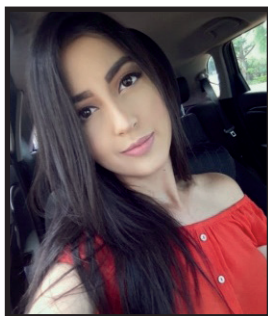
BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). Biblioteca. 2020b. **Política de desenvolvimento de coleções**. Brasília: MMFDH, 2020.

FONSECA, Franciele Fagundes *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista paulista de pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.258-264, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n2/19.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1740140.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Seis em cada dez crianças no Brasil vivem na pobreza**, diz Unicef. Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/seis-em-cada-dez-criancas-no-brasil-vivem-na-pobreza-diz-unicef>. Acesso em: 13 abr. 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**



### **Tatyane Guedes Martins da Silva**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Bacharel em biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes** : <http://lattes.cnpq.br/7310861285054095>

**Orcid** : <https://orcid.org/0000-0002-1743-0467>

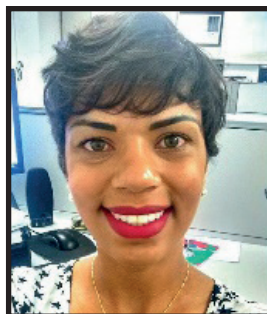
---

**Priscila Rodrigues dos Santos**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Mestranda e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Graduanda em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Estácio de Sá.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7798081109011224>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1897-8838>

**Louise Rodrigues Burmann Almeida**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/8117225349261157>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0002-7647-2819>

---

**Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no Dicionário de Escritores de Brasília.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>



**Como citar**

SILVA, Tatyane Guedes Martins da; SANTOS, Priscila Rodrigues dos; ALMEIDA, Louise Rodrigues Burmann; BAPTISTA, Dulce Maria. Criança e Adolescente na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 283 – 295. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap5.seçao2



---

---

# 18. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Fernanda Maciel Rufino  
Dulce Maria Baptista

## 18.1 INTRODUÇÃO

O acervo da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) é constituído pelas temáticas das Secretarias que compõem esse órgão. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD) é uma das responsáveis pela promoção da acessibilidade, inclusão, igualdade dos direitos e acesso à informação para todos. O número de pessoas diagnosticadas com alguma deficiência vem aumentando a nível nacional e mundial, como demonstram estudos e pesquisas destinados às áreas e políticas de inclusão, e à redução da desigualdade social. Constatamos que no Censo de 2000, em relação ao de 2010, houve um aumento de 12,29% da população de pessoas com deficiência.

Em 2018, conforme o primeiro relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado como *The state of the world's children*, sobre deficiências e desenvolvimento, mais de 1 bilhão de pessoas no mundo possui alguma deficiência. A ONU afirma que 80% das pessoas com deficiência

vivem em países em desenvolvimento. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) destaca que na população infantil (pessoas com menos de 18 anos) existem 150 milhões que possuem alguma deficiência. A Unicef, em publicação de 2019 no seu site, também realizou uma pesquisa nas regiões da Europa Central, Europa Oriental e Ásia Central, e constatou que, no mínimo, 75% dos 5,1 milhões da população infantil com deficiência não possuem uma educação inclusiva de qualidade

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua publicação intitulada Primeiro relatório mundial sobre visão publicado em 2019, 2,2 milhões de pessoas no planeta possuem deficiência visual. Conforme o Censo realizado em 2010, a deficiência visual é a mais constatada no Brasil. A Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência (2012, p. 7), publicada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPDPD), declara que “A deficiência visual teve maior prevalência em todos os grupos de idade, sendo bastante acentuada no grupo de acima de 65 anos, ocorrendo em quase a metade da população desse segmento (49,8%)”.

Já no Brasil, como verificado no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45 milhões de brasileiros afirmaram ter algum tipo de deficiência. Esse dado corresponde a 23,9% da população, que afirmou possuir algum tipo de deficiência ou apresenta deficiência mental/intelectual. Também foi constatado que mais de 38 milhões vivem nas cidades e mais de 7 milhões, no campo. Já relacionado aos tipos de deficiência na população, foi constatado que a deficiência visual é a que possui maior incidência, com 18,6 % na população brasileira, seguida da deficiência motora, com 7%, a deficiência auditiva, com 5,10 %, e a deficiência mental ou intelectual, com 1,40 %.

Com o intuito de combater a desigualdade que as pessoas com deficiência vêm sofrendo ao longo dos anos, em 2006 a ONU aderiu à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>44</sup> em seu Protocolo Adicional. Já assinaram esta convenção cerca de 150 países e 100 ratificaram, a fim de reduzir os obstáculos existentes em suas nações para que suas sociedades sejam mais inclusivas.

---

44 Vale ressaltar que o Brasil é signatário desta convenção desde 2009, por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

O País possui algumas leis destinadas a pessoas com deficiência. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, se refere ao apoio e à promoção as pessoas com deficiência (como a obrigatoriedade de inclusão na área de educação, a integração no mercado de trabalho e outras providências), sendo a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) responsável por sua fiscalização. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conhecida como Lei de Cotas, dispõe sobre os benefícios concedidos pela Previdência Social e a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, estabelece providências para as pessoas com deficiências, como também a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegura às pessoas com deficiência condições de igualdade, exercícios dos direitos e das leis fundamentais.

A acessibilidade possui como característica combater as barreiras para garantir o acesso a qualquer estabelecimento por meio de medidas reparadoras. No contexto de acesso à informação, têm sido realizados esforços para que pessoas com deficiência consigam realizar suas atividades de forma desejável tanto em Bibliotecas físicas como nas digitais. Nesse contexto, foi criada a NBR 9050, de 2004, a qual é aplicada a Bibliotecas físicas. Sua temática consiste em ampliar a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

## 18.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Como já mencionado, o Brasil possui algumas leis destinadas a pessoas com deficiência. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu artigo 2º, considera pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes (1975, *on-line*), aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em seu parágrafo primeiro define o termo “pessoas deficientes” como aquele que “[...] refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”.

No passado, os termos utilizados para pessoas com deficiência eram inadequados, porém atualmente, na era da inclusão, esse cenário vem mudando. Entre 1986 e 1996, era comum utilizar a expressão “portador de deficiência”, mas foi compreendido que elas não portam a deficiência e que a deficiência não é como um objeto que portamos, como uma carteira ou uma bolsa. Outro termo bastante utilizado na década de 1990 era “pessoa com necessidade especial”. Porém, entendeu-se ao longo dos anos que necessidade especial está ligada a outros fatores, como a ingestão de alimento e água pelo ser humano, o fato de possuir ou não uma moradia etc. Com isso, foi aprovado pelo Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2017, que substitui termos citados pelo termo “pessoa com deficiência”.

Antes da Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, foi criada em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, destinada a promover o direito a respeito e liberdade de todos os cidadãos. Em seu artigo II, fica expresso que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 5).

No Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, são identificados os tipos de deficiência como:

- **deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- **deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- **deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor

correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

- **deficiência intelectual (inicialmente denominava-se mental):** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho;
- **deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

Observa-se que os diversos tipos de deficiência já descobertos pela medicina enquadram-se nos cinco tipos distintos descritos acima. Esses tipos de deficiência estão relacionados com a modificação biológica/genética e a necessidade particular de cada indivíduo. A partir da criação da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) passaram a ser consideradas pessoa com deficiência em todos os efeitos legais.

Para que seja garantido o bem-estar e a qualidade de vida a todos os segmentos da sociedade, são criadas políticas públicas, a fim de que seja estabelecido o planejamento do País. A sociedade ganha à medida que avança na promoção de oportunidades e no reconhecimento de direitos de todos os cidadãos. Com isso, os responsáveis criam políticas públicas ou alteram as já existentes de temas como acessibilidade, inclusão, empregabilidade e tecnologia assistiva.

Um grande marco na política pública para pessoas com deficiência foi a criação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Esse Plano foi elaborado por mais de 15 ministérios e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), e afirma o compromisso do País com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela ONU em sua legislação. A sugestão desse plano “[...] é que a convenção aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade” (SDH/PR; SNPD, 2013, p. 8).

Com todo o trabalho internacional da ONU, das políticas públicas criadas por cada país e das participações das organizações representativas, foram criadas datas celebrativas destinadas à pessoa com deficiência. Dentre elas, podemos

destacar o dia 2 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo e o dia 3 de dezembro, em que é celebrado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Datas são importantes porque, por meio delas, chamamos a atenção dos políticos, mídias, pesquisadores e da sociedade para as questões que a elas se relacionam.

### **18.3 SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SNDPD)**

A Constituição Federal de 1988 destaca como seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Ela também afirma no artigo 3º, inciso IV, que um dos objetivos fundamentais da Constituição do Brasil é promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. “A Constituição inseriu a proteção constitucional à pessoa com deficiência. Portanto, uma sociedade calcada nesses valores é, necessariamente, a que proíbe a exclusão; uma sociedade inclusiva” (LEITE, 2012, p. 34). Com base nesse cenário, o Governo criou uma secretaria para promover medidas, a chamada Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD).

Os programas do Governo promovem a inclusão da pessoa com deficiência ao assistirem pessoas de acordo com suas características: física, sensorial e mental ou intelectual, sejam elas severas ou não severas. Os programas incluem, também, todos os grupos de idade: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Embora haja uma forte relação entre os dados por faixas etárias de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas e as pessoas com deficiências severas, esse último grupo é bem menor do que o primeiro em todos os agrupamentos (SDH, 2012, p. 7).

Nesse cenário, o Governo com a SNDPD, os profissionais da saúde, os educadores, as Bibliotecas, entre outros segmentos da sociedade passaram a lutar pela inclusão das pessoas com deficiência, para que elas possuam igualdade perante os demais e usufruam os mesmos direitos.

A Corde foi criada em 1989 a partir da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual criava a primeira estrutura do Estado brasileiro destinada aos direitos da pessoa com deficiência. Somente em 2010 a Corde alcançou o status de SNDPD.

A SNDPD é um dos órgãos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e possui diversas atuações, como o trabalho com as políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência e a fiscalização para que as principais pesquisas abarquem e destaquem o segmento das pessoas com deficiência de forma eficaz. Em suma, o objetivo dessa secretaria é que as pessoas com deficiência participem da sociedade de maneira plena. Segundo a publicação denominada Institucional no site do MMFDH, as competências da secretaria são:

- Exercer a coordenação superior dos assuntos, das ações governamentais e das medidas referentes à pessoa com deficiência;
- Coordenar ações de prevenção e eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e propiciar sua plena inclusão à sociedade;
- Coordenar, orientar e acompanhar as medidas de promoção, garantia e defesa dos ditames da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mediante o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência;
- Estimular que todas as políticas públicas e os programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- Coordenar e supervisionar o Programa Nacional de Acessibilidade e o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento;
- Fomentar a adoção de medidas para a proteção da integridade física e mental da pessoa com deficiência; entre outras. (MDH, 2019, *on-line*).

A SNDPD é composta por vários órgãos em sua estrutura básica, entre eles: o Gabinete do Secretário; a Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas, Projetos e Convênios (CGAPPC); o Conade; Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CGPDPD); a Coordenação-Geral de Acessibilidade (CGACES); a Coordenação-Geral de Tecnologia Assistiva (CGTA) e a Coordenação Geral de Comissão Interministerial de Avaliação da Hanseníase (CGCIA).

As secretarias subordinadas ao MMFDH também trabalham para elaborar programas, ações e projetos em que são criados conjuntos de iniciativas para resolver determinada situação. Um exemplo dessas iniciativas é o projeto “Brasil Inclusão”, lançado por meio da SNDPD no MMFDH. A principal função desse projeto é a implantação da avaliação biopsicossocial da deficiência, levando a descoberta da deficiência a partir de uma perspectiva multifatorial, ou seja, descoberta compreendida a partir de uma equipe multiprofissional que interage por meio de barreiras socioeconômicas, ambientais e atitudinais.

## 18.4 COLEÇÕES TEMÁTICA

### 18.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

Para gerenciar a construção do vocabulário controlado do MMFDH está sendo utilizado o *software* livre *TemaTres*,<sup>45</sup> com todo o trabalho realizado disponível para consulta. O *software TemaTres* também possui código aberto como o Koha e o DSpace, e possibilita gerenciar descrições formais do conhecimento. Quando a construção do tesouro estiver finalizada, será feita a interoperabilidade para o *software* Koha.

O meta termo utilizado para essa temática foi “Pessoa com deficiência” e a construção dos Termos Específicos 1 (TE1) até o presente momento foram: Acessibilidade, Assistência jurídica às pessoas com deficiência, Cadeira de rodas, Cão-guia, Deficiência, Desigualdade, Direitos da pessoa com deficiência, Discriminação, Dispositivos, Educação, Esporte para pessoa com deficiência, Habitação inclusiva, Inclusão, Integração social, Mercado de trabalho, Necessidades básicas do ser humano, Orientação e mobilidade, Pessoa com deficiência, Reabilitação, Seguridade social, Serviço de transporte, Suicídio e Turismo inclusivo.

Outra busca foi realizada por “assunto” no *software* Koha com o termo “pessoa com necessidade especial”, o qual é considerado inadequado e ultrapassado como já explicado anteriormente. A busca referente a essa pesquisa não retornou nenhum resultado. Sendo assim, pode-se considerar que os descritores de assuntos utilizados pelos bibliotecários estão autorizados com a terminologia correta, conforme descrito no Gráfico 18-1.

---

45 Disponível em: <https://tesaurosjuventude.mdh.gov.br/vocab/index.php>.

## 18.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

Os livros físicos da Biblioteca do MMFDH estão processados no *software* livre, de código aberto, Koha. Analisaremos o catálogo OPAC<sup>46</sup> da Biblioteca, o qual possui os registros de todos os materiais já tratados da Biblioteca e que é a interface responsável por fornecer acesso dos registros processados aos usuários finais.

Primeiramente foi realizada em 20 de maio de 2020, uma pesquisa geral no catálogo com o termo “pessoa com deficiência” e essa pesquisa retornou 112 resultados. Logo após, foi realizada outra pesquisa, também geral, apenas com o termo “deficiência”, a qual alcançou 134 resultados.

**Tabela 18-1 - Assuntos da pesquisa com o termo “Pessoa com deficiência”**

| Assuntos principais                               | Quantidade |
|---|------------|
| Acessibilidade                                    | 17         |
| Assistência judiciária às pessoas com deficiência | 3          |
| Deficiente  | 7          |
| Direitos das pessoas com deficiência              | 11         |
| Direitos humanos                                  | 22         |
| Discriminação contra as pessoas com deficiência   | 3          |
| Educação especial                                 | 7          |
| Espaços públicos                                  | 6          |
| Estatuto da pessoa com deficiência                | 3          |
| Exclusão social                                   | 3          |
| Indústrias  | 2          |
| Integração social                                 | 4          |
| Minorias  | 2          |
| Mobilidade social                                 | 5          |
| Pessoa com deficiência                            | 50         |
| Políticas de inclusão                             | 4          |

46 Disponível em: <https://Biblioteca.mdh.gov.br/>.

| Assuntos principais                        | Quantidade |
|--|------------|
| Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | 3          |
| <b>Total de descritores</b>                | <b>152</b> |

Fonte: Elaboração pelos autores (2020).

Nesses registros totais, observamos que os assuntos mais recorrentes são: o descritor “Pessoa com deficiência” utilizado em 50 registros, o termo “Direitos humanos”, utilizado em 22 registros; o descritor “Acessibilidade”, presente em 17 registros; e o termo de assunto “direito das pessoas com deficiência”, utilizado em 11 registros processados. Além do mais, a busca mostrou que os suportes utilizados foram livros, folhetos, periódicos e mapas.

Já para a verificação de políticas públicas nessa temática, foi realizada uma pesquisa avançada com o operador booleano “E”. O primeiro termo utilizado nessa busca foi “deficiência”, o operador booleano “E” e o segundo termo “política pública”. Essa pesquisa retornou 28 resultados. Pode-se concluir que, dos 131 livros totais de pessoa com deficiência, 28 abordam políticas públicas nessa área.

A Biblioteca não possui materiais em Braille, audiolivros ou livros falados em seu acervo. Esse assunto será mais discutido no subcampo 2, proposições futuras.

### 18.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

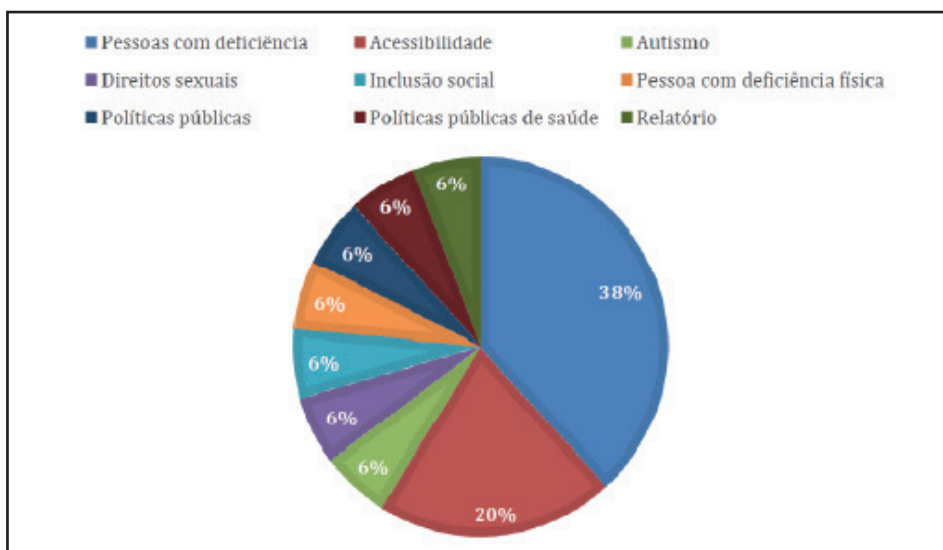
A Biblioteca Digital<sup>47</sup> do MMFDH, está hospedada em um *software* de código-fonte aberto conhecido como DSpace. Nela, existem diversos tipos de documentos, entre eles livros, folhetos, boletim, infográficos, vídeos, legislação etc.

A Biblioteca Digital está em fase de construção. Por essa razão, poucos itens foram depositados na coleção Pessoa com Deficiência.<sup>48</sup> Do total de itens nessa coleção, apenas um está em língua inglesa; os demais estão em português. No Gráfico 18-1, estão os descritores utilizados para descrever os assuntos dos itens na coleção Pessoa com Deficiência e o quantitativo da incidência de cada um nos documentos.

47 Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/>.

48 A coleta de dados foi realizada dia 20 de maio de 2020.

**Gráfico 18-1 - Descritores de assunto da comunidade  
"Pessoa com deficiência"**



Fonte: Elaboração pelos autores (2020).

Observa-se que o descritor que possui maior recorrência é “pessoa com deficiência”, presente em 38% dos registros, seguido do descritor de assunto “Acessibilidade”, constando em 20% dos registros, e os descritores “Acessibilidade”, “Autismo”, “Direitos sexuais”, “Inclusão social”, “Pessoa com deficiência física”, “Políticas públicas”, “Políticas públicas de saúde” e “Relatório”, presentes em apenas 6 % dos registros cada um.

No site da Biblioteca digital também observam-se ferramentas de acessibilidade. Principalmente direcionada às pessoas com deficiência visual baixa, a Biblioteca contribui com a acessibilidade.

A Coordenação-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva, unidade integrante da SNDPD que atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, orientou sobre quais atualizações deveriam ser implementadas BD-MMFDH, de acordo com os parâmetros da *World Wide Web Consortium (W3C)*. Foram adotados padrões de acessibilidade com o intuito de promover o acesso à informação, tendo como foco o entorno digital, que favorecerá uma aproximação das Bibliotecas com os usuários com deficiência.

Considerando que muitas tecnologias já estão disponíveis para apoiar a população que possui alguma deficiência visual, a BD-MMFDH apresenta algumas adaptações, com as seguintes Tecnologias Assistivas:

- Auto Contraste
- Aumento da Fonte
- Teclas de Atalho

## 18.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca do MMFDH tem a intenção de se tornar uma referência para os pesquisadores da área dos direitos humanos, sendo uma de suas temáticas a pessoa com deficiência, que foi abordada neste capítulo. Ela necessita oferecer serviços e produtos diferenciados, observando as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. Também ressaltamos a importância do acervo da Biblioteca do MMFDH para a disseminação da informação.

Conforme verificamos na Tabela 1, Assuntos da pesquisa com o termo “Pessoa com deficiência”, e no Gráfico 1, Descritores de assunto da comunidade “Pessoa com deficiência”, os descritores da temática pessoa com deficiência aborda um leque muito grande. Com isso, podemos concluir que os materiais dessa temática presentes na Biblioteca tratam do assunto em diversas perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/a-secretaria/a-secretaria>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 13 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 13 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 5 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em 4 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm). Acesso em: 05 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, df, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Cartilha do Censo 2010**: pessoas com deficiência. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Plano Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <https://Bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/438>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição Nº 25, de 2017**. Altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura “pessoa com deficiência”, utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdle-g-getter/documento?dm=5374232&ts=1594037651977&disposition=inline>. Acesso em: 07 abr. 2020.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://Biblioteca.ibge.gov.br/index.php/Biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **The state of the world’s children 2006**: excluded and invisible. New York, United Nations Children’s Fund, 2005. Disponível em: [https://www.unicef.org/sowc06/pdfs/sowc06\\_fullreport.pdf](https://www.unicef.org/sowc06/pdfs/sowc06_fullreport.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

LEITE, F. P. A. A convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência: amplitude conceitual a busca por um modelo social. **Revista de Direito Brasileira**, v. 3, p. 31, jul. 2012.

ONU NEWS. **ONU**: 75% das crianças com deficiência não têm acesso à educação inclusiva e de qualidade. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1663191>. Acesso em: 07 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DeclDirPessDef.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Primeiro relatório da ONU sobre deficiências e desenvolvimento aponta lacunas na inclusão**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/primeiro-relatorio-da-onu-sobre-deficiencias-e-desenvolvimento-aponta-lacunas-na-inclusao/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Visão**. 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-vision>. Acesso em: 11 abr. 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**



### **Fernanda Maciel Rufino**

Assistente de pesquisa MMFDH-IBICT. Pós-graduada em Letramento informacional: Educação para a Informação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/1294599236801115>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7593-8146>

---

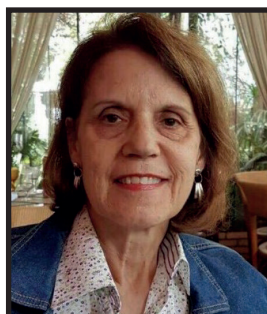
**Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no *Dicionário de Escritores de Brasília*.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>

---

**Como citar**

RUFINO, Fernanda Maciel; BAPTISTA, Dulce Maria. Pessoa com deficiência na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 297 – 312. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap6.seçao2

---

---

# 19. A Secretaria da Igualdade Étnico-Racial na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Graziela Barros Gomes  
Dulce Maria Baptista

## 19.1 INTRODUÇÃO

A estratificação social por etnia é uma herança do passado colonial brasileiro, mas essas “desvantagens” raciais vão além disto. Embora não haja objeções sobre as desigualdades entre negros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais de matriz africana e brancos no Brasil (OLIVEIRA; PORCARO; COSTA, 1983; HASENBALG, 1979; HASENBALG; SILVA, 1988; 1992; HENRIQUES, 2001), o tema da igualdade racial só há pouco tempo passou a receber atenção por parte das instituições governamentais de ensino e de pesquisa.

A informação e o conhecimento são recursos vitais para as organizações (DRUCKER, 1999). No âmbito institucional, as Bibliotecas nos remetem intuitivamente a coleções que depositam as memórias das organizações às quais estão ligadas. Além disso, elas são as responsáveis por garantir o acesso à informação, promovendo o bom funcionamento do Estado, das organizações e bem-estar dos indivíduos mediante o fornecimento de produtos e serviços de informação. Uma das missões do bibliotecário é a mediação da informação

por meio da qual ele deve atuar com responsabilidade social, contribuindo para o exercício da cidadania, assegurando os direitos de acesso à informação e à educação, oferecendo, dessa forma, o conhecimento, as técnicas e os instrumentos que proporcionam dignidade e sobrevivência (REIS; CARVALHO, 2007).

O presente capítulo trata da coleção temática de igualdade étnico-racial da Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), com o objetivo principal de torná-lo público para pesquisadores, estudantes, membros do poder executivo e todos os demais usuários interessados no tema. Ao longo do capítulo será destacada a história, o Conselho e as ações e programas da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), hoje denominada Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR).

Em seguida, serão contextualizados os aspectos históricos e sociais do acesso aos direitos básicos das diversas populações étnico-raciais no Brasil para, finalmente, apresentar breves considerações sobre a coleção da Biblioteca do MMFDH e sua respectiva forma de representação da informação sobre a temática.

## 19.2 DEMOCRACIA RACIAL EM HISTÓRIA E NÚMEROS

Reverendo a história social do Brasil, observamos parcialidades entre as populações brancas e as populações não brancas. Os povos africanos de várias etnias sequestrados de suas origens chegam às terras brasileiras e são inferiorizados por sua cor de pele. Os povos nativos que já habitavam estas terras são subalternizados. Ainda hoje, nos centros urbanos ou no meio rural, os povos negros, indígenas, ciganos, tradicionais de matriz africana e outros não brancos são observados com a mesma atitude de superioridade por parte das populações euro-descendentes.

Por muito tempo, o Estado negligenciou muitos dos direitos básicos dessas populações, como condições dignas de moradia, saúde, bem-estar social, educação e outros. A título de exemplo, no passado a presença de pessoas negras em determinados lugares das cidades era vetada. Conhecida como lei da vadiagem, a contravenção prevista no artigo nº 59 do Decreto-lei nº 3.688, de 1941, vigorou no Brasil com este intuito.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua do IBGE, em 2018, 56,10% de pessoas se autodeclaram negras no Brasil. O número representa a soma de todos aqueles que se identificaram como pretos

e pardos. A pesquisa aponta, ainda, que essa população representa a maior parte da força de trabalho no País, sendo 54,9%; em contrapartida, representa também 64,2% de desempregados.

Dados sobre o acesso à educação são também alarmantes. Historicamente, os negros começam a acessar o ensino formal no final do século XIX (ARAÚJO, 2013). O Decreto nº 7031, de 6 de setembro de 1878, estabelece que apenas pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos livres ou libertos, saudáveis e vacinados poderiam se matricular nas escolas, excluindo, portanto, as mulheres negras e escravos (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016). Em relação aos povos indígenas e quilombolas, apesar de terem acesso à educação em suas comunidades, existem muitos desafios na forma de ensino e aprendizagem que lhes é oferecida, como: infraestrutura, formação docente (não indígenas e não quilombolas atuando dentro das comunidades), problemas de contratação efetiva, material didático, formas de avaliação, políticas universais para realidades locais, entre outros.

Em relação ao acesso à saúde, existem desigualdades de acesso a serviços básicos mesmo em países com sistemas públicos de saúde. Krieger (2003) discorre sobre as questões terminológicas que envolvem o conceito de raça e etnia. Essas categorias são sociais e não biológicas, pois referem-se:

[...] a grupos sociais, geralmente compartilhando o patrimônio cultural e ancestralidade, forjados por sistemas opressivos de relações raciais justificadas pela ideologia. Um grupo se beneficia de dominar outros grupos e define a si mesmo e a outros a partir dessa dominação e da posse de características físicas seletivas e arbitrárias (por exemplo, cor da pele). Embora uma vez exaltada como “fato” científico, a noção de que “raça” seja uma categoria a priori válida e biologicamente significativa há muito tempo - e continua sendo - refutada pelo trabalho em genética populacional, antropologia e sociologia. O fato de nós sabermos o que é “raça” diz mais sobre a nossa sociedade do que a nossa biologia (KRIEGER, 2003; tradução nossa).

Conforme a autora observa, tratar com transparência o racismo é uma necessidade científica. Nesse sentido, cabe às Bibliotecas desempenharem suas funções sociais, viabilizando o acesso e uso do conhecimento. Por esse ângulo, surge a pergunta: como esse uso justo impactaria positivamente na luta pela igualdade étnico-racial?

A informação, desde a puramente científica até a mais usual, é um instrumento potente para impulsionar a conquista da igualdade. Por conseguinte, ela

é indispensável nas proposições e construções de políticas públicas, programas, leis e outros recursos disponibilizados pelo Estado democrático. Esses meios só podem ser acessados através da informação que, quando aliada a instituições do Estado, facilita a isonomia.

### 19.3 SECRETARIA DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

A Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de março de 2003, cria a SEPPIR, como órgão de assessoramento direto da Presidência da República, com status de Ministério. Trata-se de uma conquista de anos de disputas do Movimento Negro.

A SEPPIR teve como atribuição institucional “promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, por meio do acompanhamento e da coordenação das políticas de diferentes ministérios, entre os quais o da Saúde, e outros órgãos do Governo brasileiro” (BRASIL, 2003, p. 20).

Com a Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017, a secretaria temática foi incorporada na nova estrutura do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). O instrumento de reorganização ministerial seguinte, a Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, manteve esta configuração. Logo, a SEPPIR hoje integra a pasta de Direitos Humanos, com a denominação de SNPIR.

Ainda na estrutura básica do MDH e da SEPPIR foi instituído o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR), um órgão colegiado de caráter consultivo, criado pela Lei nº 10.678 de 23 de maio de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003 e posteriores alterações feitas pelo Decreto nº 6.509, 16 de julho de 2008, os quais definiram a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho. A principal missão do CNPIR é a proposição de políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira.

Nas últimas décadas, a política de igualdade racial vem se consolidando como política de Estado. Essa institucionalização, apoiada pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) e regulamentada pelo Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, dá origem ao Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR). A organização visa a implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais no

Brasil por meio da igualdade de oportunidades, defesa de direitos e combate à discriminação e intolerância. Diversos órgãos da administração pública das áreas de saúde, educação, trabalho, cultura, assistência social, desenvolvimento agrário, justiça, entre outros, colaboram com o SINAPIR reivindicando a atuação no sentido de implementar e acompanhar as políticas públicas que atenderão de forma cidadã as populações não brancas.

A Secretaria desempenha diversos projetos e programas, que são: Ações afirmativas na educação; Mulheres negras no Brasil; SUS/SUAS sem racismo e Juventude Viva. Um dos trabalhos realizados pela Secretaria foi a Campanha “SUAS sem Racismo”, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social, em 2017. O intuito primordial foi a mobilização de assistentes sociais sobre a existência do racismo institucional nas instituições públicas e privadas, da mesma maneira que se pretendeu dar visibilidade à política de promoção da igualdade racial.

Os jovens negros são os alvos principais da violência urbana e da exclusão socioeconômica no país. Conforme Bento e Beghin (2005) observam, a juventude negra segue liderando *rankings* de desigualdades. É a parcela da população que integra as famílias mais pobres, recebendo salários mais baixos, quando não estão desempregados. Compõe, ainda, o topo das listas de evasão escolar e analfabetismo.

Ao longo das duas últimas décadas, alguns avanços significativos foram conquistados pela juventude negra brasileira. Apesar das conquistas como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, lei de cotas raciais para o ensino e para concursos públicos (ações afirmativas [4]), a inclusão da juventude preta e o reconhecimento de seus direitos e cidadania ainda é recente e pouco expressivo.

Com o propósito de alterar esses paradigmas, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a SNPIR e de forma inédita, apresentou à sociedade brasileira o Plano Nacional de Prevenção à Violência, o Juventude Viva. A política afirmativa foi lançada em 2013 e traz consigo uma leitura crítica acerca do processo histórico brasileiro, evidenciando o racismo. Tem como público-alvo jovens de 15 a 29 anos, prioritariamente negros, em situação de vulnerabilidade social ou de exposição a situações de violência, residentes nos municípios com maior ocorrência de homicídios nessa faixa etária. O plano tem como foco a criação de oportunidades de inclusão social e de autonomia; oferta de serviços públicos e espaços de convivência nas comunidades afetadas por elevados índices de homicídios; a desconstrução da cultura de

violência; e aprimoramento da atuação do Estado a partir do enfrentamento do racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos.

## 19.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

Considerando os fatos expostos nos tópicos anteriores e os relacionando ao acervo da Biblioteca MMFDH, objeto deste capítulo, a coleção é fonte informacional para fornecer e orientar a tomada de decisão dos mais variados órgãos, secretarias e usuários que compõem o Ministério, ofertando, como base, o repertório informacional presente em seu acervo.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), existem 6.057 Bibliotecas Públicas no Brasil. O número, considerando a extensão territorial e populacional, é ínfimo. E quantas Bibliotecas especializadas e temáticas de instituições públicas existem sobre a temática? Para responder a questão foi realizado um breve levantamento no Google, utilizando termos como “Biblioteca especializada em cultura negra” e “Biblioteca indígena”. Como resultado, foram recuperadas oito Bibliotecas especializadas em questões étnico-raciais:

- Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Biblioteca CEAO, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), que se situa na Universidade Candido Mendes (UCAM);
- Biblioteca do Instituto ÌROHÌN (Centro de Documentação e Memória Afro-Brasileira);
- Biblioteca Pública Municipal Paulo Duarte (Centro de Culturas Negras do Jabaquara);
- Biblioteca do Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU);

- Biblioteca Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI);
- Biblioteca Curt Nimuendaju da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O acervo da Biblioteca do Ministério conta com diversos temas específicos, que podem ser encontrados nas coleções física e digital. Para ilustrar o diferencial do acervo, foram coletados dados dos documentos tratados e disponíveis nos sistemas Koha e DSpace. A pesquisa, de caráter documental, foi realizada em abril de 2020 nos referidos sistemas da instituição. Na análise de dados, consideraram-se as seguintes variáveis: I. Tipologia dos materiais; II. Principais assuntos dos documentos.

### 19.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

Em relação ao vocabulário controlado, a coleção de Igualdade étnico-racial da Biblioteca conta também com o uso de instrumentos de controle terminológico, ou seja, padronização de um vocabulário de termos controlados. Esse vocabulário controlado é importante para otimizar o uso do tempo e auxiliar nos processos de indexação e recuperação da informação, tornando-se um instrumento indispensável à qualidade de resultados obtidos pelos Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs).

Por se tratar de uma coleção temática, os descritores são selecionados em um processo minucioso e revisados pelos membros da equipe responsável antes da inserção no sistema. O acervo de Igualdade racial é composto por 44 descritores, a saber: Cotas raciais, Discriminação racial, Racismo, Diversidade racial, Identidade racial, Povos indígenas, população negra, quilombola ilustram bem a representação da coleção. O tesouro da Biblioteca está em constante construção, sendo atualizado na medida em que novos itens são tratados e incorporados ao acervo institucional.

### 19.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

- A coleção física da Biblioteca é composta por materiais impressos, possuindo documentos em variados formatos, entre eles folhetos, livros e periódicos. O *software* utilizado para tratar e organizar as informações sobre os itens da Biblioteca é o Koha.

- Para apresentar parte dessa coleção, o termo “igualdade racial” foi escolhido para recuperação no sistema. Na busca, filtrando pelo assunto “Igualdade racial”, observou-se que subtemas mais recorrentes são povos indígenas, ações afirmativas e combate ao racismo (Tabela 19-1).

**Tabela 19-1 - Quantitativo de descritores utilizados na coleção de Igualdade Racial**

| ASSUNTOS PRINCIPAIS  | COLEÇÃO FÍSICA |
|--|----------------|
| Ações afirmativas  | 122            |
| Ciganos  | 21             |
| Combate ao racismo   | 114            |
| Povos e comunidades tradicionais de matriz africana        | 46             |
| Povos indígenas  | 182            |
| Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPiR)  | 13             |
| Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPiR) | 14             |
| <b>Total de descritores</b>                                | <b>512</b>     |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Em relação aos dados presentes na Tabela 1, muitos documentos são descritos a partir de vários indexadores que podem ou não se repetir. Logo, na análise considera-se a quantidade de ocorrências dos termos na descrição dos diversos documentos presentes na Biblioteca (Tabela 19-2).

**Tabela 19-2 - Tipologia Documental**

| TIPOLOGIA DOCUMENTAL | Nº         |
|----------------------|------------|
| Livros               | 389        |
| Periódicos           | 19         |
| Folhetos             | 18         |
| <b>Total</b>         | <b>426</b> |

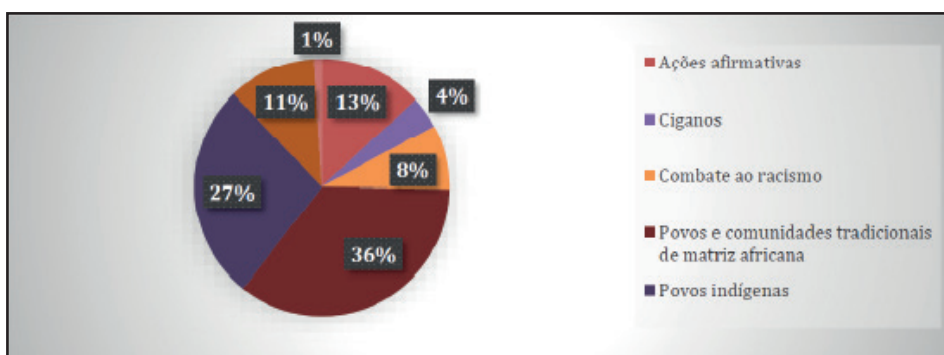
Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Na busca, filtrando pelo assunto “Igualdade racial”, recuperou-se da coleção física 426 itens, dos quais 389 são livros, 19 periódicos e 18 folhetos. Assim, verifica-se que a maior parte do acervo é formado por livros.

### 19.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

A coleção digital é hospedada no DSpace. Na temática de igualdade racial é possível localizar subtemas com coleções específicas, tais como: ações afirmativas, ciganos, combate ao racismo, povos e comunidade tradicionais de matriz africana, povos indígenas, publicações do CNPIR e do SINAPIR (Gráfico 19-1).

**Gráfico 19-1 - Principais assuntos da coleção digital**



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

De acordo com o gráfico, os assuntos mais recorrentes dos documentos são povos e comunidades tradicionais de matriz africana (35%) e Povos indígenas (27%). Em seguida, os assuntos Ações afirmativas (13%), Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (11%) e Combate ao racismo (8%) possuem também uma quantidade expressiva. Verifica-se que as menores quantidades de publicações na coleção tratam de ciganos (4%) e do SINAPIR, com 1% de ocorrência.

Diante do exposto, todo o acervo temático mostra-se pertinente para divulgação, elaboração e expansão de planos e ações desempenhados pelo MMFDH, bem como a ampliação de parcerias com outros órgãos governamentais.

## 19.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Amaro (2019), a produção científica sobre os temas Bibliotecas, desigualdades e relações étnicos-raciais na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) começa a surgir a partir da década de 2010 de forma mais significativa. Ele reconhece o pioneirismo do movimento negro e de pessoas negras que individualmente fomentam iniciativas para conquista da equidade racial. Dialogando com o autor, devemos incluir todos os grupos em todas as estruturas e práticas.

Portanto, a coleção de Igualdade racial da Biblioteca do MMFDH é notável na divulgação e disseminação dos materiais gerados pelos trabalhos desempenhados pelo Ministério, pela Secretaria e pelo Conselho. Adicionalmente, o compromisso com a promoção dos pensamentos de intelectuais negros, indígenas, quilombolas e outros é um compromisso com a diversidade e com a democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1459/500>. Acesso em: 15 abr. 2020.

AMARO, V. As Bibliotecas e a redução das desigualdades: o que tem sido feito para a população negra? Como avançar? **Revista Biblioo**, out., 2019. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/as-Bibliotecas-e-a-reducao-das-desigualdades/>. Acesso em: 15. abr. 2020.

ARAÚJO, M. L. P. de. **A escolarização de crianças negras paulistas (1920-1940)**. 203 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BENTO, M. A. S.; BEGHIN, N. Juventude negra e exclusão radical. **Boletim de Políticas Sociais**, IPEA, n. 11, ago., 2005. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/ENSAIO4\\_Maria11.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO4_Maria11.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estudo desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2018. Disponível em: [https://Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://Biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. **Política nacional de saúde integral da população negra**. Brasília: Ministério da saúde, Secretaria de gestão estratégica e participativa, 2007. P. 20. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf). Acesso em: 08 jul. 2020.

DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Eds.). **Estrutura Social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: luperj/Vértice, 1988.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão**, nº 807, Ipea, 2001. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0807.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf). Acesso em: 08 jul. 2020.

KRIEGER N. Does racism harm health? Did child abuse exist before 1962? On explicit questions, critical science, and current controversies: an ecosocial perspective. **Am J Public Health**, v. 93, n. 2, p.194–199, 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1447716/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M.; COSTA, T.C.N.A. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

REIS, M. B.; CARVALHO, K. de. Missão do bibliotecário: a visão de José Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 34-42, mar. 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/63/58>. Acesso em: 10 abr. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**: 2019. Rio de Janeiro: Todos pela educação; Moderna, 2020. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**



### **Graziela Barros Gomes**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/2308190091007019>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-8843-584X>

### **Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no Dicionário de Escritores de Brasília.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>



### **Como citar**

GOMES, Graziela Barros; BAPTISTA, Dulce Maria. Igualdade étnico-racial na coleção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 313 – 324. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap7.secao2

---

---

# 20. A Secretaria Nacional de Proteção Global na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

---

---

Elton Mártires Pinto  
Carlos Eduardo Alves de Paula  
Izadora Oliveira Linhares  
Dulce Maria Baptista

## 20.1 INTRODUÇÃO

A promoção dos Direitos Humanos é o resultado do entendimento de que, apesar de os indivíduos viverem em sociedade, cada sujeito é único. Ao longo da história, os direitos humanos perpassaram dimensões sociais, políticas e econômicas, o que culminou no desenvolvimento de diretrizes, ações e declarações, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A DUDH foi aprovada em 1948 e possui como fundamento descrever os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os indivíduos, como salientado abaixo:

[...] sem fazer distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou em qualquer outra situação. A Declaração Universal expressa direitos civis, políticos,

econômicos, sociais e culturais, tendo como princípios gerais a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência (BRASIL, 2020a).

Cada alteração em conjunturas sociais, políticas e econômicas interfere na vida dos indivíduos. Tais mudanças relacionam-se com o valor da vida humana e, por esse motivo, há a necessidade de mecanismos que, respeitando a universalidade das liberdades individuais, promovam a proteção dos indivíduos conforme suas singularidades.

Nesse contexto, no Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) é o órgão responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção dos direitos humanos.

[...] Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) (BRASIL, 2020b).

Atualmente, o MMFDH está estruturado em secretarias que tratam de temas como família, juventude, igualdade racial, pessoa com deficiência, idoso, criança e adolescente. No âmbito dos direitos humanos, a Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) tem promovido tanto ações que objetivam a proteção direta a pessoas em situação de vulnerabilidade, como o fomento de iniciativas direcionadas à educação (BRASIL, 2020b).

Além disso, a SNPG tem se preocupado com a disseminação de informações acerca da temática. Para tal, a Biblioteca do MMFDH tem coletado, selecionado, organizado, processado e preservado acervo físico e digital sobre direitos humanos. Desse modo, este capítulo discorre sobre a coleção temática da SNPG na Biblioteca do MMFDH, bem como apresenta projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria no âmbito dos direitos humanos.

## 20.2 PROTEÇÃO GLOBAL

Expressos na Declaração Universal da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) e regidos pelos princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência, os Direitos Humanos são o conjunto de direitos e liberdades essenciais de todo ser humano, com ênfase nos direitos civis, políticos, econômicos,

sociais, culturais e de solidariedade. A razão dos direitos humanos é a garantia e o respeito à dignidade da pessoa, livre de distinção de qualquer natureza.

A Proteção Global, por sua vez, é uma ferramenta preventiva, combativa e educativa. A sua função é assegurar, cada vez mais, medidas em favor dos direitos humanos. O compromisso das nações em desenvolver e apoiar ações conjuntas e uniformes no âmbito dos direitos humanos é celebrado universalmente por meio da DUDH, pelo Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, e pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A DUDH, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um importante marco histórico na luta por direitos humanos. A Declaração surge em um contexto Pós-Segunda Guerra Mundial selando o compromisso das nações em assegurar, por meio de programas, políticas, pactos e demais ferramentas de proteção, as liberdades fundamentais de cada ser humano.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos foram promulgados no Brasil, respectivamente, pelo Decreto nº 591 e pelo Decreto nº 592, ambos de 6 de julho de 1992.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais aponta para uma questão delicada: a pobreza. Como demonstrado no relatório *World Employment and Social Outlook: Trends 2020* (WESO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em 20 de janeiro de 2020, o descompasso entre a oferta e a demanda de trabalho se estende para além do desemprego. De acordo com o relatório, há incompatibilidade entre demanda e oferta de trabalho em todo o mundo.

[...] a incompatibilidade entre oferta e demanda de trabalho vai muito além dos 188 milhões de desempregados em todo o mundo em 2019. Outros 165 milhões de pessoas estão empregadas, mas desejam trabalhar mais horas pagas. Além disso, cerca de 120 milhões de pessoas não são classificadas como desempregadas, mas estão marginalmente ligadas ao mercado de trabalho e podem, potencialmente, entrar em emprego em um futuro próximo. Essas pessoas relatam que não estão procurando emprego enquanto estão disponíveis para trabalhar, ou que estão procurando, mas atualmente não estão disponíveis para aceitar um emprego. Em outras palavras, mais de 470 milhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso adequado ao trabalho remunerado como tal ou estão sendo negadas a oportunidade

de trabalhar o número desejado de horas (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020, p. 10, tradução nossa).

Os dados apresentados no relatório demonstram uma complicada realidade, uma vez que o trabalho é fator influente em dimensões econômicas, sociais e culturais. Além disso, cabe ressaltar que estar empregado não significa necessariamente garantir para si e para a família uma existência digna, com alimentação e higiene básicas, e acesso à comunicação, informação e cultura.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, por sua vez, afirma, em seu artigo primeiro, o direito à autodeterminação dos povos, considerado condição-chave para a proteção global. A autodeterminação é o exercício de decisão dos povos sobre os caminhos de sua organização coletiva. Isto significa plena liberdade de viver de acordo com sua construção cultural, econômica e política, ou, ainda, de não seguir essa estrutura comum.

Portanto, a Proteção Global existe para assegurar o cumprimento dos dispositivos internacionais de promoção dos direitos humanos e disseminar o conhecimento sobre o tema. É uma ferramenta consistente, porém não engessada e, por isso, não se restringe ao Governo, permitindo, assim, identificar falhas, propor melhorias e fomentar iniciativas locais e regionais que reflitam seus princípios.

## **20.3 SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO GLOBAL**

A Secretaria Nacional de Proteção Global é composta pelo Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Departamento de Promoção e Educação em Direitos Humanos, e o Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT). As ações e programas promovidos e estimulados pela SNPG têm como finalidade a promoção dos direitos humanos, conforme princípios estabelecidos na DUDH (BRASIL, 2020a).

As atribuições da SNPG incluem desenvolvimento de diretrizes, políticas, projetos e programas de acordo com segmentos da sociedade, congregando em seus trabalhos os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Entre suas frentes de atuação estão a ressocialização e proteção de dependentes químicos; incentivos à realização do registro civil de nascimento; combate ao trabalho escravo, à discriminação, à violência institucional e à tortura; compromissos

de empresas e estados com os direitos humanos em seu contexto; amparo às vítimas de crimes, testemunhas ameaçadas, defensores de direitos humanos, populações em situação de risco e agentes de segurança pública; investigação relativa aos mortos e desaparecidos políticos; garantia do direito à memória e à verdade, à liberdade religiosa e de crença; de expressão, de consciência e acadêmica (MMFDH, 2020b).

Ademais, a SNPG colabora com programas desenvolvidos a fim de assegurar a integridade dos indivíduos que atuam em prol dos direitos humanos. O Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007, aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH) e estabelece procedimentos que devem ser adotados para assegurar, a esse grupo, liberdade de ação em um contexto livre de ameaças à sua integridade pessoal, moral e física. Instituído pelo Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019, há também o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas que tem por objetivo defender a integridade física desses grupos, assim como garantir que suas atividades não sejam interrompidas devido a problemas de insegurança em sua atuação.

A SNPG apoia também o Programa Federal de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas. Este é restrito ao seu público-alvo e, por isso, sua linha de atuação é limitada; para implementação, exige a concordância das vítimas e testemunhas.

[...] promotores e procuradores de justiça, delegados e juízes identificam e qualificam pessoas na condição de testemunhas e formalmente encaminham para que seja feita uma triagem da situação de risco e principalmente, da condição psicossocial. Todos os elementos colhidos nas triagens são considerados na elaboração de um parecer que será indicativo de proteção ou não ao interessado, que será apreciado por um conselho deliberativo composto em sua maioria por autoridades do MPF, Poder Judiciário Federal, Polícia Federal e representantes de órgãos públicos relacionados à proteção (BRASIL, 2020b).

Por fim, dentre várias ações incentivadas e/ou desenvolvidas pela SNPG, ressaltam-se ainda: o Pacto Nacional de enfrentamento à violência LGBTQfóbica; o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; o Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo; o fomento à implantação de cartórios em estabelecimentos de saúde que realizam partos; o fortalecimento de comitês gestores estaduais e municipais de erradicação do sub-registro civil de nascimento e a realização de mutirões para a emissão de documentação

básica; a participação no Conselho Nacional de Imigração, na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e no Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; o apoio ao Comitê Nacional da Liberdade de Religião ou Crença; a integração na Convenção Internacional para a Proteção contra o Desaparecimento Forçado; o acompanhamento da Política Nacional para a população em situação de rua e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

## 20.4 COLEÇÃO TEMÁTICA

### 20.4.1 VOCABULÁRIO CONTROLADO

O tesauro utilizado na Biblioteca do MMFDH tem sido desenvolvido baseado em tesouros da Biblioteca Nacional (BN), *Library of Congress* (LC) e Supremo Tribunal Federal (STF). No tocante à SNPG foram recuperados, em 16/05/2020,<sup>49</sup> 75 descritores associados à temática “Direitos Humanos”. Até esse período, os termos mais utilizados são:

- Direitos Humanos (481);
- Direito da Criança (43);
- Tortura (41);
- Minorias Sexuais (36);
- Trabalho Escravo (15);
- Refugiados (12).

### 20.4.2 COLEÇÃO FÍSICA

As Bibliotecas especializadas, como é o caso da Biblioteca do MMFDH, tem um acervo que visa suprir os interesses da organização em que estão inseridas. Para Miranda (2007), as Bibliotecas atuam como importantes agentes

---

<sup>49</sup> Durante o período de escrita deste capítulo o tesauro estava em processo de desenvolvimento e implementação.

disseminadores dos conhecimentos necessários nos estudos e tomadas de decisões das instituições das quais fazem parte. Elas devem desenvolver um bom planejamento na formação de suas coleções, a fim de satisfazer seu público específico.

O acervo da Biblioteca está em processo de construção, tendo em vista que em vários setores do MMFDH existem miniBibliotecas com materiais relacionados às respectivas missões. Gradativamente, o conteúdo dessas miniBibliotecas está sendo tratado e incluído nas coleções da Biblioteca. Na coleção física de Proteção Global, pesquisando pelos descritores mais utilizados na indexação, foram recuperados 875 documentos em 16/05/2020, como é possível observar na Tabela 20-1, a seguir.

**Tabela 20-1 - Assunto Proteção Global**

| <b>Descritores Principais</b> | <b>Quantidade</b> |
|-------------------------------|-------------------|
| Direitos Humanos              | 614               |
| Direito da Criança            | 126               |
| Tortura                       | 51                |
| Minorias Sexuais              | 36                |
| Trabalho Escravo              | 26                |
| Refugiados                    | 22                |
| <b>Total</b>                  | <b>875</b>        |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Quanto à tipologia documental, até 16/05/2020, o descritor “Direitos Humanos” recuperou materiais em formato livro, periódico, folheto, arquivo de computador e referência, como demonstrado abaixo, na Tabela 20-2.

**Tabela 20-2 - Tipologia Documental: Direitos Humanos**

| <b>Tipo de documento</b> | <b>Quantidade</b> |
|--------------------------|-------------------|
| Livro                    | 552               |
| Periódico                | 32                |
| Folheto                  | 31                |
| Arquivo de computador    | 1                 |

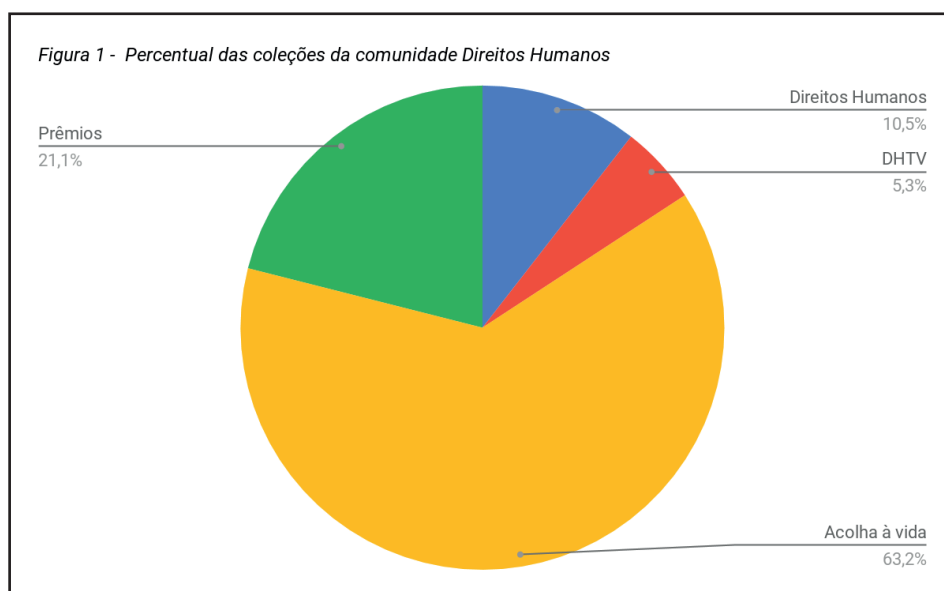
| Tipo de documento | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Referência        | 1          |
| <b>Total</b>      | <b>617</b> |

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

### 20.4.3 COLEÇÃO DIGITAL

A Biblioteca digital é também um repositório do MMFDH e, por isso, grande parte do acervo é constituído por materiais do próprio Ministério. A temática de Proteção Global está representada pela comunidade “Direitos Humanos” e abarca quatro coleções: Acolha a Vida, DHTV, Direitos Humanos, e Prêmios e Eventos do MMFDH vinculados aos DH. No Gráfico 20-1, a seguir, é possível observar o percentual de cada coleção.

**Gráfico 20-1 - Coleções digitais SNPG**



Fonte: Elaboração dos autores (2020).

Embora a Biblioteca do MMFDH ainda esteja em fase de processamento e desenvolvimento de acervo, percebe-se, com base nos dados apresentados, que a Secretaria Nacional de Proteção Global tem sido abarcada por suas coleções. Desde a preocupação com os descritores adequados até a disponibilização de materiais digitais que facilitam o acesso dos usuários, a Biblioteca

tem objetivado democratizar o acesso à informação sobre a temática direitos humanos tanto no Brasil como no restante do mundo.

## 20.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, políticas em relação aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os indivíduos têm sido desenvolvidas em todo o mundo. No Brasil, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é o órgão responsável por assegurar e promover os direitos humanos no País.

Para tal, o MMFDH conta com a Secretaria Nacional de Proteção Global. A SNPG tem desenvolvido diretrizes, políticas, projetos e programas em alinhamento aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo para a promoção e desenvolvimento dos direitos humanos no Brasil.

Além disso, a SNPG promove a educação em direitos humanos. Nesse sentido, a Biblioteca do MMFDH possui coleções física e digital sobre a temática. A Biblioteca realiza, diariamente, seleção e processamento de materiais que devem ser inseridos no sistema, permitindo, assim, o acesso às publicações e conteúdos produzidos ou relacionados à SNPG.

Ademais, a Biblioteca digital se converte em um espaço democrático de conhecimento, uma vez que possui diversas fontes de informação que podem ser consultadas pela população em geral, sem necessidade de ter vínculo institucional com o MMFDH.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007**. Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6044.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.044%2C%20DE%2012,Humanos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6044.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.044%2C%20DE%2012,Humanos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.967, de 24 de julho de 2019**. Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9937.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9937.htm). Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MMFDH, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/Biblioteca/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf/view>. Acesso em: 31 mar. 2020.

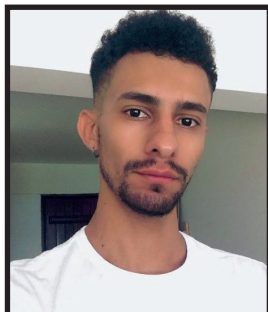
BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Institucional**. 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy\\_of\\_institucional](https://www.gov.br/mdh/pt-br/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_institucional). Acesso em: 23 mar. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **World employment and social outlook: trends 2020**. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2020/WCMS\\_734455/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2020/WCMS_734455/lang-en/index.htm). Acesso em: 13 abr. 2020.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Formação e desenvolvimento de coleções em Bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/12783>. Acesso em: 7 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

## SOBRE OS AUTORES



### **Elton Mártires Pinto**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Bacharel em Biblioteconomia também pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0079746446660087>

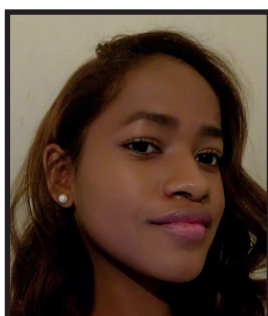
**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1348-4185>

### **Carlos Eduardo Alves de Paula**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3410653157907438>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7117-2665>



### **Izadora Oliveira Linhares**

Assistente de pesquisa do projeto MMFDH-IBICT. Estudante de Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lattes :** <http://lattes.cnpq.br/3184960829364559>

**Orcid :** <https://orcid.org/0000-0002-3392-6921>

---

**Profa. Dulce Maria Baptista**

Consultora nas áreas de organização e representação da informação, e em redação científica. Professora aposentada da Universidade de Brasília, onde atuou no curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Autora do livro *Bibliotecária Pós-Moderna* e organizadora do livro *Organização da Informação: Abordagens e Práticas*. Cadastrada no *Dicionário de Escritores de Brasília*.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5063841212997160>

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0063-214X>

---

**Como citar**

PAULA; Carlos Eduardo Alves de; PINTO, Elton Mártires; LINHARES, Izadora Oliveira; BAPTISTA, Dulce Maria. A Secretaria Nacional de Proteção Global na coleção da Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos SNPG/MMFDH. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). *Biblioteca do Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. Brasília: Ibict, 2020. p. 325–336. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.cap7.seçao2

---

---

## 21. Proposições Futuras para a Biblioteca, fundamentadas nas Temáticas das Secretarias do MMFDH

---

---

Como mencionado anteriormente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) é responsável pela articulação de políticas de promoção e proteção aos direitos humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem na Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

No presente, o MMFDH tem atuado por meio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNPDI), Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Secretaria Nacional da Família (SNF), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) e Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG).

As oito secretarias citadas acima fundamentam e caracterizam o desenvolvimento de produtos e serviços na Biblioteca do MMFDH. Contudo, para isso, alguns pontos ainda devem ser discutidos, ampliados e melhorados. Desse modo, o Quadro 21-1 apresenta, brevemente, as proposições futuras para a Biblioteca do MMFDH.

### Quadro 21-1 - Proposições futuras para a Biblioteca do MMFDH

|                         |  |
|-------------------------|--|
| Acervo Físico           | <p>No tocante ao acervo físico da Biblioteca do MMFDH propõe-se:</p> <p>Apoio à editoração da produção técnica por parte das Secretarias a fim de organizar e administrar a gestão da documentação relacionada com a memória institucional da Biblioteca;</p> <p>O estabelecimento de parcerias com universidades, instituições e organismos internacionais a fim de receber novos materiais publicados sobre as temáticas das Secretarias do MMFDH;</p> <p>Estabelecimento de procedimentos internos que permitam a aquisição de publicações, a fim de atualizar o acervo;</p> <p>4) Aquisição de materiais em Braille.</p>   |
| Acervo Digital          | <p>Quanto ao acervo digital da Biblioteca do MMFDH propõe-se:</p> <p>Assinatura de bases de dados especializadas nas temáticas das Secretarias do MMFDH;</p> <p>Ampliação virtualmente do seu acervo digital, aumentando a disponibilidade de conteúdos digitais relativos à Memória Documental;</p> <p>3) Estabelecimento de parcerias com Bibliotecas especializadas em: família, pessoas com deficiência, igualdade racial, criança e adolescente, direitos humanos etc.</p>  |
| Espaço Físico           | <p>Em relação ao espaço físico da Biblioteca do MMFDH propõe-se que:</p> <p>Seja criado espaço de estudo/pesquisa para os usuários da Biblioteca;</p> <p>2) Sejam feitas adequações que sigam os padrões de qualidade estabelecidos pela NBR 9050 (2004),<sup>50</sup> de modo a serem instaladas cabine de áudio e vídeo, sinalização em Braille nas estantes e mapas/pisos táteis.</p>   |
| Marketing e Comunicação | <p>No que diz respeito ao Marketing e à comunicação da Biblioteca do MMFDH propõe-se que:</p> <p>Seja desenvolvido meio de comunicação entre a Biblioteca e os usuários, de modo que possam sugerir novos serviços, materiais etc.;</p> <p>De acordo com o conceito de Biblioteca, disponibilização do espaço da Biblioteca para organização de palestras e atividades comemorativas, sobretudo referente às temáticas de família, juventude, idosos, pessoas com deficiência, igualdade racial, criança e adolescente e direitos humanos;</p> <p>Sejam expostos os itens adquiridos pela Biblioteca;</p> <p>A Biblioteca do MMFDH participa de uma rede de Bibliotecas.</p> |

Fonte: elaboração própria (2020).

Neste momento, a Biblioteca tem como objetivo selecionar, processar e disseminar o máximo de informações sobre as temáticas da família, juventude, idosos, pessoas com deficiência, igualdade racial, criança e adolescente e direitos humanos no Brasil e no mundo, além de transformar-se em uma prestadora de serviços ao Ministério e à comunidade. Portanto, considerando que a Biblioteca está em processo de estruturação, torna-se importante salientar que as quatro categorias supracitadas são fundamentais para o desenvolvimento da instituição.

<sup>50</sup> Norma Brasileira inerente à acessibilidade, à edificação, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos.

---

---

## 22. Considerações Finais

---

---

Milton Shintaku

**H**istoricamente, a primeira grande biblioteca brasileira apareceu em 1808, com a vinda da família real, que fugia de Napoleão Bonaparte. A Real Biblioteca foi um marco para o Brasil, com seus 60 mil volumes iniciais. Com o advento da República, seu nome foi alterado para Biblioteca Nacional, denominação mantida até os dias atuais. Assim, pode-se dizer que a primeira grande Biblioteca no Brasil tinha aspectos governamentais, mesmo que no contexto da época tenha sido diferente.

Desde então, muitos órgãos brasileiros criaram suas Bibliotecas, dentre os quais se destaca a Biblioteca da Presidência da República, fundada no Governo do presidente Wenceslau Brás (1914-1918) para oferecer aos funcionários informações legislativas e jurídicas, Biblioteca essa que tem hoje mais de 100 anos. Outros poderes também possuem Bibliotecas. A Biblioteca da Câmara e do Senado Federal e tribunais, de modo que a Biblioteca do Supremo Tribunal Federal foi inaugurada em 1891. Tal fato corrobora a importância das Bibliotecas governamentais, independentemente do poder ou, mesmo, da esfera a que ela pertence.

No caso do Poder Executivo, além da Biblioteca da Presidência da República, os ministérios também possuem Bibliotecas, algumas com mais de 100 anos, como a Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI) do Ministério da Agricultura. Os ministérios mais novos também possuem Bibliotecas para manter a sua memória técnica e as atividades do órgão, de modo a preservar e dar acesso a informações únicas.

A manutenção das Bibliotecas governamentais tradicionais, assim como a criação de Bibliotecas nos novos órgãos, evidencia a importância dessas unidades de informação para a atuação no Governo. Além disso, destaca duas tarefas que as Bibliotecas podem exercer nos órgãos de Governo: a manutenção do legado, representado pelas obras físicas, e a publicação de informações em formato digital.

Nesse contexto, Bertot (2010) argumenta a favor da intermediação entre o Governo, por meio de elementos do Governo eletrônico (e-Gov), e a população em geral, relação para a qual a Biblioteca pode ser uma ponte. A inserção das Bibliotecas como unidades de informação no fluxo informacional dos órgãos do Governo a coloca em uma posição moderna, principalmente com a informação digital, como defendem Shintaku e Vidotti (2016), em que, por meio de seus sistemas informatizados, a Biblioteca oferece acesso a informações como a memória técnica.

Dessa maneira, com a memória técnica em formato digital, as Bibliotecas de Governo assumem papel mais ativo dentro do órgão, pois disponibilizam em primeira fonte, atendendo à LAI. A função de guardião da memória técnica é anterior às questões digitais, mas assume outra dimensão, na qual a Biblioteca, por meio de seus pares digitais, passa a publicizar documentos, num retorno à época em que elas eram publicadoras (davam acesso público) de documentos em primeira fonte.

No quadro em questão, a atuação da Biblioteca de Governo pode ser mais atuante, uma vez que ela passa a fazer parte de todo o fluxo informacional do órgão, principalmente do processo editorial. É sabido que o Governo publica obras como parte de suas atividades. Assim, a Biblioteca pode atuar no processo editorial da obra, como na normalização e posterior disseminação. Nesse sentido, a Biblioteca atua na produção e oferta de acesso.

Sem dúvida, a Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (BMMFDH) tem evoluído para atuar de forma ativa no ministério, com adaptação em suas atividades e implementação de ferramentas informatizadas. Com isso, procura atuar no ciclo informacional do ministério, ofertando acesso à memória técnica, fonte para novos conhecimentos, apoio na normalização de novas publicações, e, por fim, disponibilização de documentos em texto completo pela sua Biblioteca digital, auxiliando tanto na questão da produção quanto da disseminação.

Para isso, a Biblioteca do MMFDH, com apoio do Ibict, tem desenvolvido métodos e padrões de atuação no intuito de suprir suas necessidades de atendimento do ministério com o uso de novas tecnologias. Tem também adotado *softwares* livres para gerenciar o acervo físico e para a criação da Biblioteca digital, aliando as atividades tradicionais da Biblioteca com as novas. Assim, assume papel determinante nas Bibliotecas governamentais, podendo servir de modelo, na medida em que mantém o legado da gestão do acervo físico e atua diretamente na produção e disseminação da informação oficial do órgão.

Alguns pontos, no entanto, merecem destaque, como os estudos voltados à adaptação da Biblioteca digital à acessibilidade e aos estudos sobre direitos patrimoniais, apresentando inovações que podem ser replicadas para outras Bibliotecas digitais de órgãos de Governo. Logo, cria-se um modelo que agrega boas práticas de implementações passadas, mas inova com novas práticas, frutos de estudos e discussões, com vistas a atender melhor às necessidades do ministério.

Como o MMFDH possui uma Secretaria voltada aos direitos das pessoas com deficiência, sua biblioteca digital requer ajustes a fim de agregar algumas funcionalidades de acessibilidade. Entretanto, acessibilidade é um tema muito amplo, voltado a questões relacionadas à mobilidade, uso de outra língua (Libras), entre outros. De fato, a Biblioteca Digital do MMFDH inclui adaptações voltadas à deficiência visual, principalmente a cegueira, daltonismo e baixa visão. Mesmo não atendendo a todas as deficiências, apresenta-se em estágio inicial em tal quesito, inovando em relação a outras Bibliotecas digitais governamentais do País.

Como a finalidade principal da Biblioteca Digital do MMFDH é gerir a memória técnica do ministério, um ponto de discussão se refere aos direitos autorais e patrimoniais da produção técnica. A questão requer estudos, visto que grande partes das práticas relatadas em Bibliotecas digitais é voltada ao contexto acadêmico, que não é o mais adequado nesse caso. Por isso, instrumentos jurídicos foram criados e implementados, a fim de apoiar a gestão da Biblioteca Digital do MMFDH.

Como em um ecossistema, a integração entre sistemas também foi contemplada no projeto, por meio da interligação automática entre a ferramenta de tesouros e a implementação de sistema de descoberta e entrega. Com isso, os sistemas da Biblioteca não ficam isolados, criando uma rede em que ocorre o intercâmbio de informações no intuito de facilitar a gestão dos sistemas. Da mesma forma, ajuda o fornecimento de serviços de Bibliotecas melhores.

Como resultado de estudos, o tesouros cria uma base de autoridades de assunto, tanto para o sistema gestor de acervo físico quanto do digital. Com isso, possibilita padronizar o uso de alguns termos, com vistas a facilitar a recuperação das informações, principalmente pelo uso do portal de busca única, implementado com um sistema de descoberta e entrega. Dessa maneira, oferta um serviço consolidado de recuperação da informação mantido pela Biblioteca.

Em todo caso, uma biblioteca governamental requer evolução constante, adaptando-se às novas demandas do órgão, na medida em que o e-Gov requer apoio e, em muitos casos, não tem envolvido essa unidade de informação. O papel da Biblioteca do Governo ainda requer estudos envolvendo questões relacionadas à informação e aos dados digitais de cunho governamental, ainda não assumidos pela Biblioteca.

Há, porém, uma percepção de que as Bibliotecas de Governo ainda não se engajaram no e-Gov com toda a sua potencialidade de intermediação entre a população e a informação governamental gerada ou mantida pelos órgãos. Por isso, estudos são necessários, para que essas unidades de informação atendam aos órgãos de maneira mais eficaz, participando de forma ativa na gestão da informação e dos dados, com a criação de modelos, métodos e padrões.

Ações relacionadas à LAI e aos dados abertos de Governo, por exemplo, nem sempre envolvem as Bibliotecas do Governo. Por isso, deve-se dar importância à necessidade de estudos que envolvam as Bibliotecas de Governo, na medida em que LAI, em muitos casos, poderia ser atendida pela memória técnica do órgão, mesmo que tenha maior envolvimento com os arquivos. Quanto aos dados abertos do Governo, nota-se que as Bibliotecas do Governo, em grande parte dos casos, estão alheias a esse fenômeno, diferentemente das Bibliotecas acadêmicas com os dados de pesquisa.

Se os governos têm adotado as facilidades da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a oferta de serviços aos cidadãos, quadro no qual o e-Gov tem se tornado cada vez mais comum, as bibliotecas do Governo precisam assumir protagonismo nesse movimento, ampliando a missão de custódia da informação. Para tanto, estudos voltados ao desenvolvimento de modelos se tornam necessários, atendendo a uma parcela de Bibliotecas que nem sempre são contempladas pelas pesquisas acadêmicas aplicadas.

Nesse contexto, destaca-se que os estudos do projeto SNJ/IBICT/Biblioteca do MMFDH atendem pontualmente a certas demandas, mas que não deve terminar com o final do projeto. Uma Biblioteca é um organismo vivo que precisa se manter atualizado com o passar do tempo, adequando-se às tecnologias, com o propósito de atender seus usuários. Assim sendo, novos estudos devem ser promovidos, de modo a atualizar a biblioteca, agregando tecnologias, métodos e padrões mais adequados às necessidades que vêm surgindo.

## SOBRE OS AUTORES



### **Milton Shintaku**

Coordenador do projeto SNJ-IBICT. Mestre e doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), é editor executivo da Revista Juventude e Políticas Públicas e 1º secretário da Associação Brasileira de Editores Científicos, período 2016-2018.

**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/K4258748Z7>

**Orcid:** <http://orcid.org/0000-0002-6476-4953>

### **Como citar**

SHINTAKU, Milton. Considerações finais. In: SHINTAKU, Milton; AGUIAR, Márcia Rocha de; SILVESTRE, Flor de Maria (org.). Biblioteca do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília: Ibict, 2020. p. 337 – 343. DOI:10.18225/978-65-88137-25-3.consideracoes.finais



**FIM**

As bibliotecas governamentais possuem a missão de manter a memória técnica, que contém informações sobre as atividades do órgão, de modo a preservar e dar acesso a informações únicas. Além disso, as bibliotecas exercem a manutenção do legado, representado pelas obras físicas, e a publicação de informações em formato digital, transformando as bibliotecas em pontes entre a população e o Governo, visto que os acervos digitais vêm crescendo cada vez mais, legislações de acesso a eles foram e são criadas.

Esse livro descreve a evolução da Biblioteca do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (BMMFDH), que passa atuar de forma mais ativa no ministério, no âmbito do projeto de pesquisa firmado com o Ibict. Os estudos desenvolveram métodos e padrões para atender as necessidades informacionais com o uso de novas tecnologias, com o uso de softwares livres para a gestão dos sistemas de informação. Destaca-se também os estudos voltados à adaptação da Biblioteca digital à acessibilidade e aos estudos sobre direitos patrimoniais, apresentando inovações que podem ser replicadas para outras bibliotecas digitais de órgãos de Governo.

Desta forma, espera-se contribuir com a discussão sobre as bibliotecas governamentais, que possuem papel fundamental na administração pública e na preservação do conhecimento do órgão.

### **Cecília Leite de Oliveira**

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia